



ORÇAMENTO. 2025

Anexo Empresas Municipais



Porto. Domus Social

**Instrumentos de Gestão
Previsional para o período 2025-2029**





ÍNDICE

I.	PREÂMBULO	1
II.	PLANOS PLURIANUAIS	15
A.	ENQUADRAMENTO	16
B.	PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	18
1.	GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL.....	18
2.	PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	24
3.	REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE	29
C.	PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	32
1.	PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2025-2029	32
2.	PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2025-2029.....	34
D.	PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	38
III.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2025-2029	41
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2025 / PRESSUPOSTOS	41
B.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA.....	42
C.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA	43
D.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO	44
IV.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O.....	45
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2025-2029 E PRESSUPOSTOS	46
B.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL.....	59
C.	ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL.....	60
D.	BALANÇO PREVISIONAL	61
V.	ANEXO I – Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas para o Triénio 2025-2029	63
VI.	ANEXO II – Parecer do Fiscal Único.....	64

I. Preâmbulo



A CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (doravante Domus Social), tem como objeto social a “(...) promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” nomeadamente o Parque Escolar Público Municipal e os designados Outros Edifícios Públicos Municipais. Contempla ainda nos seus estatutos “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”.

Para “a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação”, a Domus Social orienta-se estrategicamente, naturalmente, a partir da(s) política(s) de habitação definidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP), as quais constituem o quadro de referência que molda a sua atuação. A prossecução deste desiderato “inclui, designadamente:

- a) aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do Município do Porto [MP] destinado a habitação de interesse social;
- b) fomento e a execução de programas de habitação a custos controlados;
- c) implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas destinadas a habitação de interesse social;
- d) intervenção para melhoria do espaço público envolvente e a modernização das infraestruturas urbanas que conheçam uma conexão material com a função habitacional destinada a habitação de interesse social.”

A concretização do objeto social da empresa compreende, particularmente, três eixos. O primeiro refere-se à “(...) gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social” e “abrange, designadamente, as funções de:

- a) Regular, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional destinado a habitação de interesse social;
- b) Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;

- c) Executar todo o processo administrativo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d) Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e) Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação de interesse social.”

O segundo destes eixos é cumprido assegurando “(...) a manutenção e conservação, ..., de todos os edifícios, equipamentos instalações e infraestruturas, integrados no domínio público e privado cuja gestão seja do Município do Porto” através das orientações definidas pelo acionista único (e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário). Assim, a estratégia de intervenção da empresa para o período de projeção conduzirá a que se defina um plano de intervenções no património imobiliário municipal para assegurar as respostas que o acionista pretende obter nesta área.

Por último, o objeto social da empresa é também observado pela “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”, que compreende:

- a) O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;
- b) A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.

Enquadrado pelo seu objeto social estabelece-se, neste documento, a estratégia da Domus Social para os Instrumentos de Gestão Previsional para o período 2025-2029 (IGP 2025-2029).

Nestes momentos de grande incerteza e imponderabilidade, decorrentes da crise internacional que se vive, é exigida às organizações alguma flexibilidade e capacidade de adaptação aos fatores que condicionam e condizionarão os tempos futuros.

Independentemente do cenário anteriormente traçado a estratégia prevista nestes IGP 2025-2029 assentará em três vetores de atuação.



O primeiro, resulta do compromisso assumido pela Administração e Lideranças em matéria da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A consciência das alterações climáticas, sociais e regulatórias em curso, o ambiente de crise global e convulsão que atinge gravemente a vida das Pessoas e do Planeta, acelerou a urgência da mudança das nossas perspetivas de gestão e práticas de trabalho, centradas na promoção de um futuro mais equitativo e sustentável, onde todas as pessoas possam usufruir de uma melhor qualidade de vida, respeitando os limites naturais do nosso planeta. Incorporar a sustentabilidade e a regeneração em todos os aspetos do planeamento da empresa é fundamental para repensar os processos e as formas de pensar o “negócio”, além de retirar impactos. Uma sustentabilidade/regenerativa de que temos uma visão holística, que nos permite ter uma perceção da sua integração que vai desde a criação de valor e sua mensuração, ao alinhamento das equipas/pessoas, dos processos e de todos os sistemas de gestão que temos na empresa. A nossa visão estratégica do controlo de gestão é de integração e abrangência, pelo que não entendemos a sustentabilidade regenerativa como um silo organizacional desligado dos processos de gestão, pelo contrário, a sustentabilidade regenerativa surge como um eixo central da empresa, contribuindo para alinhar todas as pessoas/equipas com os princípios de sustentabilidade e da regeneração, como pensamento sistémico e não simplesmente de mero reporte externo ou de mero marketing. É neste contexto que, o quinquénio em consideração, é marcado pelo particular propósito de gerar cada vez mais um impacto positivo na vida das pessoas, com menor impacto ambiental, contribuindo para o bem-estar social.

No ano de 2025 a nossa trajetória e desempenho, em matéria de sustentabilidade regenerativa, será reforçada, com a apresentação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Sustentável da Domus Social, num exercício que reflete o espírito transformador e dinâmico que nos caracteriza.

A auscultação das nossas partes interessadas mais relevantes, Trabalhadores, Municípios, Inquilinos e Autarquia, alinhada com os requisitos e normas ESG conduziram-nos à identificação dos temas prioritários para a empresa nas vertentes ambiental, social e de *governance*. Em dezembro de 2023, definimos os Objetivos Estratégicos para o período 2024 a 2028, alinhados com a estratégia da gestão transversal da empresa, considerando a sustentabilidade, inovação e regeneração, à qual demos continuidade em 2024. Sob o propósito “Por um Porto melhor, mais justo e sustentável, para todos” distribuímos os temas materiais que privilegiamos - alterações climáticas e gestão de recursos, a

economia circular, a gestão de talento, saúde, segurança e bem-estar no trabalho, comunicação responsável, envolvimento e satisfação dos nossos inquilinos e munícipes; comportamento ético e conduta, qualidade e segurança dos serviços prestados e inovação - pelos três pilares estruturais da empresa: *Gestão, Reabilitação e Manutenção do Edificado*; Criação de Valor; Pessoas e Responsabilidade Social.

Ancoraremos o nosso percurso nesta estratégia, orientados por valores fortes que dão primazia às Pessoas, à Ética, à Transparência e à Justiça Social.

Os compromissos com as nossas partes interessadas mais relevantes são essenciais para colaborativamente melhorar a trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável, à transição climática e digital. Sem o envolvimento e cooperação de todos e de todas, as várias transições não terão êxito se não respeitarem o princípio de não deixar ninguém para trás.

A criação de valor partilhado, através da valorização das nossas pessoas e a proteção do ambiente natural, são o nosso foco principal, paralelamente ao fortalecimento das relações de proximidade com os nossos inquilinos residentes nos bairros municipais.

Para atingir essa ambição, estamos a promover um conjunto de linhas de ação que visam primordialmente a disseminação de informação e capacitação dos trabalhadores da empresa, alargada a fornecedores e inquilinos e partes interessadas relevantes, no âmbito da sustentabilidade regenerativa e do ambiente que incorporam práticas sustentáveis de participação e reflexão cívica.

Oferece-nos especial atenção a gestão da aquisição de bens, serviços e empreitadas, considerando os critérios ecológicos nos procedimentos de contratação pública, legalmente exigíveis, na perspetiva de um reforço na formação e especialização dos meios humanos que lhe estão afetos. O desafio que nos colocámos é o de que a contratação pública deve ir além da gestão operacional de procedimentos pré-contratuais e passar para uma gestão estratégica de compras públicas ecológicas e circulares, focada na busca de sinergias e de ganhos de eficiência. Este novo patamar de ambição para as compras públicas da empresa vai contribuir, de modo significativo, para o cumprimento de objetivos no domínio das políticas ambientais e da sustentabilidade e influenciar, positivamente, os comportamentos de empresas e de cidadãos.

A transição digital é outra área vital, para a Domus Social e para o serviço público que presta. A alavancagem da implementação de soluções digitais inovadoras, que já se sentem atualmente, em vários processos com resultados muito positivos internos e externos, revelam-se verdadeiramente transformadores e com um potencial de crescimento enorme, em benefício das pessoas e dos objetivos da empresa, nomeadamente contribuir para a neutralidade climática em 2030.

Sublinhamos, ainda, que as linhas de ação/ações estão harmonizadas com as orientações e compromissos do Município que aceleraram a nossa jornada e reforço da nossa determinação em pensar a sustentabilidade regenerativa como algo central nas nossas atividades, estabelecendo-a como a pedra angular da nossa atuação.

O segundo vetor está relacionado com o desenvolvimento e implementação de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em matéria de habitação. Em cumprimento desse desígnio surge a Carta Municipal de Habitação que é um “(...) instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.” de acordo com o que se encontra consagrado no artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação (LBH) (Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro). Tal instrumento consagrará uma visão plurianual para a implementação das políticas públicas de habitação e definirá as estratégias de intervenção a adotar pelo MP para o território e que se consumará, entre outros aspetos, numa definição dos diferentes modelos de provisão de habitação para a cidade. E esse é um dos importantes desígnios que esta empresa se debate.

Estes instrumentos têm vindo a ser reforçados através da execução de instrumentos de financiamento, sublinhando-se, neste contexto, a continuidade na execução do Acordo de Colaboração estabelecido entre o Município do Porto (MP) e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), realizado ao abrigo do Programa 1º Direito, e reforçado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Aviso de Publicação N.º 01/CO2-i01/2021. Adicionalmente, a Domus Social tem vindo a implementar outros instrumentos do PRR, como o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Operação Integrada.

Complementarmente, este vetor abrange um conjunto de iniciativas de Investigação e Desenvolvimento, centradas na análise de diversas dimensões da habitação e do habitat, com aplicação em projetos práticos, tais como: *CommuniCity – Innovative Solutions responding to the needs of cities and communities*; *Direito@Cidade*; *DASH – Deliver Safe and Social Housing*; *Eurocities – Policy Task Force – access to EU-level funding for social and affordable housing*, ou ainda, de forma indireta, *SMARTER Finance for EU*; e *ASCEND – Accelerate positive Clean ENergy Districts*. Estas iniciativas são igualmente financiadas por instrumentos comunitários – Horizon Europe, LIFE e Erasmus+ – que promovem um novo modelo de desenvolvimento e financiamento público, focado na cooperação e inovação conjunta entre diferentes países europeus. A empresa tem dedicado especial atenção a estas oportunidades, colaborando de forma estreita com a Câmara Municipal do Porto na identificação e captação de financiamento comunitário.

O terceiro vetor, interligado com o anterior e alinhado com os objetivos estabelecidos nos estatutos da empresa, diz respeito à revitalização dos espaços públicos dos conjuntos de habitação pública municipal existentes. Está previsto um substancial investimento destinado à melhoria dos espaços públicos nos bairros de Aldoar, Bom Pastor/Vale Formoso, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão (dos edifícios 10 a 15), Maceda e Monte da Bela, no período de projeção. Perspetivando-se ainda a elaboração de projeto novos, nesse âmbito, nos bairros da Pasteleira, Fonte da Moura, Francos, S. Roque da Lameira, Carriçal e Outeiro.

Por outra via, o município encontra-se em processo de transferência de competências nas diversas áreas que originam consequências relevantes no âmbito da intervenção da Domus Social.

Enquadrando e quantificando melhor o seu perímetro de intervenção, a Domus Social tem sob sua gestão um Parque de Habitação Pública Municipal que integra cerca de 13.000 fogos e onde residem cerca de 30.000 pessoas. Assegura, ainda, a manutenção e conservação de todo o restante conjunto de imóveis municipais constituído por um importante e relevante número de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas. Esta realidade diversa e bastante complexa, implica um fluxo permanente e muito significativo de informação de e para a empresa. A gestão da manutenção e conservação de todo este conjunto de ativos e da ocupação das habitações, obriga a um elevado nível de organização e de controlo interno correspondendo a um exigente esforço logístico e financeiro.



A dotação de meios e de conhecimento que lhe permitem uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas constitui não só um importante desafio, mas também uma oportunidade. Desafio, porque implica uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa para uma atitude de planeamento e intervenção programada, redesenhando-se, assim, os processos. Oportunidade, na medida em que esta transformação permitirá promover outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem, nomeadamente, com reestruturação e modernização progressiva do cadastro.

Nesse sentido, no próximo quinquénio, a Domus Social continuará a dar particular relevância ao levantamento, tratamento e atualização com recurso a tecnologia e software inovador (modelação tridimensional - 3D, Sistemas de Informação Geográfica - SIG, *Building Information Modeling* - BIM, etc.), que assegure o acesso transversal e ágil a informação rigorosa, apoiando o processo de decisão e dando resposta aos requisitos legais, visando sempre uma melhor gestão dos ativos da empresa.

Atendendo à quantidade e abrangência das intervenções que a empresa tem promovido, a elevada capacitação técnica e o gradual incremento das ações planeadas e alicerçadas da área da pós-construção tem permitido a identificação, antecipação e resolução de problemas, ao abrigo da garantia, o que, para além de constituir poupanças futuras na manutenção, aumentam o nível de satisfação dos utilizadores e elevam a própria imagem da empresa.

Particular atenção continuará a merecer duas áreas de atuação da empresa, a externa – a relação com os inquilinos/municípios e a interna – com uma particular atenção aos colaboradores.

Na sua relação com o cidadão, a Domus Social tem sempre por objetivo a participação ativa, assegurando que a comunicação destes com a empresa é tratada de forma única e coerente, independentemente dos meios usados. Melhorar a comunicação com o cidadão, em termos qualitativos e dando resposta efetiva e em tempo útil aos seus contatos e interações assume particular relevância.

Neste sentido temos vindo a desenvolver o princípio do «contacto único», no sentido de aumentarmos a transparência e o escrutínio por parte dos cidadãos, evoluindo para sistemas que



- permitam o acesso adequado dos munícipes aos seus processos, sem qualquer intermediação e de acordo com as melhores práticas existentes nesta matéria.

No âmbito da transição digital em curso pretendemos promover a utilização dos meios digitais pelos munícipes, melhorando a informação que é prestada sobre procedimentos internos, aumentando a transparência e eficácia dos processos.

Nesse sentido, a Domus Social tem em curso um processo de modernização e transformação do seu modelo de prestação de serviços à cidade, que tem subjacente a adoção de uma nova atitude no cumprimento da sua missão, mais aberta, diversificada, simples e participativa.

A atividade da Domus Social, tem vindo a seguir uma evolução que se vai distanciando da visão mais tradicional da mera gestão e manutenção do património municipal.

Por um lado, a sua intervenção num contexto dos vários domínios, que de forma direta e/ou impactam na sua atividade, tem, progressivamente, incrementado o seu nível de serviço e dimensão do seu universo.

O gradual reforço da responsabilidade e componente social da empresa, como revela, por exemplo, a gestão do programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pelo MP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras (mediante a atribuição de um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária) é uma das áreas que durante os próximos anos continuará a ser objeto de uma particular atenção.

Com efeito, esta experiência de base municipal, inscreve-se no âmbito das atribuições legalmente atribuídas às autarquias locais no plano da habitação e da ação social, e, comprovadamente têm-se revelado adequada, como instrumento para um problema grave na cidade, porquanto garante a segurança e acessibilidade ao arrendamento e à manutenção de uma resposta habitacional condigna.

A empresa tem como objetivo aplicar de forma criteriosa, prudente e economicamente vantajosa o conjunto de meios financeiros que resultam da sua própria atividade e dos meios disponibilizados pela CMP nas ações de reabilitação e manutenção de edifícios.



Com os meios financeiros que resultam da atividade de arrendamento das habitações de interesse social, a empresa efetuará as ações de manutenção preventiva e corretiva e suportará os custos da sua estrutura afetas a essa mesma atividade, tendo como objetivo maior assegurar o seu equilíbrio económico e financeiro.

O programa de automanutenção “Casa como Nova” permite aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado. Este programa, com comparticipação financeira da Domus Social constitui um contributo para a manutenção do interior das habitações e, particularmente, pretende elevar o grau de sensibilização dos inquilinos para a preservação do património público de que diretamente beneficiam. Continuará a ser uma aposta para o próximo quinquénio associado a campanhas de sensibilização.

Paralelamente de referir a criação do programa NiveLar da Câmara Municipal do Porto, destinado a apoiar a acessibilidade em habitações de pessoas com deficiência e/ou incapacidade permanente, residentes na cidade do Porto, cuja gestão cabe Domus Social.

Perante a atual conjuntura socioeconómica, continuaremos a acompanhar e a monitorizar as medidas de apoio à habitação, adequando e conformando à realidade do Município do Porto.

O Observatório de Habitação Social do Município do Porto, continuará a disponibilizar informação sobre a realidade socio habitacional. Com efeito, é reconhecida a pertinência de uma estrutura como o OHSMP, que contribui, em primeiro lugar, para a que a Domus Social ajuste e melhor defina a sua estratégia e ações concretas para o cumprimento da sua missão, como ainda promover o desenho de políticas públicas no âmbito da habitação, mais robustas e objetivamente informadas.

Sem descurar a centralidade na observância dos critérios de equidade e justiça na análise e decisão sobre o vasto conjunto de questões que diariamente são colocadas e relacionadas com a utilização do Parque de Habitação Pública Municipal, a Domus Social tem reforçado o acompanhamento que essas questões merecem, avaliando criteriosamente os problemas de natureza social, procurando, com meios próprios e por recurso a outras entidades vocacionadas para o apoio social, encontrar as soluções que ajudem as famílias a ultrapassar as suas dificuldades e constrangimentos. Para este fim,

a empresa estará cada vez mais próxima dos inquilinos, e contará com o importante apoio das juntas de freguesia e associações locais de moradores.

Pretende-se continuar a promover medidas de política habitacional e de políticas urbanas integradas, que contrariem lógicas de segregação socio-espacial, assegurando ao mesmo tempo e numa lógica de intervenção transversal, o devido acompanhamento social do processo de acolhimento e inclusão dos moradores. Uma política habitacional que coloca as pessoas no seu centro.

Continuaremos assim a investir na capacitação de novos inquilinos, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e familiares assentes em questões habitacionais, estruturais de gestão de conflitos e de vivência em comunidade, sem descuidar a integração das famílias nos conjuntos habitacionais municipais elevando a sua qualidade de vida.

A implementação de metodologias de trabalho colaborativo e em rede, de partilha de conhecimentos, harmonização de boas práticas e capacitação em matéria de contratação pública, políticas habitacionais, recursos humanos, entre outras, envolvendo todas as áreas estruturais da empresa, continuará a ser uma das nossas apostas. Para a sua concretização deste continuaremos a promover ações de formação internas e encontros temáticos especializados – *Let's Talk Legal* – em colaboração pro bono com profissionais de reconhecida experiência, cuja partilha de saber tem contribuído para a reflexão no sentido de qualificação e conhecimento.

Estamos, ainda, comprometidos com a harmonização de boas práticas, nomeadamente, em matéria de contratação pública, pelo que, prevemos a constituição de uma equipa multidisciplinar interna de acompanhamento da fase do procedimento de contratação pública e da fase de execução contratual.

Os próximos passos, serão no sentido de ser garantida a divulgação de informação pertinente em temas específicos com relevância para a atividade da empresa e acompanhar o desenvolvimento e implementação de processos e objetivos sustentáveis, apoiando a projeção da organização numa atuação exemplar no domínio da sustentabilidade ecológica das prestações contratuais emergentes de procedimentos concursais, que se revele capaz de influenciar, de igual modo, os comportamentos dos parceiros e fornecedores.



Não podemos deixar de referir a importância do Programa de Cumprimento Normativo, enquanto conjunto de procedimentos e mecanismos de controlo destinados a garantir o cumprimento da legislação aplicável. Integra os seguintes eixos de atuação: (i) um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; (ii) um Código de Conduta; (iii) um programa de formação; (iv) um Canal de Denúncias; e uma (v) Norma de Controlo Interno.

Nesta medida, em 2024, além do cumprimento às obrigações emergentes do Programa de Cumprimento Normativo, existiu a preocupação de promover a sensibilização de todos os colaboradores para a importância destes mecanismos, nomeadamente a sua razão de ser e impacto na organização e na promoção de uma atividade transparente, íntegra e eficiente.

No que diz respeito à Gestão de Pessoas, tendo sido esta empresa distinguida com o prémio *Great Place to Work* em 2024, necessariamente sentimos que a fasquia de atuação ao nível das melhores práticas de gestão de pessoas subiu exponencialmente. Pretendemos continuar, aprender e inovar todos os dias, implementando na organização ferramentas, meios e metodologias de trabalho que garantam não só a felicidade e compromisso dos nossos colaboradores como o sucesso da organização. Propõe-se nos próximos anos a assunção de desafios disruptivos que alinhem de forma equitativa e harmoniosa, incorporando conceitos como o *well-being*, a saúde e a felicidade no trabalho e a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões.

O ano de 2024 assumiu-se como extraordinário, no que à estratégia de comunicação diz respeito. Existiu um compromisso comunicacional, de carácter pontual que se prendeu com a comemoração dos 20 anos da empresa. Neste âmbito realizou-se, excecionalmente, paralelamente as campanhas de promoção de projetos da empresa, um investimento especial na implementação de iniciativas de carácter amplamente institucional.

Em 2025, com 2029 no horizonte, retomaremos, do ponto de vista da estratégia de comunicação, a velocidade cruzeiro rumo aos objetivos de médio e longo prazo. Estes objetivos estão, a montante, alinhados com os valores, missão e propósito da mesma, num cenário em que todos devem contribuir para um modelo de gestão e atividade sustentável

Isto significa criar, todos os anos, um plano de comunicação que tem a ambição de contribuir para menos emissões, menos desperdício, menos resíduos, menos papel e, se possível, zero plástico, dentro e fora de portas. Junto de trabalhadores, inquilinos e demais *stakeholders*.

Nesse sentido, as ações de comunicação continuaram a assumir, cada vez mais, uma componente digital, canal a que será dado especial relevância, tendo sempre em consideração os limites da literacia digital e do acesso dos nossos inquilinos e equipas a estas plataformas e equipamentos.

Por sua vez, a economia circular será também uma preocupação, que irá transparecer quer na estratégia de comunicação interna, quer na externa. Este é um pensamento que requer, desde logo, a sensibilização dos nossos públicos-alvo. O objetivo é, em primeiro lugar, capacitar todos os *stakeholders*, inquilinos e colaboradores incluídos, para este conceito, juntamente com tantos outros no domínio da sustentabilidade, para que possamos, ao longo do quinquénio, alcançar a ambição de sermos uma empresa sustentável que respeita, protege e contribui para um ecossistema urbano ambientalmente eficiente, justo e verde.

Neste enquadramento e conforme o estabelecido na alínea e) do artigo 15.º e artigo 23.º dos Estatutos da CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e no artigo 42.º n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração (CA) apresenta os IGP para o período 2024-2028, cujo rédito inclui uma verba de subsídio à exploração conforme apresentado na nota II-B-3 e no Contrato Programa a celebrar.

O acompanhamento e controlo da CMP bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

Relembre-se que o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.

As demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

II. PLANOS PLURIANUAIS

II. Planos Plurianuais

A. ENQUADRAMENTO

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objetivos para 2025:

Parâmetros:

- i. O fluxo líquido de receitas da atividade corrente da empresa assegurará a manutenção preventiva e corretiva do Parque de Habitação Pública Municipal, e ainda a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a essa atividade;
- ii. A dotação financeira fixada pela CMP em Contrato, e que consta do Orçamento do Município aprovado pelo Executivo, para ações de reabilitação do Parque de Habitação Pública Municipal incluindo a reabilitação do interior de casas devolutas, e para atividades de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos públicos municipais bem como a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a estas atividades;
- iii. A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa, nomeadamente na gestão do parque habitacional e na gestão e manutenção dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas;
- iv. A base de dados relativa ao património sob gestão e sua ocupação;
- v. O prazo de pagamento a fornecedores, constante dos orçamentos anuais e plurianuais, será de 5 dias;
- vi. O prazo de recebimento foi estimado em 10 dias;
- vii. A taxa de inflação estimada em 2,2%;
- viii. O coeficiente de atualização de rendas de 1,0216;
- ix. A taxa nominal média de crescimento salarial de 4,1%.

Objetivos Gerais:

- i. Orientação da atividade para a otimização dos recursos de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- ii. Incremento da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;
- iii. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;
- iv. Avaliação de desempenho profissional com fixação de objetivos;

- v. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um Sistema de Gestão orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;
- vi. Visão de gestão alinhada com a estratégia e objetivos definidos pelo Município do Porto para enfrentar os desafios ambientais, sociais e de prosperidade da cidade;
- vii. Melhoria do desempenho dos Sistemas de Informação com o aperfeiçoamento da gestão da informação na perspetiva da integração do arquivo digital e físico – processo gradual de desmaterialização;
- viii. Gestão integrada do Parque de Habitação Pública Municipal garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;
- ix. Intervenção no espaço público do Parque de Habitação Pública Municipal;
- x. Implementação generalizada de medidas de Manutenção Preventiva.

B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH) tem como missão promover a gestão do parque habitacional municipal de forma transparente, gerindo a sua sustentabilidade, maximizando níveis de satisfação, garantindo a qualidade às solicitações dos munícipes e desenvolver projetos inovadores na área da gestão e alternativas habitacionais.

Compete à DGPH, analisar e tratar todos os movimentos habitacionais do vasto parque habitacional do MP, constituído por cerca de 13.000 fogos, bem como de espaços não habitacionais integrados nos bairros de habitação social da cidade, garantindo a sua correta utilização e o cumprimento dos critérios de legalidade, justiça e equidade social, aplicando princípios de gestão de forma uniforme e generalizada e regras estabelecidas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional (RGPH).

No parque habitacional residem atualmente cerca de 30 000 pessoas, que a DGPH acompanha de forma participativa e permanente.

É objetivo contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, promovendo uma relação personalizada e de proximidade com os moradores, assegurando uma gestão eficiente e eficaz, garantindo, deste modo, o princípio da integração social, por uma cidade mais próxima dos cidadãos.

O Município do Porto e a Domus Social, criaram em 2016, um Programa de promoção de uma cidadania ativa junto dos novos moradores em habitações municipais, contribuindo para a adaptação a uma nova realidade habitacional. As ações de capacitação desenvolvidas no âmbito do Programa Bem_Vind@, visam a adaptação das famílias a este novo contexto, numa lógica de responsabilidade partilhada na preservação do espaço habitacional e zonas comuns do património municipal. Consubstancia-se neste programa uma política mais próxima dos cidadãos, contribuindo para uma coesão social e territorial.

No âmbito das respetivas atribuições e competências, aos Municípios cabe a promoção de medidas de carácter social, com vista, nomeadamente, a colmatar as necessidades associadas à habitação.

A política social de habitação deve ter como objetivo fundamental a promoção do acesso à habitação das famílias vulneráveis, que não dispõem de recursos para a obterem pelos seus próprios meios, efetivando, uma resposta às situações de precariedade habitacional e de emergência social em obediência aos princípios da igualdade, da justiça e da imparcialidade. Só assim se concretiza o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses dos cidadãos.

O MP tem vindo a considerar a necessidade de adequar a gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Tem-se vindo a dar continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, e implementando-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes. Uma política habitacional que coloca as pessoas no seu centro.

A consolidação de um novo paradigma de política de habitação implica, não apenas a identificação das principais carências e dos principais bloqueios, mas também, de forma prospetiva, a identificação dos instrumentos e objetivos para a sua progressiva superação.

Considerando o quadro de crescente dificuldade de acesso das famílias a uma habitação digna e a preços compatíveis com os seus rendimentos, num contexto particularmente complexo como o atual, importa refletir sobre as respostas necessárias a delinear uma política habitacional consistente e duradoura, capaz de enfrentar de forma estratégica as questões habitacionais com que a cidade se confronta.

As situações de vulnerabilidade das pessoas e famílias são insuscetíveis de serem tipificadas de forma absoluta, pelo que as soluções devem ser configuradas com a flexibilidade que permita uma melhor adequação ao caso concreto, garantindo o acesso a uma habitação condigna, a que têm direito.

Em 2020, foi criado o Observatório de Habitação Social Municipal, que tem permitido monitorizar a realidade socio-habitacional do Município do Porto. Pretende-se continuar a avaliar o impacto da implementação de medidas e projetos municipais e nacionais, no âmbito da habitação e propor medidas, práticas e iniciativas de intervenção no âmbito das políticas de habitação.



No período de projeção, o Observatório de Habitação continuará a ser dinamizado, permitindo um melhor contributo para o desenvolvimento estratégico da atividade da Domus Social e das políticas municipais na área da habitação. As atividades em curso e programadas para os próximos anos, permitirão criar uma plataforma com rotinas de análise permanentes, que apoiarão a identificação de políticas públicas no âmbito da habitação, mais robustas e objetivamente informadas.

Uma das formas que o MP, através da Domus Social, adotou para responder à fragilidade económica dos portuenses, materializa-se no Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - que se traduz num apoio efetivo à renda suportada no mercado livre de arrendamento. Até ao momento, foram apoiadas aproximadamente 6.311 famílias, num investimento de mais de 20 milhões de euros.

Esta medida, que se pretende manter, visa promover a manutenção dos agregados familiares nas suas habitações arrendadas e casas próprias, combatendo o desenraizamento e contribuindo para a redução do endividamento familiar, diminuindo a asfixia financeira de muitas famílias.

Ainda que o MP tenha vindo a desenvolver estratégias e medidas para reforçar a coesão social e aumentar a disponibilização de habitação de interesse social, face à permanente procura existente, a provisão de habitação ainda fica aquém da procura, razão pela qual se torna necessário a implementação de medidas de gestão inovadoras que contribuam para minorar as dificuldades e os constrangimentos existentes. O MP continuará a realizar a reabilitação e reocupação de casas municipais devolutas localizadas no centro histórico.

Anualmente, tem-se garantido a atribuição de cerca de 300 habitações reabilitadas para alojamento de novas famílias. Os curtos prazos para entrega destas habitações após a sua reabilitação é, e manter-se-á, objetivo a cumprir.

Continuaremos a dar especial prioridade à verificação célere de situações de casas que, por diversos motivos, ficam devolutas sem que tal facto seja comunicado à empresa. Esta preocupação e ação são indispensáveis por potenciar maior disponibilidade de fogos para resposta mais rápida à procura.

Têm vindo a ser implementadas ferramentas informáticas que permitem a integração de todos os processos no sistema de informação existente e contribuindo para a agilização dos mesmos.



Destaquem-se aqui as práticas, e que se repercutirão no período de projeção ao nível da atuação da empresa, designadamente na minimização dos impactos ambientais resultantes de utilização de papel. A tecnologia digital e as práticas adotadas têm vindo a evoluir, especialmente nos formulários online que se podem submeter, melhorando a informação que é prestada sobre o processo interno e melhorando a transparência e a sua eficácia.

Também como projeto de gestão e administração dos espaços comuns, o ConDomus assume particular relevância e a sua expansão continuará a ser um desafio para o futuro. Com mais de 90% de entradas organizadas, este projeto trabalha a valorização e participação ativa dos inquilinos municipais, essencialmente, na preservação dos espaços comuns.

As atividades de proximidade desenvolvidas com os Gestores de Entrada têm contribuído para o fortalecimento das redes de vizinhança e do espírito de comunidade, potenciando o desenvolvimento de ações de apoio e solidariedade, sobretudo às pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Esta direção desenvolve, e manterá no futuro, uma colaboração estreita com diferentes instituições da cidade, através da cedência de espaços não habitacionais, promovendo desta forma a diversificação de públicos utilizadores destes espaços, fomentando o espírito comunitário e o associativismo. Muitas destas cedências têm um enorme contributo social, designadamente no apoio a famílias e públicos particularmente vulneráveis.

Ao longo dos últimos anos, investimos também na promoção e integração de jovens em desvantagem económica e habitacional, no mercado habitacional municipal, revitalizando territórios urbanos maioritariamente ocupados por população idosa. É o caso do Projeto Incentivo, que, desde 2008, apoia uma resposta ao nível habitacional, direcionado a jovens, como forma de responder não só às suas necessidades ao nível do alojamento, mas também e sobretudo, como forma de potenciar a sua autonomização e transição para a vida adulta. Um dos instrumentos basilares à concretização de tal aspiração passa pela constituição de Apartamentos de Autonomização, os quais têm sido cedidos através de acordos especiais de concessão, ao abrigo do Incentivo.

Ainda com a preocupação de apoio e acompanhamento das situações de maior vulnerabilidade social, a Domus Social desenvolveu projetos inovadores destinados à população mais envelhecida. O conceito de envelhecimento mudou, envelhecer já não é sinónimo de deterioração, é mais uma etapa.

Em 2016, foi criado o projeto piloto das Residências Partilhadas, e, em parceria com algumas Juntas de Freguesia (Bonfim, Campanhã, União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Paranhos, União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e Ramalde), foram já instaladas onze residências partilhadas para idosos, de forma a combater o isolamento e contribuímos para a melhoria efetiva da qualidade de vida dos idosos que residem no Parque de Habitação Pública Municipal. Considerando os resultados deste projeto, está já a ser estruturada a implementação de mais residências noutras zonas da cidade.

O *co-housing* permite escolher com quem viver e envelhecer. Esta solução habitacional permite lutar contra a solidão porque recupera as relações de vizinhança e promove um envelhecimento ativo. O futuro apresenta-nos novos desafios e estas são certamente novas formas de habitar que iremos explorar: criação de uma residência partilhada de maior dimensão e, posteriormente, uma *co-housing* de raiz, completamente integrada e com parceiros nas áreas da saúde, sociais e de habitação. No período em projeção, ambiciona-se a construção de um condomínio social adequado a pessoas idosas, pessoas com mobilidade condicionada e/ou com deficiência, promovendo a inclusão e a vivência comunitária.

Dando continuidade às políticas ativas, destaca-se ainda o projeto solidário “Porto.Importa-se”, considerado como uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da empresa municipal, reduzindo, para este segmento da população residente nos bairros de habitação social municipal, os efeitos negativos de uma vida isolada.

Em articulação com o Projeto “Porto Importa-se”, foi dado início ao Programa “Estamos Juntos” em janeiro de 2023. Trata-se de um programa promovido pela Câmara Municipal do Porto que providencia serviço de teleassistência com acesso automático a um operador disponível 24 horas/7 dias por semana, com resposta de emergência e operacionalizado por profissionais da área da saúde.



Continuaremos a desenvolver projetos de combate ao risco de isolamento social e proteção social; incrementar medidas que estimulem a fazer da pessoa idosa protagonista de uma vida ativa e de um envelhecimento positivo e saudável.

O pilar da sustentabilidade manter-se-á no centro da ação da DGPH, com os desafios da atualidade de uma intervenção social integrada, potenciando a partilha de serviços e recursos, e o desenvolvimento de projetos inovadores para responder a problemas emergentes na cidade.

No decurso dos próximos anos, e em consonância com o compromisso de manter o pilar da sustentabilidade no centro da visão de governação da cidade, vamos promover ações de educação para a cidadania, co-construídas com os inquilinos municipais, centradas na capacitação e transformação de hábitos e rotinas, promotoras da sustentabilidade.

O atual cenário económico e social, em consequência dos sérios constrangimentos de recuperação económica e dos valores da inflação, perpetua um cenário de precariedade económica. Tais circunstâncias refletem-se nas condições económicas das famílias, na dificuldade de manutenção de uma habitação no mercado de arrendamento, e na crise habitacional que o país e o concelho do Porto enfrentam. O Município do Porto, através da Domus Social, tem desenvolvido esforços permanentes para manter a gestão criteriosa dos cerca de 13 mil agregados, que residem no parque habitacional municipal.

Ao longo dos últimos anos, o Município do Porto e a Domus Social criaram um conjunto de medidas que pretenderam assegurar uma proteção aos inquilinos em situação de maior vulnerabilidade económica. No último ano, as taxas médias de incumprimento no pagamento das rendas, situa-se nos 3,50%. Estes resultados devem-se maioritariamente às práticas consolidadas pela Direção de Gestão do Parque Habitacional junto dos agregados que apresentam incumprimento no pagamento de rendas.

Continuarão a ser adotadas medidas de controlo e monitorização, bem como alternativas para regularização das situações de incumprimento dos inquilinos municipais.

2. PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O objetivo base fixado nos IGP para a DPO (Direção de Projetos e Obras) e DM (Direção de Manutenção) passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, constituem objetivos da DPO, nomeadamente:

- Reabilitar os edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal, assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque de Habitação Pública Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/ Barredo (ex - CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex – FDZHP);
- Reabilitar/Requalificar o espaço público envolvente aos bairros no domínio Privado Municipal

e, para a DM, nomeadamente:

- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos aos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);

- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.

Refira-se ainda que a função primordial da DPO e DM é a manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Este património é essencialmente constituído por imóveis que englobam o Parque de Habitação Pública Municipal, representado por 663 edifícios com cerca de 13.000 fogos correntemente designados como “bairros de habitação social”, acrescido de 227 edifícios com 417 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP e por 205 edifícios que constituem o Parque de Equipamentos Públicos Municipais, constituído por 66 edifícios do Parque Escolar Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico e Secundário) e por 139 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa/institucional, bem como Unidades de Saúde, e que se encontram classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

A DM é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por: 148 elevadores e ascensores, 2.200 bocas de incêndio, extintores e carretéis, 135 Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio (SADI), 97 Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR), 78 grupos de pressurização e bombagem, entre outros. A DM é também responsável pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 20 edifícios do referido Parque Escolar Público Municipal e de 16 edifícios pertencentes ao grupo de Outros Edifícios Públicos Municipais.

Perante a diversidade de edifícios, o seu tipo, natureza e complexidade, foi definida uma política de manutenção e conservação que condiciona a prática da DPO e DM nos próximos anos com a prioridade dada às políticas de manutenção preventiva em detrimento da corretiva.

Assim, cumprindo o desígnio de uma mudança no modo de atuação no que concerne à manutenção, de uma atuação reativa para uma atuação programada foram elaborados os planos de manutenção preventiva para a totalidade do Parque de Habitação Pública Municipal.

A empresa desenvolveu também instrumentos para ações de manutenção preventiva no Parque Escolar Público Municipal, nomeadamente planos de manutenção preventiva das coberturas,

instalações elétricas, sistemas de AVAC, elevadores e ascensores, grupos de pressurização e bombagem, SADI e SADIR, que se encontram a ser implementados.

Em articulação com a Divisão Municipal de Gestão de Ativos da CMP elaboraram-se, também, os planos de manutenção preventiva para os designado “Outros Edifícios Públicos Municipais” encontrando-se em curso a sua implementação.

A dotação global definida em sede de orçamento da CMP está fixada em 39 165 000€ (IVA incluído), aos quais acresce 4 165 000€ (IVA incluído) provenientes da receita de rendas, para ações de manutenção preventiva e corretiva através de pequenas intervenções e emergências e gestão do parque habitacional público municipal.

Analisemos, então, a verba global em causa e a sua repartição:

a. Habitação Social

Para 2024 a dotação orçamental fixada para esta rubrica é de 20 200 000€, IVA incluído, acrescida do montante proveniente da receita de rendas.

Reabilitação dos Edifícios

Prevê-se a conclusão, em 2025, da fase 1 das intervenções nos edifícios localizados no Bairro Social da Arrábida e na Colónia Viterbo Campos, bem como na Rua de António Cândido (214 a 216), Rua de S. Brás (251 a 261 e 263), Rua de S. Miguel (16 a 38 e 45 a 51) e Rua de Tomás Gonzaga (16 e 38 e 43 a 45). Irá ser dada continuidade às intervenções nas Eirinhas e na Tapada.

Perspetiva-se ainda o início das intervenções no Bairro do Património dos Pobres, Carvalheiras (2ª fase), Dr. Nuno Pinheiro Torres (1 a 11), Rua de Cimo de Vila (109/113), Rua de Santos Pousada (1073), bem como a 2ª fase da intervenção no Bairro Social da Arrábida.

Reabilitação Interior de Habitações Devolutas

O objetivo fixado para 2025 em termos de reabilitação do interior de casas devolutas é quantificado em 3.000.000€, IVA incluído.

Reabilitação do Espaço Público

Durante o ano de 2024 foi iniciada a intervenção no Espaço Público de Bom Pastor e Vale Formoso e no Espaço Público da Maceda, e concluída a intervenção em Agra do Amial, continuando a ser desenvolvidos outros projetos de intervenção no espaço público, que contemplam o (re)desenho urbano e paisagístico, a circulação e a mobilidade, o mobiliário urbano, a reformulação/criação de redes de infraestruturas de gás, águas residuais domésticas e pluviais, abastecimento de água, telecomunicações e iluminação pública.

Prevê-se, em 2025, o início das empreitadas no Espaço Público de Aldoar, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão (10 a 15) e Monte da Bela.

b. Educação

A dotação financeira para esta rubrica é de 2 310 000€, IVA incluído. Um montante de 1 797 000€ permitirá assegurar o conjunto de ações de manutenção corretiva bem como as rotinas de manutenção preventiva de equipamentos, nomeadamente, para ascensores, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas, extintores e carretéis, sistemas de pressurização e bombagem, drenagem de águas residuais pluviais e residuais domésticas, SADI, SADIR, AVAC, limpeza e manutenção de coberturas. Será através desta dotação orçamental que se assegurará também a execução de pequenas e diversas empreitadas de conservação.

c. Funcionamento dos Serviços

Enquadrado na dotação financeira fixada de 3 000 000€, IVA incluído, será assegurado o conjunto de ações de manutenção já solicitadas e/ou a solicitar pelos diferentes serviços municipais que tutelam os equipamentos públicos municipais – culturais: os arquivos municipais (Histórico e Geral) e as bibliotecas municipais (Biblioteca Pública Municipal do Porto e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett), administrativos / institucionais (Paços do Concelho, edifício sede da Polícia Municipal do Porto, entre outros) englobando ainda todos os contratos de manutenção preventiva (elevadores, grupos de pressurização e bombagem, extintores e carretéis, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas e grupos geradores) e de manutenção de coberturas efetuadas pela DM.

d. Regeneração Urbana

A dotação financeira desta rubrica para 2025, a ser refletida em dois contratos, é de 12 000 000€, IVA incluído, dos quais 11 800 000€ destinam-se à realização da primeira grande intervenção de promoção de habitação para arrendamento acessível que ocorrerá na encosta nascente do Vale da Ribeira da Granja em Lordelo do Ouro (entre a Rua de Serralves, a Rua Diogo Botelho e a Rua Dom João de Mascarenhas) onde serão construídos entre 300 e 320 fogos promovendo uma importante reconfiguração urbana e ambiental da área em causa (envolvendo diretamente os bairros de Lordelo e Dr. Nuno Pinheiro Torres). O investimento total estimado desta intervenção ascende a 46.560.000,00 €.

Os restantes 200 000€ destinam-se ao cumprimento de todas as ações consideradas emergentes solicitadas pela DMPC e pela DMF da CMP.

e. Qualidade de Vida Urbana, Saúde e Outras dimensões de intervenção social

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito em 2025, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, de cariz social, até ao limite do montante de 1.655 000€, IVA incluído.



3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas

(Un.: euro)

Designação	2025	2026	2027
2 EDUCAÇÃO			
2.2 Educação	2 310 000	2 310 000	2 310 000
3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA			
3.3 Qualidade de vida urbana	50 000	50 000	50 000
3.4 Saúde	300 000	300 000	300 000
subtotal	350 000	350 000	350 000
4 URBANISMO E HABITAÇÃO			
4.1 Regeneração urbana	200 000	200 000	200 000
5 COESÃO SOCIAL			
5.3 Outras dimensões de intervenção social	1 305 000	200 000	200 000
5.4 Habitação Social:			
Habitação Social	20 200 000	22 230 000	22 440 000
subtotal	21 505 000	22 430 000	22 640 000
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
7.1 Funcionamento dos serviços	3 000 000	4 400 000	4 100 000
Total	27 365 000	29 690 000	29 600 000

Contrato de Mandato para a operação de Lordelo do Ouro

(Un.: euro)

Designação	2025	2026	2027
5 COESÃO SOCIAL			
5.4 Habitação Social:			
Outros projetos - Lordelo	11 800 000	17 500 000	17 500 000
Total	11 800 000	17 500 000	17 500 000

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas

O Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas – Contrato de Mandato, reporta ao triénio de 2025 a 2027, no entanto, os IGP em apreciação, por exigência do normativo aplicável (SNC-AP) exige a sua elaboração para um período de 5 anos, pelo que a construção dos IGP pressupõe a renovação do Contrato de Mandato para estes períodos.

O subsídio à exploração está suportado em três Contratos Programa a celebrar com o MP, sendo o primeiro Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social o programa de apoio à renda e prestação bancária destinado a pessoas ou famílias com dificuldades financeiras ou que se encontram em situação de emergência habitacional. O segundo Contrato Programa destina-se a apoiar os municípios com carências económicas na melhoria das condições de acessibilidades em habitações nos casos em que tenham uma deficiência e/ou incapacidade permanente. Por fim, o Contrato Programa na forma de subsídio à exploração que se destina a comparticipar nos gastos de estrutura na componente relativa a todos os equipamentos e infraestruturas que não sejam de Habitação Social.

Contrato Programa - Porto Solidário			
(Un: euro)			
Designação	2025	2026	2027
5 COESÃO SOCIAL			
5.4 Habitação Social	2 650 000	2 650 000	2 650 000
Total	2 650 000	2 650 000	2 650 000

O Município do Porto com a celebração deste Contrato Programa, encarrega a Domus Social, no quadro da sua missão de promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação e manutenção, de assegurar, no decurso do ano de 2025, a gestão, implementação e operacionalização do programa municipal “Programa para melhoria de acessibilidades para pessoas com deficiência”, devendo a mesma assegurar a organização do procedimento administrativo destinado a identificar os beneficiários do apoio municipal, as despesas elegíveis e a verificação dos ganhos de acessibilidade na habitação.

Contrato Programa - Melhoria de Acessibilidades em Habitações

Designação	(Un: euro)		
	2025	2026	2027
5 COESÃO SOCIAL			
5.2 Melhoria de acessibilidades em habitações	50 000	50 000	50 000
Total	50 000	50 000	50 000

A gestão da Domus Social, EM deverá ainda assegurar que o valor líquido da cobrança de rendas que ficam na sua disponibilidade é suficiente para desenvolver a atividade de gestão e manutenção do parque habitacional e suportar os custos da respetiva estrutura interna de funcionamento afeta a esta função. A manutenção dos edifícios tem como principal objetivo a correção de pequenas deficiências decorrentes do uso, das ações exteriores e do envelhecimento natural dos materiais e elementos construtivos, sendo a combinação de todas as ações técnicas, administrativas e de gestão, durante o ciclo de vida de um bem, destinadas a mantê-lo ou repô-lo num estado em que ele pode desempenhar a função requerida.

MANUTENÇÃO Corrente, Preventiva e GESTÃO do PARQUE HABITACIONAL	2025		2026	2027	2028	2029
gestão	615 000	14,8%	627 915	640 473	653 283	666 348
manutenção corretiva	1 850 000	44,4%	1 888 850	1 926 627	1 965 160	2 004 463
manutenção preventiva	1 700 000	40,8%	1 605 000	1 880 000	1 470 000	1 545 000
TOTAL	4 165 000	100,0%	4 121 765	4 447 100	4 088 442	4 215 811

C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2025-2029

O investimento previsto para o período em análise reparte-se da seguinte forma:

INVESTIMENTO	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
valores em euros					
1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Equipamento de informática	155 800	3 000	3 000	3 000	3 000
Equipamento administrativo	2 235	5 000	5 000	5 000	5 000
Outros ativos fixos tangíveis	79 037	12 000	12 000	12 000	12 000
SUBTOTAL	237 072	20 000	20 000	20 000	20 000
2. ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	279 290	30 000	30 000	30 000	30 000
SUBTOTAL	279 290	30 000	30 000	30 000	30 000
TOTAL	516 362	50 000	50 000	50 000	50 000

De forma a garantir a melhoria contínua do sistema de informação e a sua adaptação à atividade da Domus Social está previsto em 2025 a continuidade no desenvolvimento de novas soluções em tecnologias de informação.

No que respeita a novos investimentos a implementar em 2025 destacam-se a conclusão do sistema de *Disaster Recovery* que permitirá implementar mecanismos de proteção de informação do *Data Center*, o escalamento e atualização do sistema de *Business Intelligence* possibilitando à empresa o acesso a sistemas que permitam obter informação útil, fiável e oportuna.

Ainda no capítulo das tecnologias de informação, concluir-se-á a reformulação do portal de ocorrências o que permitirá o reforço da comunicação com os inquilinos com a utilização eficiente de novos canais de comunicação dotando-se a empresa de ferramentas modernas e funcionais.

Por fim está prevista a conclusão do processo de desmaterialização de processos, que visa tornar mais célere e eficiente a comunicação interna e o *workflow* de processos permitindo, ao mesmo tempo, reduzir a quantidade de documentos físicos em circulação na empresa.

Quanto ao restante investimento previsto, com valores menos expressivos, o objetivo é garantir a atualização da organização interna e dos serviços que presta e está relacionado com a aquisição de ferramentas técnicas, equipamento de escritório e equipamento informático.

O investimento previsto para os anos de 2025 a 2029 destina-se à atualização dos equipamentos administrativos e informáticos de forma a evitar a sua degradação ou obsolescência.



2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2025-2029

A estrutura previsional de recursos humanos para o período de 2025-2029 é a seguinte:

	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
Apoio ao Conselho de Administração	1	1	1	1	1	1
Coordenação de Estudos e Planeamento	4	4	4	4	4	4
Coordenação de Comunicação	3	3	3	3	3	3
Coordenação de Sustentabilidade e Inovação	3	3	3	3	3	3
Coordenação dos Gestão Pessoas	4	5	5	5	5	5
Coordenação de Contratação Pública e Aprovisionamento	7	7	7	7	7	7
Direção de Projeto e Obras	2	2	2	2	2	2
Coordenação da Gestão de Projeto	11	11	11	11	11	11
Coordenação da Gestão de Empreendimentos/	13	13	13	13	13	13
Coordenação da Gestão da Pós-Construção e do Cadastro	7	7	7	7	7	7
Subtotal Projeto e Obras	33	33	33	33	33	33
Direção de Manutenção	8	8	8	8	8	8
Coordenação Gestão de Manutenção de Edifícios do Parque Habitacional	10	10	10	10	10	10
Coordenação Gestão de Manutenção de Edifícios Municipais e Intervenções de Proteção Civil	9	11	11	11	11	11
Coordenação Gestão de Manutenção de Edifícios de Educação e Saúde	9	10	10	10	10	10
Subtotal Manutenção	36	39	39	39	39	39
Direção de Gestão do Parque Habitacional	2	3	3	3	3	3
Coordenação da Gestão de Ocupações	8	8	8	8	8	8
Coordenação de Gestão de Condomínios	7	7	7	7	7	7
Coordenação de Gestão Processual e Fiscalização	10	10	10	10	10	10
Coordenação de Gestão Administrativa	6	6	6	6	6	6
Subtotal Gestão do Parque Habitacional	33	34	34	34	34	34
Direção de Atendimento – Geral e Sistemas de Informação	1	1	1	1	1	1
Coordenação do Sistemas de Informação	4	4	4	4	4	4
Secretaria-Geral	6	6	6	6	6	6
Coordenação do Arquivo	3	3	3	3	3	3
Coordenação do Gabinete do Inquilino Municipal	10	10	10	10	10	10
Subtotal Atendimento – Geral e Sistemas de Informação	24	24	24	24	24	24
Direção Jurídica	1	1	1	1	1	1
Jurídicos	3	5	5	5	5	5
Subtotal Jurídico	4	6	6	6	6	6
Direção Financeira	1	1	1	1	1	1
Financeira	6	7	7	7	7	7
Subtotal Financeira	7	8	8	8	8	8
Total	159	167	167	167	167	167

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.

Para 2025 prevê-se um aumento em gastos com pessoal, considerando a perspetiva do reforço do quadro de pessoal na sequência do crescente número de objetos/equipamentos entregues pela CMP, nos últimos anos, para inclusão nos planos de manutenção corretiva e preventiva. O processo de descentralização administrativa da tutela nas administrações locais, seguindo o modelo habitual de delegação, implicará um incremento da atividade da Domus Social e consequente impacto expressivo ao nível do número global de colaboradores da empresa.

Motivação e retenção de quadros

Os anos vindouros serão marcados na ótica da gestão de pessoas pela aposta na definição e criação de metodologias e estratégias que visarão a promoção da atratividade da Domus Social enquanto entidade empregadora, particularmente, no que diz respeito à possibilidade de oferecer aos nossos colaboradores benefícios e atividades que visem não só a satisfação financeira, mas também a felicidade no trabalho, a realização profissional e o desenvolvimento pessoal.

Desta forma a Gestão de Pessoas estará atenta às melhores práticas no que respeita às diferentes modalidades e/ou tipologias de trabalho no sentido de sermos capazes de acompanhar a evolução e novas tendências do mercado laboral.

Assim, e tendo como premissa básica a garantia do serviço público de excelência, contribuiremos com o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante não só do que já implementamos em termos de políticas de recursos humanos como também inovaremos, sempre que possível, indo de encontro à promoção da satisfação, da motivação e da retenção do talento.

Procuraremos posicionar a marca “Domus Social” no contexto laboral trabalhando o employer branding, beneficiando para o efeito da presença em eventos e feiras promotoras do trabalho, emprego e seu desenvolvimento.

A par destas iniciativas procuraremos trazer maior tecnicidade e objetividade aos processos de recrutamento & seleção, pelo que, pretendemos implementar uma fase de avaliação psicológica/cognitiva e de consciência ambiental no desenvolvimento deste tipo de atividade.

A gestão de pessoas assumir-se-á ao longo do próximo quinquénio como um motor ativo na conceção e implementação de estruturas, mecanismos e meios que visem mitigar os riscos ecológicos e ambientais com que, lamentavelmente, todos e todas nos deparamos diariamente. É com este propósito que serão estudados de forma aprofundada e sugeridos de forma sistemática novos modelos de trabalhar as nossas pessoas, sempre assentes em princípios de sustentabilidade.

Ideias como a criação de equipas de voluntariado interno, a redução de desperdício, e a integração de critérios de adequabilidade sustentável como fator de exclusão em sede de processos de recrutamento & seleção são temas que, com grande margem de certeza, serão introduzidas pela Gestão de Pessoas na dinâmica profissional desta empresa municipal.

Formação

O desenvolvimento de competências (*hard e soft skills*) dos nossos colaboradores mantém-se como uma prioridade ao nível da Gestão de Pessoas.

Na Domus Social acreditamos que colaboradores motivados serão sempre aqueles a quem lhes é reconhecido o mérito, mas também os aspetos nos quais podem ainda melhorar.

O lema “amanhã melhor que hoje” faz parte do nosso ADN, e por este motivo, continuaremos a apostar na construção e operacionalização de um plano de formação anual que tenha por base as necessidades de desenvolvimento de cada um permitindo-nos melhorar de forma sistemática, objetiva e continua.

Desta feita a gestão de pessoas levará a cabo ações de diagnóstico de necessidades de formação e construirá um plano de formação anual que vá de encontro aos gaps existentes, procurando reinventar-se nas ofertas formativas que disponibilizará.



Segurança e Saúde no Trabalho

No espectro de atuação da Gestão de Pessoas integramos os domínios da saúde e segurança no trabalho.

Estes temas assumem-se de franca relevância numa era em que o bem-estar pessoal e profissional, o equilíbrio entre a vida familiar e laboral, e o âmbito da sustentabilidade e orientação para a avaliação do impacto que as ações de cada um têm nos outros e no ambiente global são os alicerces de uma gestão de pessoas eficaz, a ação da saúde e segurança no trabalho é determinante para a obtenção de sucesso.

Assim, nos anos vindouros continuaremos a apostar no desenvolvimento e implementação de conceitos que pressuponham não só o cumprimento das regras da saúde e segurança no trabalho como também garantir que de facto estes temas são bem acolhidos e percebidos por todos e todas.

A manutenção de uma oferta que vise não só a medicina do trabalho como também a saúde preventiva será uma aposta. O desenvolvimento de ações e de programas de saúde mental e física terão ainda maior expressão no futuro, pretendendo assim garantir todas as condições para que as nossas pessoas gozem de um estado de saúde saudável e feliz.

Para o efeito, e em articulação com diferentes áreas internas e externas à empresa, desenharemos um plano de comunicação que terá como objetivo divulgar e promover as melhores práticas no âmbito da Saúde e Segurança no Trabalho.

Ainda neste contexto trabalharemos no sentido da inclusão da sustentabilidade ambiental nestes domínios garantindo-se, deste modo, uma articulação fácil e adequada entre estas áreas que funcionarão sempre melhor se devidamente alinhadas.

D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
INVESTIMENTO					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos próprios	516 362	50 000	50 000	50 000	50 000
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
Autofinanciamento	516 362	50 000	50 000	50 000	50 000

O investimento previsto para o período de 2025 a 2029, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, num total de 516 362€ para 2025 e 50 000€ para os restantes anos, respetivamente, será financiado integralmente com recursos próprios.

O plano de financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
Taxa de inflação	2,2%	2,10%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de IRC e derrama	21,5%	21,50%	21,50%	21,50%	21,50%
Taxa de juro nominal cp	0,1%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento (em dias)	5	5	5	5	5
Índice de atualização das rendas	1,0216	1,02	1,02	1,02	1,02
Taxa de imparidade das rendas	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Taxa média de crescimento dos salários	4,1%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%

Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:



AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O PERÍODO DE 2025 - 2029	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
RESULTADOS					
Resultado operacional	3 002	2 148	3 676	2 296	2 088
Resultado financeiro	29 324	29 932	30 530	31 141	31 764
Resultado líquido do período	19 581	19 338	20 935	20 288	20 596
RENDIMENTOS					
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	38 751 483	46 677 809	46 589 346	47 521 133	48 471 555
Rendas emitidas	11 024 660	11 245 153	11 470 056	11 699 457	11 933 446
Subsídio à exploração	3 813 091	3 753 315	4 006 052	3 516 930	3 506 650
GASTOS					
Gastos com o pessoal	6 299 393	6 431 680	6 560 314	6 691 520	6 825 350
Fornecimentos e serviços externos	46 340 330	54 237 572	54 488 204	55 075 368	56 167 475
BALANÇO					
Total do ativo	10 171 724	10 324 772	10 371 178	10 397 085	10 455 007
Total do ativo não corrente	5 362 242	5 154 944	4 954 215	4 813 661	4 740 262
Total do passivo	8 830 223	8 963 934	8 989 404	8 995 024	9 032 349
Total do património líquido	1 341 500	1 360 838	1 381 774	1 402 062	1 422 658
INDICADORES	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
Liquidez geral	0,53	0,57	0,59	0,61	0,62
Autonomia financeira	13,2%	13,2%	13,3%	13,5%	13,6%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	233 721	276 636	271 665	210 842	143 996

Os resultados operacionais que derivam do presente orçamento apontam para um resultado positivo em 2025 de 3 003€. Nos anos seguintes, os mesmos resultados serão positivos de 2 149€, 3 677€, 2 298€ e 2 090€ respetivamente, totalizando um resultado operacional positivo para o período de 13 211€.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

É importante o pontual cumprimento por parte do Município do Porto dos prazos de pagamento fixados no Contrato de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, por forma a permitir à Domus Social cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para as obras, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora.

III. Demonstrações Orçamentais

Previsionais para o período 2025-2029

III. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2025-2029

A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2025 / PRESSUPOSTOS

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 – NORMATIVO CONTABILÍSTICO

Até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da Domus Social foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

Com o objetivo de resolver a fragmentação e inconsistências da normalização contabilística existente em Portugal e ainda a adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e da manutenção de um sistema contabilístico no setor público baseado em normas nacionais, foi implementado o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública. Os IGP 2025-2029 foram elaborados de acordo com este novo normativo.

2 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS

As previsões da receita e da despesa apresentadas nas demonstrações orçamentais previsionais têm por base os pressupostos enunciados no ponto IV das demonstrações financeiras.

B. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA

		Euros						
Rúbrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	2025	Soma	2026	2027	2028	2029
	Receita corrente	1 331 488	53 344 799	54 676 287	62 836 200	63 447 433	64 157 616	65 325 010
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sub. saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	21 207	21 207	21 632	22 064	22 505	22 956
R4	Rendimentos de propriedade	0	8 075	8 075	8 236	8 401	8 569	8 741
R5	Transferências correntes	0	3 813 090	3 813 090	3 753 315	4 006 052	3 516 930	3 506 649
R51	Administração pública	0	3 802 202	3 802 202	3 753 315	4 006 052	3 516 930	3 506 649
R515	Administração Local	0	3 802 202	3 802 202	3 753 315	4 006 052	3 516 930	3 506 649
R52	Exterior - UE	0	10 888	10 888	0	0	0	0
R53	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	1 066 277	48 767 663	49 833 940	58 107 245	58 452 614	59 635 528	60 793 164
R7	Outras receitas correntes	265 211	734 763	999 975	945 772	958 302	974 083	993 501
	Receita de capital	0	0	0	0	0	0	0
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	0
R9	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	0	0	0	0	0	0	0
	Receita efetiva [1]	1 331 488	53 344 799	54 676 287	62 836 200	63 447 433	64 157 616	65 325 010
	Receita não efetiva [2]	0	0	0	0	0	0	0
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
R13	Receita com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	Receita total [3]=[1]+[2]	1 331 488	53 344 799	54 676 287	62 836 200	63 447 433	64 157 616	65 325 010

C. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA

Rúbrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	2025	Soma	2026	2027	2028	2029
	Despesa corrente	335 899	53 558 569	53 894 468	62 660 042	63 157 537	63 937 998	65 175 544
D1	Despesas com o pessoal	142 222	5 917 507	6 059 728	6 298 086	6 425 088	6 553 590	6 684 661
D11	Remunerações certas e permanentes	77 350	4 615 868	4 693 218	4 968 976	5 069 317	5 170 704	5 274 118
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	32 411	32 411	33 092	33 754	34 429	35 117
D13	Segurança social	64 872	1 269 228	1 334 100	1 296 018	1 322 017	1 348 458	1 375 427
D2	Aquisição de bens e serviços	193 677	44 938 082	45 131 760	53 657 647	54 027 317	54 677 899	55 783 630
D3	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0
D4	Transferências correntes	0	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000
D43	Famílias	0	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	0	52 980	52 980	54 309	55 132	56 509	57 252
	Despesa de capital	0	635 126	635 126	50 000	50 000	50 000	50 000
D7	Investimento	0	635 126	635 126	50 000	50 000	50 000	50 000
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas capital	0	0	0	0	0	0	0
	Despesa efetiva [4]	335 899	54 193 695	54 529 594	62 710 042	63 207 537	63 987 998	65 225 544
	Despesa não efetiva [5]	0	0	0	0	0	0	0
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
D11	Despesa com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	Despesa total [6]=[4]+[5]	335 899	54 193 695	54 529 594	62 710 042	63 207 537	63 987 998	65 225 544
	Saldo total [3]-[6]	995 589	-848 895	146 694	126 158	239 895	169 618	99 466
	Saldo global [1]-[4]	995 589	-848 895	146 694	126 158	239 895	169 618	99 466
	Despesas primárias	335 899	54 193 695	54 529 594	62 710 042	63 207 537	63 987 998	65 225 544
	Saldo corrente	995 589	-213 770	781 819	176 158	289 895	219 618	149 466
	Saldo de capital	0	-635 126	-635 126	-50 000	-50 000	-50 000	-50 000
	Saldo primário	995 589	-848 895	146 694	126 158	239 895	169 618	99 466

Para o período relevante compreendido de 2025 a 2029, considerando as receitas e despesas correntes, destaca-se o superavit no saldo corrente em praticamente todos os anos, o que permite manter um saldo primário positivo em todos os anos, após dedução das despesas de capital, exceto no próprio ano de 2025, consequência do volume de investimento deste ano, considerando que a Domus Social não incorpora nas suas previsões receitas desta natureza. No entanto, e fruto das transferências de 2025, o saldo primário mantém-se positivo ao longo dos anos seguintes.

D. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

No plano plurianual de investimentos inscrevem-se todos os projetos e ações que se pretendem realizar e que permitem concretizar os objetivos definidos pela empresa para o período 2025-2029, desde que tenham natureza plurianual, ou seja, revistam a caracterização de Compromissos plurianuais pelo que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte financ.				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto [21]-[13]+...+[20]
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado períodos anteriores	Estimativa de realização em 2025	Períodos seguintes						
														2024	2025	2026	2027	2028	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	
Func. serviços	2	Atualização geral do Power BI	D7	(O)		92 250			2024	2024	0	0	0	92 250	0	0	0	0	0	92 250
Func. serviços	20220006	Sistema de "Disaster Recovery"	D7	(O)		159 900			2024	2024	0	0	0	159 900	0	0	0	0	0	159 900
Func. serviços	20220012	Desmaterialização de processos	D7	(O)		73 185			2021	2024	3	7 319	0	65 867	0	0	0	0	0	73 185
Func. serviços	20230001	Observatório habitação social	D7	(O)		73 800			2023	2024	0	0	49 200	24 600	0	0	0	0	0	73 800
Func. serviços	20230002	Reformulação portefólio das ocorrências	D7	(O)		49 200			2024	2024	0	0	0	49 200	0	0	0	0	0	49 200
Func. serviços	20240001	Upgrade GAF para versão WEB	D7	(O)		49 200			2024	2024	0	0	0	49 200	0	0	0	0	0	49 200
Func. serviços	20240002	App pt disponibilização de serviços	D7	(O)		36 900			2024	2024	0	0	0	36 900	0	0	0	0	0	36 900
Total												7 319	49 200	477 917	0	0	0	0	0	534 435

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O

IV. Demonstrações Financeiras Previsionais para o período 2025-2029

A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2025-2029 E PRESSUPOSTOS

Como referido no preâmbulo deste relatório, o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.

Desde 1 de janeiro de 2020 que o normativo contabilístico aplicado à Domus Social passou a ser o SNC-AP, pelo que todas as demonstrações financeiras e orçamentais constantes nos IGP 2025-2029 foram preparadas com base neste normativo. Acresce que demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional IGP para o ano de 2025 foi de 2.2%, e estimada em 2,1% para 2026 e 2,0% para os restantes anos, de acordo com as previsões do Conselho das Finanças Públicas para a economia portuguesa.

2 – INVESTIMENTOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
Ativos fixos tangíveis	237 072	20 000	20 000	20 000	20 000
Ativos intangíveis	279 290	30 000	30 000	30 000	30 000
Total	516 362	50 000	50 000	50 000	50 000

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados são concordantes e derivam do Orçamento da CMP no que concerne ao Contrato de Mandato, das receitas provenientes das rendas cobradas aos inquilinos municipais para o ano 2025 e de serviços prestados a outras entidades.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 10 dias para todo o período 2025-2029.

A prestação de serviços para o período 2025-2029 é a seguinte:

montante
s/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
Vendas e prestação de serviços à CMP					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	31 604 794	39 239 327	39 446 734	40 235 668	41 040 382
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	7 125 893	7 417 250	7 120 955	7 263 374	7 408 642
Total de obra e prestação de serviços	38 730 688	46 656 577	46 567 689	47 499 043	48 449 024
Rendas emitidas	11 024 660	11 245 153	11 470 056	11 699 457	11 933 446
Subsídio à exploração	3 813 090	3 753 315	4 006 052	3 516 930	3 506 649
subtotal	53 568 437	61 655 045	62 043 796	62 715 429	63 889 119
Vendas e prestação de serviços a outras entidades					
Serviços de manutenção	12 627	12 892	13 150	13 413	13 681
Rendimentos suplementares	8 169	8 340	8 507	8 677	8 851
subtotal	20 795	21 232	21 657	22 090	22 532
TOTAL	53 589 233	61 676 277	62 065 453	62 737 519	63 911 651

montante
c/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
Vendas e prestação de serviços à CMP					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	32 000 000	39 730 000	39 940 000	40 738 800	41 553 576
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	7 215 000	7 510 000	7 210 000	7 354 200	7 501 284
Total de obra e prestação de serviços	39 215 000	47 240 000	47 150 000	48 093 000	49 054 860
Rendas emitidas	11 024 660	11 245 153	11 470 056	11 699 457	11 933 446
Subsídio à exploração	3 813 090	3 753 315	4 006 052	3 516 930	3 506 649
subtotal	54 052 750	62 238 468	62 626 107	63 309 387	64 494 955
Vendas e prestação de serviços a outras entidades					
Serviços de manutenção	15 531	15 857	16 174	16 498	16 828
Rendimentos suplementares	10 047	10 258	10 464	10 673	10 886
subtotal	25 578	26 115	26 638	27 171	27 714
TOTAL	54 078 328	62 264 583	62 652 745	63 336 557	64 522 669

Relativamente às rendas emitidas foi considerado nos IGP uma taxa de incumprimento de 1,53%, correspondendo à taxa de imparidade das rendas líquidas das cobranças em Sistema de Execuções Fiscais (SEF) baseada nos dados históricos de cobranças.

No que respeita ao enquadramento dos gastos e rendimentos, no Código do IVA, os IGP foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

TIPOLOGIA	REGIME DE IVA
Execução de Obra (construção civil) - Habitação	IVA autoliquidação
Execução de Obra (construção civil) - Outras	IVA autoliquidação
Serviços técnicos de projeto, fiscalização e obra	Taxa normal
Serviços de manutenção	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Rendas emitidas	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou prorata), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a Domus Social sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

As taxas médias apuradas nos IGP, ascendem a 1,25% e 3,14%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.

4 – GASTOS

4.1– Fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os fornecimentos e serviços externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”. O prazo médio de pagamento considerado nos IGP para este tipo de gastos é de 5 dias para os anos do período 2025-2029.

- a. A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal de contas, consultoria para implementação de medidas de cibersegurança, desenvolvimentos no software e-sigma, consultadoria de acompanhamento da implementação do Plano Sustentabilidade, serviços de consultoria legais, consultoria científica e técnica para o Observatório Permanente da Habitação, ensaios de ruído ocupacional e iluminação e workshop para ações de sensibilização, integração de questionários de satisfação e outros trabalhos especializados.
- b. Na rubrica “Publicidade” estão previstas verbas para Campanhas diversas de social-media, prémios “A melhor entrada” e projeto Bem-vind@, campanha “Casa Como Nova” e publicação de anúncios.
- c. A rubrica “Vigilância e segurança” contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- d. A rubrica “Honorários” compreende os gastos com consultoria jurídica.
- e. A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” é essencialmente destinada à conservação dos equipamentos administrativos e manutenção dos diversos programas informáticos ao dispor da empresa, assim como licenças de aplicativos nomeadamente Microsoft e relativa à conservação dos veículos e outros equipamentos.
- f. Os gastos previstos pela rubrica “Ferramentas e utensílios” são relativos a consumíveis indispensáveis ao funcionamento dos vários serviços, quer de apoio transversal à atividade da empresa, quer de apoio à produção.



- g. Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.
- h. A rubrica “Material de escritório” está diretamente relacionada com o volume do trabalho administrativo realizado, com os contratos e com os equipamentos de reprografia.
- i. A rubrica “Energia” prevê o consumo de energia elétrica nas instalações da empresa e frota de veículos elétricos e *plug-in*.
- j. A rubrica “Combustíveis” compreende o gasto de combustível da frota automóvel, com motor de combustão interna, da Empresa.
- k. A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço.
- l. Na rubrica “Rendas e alugueres” estão incluídos a renda do edifício onde se encontra sediada a empresa, assim como os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos de transporte, equipamentos eletrónicos e *hardware* contratualizados.
- m. Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação” incluem os portes com todo o volume de correio, que se prevê necessário para prestar informação ao público-alvo da empresa, as comunicações da rede fixa e as comunicações da rede móvel.
- n. Na rubrica de “Seguros” estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, do recheio das instalações, do equipamento informático e de responsabilidade civil e danos próprios relacionados com a execução de obras.
- o. O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto” é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza.

Os fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontram-se resumidos no seguinte mapa:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
GASTOS DIRETOS DA OBRA					
FSE e Materiais - a refaturar à Câmara Municipal do Porto	38 730 688	46 656 577	46 567 689	47 499 043	48 449 024
FSE e Materiais - a refaturar a Outras Entidades	11 479	11 720	11 954	12 193	12 437
FSE e Materiais - manutenção corrente do parque habitacional	4 165 000	4 121 765	4 447 100	4 088 442	4 215 811
Devolução de rendas à CMP de acordo com Estatutos	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS					
Trabalhos especializados	265 624	271 202	276 626	282 158	287 801
Publicidade	90 156	92 050	93 891	95 769	97 684
Vigilância e segurança	111 790	114 138	116 421	118 749	121 124
Honorários	19 475	19 884	20 282	20 687	21 101
Conservação e reparação	219 711	224 325	228 811	233 387	238 055
Trabalho temporário	13 000	13 273	13 538	13 809	14 085
Ferramentas e utensílios	6 820	6 963	7 102	7 244	7 389
Livros e documentação técnica	3 742	3 821	3 897	3 975	4 055
Material de escritório	17 447	17 813	18 169	18 533	18 903
Electricidade	8 000	8 168	8 331	8 498	8 668
Combustíveis	9 837	10 043	10 244	10 449	10 658
Água	0	0	0	0	0
Deslocações e estadas	14 521	14 826	15 123	15 425	15 734
Transportes de pessoal	295	301	307	313	319
Transportes de mercadorias	0	0	0	0	0
Rendas e alugueres	321 852	328 611	335 183	341 887	348 724
Comunicação	42 759	43 657	44 530	45 420	46 329
Seguros	14 192	14 490	14 780	15 075	15 377
Contencioso e notariado	1 100	1 123	1 145	1 168	1 191
Despesas de representação	1 024	1 045	1 066	1 088	1 109
Limpeza, higiene e conforto	41 985	42 866	43 724	44 598	45 490
Outros fornecimentos e serviços	2 109	2 154	2 197	2 241	2 285
Encargos bancários	932	952	971	990	1 010
subtotal	1 206 370	1 231 704	1 256 338	1 281 465	1 307 094
Total	44 213 537	52 121 766	52 383 082	52 981 143	54 084 366

Os gastos de obra a refaturar à CMP estão evidenciados no ponto 3.

4.2 – Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por categorias:

FUNÇÕES/CATEGORIA	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
Técnico Superior	99	99	99	99	99
Técnico Especializado	27	27	27	27	27
Assistente Técnico	20	20	20	20	20
Encarregado operacional	12	12	12	12	12
Assistente Operacional	9	9	9	9	9
Total	167	167	167	167	167

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de atualização salarial de 4,1 % para 2025;
- Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, ACSS) – 23,6%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- Taxa anual para formação de 1,5% do total de gastos com remunerações brutas do pessoal mais os respetivos encargos;
- Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,2% do total de remunerações brutas do pessoal;
- Taxa anual média para encargos com seguro de acidentes trabalho igual a 1,7%;
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem em conta os vencimentos projetados para os anos em análise e respetivos encargos.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da empresa ser constituído por trabalhadores oriundos da CMP e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

4.3 – Gastos de depreciação e de amortização

As taxas de depreciação e amortização utilizadas são as seguintes, decorrentes da aplicação das vidas úteis dos ativos de acordo com o Classificador Complementar 2:

DESCRIÇÃO	TAXAS
ATIVOS INTANGÍVEIS	
Programas	33,33% - 100%
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 100%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33% - 100%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

5 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro resulta da remuneração das aplicações de tesouraria e, principalmente, dos juros de mora aplicados sobre o incumprimento dos prazos para pagamento de rendas.

Caso os prazos médios de pagamento e de recebimento, assim como o volume de obra, não oscilem significativamente, não são previsíveis quaisquer roturas de tesouraria, pelo que não se espera que os gastos financeiros assumam valores significativos.

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A empresa municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 20%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5% do lucro fiscal. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 21,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, é ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC.

Adicionalmente, e em resultado dos benefícios fiscais serem superiores à matéria coletável gerada no período, não se afigura tributação relevante em sede de IRC, com exceção da tributação autónoma referida no parágrafo anterior.

7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 –Ativo não corrente - Outros ativos financeiros

A rubrica “Outros ativos financeiros” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na mesma rubrica “Outras contas a pagar” no Passivo não corrente.

7.2 – Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo de tesouraria no mínimo de 3 dias do montante total de serviços prestados.

7.3 – Estado e Outros Entes Públicos

Tendo em conta os dados históricos foi calculada uma taxa média ponderada de IVA relativamente às prestações de serviços de 1,25%, sendo de 3,14% para operações passivas relativas a fornecimentos e serviços externos.

Os quadros da empresa comportam colaboradores originários da CMP que se encontram em regime de requisição de serviço, em comissão de serviço e colaboradores enquadrados no regime geral da segurança social.

- i. A taxa média ponderada de encargos sociais foi de 23,6%.
- ii. A taxa média de seguro de acidentes de trabalho considerada foi de 1,7%.
- iii. A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 17,3%.

7.4 – Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos a reconhecer com apólices de seguros a imputar aos períodos seguintes.

7.5 – Outras contas a receber e outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a receber” integra valores referentes a créditos a receber relativos a multas emitidas a fornecedores e de natureza similar.

A rubrica “Outras contas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Estão ainda refletidas nesta conta multas aplicadas em sede de empreitadas, parte das quais estão pendentes de decisão judicial.

7.6 – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da Domus Social.

7.7 – Capital Subscrito

O capital subscrito é composto por 100 000 títulos nominativos de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

8 – RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSO EXISTENTES

A dependência financeira da CMP pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no Contrato celebrado entre a empresa e o MP, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, consequentemente, quaisquer juros de mora

reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Encontra-se pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) do Porto:

	N.º de processo	Ident. do Tribunal/ Unid. Organica	Autor	Tipo de ação	Valor da ação
1	3097/16.8BEPRT	TAF Porto	Cunha & Barroso, Lda	Ação administrativa comum	20 553,67 €
2	311/18.9BEPRT	TAF Porto	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	3 475 728,88 €
3	544/18.8BEPRT	TAF Porto	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	32 029,65 €
4	2136/19.5BEPRT	TAF Porto	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa	4 877 447,65 €
5	2640/18.2BEPRT	TAF Porto	Befebal II, Lda.	Ação Administrativa	58 319,70 €
6	1957/20.0BEPRT	TAF Porto	António Sérgio Mendes Matos, Vânia Raquel Oliveira Baptista e Diogo Baptista Matos	Ação Administrativa	13 247,69 €
7	243/20.0BEPRT	TAF Porto	J.C.N.F. - CONSTRUÇÃO LDA.	Ação administrativa de impugnação de ato administrativo	145 566,59 €
8	1215/21.3BEPRT	TAF Porto	Empribuild, Lda	Ação administrativa	2 130,00 €
9	1216/21.1BEPRT	TAF Porto	Empribuild, Lda	Ação administrativa	4 144,14 €
10	1217/21.0BEPRT	TAF Porto	Empribuild, Lda	Ação administrativa	4 941,09 €
11	1876/21.3BEPRT	TAF Porto	Dape, Lda.	Ação administrativa	33 720,76 €
12	1979/21.4BEPRT	TAF Porto	M. Couto Alves, SA	Ação administrativa	887 171,43 €
13	2595/21.6BEPRT	TAF Porto	Tecnocampo, S.A.	Ação administrativa	72 875,00 €
14	2382/12.2BEPRT-A	TAF Porto	Vodafone Portugal	Ação administrativa	229 386,42 €
15	1635/23.9BEPRT	TAF Porto	Vodafone Portugal	Ação administrativa	30.001,00 €
16	1757/24.9BEPRT	TAF Porto	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação de impugnação pré-contratual de concurso público com efeito suspensivo	30.001,00 €

Em conclusão, é convicção da Domus Social que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco remoto, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, poderem vir a ser desfavoráveis em sede de decisão judicial.

9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos IGP no período 2025-2029 gera resultados líquidos positivos ao longo do período no montante de 100 738 €.

Os IGP geram resultados líquidos positivos, que resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

Apresentamos alguns indicadores no quadro seguinte:

INDICADORES	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029
Liquidez geral	0,53	0,57	0,59	0,61	0,62
Autonomia financeira	13,2%	13,2%	13,3%	13,5%	13,6%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	233 721	276 636	271 665	210 842	143 996

B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	ANO 2025
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas	IV-A-3	286 898,27
Prestações de serviços	IV-A-3	49 481 075,64
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	II-3 / IV-A-3	3 813 090,65
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	IV-A-4.1	-523 206,69
Fornecimentos e serviços externos	IV-A-4.1	-43 690 329,90
Gastos com pessoal	IV-A-4.2	-6 299 392,90
Transferências e subsídios concedidos	II-B-3	-2 650 000,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-168 441,56
Outros rendimentos e ganhos		8 168,59
Outros gastos e perdas		-40 719,83
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		217 142,26
Gastos / reversões de depreciação e amortização	IV-A-4.3	-214 140,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		3 002,05
Juros e rendimentos similares obtidos	IV-A-5	29 323,89
Juros e gastos similares suportados	IV-A-5	0,00
Resultado antes de impostos		32 325,94
Imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-12 745,13
Resultado líquido do período		19 580,81

C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	ANO 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	IV-A-3	38 977 722,15
Rendas emitidas	IV-A-3	10 856 217,97
Subsídio à exploração	II-3 / IV-A-3	3 813 090,65
Pagamentos a fornecedores	IV-A-4.1	-47 672 317,41
Pagamentos ao pessoal	IV-A-4.2	-6 169 170,82
Caixa gerada pelas operações		-194 457,45
Recebimento/pagamento de imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-12 261,86
Outros recebimentos / pagamentos	IV-A-3	980 503,69
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		773 784,38
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	-635 125,57
Investimentos financeiros	IV-A-4.2	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	IV-A-5	8 074,91
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-627 050,66
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0,00
Variação de caixa e seus equivalentes		146 733,73
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 896 620,47
Saldo mínimo de caixa		432 989,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 043 354,19

D. BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	31/dez/25
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	521 499,87
Ativos intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	236 662,32
Outros ativos financeiros	IV-A-4.2/IV-A-7.1	4 604 080,16
		<u>5 362 242,35</u>
ATIVO CORRENTE		
Inventários		112 022,94
Clientes, contribuintes e utentes	IV-A-3	1 318 115,86
Estado e outros entes públicos	IV-A-4.2/IV-A-6/IV-A-7.2	144 943,25
Outras contas a receber	IV-A-7.5	1 095 703,17
Diferimentos	IV-A-7.4	95 341,83
Caixa e depósitos	IV-A-7.2	2 043 354,20
		<u>4 809 481,24</u>
TOTAL DO ATIVO		10 171 723,60
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património / Capital	IV-A-7.7	500 000,00
Reservas	IV-A-7.6	120 020,42
Resultados transitados		701 899,09
Resultado líquido do período	IV-B	19 580,81
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		<u>1 341 500,33</u>
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões		1 000,00
		<u>1 000,00</u>
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	IV-A-4.1	662 444,98
Estado e outros entes públicos	IV-A-4.2/IV-A-6/IV-A-7.3	186 187,65
Outras contas a pagar	IV-A-7.5	6 831 696,69
Diferimentos		1 148 893,95
		<u>8 829 223,27</u>
TOTAL DO PASSIVO		8 830 223,27
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		10 171 723,60

Porto, 23 de outubro de 2024

O Conselho de Administração,



(Albino Pedro Pereira Baganha)



(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)



(João André Gomes Gonçalves Sendim)

V. ANEXO I – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS PARA O TRIÉNIO 2025-2027

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas			
(Un.: euro)			
Designação	2025	2026	2027
2 EDUCAÇÃO			
2.2 Educação	2 310 000	2 310 000	2 310 000
3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA			
3.3 Qualidade de vida urbana	50 000	50 000	50 000
3.4 Saúde	300 000	300 000	300 000
subtotal	350 000	350 000	350 000
4 URBANISMO E HABITAÇÃO			
4.1 Regeneração urbana	200 000	200 000	200 000
5 COESÃO SOCIAL			
5.3 Outras dimensões de intervenção social	1 305 000	200 000	200 000
5.4 Habitação Social:			
Habitação Social	20 200 000	22 230 000	22 440 000
subtotal	21 505 000	22 430 000	22 640 000
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
7.1 Funcionamento dos serviços	3 000 000	4 400 000	4 100 000
Total	27 365 000	29 690 000	29 600 000

Contrato de Mandato para a operação de Lordelo do Ouro			
(Un.: euro)			
Designação	2025	2026	2027
5 COESÃO SOCIAL			
5.4 Habitação Social:			
Outros projetos - Lordelo	11 800 000	17 500 000	17 500 000
Total	11 800 000	17 500 000	17 500 000

Porto Domus Social

VI. ANEXO II – PARECER DO FISCAL ÚNICO



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.** (a Entidade), relativos ao período de 2025 a 2029, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração previsional, o Orçamento anual de tesouraria previsional e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto IV-A. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIP 501 612 181 Capital Social 144 000€

Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161380

Matérias relevantes a enfatizar

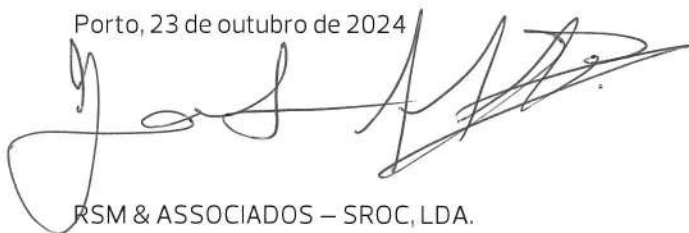
1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2024. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2024, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2024 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.
2. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade está dependente do Município do Porto no que respeita ao financiamento das obras de habitações devolutas e de requalificação do parque de habitação pública municipal, bem como de outras rubricas do Orçamento anual de exploração, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros para financiamento destas componentes da sua atividade poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 23 de outubro de 2024

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'João Luís Almeida Mendes de Araújo', written over a horizontal line.

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC nº933)
registado na CMVM com o nº 20160550

Instrumentos de Gestão Previsional 2025 → 2029



Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.



ef
w
a

Índice

1. Política e estratégia	6
1.1 Visão, missão e princípios estratégicos	6
2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2025 - 2029	8
2.1 Enquadramento do orçamento para 2025 - 2029	8
2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos	8
2.3 Investimentos propostos para o período de 2025 - 2029	9
2.4 Contingências fiscais e de contencioso	9
2.5 Critérios de gestão	9
2.6 Plano de gestão e desenvolvimento de pessoas para o ano de 2025	10
2.7 Pressupostos dos instrumentos de gestão previsional	11
3. Plano anual de atividades	14
3.1 Cultura	14
3.2 Comunicação e Imagem	59
3.3 Desporto	61
3.4 Entretenimento	72
4. Plataformas	75
5. Demonstrações orçamentais previsionais	77
5.1 Orçamento e plano orçamental plurianual	78
5.2 Receita	79
5.3 Despesa	79
5.4 Plano plurianual de investimentos	79

ef
h
e

6. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional	82
6.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2025	82
6.2 Plano de capital humano para o ano de 2025	83
6.3 Plano financeiro para o ano de 2025	84
6.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2025	85
6.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2025	91
6.6 Balanço previsional para o ano de 2025	92
6.7 Planos económico-financeiros para o período de 2025 – 2029	94
6.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2025	96
6.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento para o ano de 2025	97
6.10 Prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano de 2025	97
6.11 Prestação de serviços de estacionamento para o ano de 2025	97
6.12 Transferências financeiras 2024 vs. 2025 do Município do Porto	98
 6. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional	 100

Ch
5
6



ef
6
4

Mensagem do Conselho de Administração

Passados que estão os primeiros anos sobre o momento da criação da Ágora, perspectiva-se o próximo quinquénio (2025–2029) como um período de plena afirmação da empresa. Consolidada a visão estratégica e a sua operacionalização, enformada pela missão, objetivos e valores, e tendo-se já atingido uma dimensão relevante, estima-se que os anos vindouros sejam sobretudo marcados pelo aprimoramento da atividade desenvolvida na programação e provisão de cultura, desporto e entretenimento à cidade.

O processo de expansão da empresa não cessará, no entanto. Com a receção do polo cultural do antigo Matadouro Municipal, bem como das instalações do antigo CACE, prevê-se o alargamento e diversificação das iniciativas de âmbito cultural. Com abertura prevista no último trimestre de 2026, o novo espaço cultural do Matadouro comportará uma área dedicada à realização de práticas culturais comunitárias, novos espaços para a prática artística, bem como o Museu das Convergências, que albergará a Coleção Távora Sequeira Pinto. Conjuntamente com o CACE, este novo equipamento constituirá uma importante âncora de desenvolvimento da parte oriental da cidade, tradicionalmente menos beneficiada com atividades desta natureza. Na área do desporto, por sua vez, prevê-se que sejam construídas três importantes infraestruturas desportivas, nomeadamente a Fase II do Parque Desportivo de Ramalde/INATEL, o Campo Municipal de Campanhã e o Campo Municipal da Ervilha, com o propósito de adequar a oferta desportiva dos clubes e associações da cidade. Paralelamente, continuar-se-á a apostar na oferta dos programas informais de atividade física gratuita, promovendo a prática regular de exercício físico, no reforço do apoio ao associativismo em articulação com as federações desportivas nacionais, associações desportivas e clubes e associações, assim como na captação de grandes eventos desportivos de âmbito nacional e internacional. Acompanhando a expansão da atividade, proceder-se-á à alteração da sede da empresa, que presentemente se encontra subdimensionada, por força do alargamento ocorrido no seu escopo de intervenção, decorrente da atribuição crescente de responsabilidades por parte do município.

A aproximação ao desejado ritmo de cruzeiro permitirá, assim esperamos, recentrar a atividade de gestão na obtenção de níveis mais elevados de serviço e no aprimoramento da qualidade das atividades desenvolvidas. Procurando ir ao encontro das necessidades e aspirações dos munícipes e visitantes da cidade e entendendo cada um dos vetores de atividade da Ágora – cultura, desporto e entretenimento – como fatores indissociáveis do bem-estar e de qualidade de vida, mantemos o compromisso de fazer da Ágora um ator preponderante de desenvolvimento da cidade do Porto.

O Conselho de Administração



el
5
6

1. Política e estratégia

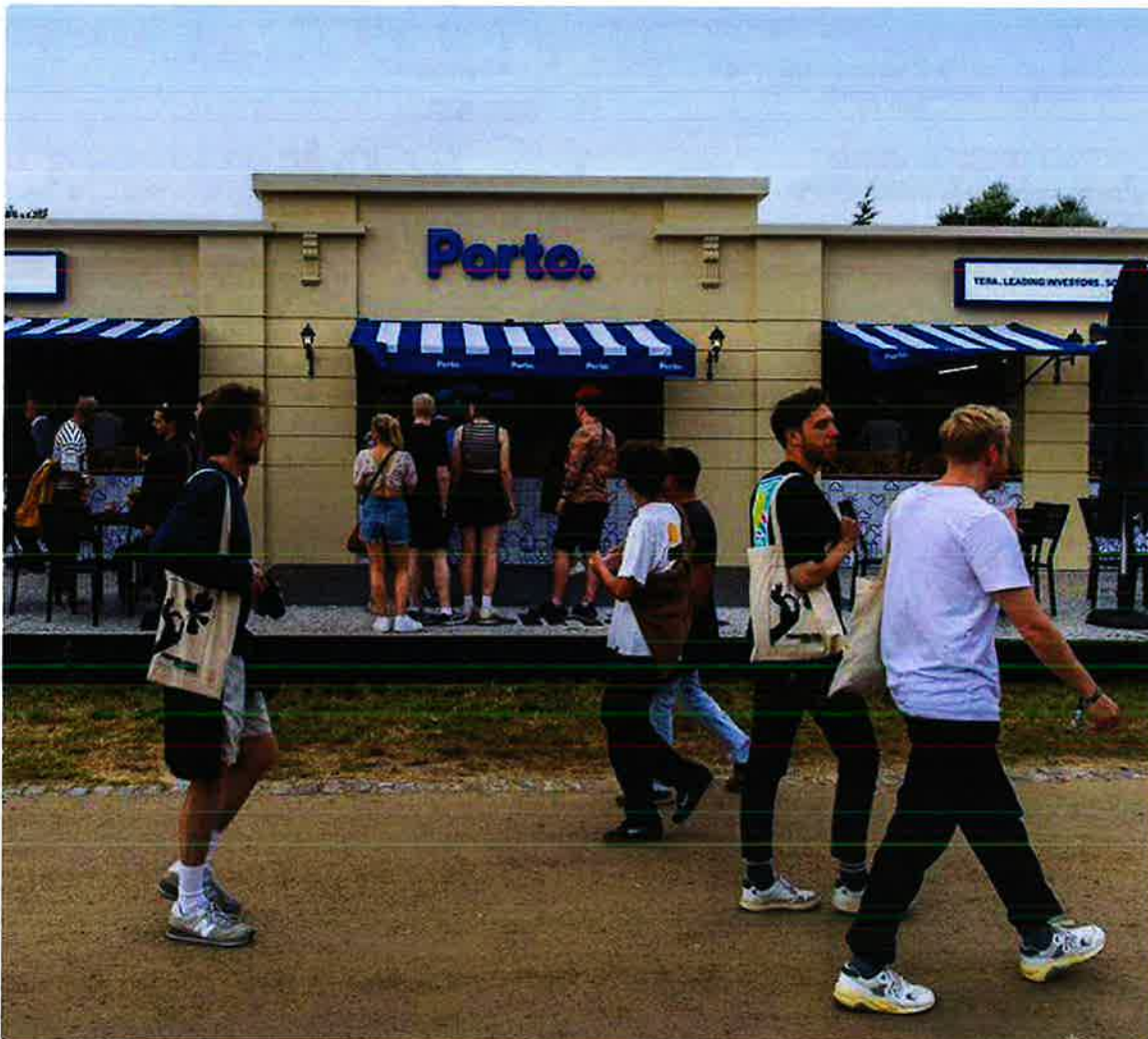
1.1 Visão, missão e princípios estratégicos

Visão

Olhar a cidade como um todo, onde a cultura, o desporto e o entretenimento percorrem todos os territórios e podem acontecer em todos os lugares, envolvendo os cidadãos e convocando os seus mais diversos agentes dinamizadores.

Missão

Ser o catalisador da mudança e a referência de uma cidade que se quer cada vez mais irreverente, arrojada e cheia de vida, promovendo a diversidade da oferta através de uma intervenção inovadora, criativa e sustentada, num diálogo permanente entre a cidade e os seus diferentes públicos.



ef
h
6

Princípios estratégicos

A Ágora tem por objeto social a promoção e desenvolvimento da cultura, da atividade física, desportiva e de animação, bem como a promoção e desenvolvimento de marcas associadas à cidade do Porto, para além das atividades que sejam definidas no âmbito da gestão dos espaços e equipamentos delegados.

No âmbito da prestação de serviço público, constituem atribuições e objetivos da Ágora:

- Assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- Colaborar com o Município do Porto no cumprimento dos programas relacionados com a sua área de atuação, de iniciativa ou com a participação deste;
- Participar em coproduções ou na colaboração com outras entidades, públicas ou privadas, que se enquadrem no seu objeto social;
- Assegurar a programação, produção e supervisão de atividades culturais e de animação municipais que se enquadrem no âmbito das opções culturais e de fomento e apoio à cultura definidas pelo Município do Porto;
- Promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas na cidade, com especial enfoque no desporto adaptado, no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
- Contribuir para o desenvolvimento desportivo do Porto e da sua Área Metropolitana;
- Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas da cidade, no âmbito da sua operação, manutenção e utilização;
- Contribuir para a formação de públicos, designadamente dos mais jovens, nos domínios da sensibilização e da divulgação das artes do espetáculo e da arte contemporânea;
- Fomentar o intercâmbio cultural e desportivo de âmbito nacional e internacional;
- Organizar e apoiar ações culturais e desportivas de prestígio;
- Manter e criar espaços de divulgação e acompanhamento das várias atividades de desporto, cultura e ativação da marca da cidade;
- Promover as obras de conservação ou reabilitação dos edifícios e estruturas municipais afetos ou a afetar às atividades relacionadas com a área de atuação da Ágora;
- Colaborar na elaboração, cumprimento e execução dos regulamentos e das decisões dos órgãos municipais sobre a utilização e funcionamento dos espaços e equipamentos;
- Adquirir os bens e equipamentos, bem como os direitos correlacionados e necessários às suas atividades, mantendo o cadastro dos bens que lhe são confiados organizado e atualizado;
- Promover os processos de expropriação necessários relativamente a bens afetos ou a afetar ao exercício das atividades constantes do objeto social;
- Exercer as atividades que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal do Porto e que se mostrem compatíveis com o seu objeto social;
- Praticar os demais atos necessários à prossecução do seu objeto social.

2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2025 – 2029

2.1 Enquadramento do orçamento para 2025 – 2029

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) teve por base as seguintes orientações estratégicas:

- Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;
- Promoção da eficiente afetação dos recursos disponíveis na esfera da Ágora na prossecução dos seus objetivos estratégicos;
- Priorização estratégica dos projetos culturais, desportivos e de entretenimento, no sentido de potenciar a maximização do retorno social, físico-emocional, cultural e económico dos portuenses e visitantes do mundo. O objetivo final da intervenção da Ágora é a dinamização cultural da cidade e o incremento da qualidade dos serviços desportivos e de entretenimento prestados aos cidadãos pela autarquia, melhorando a qualidade de vida dos munícipes e de todos os que visitam a cidade;
- Gestão equilibrada dos gastos relativos a: (i) contratos que se encontram em vigor; (ii) estratégia de manutenção de natureza preventiva (visando por esta via uma gestão eficiente dos encargos com a manutenção corretiva); (iii) segurança e preservação do património; (iv) gastos com remunerações; e (v) obrigações fiscais e legais;
- Concretização de iniciativas que permitam manter os níveis de segurança e preservação dos ativos patrimoniais da Ágora e dos que se encontrem sob a sua gestão.

2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos

Os IGP relativos ao exercício de 2025 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, que inclui o subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto. O referido subsídio é atribuído com o intuito de financiar, por um lado, as despesas com os serviços transversais e de suporte e atividades de natureza desportiva desenvolvidas pela Ágora e, por outro, o diferencial entre os preços de mercado e os preços praticados pela Ágora no que respeita à exploração das infraestruturas desportivas municipais. Adicionalmente, o referido subsídio à exploração visa igualmente assegurar os encargos decorrentes da exploração dos equipamentos culturais cuja gestão o Município do Porto atribuiu à Ágora. De salientar que o referido subsídio não é sujeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

De notar ainda que a regulação dos termos em que o referido subsídio é atribuído à Ágora se encontra prevista em contrato programa, o qual define os objetivos e os indicadores de resultados para 2024 e 2025, conforme previsto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Adicionalmente, a Ágora desenvolve um conjunto de atividades que se consubstanciam na prestação de serviços ao Município do Porto. As referidas prestações de serviços abarcam a organização de um vasto conjunto de eventos no âmbito da cultura e do entretenimento. A este respeito cumpre referir que os referidos serviços são sujeitos a IVA à taxa normal.



2.3 Investimentos propostos para o período de 2025 – 2029

O investimento previsto em 2025 cobrirá as seguintes áreas:

- Requalificação dos bens que integram as infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora;
- Aquisição de equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos culturais sob gestão da Ágora;
- Equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de equipamentos informáticos e software destinado aos serviços transversais e de suporte.

Para os anos de 2026 e 2029, prevê-se dar continuidade à estratégia de desenvolvimento definida para 2025.

2.4 Contingências fiscais e de contencioso

O processo relativo à aplicação do Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) encontra-se em fase de impugnação judicial, não sendo reconhecida pela Ágora a obrigação de pagamento destes impostos no âmbito da entrega, pelo Município, do Monte Aventino. Esta entrega aconteceu no momento da realização do capital social da Ágora aquando da sua constituição. De referir ainda que a Ágora obteve decisões favoráveis quer relativamente ao IMT da sede quer ao do Monte Aventino, tendo a Autoridade Tributária recorrido somente do IMT deste último.

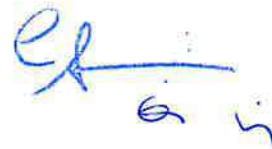
2.5 Critérios de gestão

Este documento considera a gestão para o período 2025 – 2029, com base no princípio da continuidade da empresa.

Com base numa gestão orçamental eficiente e rigorosa, será possível concretizar os projetos equacionados para o período em causa, sem descurar o equilíbrio das contas da Ágora, num esforço contínuo de ajustamento e alinhamento entre rendimentos auferidos e gastos executados.

A execução do plano de intervenção da Ágora para o período de cinco anos visará igualmente:

- Reforçar as parcerias com entidades do universo do município do Porto, e também junto de outras entidades públicas e privadas, dinamizando a atividade na cidade; e,
- Adequar os gastos aos rendimentos disponíveis na esfera das infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora, atendendo à função social da empresa, que decorre da delegação de competências pelo Município do Porto.



2.6 Plano de gestão e desenvolvimento de pessoas para o ano de 2025

No ano de 2025 mantém-se o propósito de melhoria da comunicação interna da empresa, alicerçada na exploração das potencialidades criadas pela nova plataforma na intranet, o *Portal do Trabalhador*. Assim, prosseguir-se-á o caminho que vinha a ser traçado no desenvolvimento da política de gestão de pessoas. Os maiores desafios que se anteveem prendem-se com a implementação de novos procedimentos, e com a necessidade de adaptação contínua, a aprendizagem de novas competências e reinvenção de processos.

Estrutura previsional de recursos humanos

A Ágora apresenta um quadro previsional de pessoal de 345 trabalhadores para o ano de 2025, segundo os seguintes vínculos contratuais:

Vínculo	Trabalhadores
Conselho de Administração	3
Quadro	302
Cedência	40
Total	345

Incluem-se no quadro anterior os três membros do Conselho de Administração, sendo que, de acordo com o enquadramento legal vigente para o setor empresarial local, apenas dois são remunerados.

Custos

Os valores considerados em termos de custos são globais e retratam, por um lado, a correspondência dos vencimentos à tabela salarial em vigor, e por outro a atualização da base remuneratória para o setor empresarial local da Administração Pública.

Este ponto encontra-se desenvolvido na parte financeira dos IGP.

Desenvolvimento pessoal

A Ágora assume ainda o propósito de estabilização dos fluxos, níveis e qualidade de transmissão da informação, como forma facilitadora da gestão das pessoas, reforçando o papel das políticas laborais e sociais como instrumento de retenção de talento.

Um outro objetivo diz respeito à prossecução de políticas ativas de saúde e bem-estar no trabalho, visando a melhoria das condições de trabalho, divulgação de boas práticas e uniformização de procedimentos, bem como a conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Tendo presente que o desenvolvimento pessoal e de carreira dos trabalhadores passa pela articulação e valorização da avaliação de desempenho e da formação, serão estas as pedras basais da política de Gestão de Pessoas nos próximos anos.

No que respeita à formação, o plano de formação em curso procura corresponder às necessidades identificadas por cada direção, antecipando necessidades e colmatando eventuais défices de conhecimento.

Outro compromisso está associado à manutenção do sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015) através do controlo da implementação de ações corretivas e de melhoria, e dinamizando ações formativas com foco na qualidade.

Numa perspetiva de melhoria, cruzar-se-á com o processo de revisão dos normativos internos, adequando os mesmos à realidade e necessidades vividas a cada momento.

Handwritten signature and initials

2.7 Pressupostos dos Instrumentos de Gestão Previsional

a) Contrato programa de 2025

As transferências financeiras ao abrigo do contrato programa estão enquadradas como subsídio à exploração, tendo em vista assegurar as despesas associadas aos seguintes setores:

- Serviços transversais e de suporte;
- Gestão da rede de infraestruturas desportivas pertencentes ao município do Porto;
- Gestão da rede de equipamentos culturais pertencente ao município do Porto.

b) Contratos de prestação de serviços com o município do Porto de 2025

As transferências financeiras ao abrigo dos contratos de prestação de serviços estão enquadradas com rendimentos de exploração as quais se destinam a assegurar:

- Prestação de serviços da Ágora ao município nas áreas da cultura, desporto e entretenimento;
- Prestação de serviços de coordenação na área das atividades de enriquecimento curricular ao município do Porto;
- Prestação de serviços de estacionamento ao município do Porto.

c) Atividade não comparável com o ano de 2024

Prevê-se a continuidade da atividade da Ágora no período 2025 – 2029 em condições similares ao período corrente.

d) Critérios e pressupostos macroeconómicos

Na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o exercício de 2025 foram considerados os seguintes pressupostos:

Pressupostos	2025	2026	2027	2028	2029
Taxa de inflação anual ¹	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de IRC e Derrama Municipal	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa média de progressão salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Tempo médio de recebimento de clientes (n.º de dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento a fornecedores (n.º de dias)	10	10	10	10	10

¹ Fonte: Banco de Portugal

e) Outros Pressupostos**Processos de impugnação judicial – IVA liquidado em excesso ao município (2010, 2011 e 2012)**

Na sequência dos pedidos de revisão oficiosa do ato tributário apresentados pela Ágora junto da Autoridade Tributária relativos ao IVA liquidado em excesso ao município do Porto nos anos de 2010, 2011 e 2012, foram interpostos os seguintes processos de impugnação judicial:

- Em face do decurso do prazo para presunção do indeferimento tácito da Administração Tributária do pedido de revisão oficiosa do ato tributário apresentado relativamente ao ano de 2012 (referente a um montante de IVA liquidado em excesso ao município de 802.575 euros), a Ágora avançou com processo de impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto [Processo n.º 2635/16.0 BEPRT - Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto];
- No final de 2016, a Administração Tributária notificou a Ágora do indeferimento explícito do pedido de revisão oficiosa do ato tributário relativamente ao processo de IVA liquidado em excesso no montante de 504.257 euros referente aos anos de 2010 (185.617 euros) e 2011 (318.610 euros). Em face da referida decisão, entendeu a Ágora encetar processo de impugnação judicial da mesma junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto [Processo n.º 549/17.6 BEPRT - Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto - UO4]; No entanto, tendo em conta que as autoliquidações do IVA referentes aos períodos de tributação de janeiro a outubro de 2010 não estão abrangidas pelo prazo legal de 4 anos, o pedido de revisão oficiosa apenas irá ser apreciado pelos períodos de novembro e dezembro de 2010 e janeiro a dezembro de 2011;
- Ainda no final do ano de 2016, foi a Ágora notificada do indeferimento explícito do pedido de revisão oficiosa do ato tributário relativo a 2012 descrito acima, pelo que, com base nesta posição da Administração Tributária, avançou com a impugnação judicial da referida decisão (explícita) junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto;
- Por sentença transitada em julgado em 16/09/2021 no Processo n.º 549/17.6 BEPRT, foi julgada procedente a impugnação da Ágora, pelo que, em consequência, deverá a Autoridade Tributária apreciar o pedido de revisão oficiosa inicialmente formulado;
- Em maio de 2022, a Ágora foi notificada de audição prévia, para apresentar os documentos retificativos das faturas referentes ao período de tributação de novembro de 2010 a dezembro de 2011, pelo que o valor considerado pela Ágora apenas tem em conta o valor dos períodos mencionados, no montante de 353.612 euros.

Considerando a matéria em discussão, e tendo por base a análise jurídica realizada, o Conselho de Administração da Ágora tem a expectativa de que, em sede de impugnação judicial, será reconhecido o mérito dos fundamentos subjacentes aos pedidos de revisão do ato tributário descritos anteriormente.

No entanto, em caso de decisão desfavorável e conforme instrução do município do Porto, suportada em parecer jurídico, a Ágora procederá à reversão dos movimentos contabilísticos inicialmente efetuados sem qualquer impacto no Património Líquido e nos Fluxos de Caixa, dando conhecimento do facto ao município conforme instrução do mesmo.

Não sendo possível estimar a data de desfecho deste processo judicial, mantém-se no ativo da empresa o valor a receber, e no passivo a respetiva contrapartida durante todo o período de projeção dos IGP.

Ch
5



3. Plano anual de atividades

3.1 Cultura

3.1.1 Direção de Artes Performativas

- a) Teatro Municipal do Porto
- b) DDD – Festival Dias da Dança
- c) CAMPUS Paulo Cunha e Silva
- d) Ecologia e Sustentabilidade
- e) Acessibilidade e Inclusão

A Direção de Artes Performativas da Ágora (DAP), através do Teatro Municipal do Porto – Rivoli e Campo Alegre (TMP), do DDD – Festival Dias da Dança (DDD) e do CAMPUS Paulo Cunha e Silva (CAMPUS PCS) desenvolve e apresenta uma programação local, nacional e internacional traduzida pela presença inúmeros artistas e companhias, incentivando e promovendo o crescimento do tecido artístico e gerando uma maior diversidade da oferta cultural para a cidade.

Sob a Direção Artística de Drew Klein, prossegue-se a missão e os objetivos estratégicos do TMP, do DDD e do CAMPUS PCS, com base nos seguintes eixos:

- O forte investimento no apoio aos artistas e na criação e formação de públicos, ouvindo e dialogando com as estruturas, com as companhias e com os parceiros locais, nacionais e internacionais, numa cumplicidade e num compromisso inabaláveis com o Porto e com a Cultura;
- A organização da 9.ª edição do DDD – Festival Dias da Dança, envolvendo os municípios de Matosinhos e Gaia, os coprodutores e parceiros do Festival, uma vez mais contando com o mecenato do BPI/Fundação La Caixa. O Festival permite alargar a circulação de algumas criações por outros territórios, reforçando também a aposta no Programa DDD CAMPUS, com uma oferta de formação intensiva dirigida a profissionais das artes performativas;
- A consolidação do projeto artístico e missão do espaço de trabalho e de residências artísticas CAMPUS Paulo Cunha e Silva na sua atividade, que permitirá um acompanhamento regular e atento a um determinado número de artistas selecionados através de *open call*, com júri rotativo;
- A manutenção da inscrição e da atividade do TMP no circuito internacional das artes performativas, pela via de coproduções internacionais e pela via da participação em projetos europeus;
- A continuidade de sólidas e importantes parcerias que alicerçam a programação do TMP, com instituições de referência da cidade, do país e do contexto internacional;
- Ao nível da cooperação internacional, dar-se-á continuidade aos projetos internacionais já espoletados, como o IMPACT, iniciando a participação em outros como o Big Pulse Alliance e a Rede Grand Luxe;
- O acolhimento de iniciativas que cruzam a missão e os objetivos estratégicos da DAP, promovidos pelo Município do Porto, por instituições parceiras ou por outras com reconhecido mérito;
- O contínuo e transversal investimento nas questões de acessibilidade e inclusão no que concerne aos públicos, aos artistas e às equipas, envolvendo o TMP, o DDD e o CAMPUS PCS;
- No que concerne ao plano de ecologia e sustentabilidade, prossegue-se o esforço e trabalho já desenvolvidos nas temporadas anteriores, tendo em vista a redução da pegada ecológica por via de ações que visam a minimização e substituição do uso de papel (do qual é exemplo o CAMPUS PCS - espaço totalmente *paper free*), a implementação de soluções de comunicação digitais através de diversos conteúdos e formatos (utilização de diversas plataformas digitais e das redes sociais) bem como soluções aplicadas tanto aos métodos e práticas de trabalho da equipa da DAP e nos materiais de divulgação.

As temporadas 24/25 e 25/26, que neste documento se intersectam pela programação do ano de 2025 (que de seguida se pormenorizará), serão assim norteadas por estes eixos, robustecendo a condição e a ação da DAP nos planos nacional e internacional das artes performativas.

DAP – A missão e os principais eixos estratégicos

A DAP concentra a sua atividade e programação artística sobretudo em três eixos distintos: o apoio e a apresentação do trabalho de agentes culturais da cidade, a circulação e apresentação dos mais recentes trabalhos de reconhecidos criadores nacionais, e dos mais proeminentes artistas da cena internacional, em estreia nacional ou mesmo absoluta.

O apoio continuado a artistas, companhias e estruturas/Festivais do Porto prosseguirá, numa relação com base no diálogo e na proximidade, visando estimular a criação artística da cidade e a sua projeção e circulação nacional e internacional. Manter-se-á de igual forma na programação a forte presença de destacados artistas nacionais e internacionais (por vezes, com apoio reforçado no contexto de coproduções), reconhecendo a importância da apresentação dos seus projetos aos diferentes públicos da cidade – de entre os quais os estudantes das artes performativas e o próprio tecido cultural.

Assim, o TMP desenvolve um projeto artístico multidisciplinar, orientado para as artes performativas e outras disciplinas – Dança, Teatro, Música, Circo Contemporâneo, Literatura, Pensamento – num programa orientado para (e aberto a) diferentes e diversos públicos. O Programa *Escolas e Comunidades* e a atividade de mediação estabelece e promove a proximidade com os diferentes públicos da DAP, estimulando a acessibilidade (social, económica, cultural e estética) da prática artística contemporânea, através de um discurso e de um diálogo permanentes e acessíveis que estimulam a reflexão e uma perspetiva crítica e ativa.

O DDD incrementa o apoio, a circulação e a internacionalização de artistas (com enfoque para os artistas que trabalham a partir da cidade) na área da dança contemporânea expandida. Um Festival consolidado por vias da programação, das parcerias e dos públicos, com um espírito agregador, resultando no reconhecimento dos parceiros e do circuito internacional das artes performativas.

O CAMPUS PCS promove a dinâmica de partilha entre artistas, bem como a formação, estimulando a reflexão sobre formas e métodos de trabalho artístico. Com foco particular no apoio ao desenvolvimento do tecido cultural, sobretudo de artistas e companhias do Porto, na dança contemporânea, no teatro contemporâneo, no circo contemporâneo, nas formas animadas, nos cruzamentos disciplinares, e na escrita e reflexão, o CAMPUS PCS posiciona-se como projeto de investimento e desenvolvimento a médio/longo prazo, visando contribuir para os futuros discursos contemporâneos no panorama artístico.

A DAP orienta-se e define-se, assim, com base nos pontos seguintes:

1. Um projeto cultural que agrega dois teatros emblemáticos da cidade (TMP - Rivoli e Campo Alegre), um polo dedicado a residências artísticas e à formação (CAMPUS PCS) e o maior Festival de dança contemporânea de Portugal (DDD), implementando a visão e a estratégia do Executivo Municipal e da Ágora para as artes performativas, no Porto e na região, com impacto ao nível nacional e internacional;
2. Uma programação multidisciplinar de reconhecida qualidade, abrangendo numerosos e diferentes públicos;
3. Um projeto já enraizado na comunidade artística e académica – visto e tido como referência para estas comunidades – com visibilidade nacional já estabelecida e notoriedade internacional;
4. Um projeto ativo e crucial na formação de novos públicos, no seio da comunidade estudantil em todas as suas etapas e ciclos formativos, no tecido cultural e no seio da comunidade em geral, por via de um plano de atividades que contempla a programação artística e outras iniciativas de interesse/mérito reconhecido;
5. Uma forte componente de aproximação e sensibilização dos públicos infanto-juvenis, jovens adolescentes e adultos para as Artes Performativas, através do Serviço Educativo – *Escolas e Comunidade* e a *Mediação*, com programação de espetáculos, *workshops*, oficinas e muitas outras atividades especialmente dedicadas ao contexto de participação de comunidades e grupos escolares;
6. Uma atenção crescente no que diz respeito às questões de ecologia, sustentabilidade e acessibilidade através da renovação e integração de novas práticas de trabalho e da oferta de conteúdos artísticos acessíveis a diferentes públicos.



A Direção de Artes Performativas em 2025

a) O Teatro Municipal do Porto

Estratégia de programação

A programação do TMP para o ano de 2025 assentará nos pontos seguintes:

1. Manutenção do diálogo e proximidade com artistas e companhias, sobretudo da cidade, promovendo condições para o desenvolvimento dos seus trabalhos, assim como a consolidação dos hábitos e das rotinas que têm vindo a ser estimulados junto dos diferentes públicos;
2. Prossecução de um equilíbrio entre programação internacional, nacional e de estruturas/artistas que trabalham a partir da cidade, apresentando assim uma oferta diversificada, pensando nos diferentes públicos;
3. Reforço no investimento do apoio à criação artística, através do robustecimento das coproduções nacionais e internacionais, consolidando assim o posicionamento do TMP no circuito internacional das artes performativas (concretizado também pela via de parcerias internacionais com proeminentes estruturas culturais e artísticas de diferentes partes do mundo);
4. Contínua internacionalização da DAP através da manutenção em projetos europeus, redes internacionais de criação e intercâmbio de artistas em curso (e da integração em novos projetos), e ainda pela via da coapresentação com diversos teatros e festivais internacionais, contribuindo deste modo para uma maior circulação de artistas nacionais e internacionais.

O desenho artístico do TMP manterá a sua multidisciplinaridade, assente em diferentes estéticas e na proveniência de diversas latitudes, pontuada por programas e projetos de foco em artistas/temáticas/disciplinas/contextos específicos, assim como por projetos desenvolvidos e/ou apresentados em parceria.

Destacam-se alguns dos momentos da programação, que entre muitos outros, irão implementar e materializar a Missão do TMP, com base nas estratégias delineadas:

- IMPACT (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies), projeto liderado pelo CNSMD de Lyon (França), envolvendo instituições de ensino superior como a Universidade das Artes de Estocolmo (Suécia), o Centro Internacional para a Dança Tradicional e Contemporânea Africana - École des Sables (Toubab Dialo, Senegal), o Royal Conservatory of Antwerp (Bélgica) e as instituições profissionais, Les Subs (Lyon, França) e de Singel (Antuérpia, Bélgica), grupo do qual o TMP faz parte. O projeto visa o desenvolvimento de um programa de estudos em coreografia e performance, com vertente teórica e prática;
- O 93.º Aniversário do Teatro Rivoli, em janeiro de 2025, será celebrado com um programa composto por artistas da cidade, artistas nacionais e artistas internacionais, contando com uma estreia internacional. Considerando a data e a ocasião, na qual se celebra a existência e longa vida do Teatro da Cidade, manter-se-á o caráter gratuito da programação;
- O programa *Make Trouble*, o apoio e a coprodução de relevantes Festivais de Teatro, Música, Teatro de Marionetas e Circo Contemporâneo da cidade, como são o FITEI – Festival Internacional de Teatro e Expressão Ibérica, o Festival Porta-Jazz, o FIMP – Festival Internacional de Marionetas do Porto e o Trengo – Festival de Circo, respetivamente.

Dança

A Dança Contemporânea manterá um destaque singular na programação do TMP, mantendo sempre o equilíbrio com outras disciplinas, num universo que apresenta e perpassa espetáculos de artistas que trabalham a partir da cidade, artistas nacionais e internacionais, a formação, a reflexão e o acolhimento de residências artísticas e artistas / companhias / estruturas residentes.

Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação;
- Acessibilidade – sessões em Língua Gestual Portuguesa, audiodescrição e legendagem.

Artistas / Companhias nacionais: Real Pelágio / Sílvia Real e Sérgio Pelágio, Meg Stuart e Francisco Camacho, Marlene Monteiro Freitas, Lander Patrick, Marco da Silva Ferreira e as sessões em noite *Double Bill* dos Palcos Instáveis nas temporadas 24/25 e 25/26 (sessões compostas pela apresentação de artistas).

Artistas / Companhias internacionais: Benjamin Abel Meirhaeghe (Bélgica), Mette Ingvarsten (Dinamarca), Lucinda Childs (EUA), Gabriella Iacono & Grégory Grosjean / Madebyhands (Bélgica), ROSAS/ Anne Teresa De Keersmaeker (Bélgica), Alex Baczyński-Jenkins (Inglaterra), Francisco T. Cavalcanti (Brasil), Miet Warlop (Bélgica), Dorothee Munyaneza (Inglaterra/Ruanda), entre outros ainda a definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos de Sílvia Real e Sérgio Pelágio, Marlene Monteiro Freitas, Lander Patrick, Marco da Silva Ferreira e os vários artistas que integram as sessões dos Palcos Instáveis, bem como as coproduções internacionais dos trabalhos de Alex Baczyński-Jenkins (Inglaterra), numa parceria com a Galeria Municipal do Porto, Francisco T. Cavalcanti (Brasil), Miet Warlop (Bélgica), entre outras a definir, reforçando o estatuto do TMP no panorama das artes performativas, ao nível nacional e internacional.

Teatro

A programação de Teatro do TMP é delineada tendo em consideração a oferta cultural, em diálogo com outras instituições da cidade, selecionando os projetos de forma particular e complementar. Com privilégio para as companhias da cidade, para que estreiem as suas mais recentes criações no TMP - com especial enfoque nas novas dramaturgias -, o teatro internacional tem vindo a ocupar também um lugar de especial destaque nos palcos do Rivoli e do Campo Alegre.

Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação do Teatro Nacional São João;
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação;
- Acessibilidade - sessões em Língua Gestual Portuguesa, Audiodescrição e legendagem.

Companhias / Encenadores Nacionais: Teresa Coutinho, Zia Soares, Marco Mendonça, Silent Party / Mafalda Banquart, A Turma / António Parra, TEP, Plataforma UMA / Mafalda Lencastre e Joana Magalhães, Ardemente, Frenesim / Ana Madureira, Joana Estrela & Nicolau, Sandra Neves/Trupe Fandanga, Igor Gandra / Teatro de Ferro, Ardemente.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos de Maria Inês Marques, Teresa Coutinho, Zia Soares, Sandra Neves, Joana Estrela e Nicolau, Mafalda Banquart, Teatro de Ferro, António Parra, TEP, Mafalda Lencastre, Joana Magalhães, Ardemente.

Companhias / Encenadores Internacionais: El Conde de Torreñiel (Espanha), Lola Arias (Argentina).



Festivais

FITEI – Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica

No pressuposto mantido ao longo das edições anteriores, o FITEI – Festival Internacional de Teatro e Expressão Ibérica, terá no TMP uma âncora central. A programação apresentada no Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre conta com nomes de artistas e companhias de teatro locais e nacionais, como Lígia Soares, Raquel Lima e Sara Gigante. Ao nível internacional, serão também apresentados os mais recentes trabalhos artísticos de reconhecidos artistas e companhias.

A programação do FITEI conta ainda com um extenso programa de atividades de mediação e formação, das quais se destacam *workshops*, conversas pós-espetáculo e lançamento de livros com os artistas que se apresentam no festival.

Música

As escolhas na música seguem a linha de orientação programática que conduziu à seleção das propostas na área do Teatro Municipal do Porto.

Eixos:

- Concertos de câmara no Pequeno Auditório do Teatro Rivoli;
- *Understage*: ciclo dedicado à música contemporânea, inserida no circuito alternativo (a decorrer no subpalco do Teatro Rivoli);
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação da Casa da Música, do Coliseu do Porto Ageas ou do Hard Club.

Será no Teatro Rivoli que a música manterá a sua particularidade e o seu ritmo na programação do TMP, continuando a dar visibilidade a projetos de música contemporânea, pouco conhecidos e de sonoridades diversas, com periodicidade mensal.

O ciclo *Understage*, iniciado em 2015, conta novamente em 2025 com a parceria de três estruturas da cidade: a Matéria Prima, a Lovers & Lollypops e a Amplificasom, responsáveis pela programação. Este ciclo acontece uma vez por mês, no subpalco do Grande Auditório do Teatro Rivoli, programado em alternância pelas três estruturas enunciadas.

Manter-se-á de igual forma a parceria com o Curso de Música Silva Monteiro, dando a conhecer os *Novos Talentos* da música clássica, em 2025, em sessões / concertos duplos com regularidade bimensal, formato que se manterá até ao final da temporada 2024-2025.

De referir também a realização do Festival Porta Jazz, que concretiza e torna visível, uma vez por ano, a dedicação e o trabalho desenvolvidos pela Associação Porta Jazz na promoção deste estilo musical.

No programa para a *Comunidade Escolar*, será apresentado *Frenesim*, um projeto que cruza a música e o teatro, e em Julho manter-se-á a parceria no âmbito dos *Concerts4Good*, com a apresentações da Orquestra Juvenil da Bonjóia, projeto promovido pela Câmara Municipal do Porto.



Marionetas / Formas Animadas

As Marionetas e as Formas Animadas manterão a sua presença na programação do TMP, como já é tradição. Esta presença é mais intensa em outubro, materializando-se na coprodução do FIMP - Festival Internacional de Marionetas do Porto.

Na edição do FIMP 2025, prevista para o período entre 7 e 18 de outubro, o Festival manterá o seu quartel-general no Teatro Rivoli e Campo Alegre. Serão apresentados no TMP, como habitualmente, artistas e companhias locais e nacionais, como Costanza Givone, entre muitos outros ainda a definir.

No contexto serão vários os artistas e companhias que ocuparão os palcos do teatro Rivoli e Campo Alegre durante o festival.

No Programa para a *Comunidade Escolar*, incluem-se as coproduções e as apresentações dos trabalhos de Joana Estrela & Nicolau, Sandra Neves / Trupe Fandanga, Igor Gandra / Teatro de Ferro.

Circo Contemporâneo

O TMP continuará a dedicar grande atenção ao circo contemporâneo, disciplina que marca presença de forma regular na sua programação, por via do TRENGO – Festival de Circo, da Mostra Estufa e de apresentações espetáculos e/ou apontamentos nas sessões das *Quintas de Leitura*.

Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Incremento no investimento e na visibilidade desta disciplina.

Em 2025, manter-se-á o apoio ao TRENGO – Festival de Circo do Porto (junho) e a coprodução à Mostra Estufa (novembro), ambos promovidos pela Erva Daninha, uma das mais reconhecidas companhias do país, na área do circo contemporâneo. No âmbito do TRENGO, em junho de 2025, encontram-se previstas as apresentações de Mélissa Von Vépy & Stéphan Oliva (França) com o seu espetáculo *Piano Rubato*, no palco do Grande Auditório do Teatro Rivoli, e da companhia Kolektiv Lapsó Cirk (Espanha), com o seu espetáculo *QOROQ*, no Auditório do Teatro Campo Alegre.

Cinema

Em 2025, o Cinema manterá presença regular no TMP. Para além da programação diária da Medeia Filmes no Teatro Campo Alegre, outras colaborações poderão desenvolver-se, na sequência de parcerias continuadas.

Eixos:

- Programação assente em parcerias com estruturas/iniciativas dedicadas à promoção do cinema, sobretudo autoral e fora dos circuitos comerciais, em torno de distintos universos e temáticas – promovendo a diversificação dos públicos.

4
6
4

Sessão Quintas de Leitura,
Teatro Campo Alegre

Literatura

O ciclo *Quintas de Leitura* mantém-se enquanto projeto basilar e de referência na promoção da palavra e das letras, com base estabelecida no Teatro Campo Alegre, comemorando em 2025 o seu 24.º aniversário. Encontram-se já definidas três sessões para 2025, com outras sessões a definir.

O TMP Café acolherá lançamentos de livros, de obras e autores relevantes no contexto literário nacional. Os *Cafés Literários* - sessões onde se dão a conhecer novos autores e novas obras, em formatos informais e descontraídos, numa deambulação intercalada entre o Teatro Campo Alegre e o Teatro Rivoli - prosseguem, com duas sessões já previstas para 2025.

Performance / Cruzamentos Disciplinares

O programa *Make Trouble* concentra algumas propostas de programação conjugada, mediante a temática e/ou os formatos de apresentação. *Make Trouble* é um espaço para a apresentação de projetos de artistas de diferentes latitudes geográficas e disciplinares, espaço laboratorial para a apresentação, experimentação e discussão de projetos multidisciplinares.

Em janeiro 2025, no contexto do *Make Trouble*, serão apresentados os trabalhos de Maria Inês Marques e de Leandro Souza (Brasil). Em março 2025, Jaha Koo (Coreia do Sul) e Silent Party/Mafalda Banquart serão os artistas que integrarão o programa.

Eixos:

- Possibilidade de apresentação pontual de projetos híbridos, que cruzam universos distintos e que possibilitem, por isso, uma interação com novos públicos e a sua cativação;
- Programação assente em parcerias com estruturas/iniciativas dedicadas à promoção de disciplinas artísticas que não se encontram tão presentes no TMP (como a performance, as artes visuais etc.) – maximizando a diversificação dos públicos -, sobretudo no contexto do programa *Make Trouble*.

Programas e Projetos

Serviço Educativo – Escolas e Comunidade

Mediação

A DAP tem na *Mediação* e na relação com os públicos um dos seus principais eixos de ação, propondo um conjunto de conteúdos e atividades conectados com a programação artística, para todos os públicos. Tal traduz-se em conteúdos digitais – *Descortinar* e *Mescla* – mas também em atividades *online* e/ou presenciais, podendo, neste caso, ter lugar no TMP, no CAMPUS PCS ou em contexto escolar.

A partir da diversidade das obras artísticas apresentadas, pretende-se possibilitar aos públicos da DAP um diálogo próximo e construtivo com estas obras, os seus criadores e processos, fornecendo chaves para um descortino consciente e sustentado. Estas atividades e conteúdos visam, assim, expandir a reflexão e o debate sobre as artes performativas na sua desejável relação com outras áreas artísticas, do saber e do viver em sociedade.

Eixos:

- Promover a proximidade dos diferentes públicos às artes performativas e aos seus intervenientes, apresentando propostas diferenciadas para diferentes públicos-alvo, sem descuidar as atividades dirigidas especificamente para grupos escolares e famílias;
- Desenvolver e potenciar uma perspetiva crítica, ativa e reflexiva;
- Apresentar propostas em diferentes áreas artísticas;
- Trabalhar em parceria com outras instituições artísticas e culturais, no sentido de viabilizar e rentabilizar a encomenda e apresentação de novos projetos;
- Promover o trabalho dos artistas da cidade do Porto, assim como dos artistas nacionais e internacionais;
- Apresentar propostas e desenvolver projetos que promovam a inclusão e a capacitação dos públicos/participantes.

Participar

Aquecimento Paralelo

Uma oficina dinamizada por um artista – sempre associada a um espetáculo – desafiando quem nela participa a experimentar, pelo movimento, o vocabulário e a dramaturgia de determinada obra. Esta oficina possibilita uma breve abordagem a diferentes linguagens artísticas e proporciona uma entrada e uma relação com os espetáculos bastante diferentes da tradicional.

Masterclasses

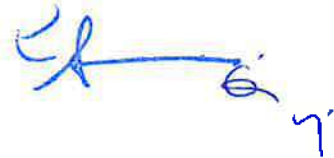
Orientadas por artistas presentes na programação regular do TMP, as *masterclasses* têm como objetivo aprofundar, descobrir ou complementar os espetáculos. Por norma, são convidados artistas estudantes de artes performativas e de outras áreas a dialogar, a ouvir, e a experimentar na primeira pessoa, as práticas e experiências artistas que integram a temporada.

Para 2025 encontram-se já previstas *masterclasses* orientadas por Francisco Camacho e Antony Hamilton.

Conversas pós-espetáculo

A conversa pós-espetáculo tem como intuito a partilha direta e participada com os artistas e uma aproximação às ideias e processos base do trabalho que acaba de ser apresentado e sobre o qual se pretende estimular uma reflexão consciente, por parte de todos aqueles que assistiram ao trabalho.

Neste momento, já previstas as conversas pós-espetáculo dos *Palcos Instáveis* e das sessões do Programa para a *Comunidade Escolar*.



Palco para toda a Obra

Artistas vão às escolas para a realização de uma oficina de movimento e/ou com os alunos, em torno de um espetáculo inserido na programação do Programa para a comunidade escolar do TMP, em estreita articulação com os docentes e demais profissionais das escolas e jardins de infância, assim como com as equipas artísticas e/ou pedagógicas associadas aos espetáculos e iniciativas que integram a programação.

Visitas guiadas

O TMP abre as portas dos seus dois polos, Rívoli e Campo Alegre, de forma a desvendar os seus bastidores e dá a conhecer estes dois teatros, o trabalho desenvolvido e a equipa que neles trabalha.

Perspetivam-se, ainda, outras atividades de mediação, de formatos distintos, pensadas com as equipas criativas dos projetos e a partir da especificidade do espetáculo. Será o caso da oficina de *role play* "Caça às bruxas: dramatização de um julgamento", no âmbito da coprodução e apresentação de *O FIM FOI VISTO*, de Teresa Coutinho.

Programa de Residências Artísticas

O programa de residências artísticas do TMP concentra-se, sobretudo, e desde junho de 2021, nos Programas do CAMPUS PCS – ao abrigo dos *open calls* de residências técnicas e artistas, e da possibilidade de reserva de estúdios, por parte de artistas/companhias do Porto -, na atribuição de espaços de trabalho às coproduções do TMP e DDD – Festival Dias da Dança e em residências de longa duração que prosseguem no Teatro Campo Alegre.

IMPACT (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies)

Este projeto tem como objetivo a criação e o desenvolvimento conjunto de um programa / um curso internacional de coreografia e performance-art (denominado IMPACT) dirigido a bailarinos/coreógrafos/performers que possuam já alguma experiência (cinco anos de atividade após a conclusão da formação académica), e que pretendam prosseguir na carreira internacionalmente. As temáticas e conteúdos do programa versam sobretudo na prática e experimentação, no desenvolvimento de ferramentas / técnicas / métodos de criação, pesquisa, análise / pensamento crítico, na interdisciplinaridade, na apresentação pública / ao público, na reflexão e no empreendedorismo.

O projeto IMPACT (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies) foi alvo de candidatura europeia, aprovada no início da temporada 2022/2023, e é liderado pelo CNSMD de Lyon (França), envolvendo instituições de ensino superior como a Universidade das Artes de Estocolmo (Suécia), o Centro Internacional para a Dança Tradicional e Contemporânea Africana - École des Sables (Toubab Dialo, Senegal), Royal Conservatory of Antwerp (Bélgica) bem como as instituições profissionais, Les Subs (Lyon, França) e de Singel (Antuérpia, Bélgica), grupo que o TMP integra. As sessões de trabalho para desenvolvimento do projeto estão em curso. O seu término encontra-se previsto para 2025.

93.º Aniversário do Teatro Rívoli

Anualmente, em torno do dia 20 de janeiro, celebra-se a data do Aniversário do Teatro Rívoli, o teatro da cidade, com portas abertas e uma programação que atravessa áreas fundamentais da programação do TMP. Para assinalar a data, as celebrações serão levadas a cabo no Teatro Rívoli, com propostas de artistas que trabalhem a partir da cidade e artistas nacionais e internacionais: Benjamin Abel Meirhaeghe, Carlos Azeredo Mesquita, Sílvia Real e Sérgio Pelágio / Real Pelágio, entre outros, numa programação multidisciplinar que abrange a dança, o teatro e a música.

b) DDD – Festival Dias da Dança em 2025

O DDD – Festival Dias da Dança partiu da ideia de ligação entre as cidades do Porto, Matosinhos e Gaia, na oferta de uma programação que atesta a diversidade no âmbito da dança contemporânea e promove a deambulação entre espaços de apresentação e espaço público.

Este festival internacional de dança contemporânea, de periodicidade anual, com organização da Ágora através da DAP, em parceria com as câmaras municipais de Matosinhos e Gaia, é ainda sustentado por inúmeras outras parcerias institucionais, artísticas, de comunicação e difusão, logísticas entre outras, das quais se destacam as estabelecidas com a Fundação de Serralves, o Coliseu Porto Ageas, o Balletteatro, entre outras. A edição de 2025 contará uma vez mais com o importante apoio do BPI / Fundação La Caixa, por via do seu mecenato.

Missão

A Missão do DDD assenta nos seguintes eixos:

- A promoção e o desenvolvimento do sector da dança contemporânea em Portugal, enquanto disciplina artística agregadora de múltiplos estilos e estéticas, de carácter universal e transnacional – pela priorização do movimento face à palavra –, e consequentemente de vasta abrangência e largo alcance no potencial de circulação de obras e na cativação e formação de novos públicos para as artes e a cultura;
- A capitalização do crescente fulgor que se tem vindo a registar na criação artística no campo das artes performativas, e mais concretamente na dança contemporânea, a partir do Porto – consequência do investimento realizado nos últimos anos pelo Município do Porto nas estruturas artísticas locais e nacionais, fortalecendo e cimentando as suas condições e capacidades de trabalho, estimulando e impulsionando outras fontes de financiamento, com múltiplas replicações no panorama artístico regional e nacional;
- O contributo para o reconhecimento e o desenvolvimento crescente, e sustentável do sector das artes performativas – especificamente da dança contemporânea – e dos seus profissionais, nos panoramas nacional e internacional.



Os principais objetivos

Como principais objetivos, o DDD almeja:

- O incremento quantitativo e qualitativo da oferta cultural e artística na região norte do país, com enfoque na dança contemporânea e a promoção de uma intensa circulação de públicos nacionais e internacionais, através de uma programação vasta e diversificada - nos conteúdos e na forma -, na qual se apresenta uma multiplicidade aportada pelas diferentes latitudes, linguagens, estéticas e gerações das quais provêm os artistas presentes em cada edição do festival;
- A internacionalização do festival e o investimento na vinda de programadores internacionais, estimulando assim a promoção e difusão do trabalho artístico nacional fora de portas;
- A contribuição ativa para a criação de novos públicos e para a formação artística, ancorada na diversidade, abrangência e no volume de propostas do festival, consolidando a corrente de públicos da dança que se tem vindo a formar na região, mas também atraindo e captando novos públicos, ainda afastados desta expressão artística, fomentando uma intersecção entre a fruição de espetáculos e a participação em projetos pontuais e/ou continuados e duracionais (desde *workshops* a *masterclasses*, desde mesas redondas e demais encontros);
- A consolidação de um festival enquanto plataforma de mediação de públicos, intermediando, traduzindo, desconstruindo e desmistificando – tornando assim mais acessível – as práticas artísticas contemporâneas, nas artes performativas em geral, e na dança em particular;
- A relação próxima com as Escolas e Comunidade ligadas à dança, através do *Serviço Educativo – Escolas e Comunidade*, apresentando e propondo um conjunto de conteúdos e atividades integrantes no DDD.

A programação em 2025

A programação do DDD, em 2025, conta com a apresentação de 22 espetáculos em sala, dos quais nove são coproduções nacionais, três são coproduções que envolvem artistas nacionais e internacionais e uma será coprodução internacional. No total das coproduções e dos acolhimentos, figuram dez companhias nacionais, três companhias compostas por artistas nacionais e internacionais e nove companhias internacionais. Do alinhamento definido à data, constam os nomes de Ana Isabel Castro, Mélanie Ferreira, Sónia Baptista, João Castro, Vera Mantero, Victor Hugo Pontes em colaboração com a Companhia Dançando com a Diferença, Circolando, Be Dias, Vânia Doutel Vaz, Gaya de Medeiros, Fábio Krayze, Ana Rita Xavier, Daniel Conant, Marcelo Evelin, Gaya de Medeiros, Elsa Jocson, Cris Duarte, William Forsythe e Rauf “Rubberlegz” Yasit, Idio Chichava, André Uerba, entre outros nomes ainda em confirmação. Também em vias de definição se encontra o Programa CORPO+CIDADE, apresentado anualmente no DDD em colaboração com o Balletteatro.

Como tem vindo a acontecer nas últimas edições, o DDD apresentará também com um programa de atividades paralelas, que integrará conversas expandidas, *masterclasses*, aulas abertas, *workshops*, festas, entre outras iniciativas. Adicionalmente, o DDD promove um programa destinado a programadores/as que visitam o Porto, Matosinhos e Gaia durante o festival. Ao ritmo dos espetáculos apresentados nas três cidades, conta com um programa de momentos informais de encontro, contacto com artistas (e as suas obras) e discussão de assuntos relacionados com as práticas artísticas e a sociedade.

c) O CAMPUS Paulo Cunha e Silva

Espaço para a prática e pesquisa de disciplinas convergentes e para o desenvolvimento artístico, esta infraestrutura afirma-se como um equipamento vital na cidade, posicionando-se no panorama artístico local, nacional e internacional.

O CAMPUS PCS promove um programa plural, de acesso livre por via de marcação/reserva de estúdios ou através das open call de residências artísticas e técnicas, permitindo desta forma dar resposta à anterior falta de espaços na cidade para este efeito. Em simultâneo, o CAMPUS PCS constitui-se como um projeto basilar, relativamente ao acompanhamento artístico de residências e à promoção da pesquisa, do pensamento e da investigação.

No âmbito do *Open Call - Residências Artísticas 2024/2025*, lançado em 1 de fevereiro 2024, foram selecionados dez artistas locais, cinco artistas nacionais e três artistas internacionais, para a realização de 18 residências, com um total de 207 candidaturas recebidas.

Ao nível internacional, o CAMPUS PCS irá acolher novamente o programa de residências artísticas - *Residências Cruzadas*. Para os artistas (ainda a definir), esta será uma oportunidade para o desenvolvimento do seu trabalho artístico, ao longo de duas semanas, com condições logísticas e financeiras similares às dos artistas selecionados no âmbito do *open call*.

O mesmo acontecerá com outros parceiros internacionais (ainda a definir) - que acolherão artistas locais para desenvolver uma residência artística, suportando as condições financeiras e logísticas destes acolhimentos.

No âmbito da *Open Call Residências Técnicas 2024/2025* no Teatro do Campo Alegre (Sala Estúdio), lançada a 1 de fevereiro de 2024, foram selecionados um artista local, um artista nacional e um artista internacional, de um total de vinte e duas candidaturas recebidas. Como resultado desta *open call* estará em residência técnica no Teatro do Campo Alegre, no primeiro semestre de 2025, a estrutura O Rumor do Fumo.

Ainda em 2025, estão previstas mais duas residências técnicas que serão selecionadas no âmbito da *open call 2025/2026*, a ser lançada no 1.º trimestre do ano.

A 5.ª edição do Programa *Reclamar Tempo* foi lançada a 28 de agosto 2024, resultando numa atividade que se irá desenvolver também em 2025.

Programa de Residências Artísticas

Para além das residências de longa duração no Teatro Campo Alegre, o CAMPUS acolhe um grande número de residências artísticas (através de *open call*), tendo alargado a capacidade de resposta da DAP - e, consequentemente, da cidade - às inúmeras solicitações de artistas e companhias que necessitam de espaços para desenvolverem o seu trabalho. Esta componente contempla um apoio financeiro e destina-se a artistas locais, nacionais e internacionais, que trabalhem nas áreas da dança contemporânea, do teatro contemporâneo, do circo contemporâneo, das formas animadas e de cruzamentos disciplinares. Adicionalmente, cerca de 50% da utilização dos estúdios do CAMPUS PCS corresponde à possibilidade de reserva imediata de espaço de trabalho, gratuita, em plataforma digital, por parte de artistas/estruturas do Porto.

Disponibilizam-se, assim, recursos e espaços com condições excecionais que proporcionam, aos artistas, tempo e espaço para pesquisa, criação, ensaio e partilha de processos criativos.

Programa de Residências Técnicas

O programa de *Residências Técnicas* do CAMPUS PCS (também implementado pela via de *open call*), dirige-se a artistas e companhias profissionais (estabelecidos ou emergentes), cujas linhas de trabalho se situam no domínio da dança contemporânea, do teatro contemporâneo, do circo contemporâneo, das formas animadas e de cruzamentos disciplinares, com o objetivo de desenvolver projetos artísticos na sua fase de criação, ou para aprofundamento/remontagem de peças já existentes - privilegiando-se a primeira situação (trabalhos na fase final de criação, antecedendo a estreia).

Este programa consiste na atribuição de três *Residências Técnicas* de âmbito local, nacional e internacional. As residências serão realizadas no Teatro Campo Alegre, com a duração de duas semanas consecutivas, em horário a definir com a equipa técnica e de produção, de acordo com o plano de trabalhos do artista/companhia/coletivo.

Os períodos para a realização destas Residências Técnicas, na temporada 2024/2025, são os seguintes: 3 a 14 de setembro de 2024, 12 a 23 de novembro de 2024 e 28 de janeiro a 8 de fevereiro de 2025.

Em complemento à cedência de espaço e recursos técnicos, é atribuído um apoio financeiro aos titulares dos projetos selecionados, a definir mediante a duração da residência. É ainda disponibilizado o alojamento para um máximo de quatro pessoas, nos apartamentos do Teatro Campo Alegre, mediante disponibilidade.

Reclamar Tempo

Um programa de pesquisa e investigação artística, que permite aos artistas desacelerar, (re)pensando os processos criativos e os modos de produção e refletindo sobre a construção de discurso e a prática artística. Neste programa, resgata-se o tempo para investigar, solidificar ideias e conceitos, gerar discurso e pesquisar práticas, o que seguramente enriquecerá o conhecimento e universo artístico de cada um.

O programa tem em vista a viabilização de seis projetos de investigação e pesquisa na temporada 24/25, na área das artes performativas, e é dirigido a artistas locais e nacionais. Para além da cedência de espaço, é atribuído aos titulares dos projetos selecionados um apoio financeiro.

O desenvolvimento dos projetos divide-se em duas fases. A primeira decorrerá nos espaços próprios dos artistas e a segunda concretizar-se-á no CAMPUS PCS, ao longo de duas semanas, em espaço partilhado, resultando num momento de partilha dos seus processos, contando com acompanhamento da equipa de programação da DAP e de um “olhar externo”.

A partilha de processos poderá ter diversos formatos que serão decididos pelos participantes: artist talk, lecture-performance, ensaio aberto, partilha de textos/imagens produzidas, video ou outros formatos resultantes e condizentes com a pesquisa efetuada.

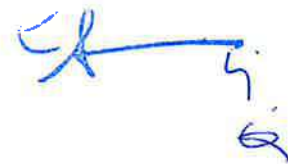
Práticas Expandidas

As *Práticas Expandidas* – anteriormente conhecidas como *Aulas* – são abertas a profissionais de artes performativas locais, mas também a artistas e entusiastas de outras disciplinas. Em cada prática é proposto mergulhar, experimentar, discutir, pesquisar e indagar num exercício de possibilidades. Este novo conceito, instiga uma visão expandida de formação que abrange práticas de dança e teatro, abordagens somáticas e/ou técnicas de voz e luta, potenciando conhecimento, método e discurso.

De dois em dois meses, às quartas-feiras, as práticas expandem-se à sala do CAMPUS PCS, num formato de aula-conversa-única, abordando temas pertinentes para o desenvolvimento e aprofundamento das artes performativas, desde a difusão à programação, desde a crítica aos modos de produzir, desde a acessibilidade à sustentabilidade, entre outros. São convidados a lecionar artistas locais, bem como artistas de renome internacional e nacional. Entre eles coreógrafos, encenadores e intérpretes de companhias que estejam de passagem na cidade.

Grand Luxe Network

Criada em 2015, a Grand Luxe Network é uma rede internacional composta por oito instituições europeias que trabalham no campo das artes performativas: Grand Studio (Bruxelas), Centre Chorégraphique National/ Ballet de Lorraine (França), Ballet de l'Opéra national de Rhin / CCN de Mulhouse (França), PÔLE SUD / Centre de Développement Chorégraphique National (Estrasburgo), TROIS C-L / Centre de Création Chorégraphique du Luxembourg (Luxemburgo), Freiburg Theater (Alemanha), L'Abri (Geneva) e Onassis Stegi (Grécia). A rede pretende proporcionar a coreógrafos emergentes, apoio e oportunidades de networking, através da experiência e do conhecimento de cada um dos seus parceiros, suportando as necessidades específicas dos artistas envolvidos, com recurso à formação, espaços de trabalho, oportunidades de *networking*, *coaching* e seminários regulares sobre diferentes temas no âmbito das artes performativas.



Todos os anos, parceiros da Grand Luxe Network são convidados a selecionar artistas, para integração no programa de apoio da Rede. Em contrapartida, a Rede solicita a estes mesmos parceiros a possibilidade de acolhimento de artistas que promove/apoia, mediante as suas necessidades específicas. O programa de apoio, definido em colaboração com os artistas, é desenvolvido anualmente pela Grand Luxe Network, numa análise que tem em conta as competências e recursos dos diferentes parceiros, implicando a coprodução de um projeto, por parceiro. Na temporada 2024/2025, a artista local proposta pelo CAMPUS PCS, para integração neste Programa, será Wura Moraes. O CAMPUS PCS, em contrapartida, acolherá dois artistas (coletivos) da Rede: Sylvain Lepoivre, Smadar Goshen, Saeed Hani e Demestri/Lefeuivre.

d) Ecologia e Sustentabilidade

A ecologia e sustentabilidade constituem focos prioritários, no que concerne ao pensamento estratégico e da ação da DAP.

Como tal, desenvolvem-se medidas tendo em vista a minimização e substituição do uso de papel (do qual é exemplo o CAMPUS PCS) e a implementação de soluções de comunicação digital, através de diversos conteúdos e formatos (utilização de diversas plataformas digitais e das redes sociais). A contínua formação e capacitação da equipa da DAP na área da acessibilidade digital tem também um papel preponderante na estratégia de sustentabilidade. A redução de tiragem de agendas e programas, assenta ainda numa reestruturação estratégica do processo de distribuição, realizado de forma regular e quinzenal, atuando em espaços incisivos para a disseminação da informação.

Assim, prevê-se a continuidade destas medidas, envolvendo:

- A redução de dimensão e de tiragem de agendas e programas da DAP;
- A utilização sempre que possível, de papel reciclado ou outra alternativa mais sustentável, considerando a otimização de recursos, incluindo variáveis com o tratamento de papel, transporte, entre outros;
- Programas e folhas de sala serão disponibilizados digitalmente através de QRCode, o que permite extinguir ou diminuir a sua produção, exceto em casos pontuais;
- A reflexão sobre a pertinência do merchandising (totebags, por exemplo) dos diferentes projetos da DAP, avaliando materiais, fornecedores, periodicidade e quantidade;
- O aumento do investimento no digital, quer por meio de publicidade paga em redes digitais, assim como a periodicidade da newsletter do TMP (através da plataforma E-Goi) que permite analisar dados de retorno;

A acompanhar estas medidas, foi realizada uma reestruturação do website do TMP, dotando-o de funcionalidades que complementam a agenda, integrando conteúdos associados a todos eventos.

e) Acessibilidade e inclusão

Na DAP, o investimento e a preocupação transversal pelas questões de acessibilidade e inclusão no que concerne a públicos, artistas e equipas, é cada vez mais visível.

Desde logo pela melhoria das condições de acesso e circulação nos dois teatros, pela realização de espetáculos com legendagem, audiodescrição e interpretação em Língua Gestual Portuguesa (ILGP) e a produção de materiais de comunicação complementares mais acessíveis, nomeadamente com linguagem mais clara, em braille e com texto alternativo.

Em 2025 dar-se-á continuidade a intervenções e projetos desenvolvidos nestas áreas, como:

1. Acessibilidade física dos edifícios:

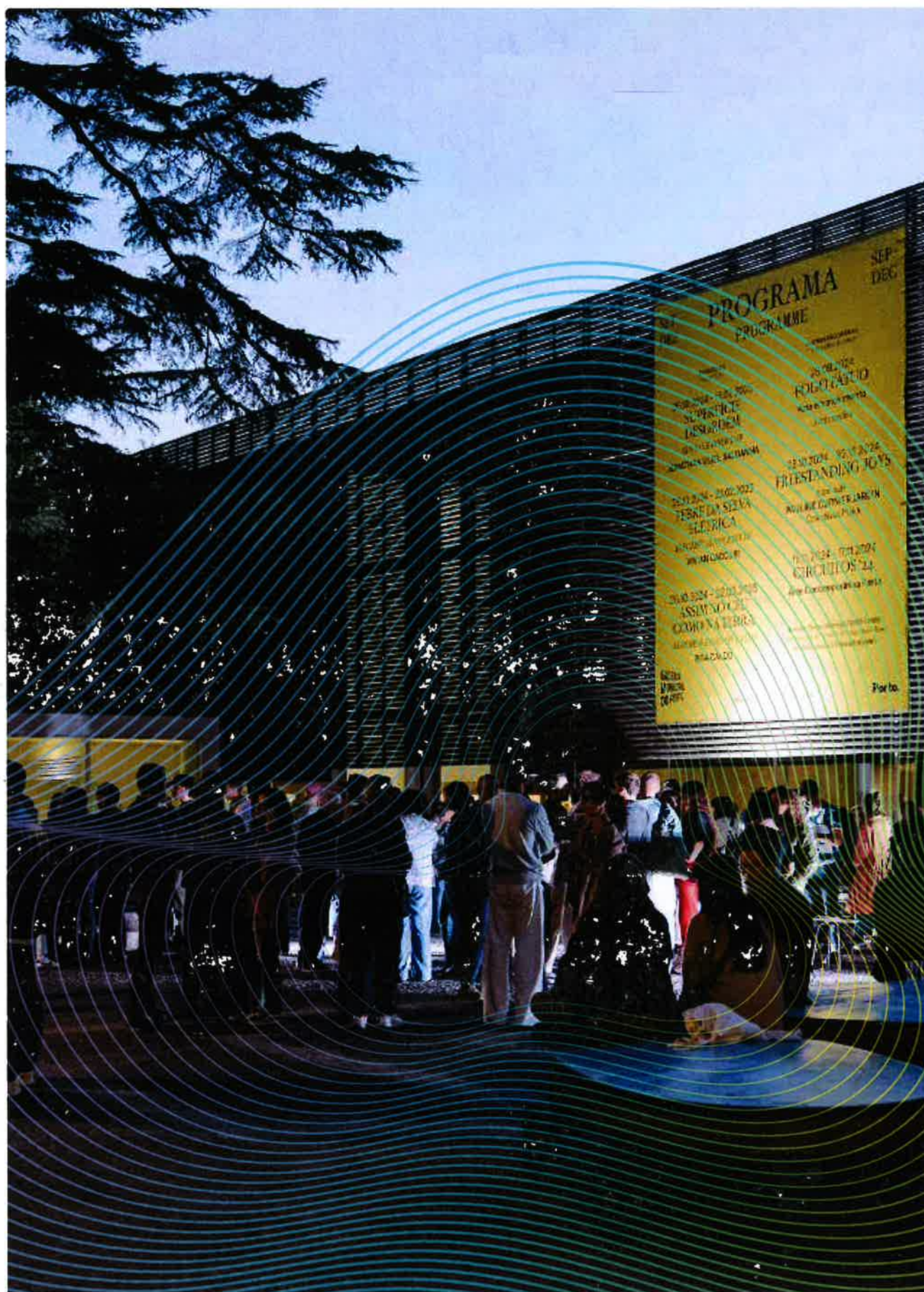
- Realização de visitas técnicas de levantamento das intervenções necessárias no Rivoli e no Campo Alegre para a melhoria do acesso e circulação em ambos os polos, dando o maior cumprimento possível à legislação mais recente e considerando a diversidade funcional dos públicos;
- Intervenções no Rivoli e no Campo Alegre para adaptação de espaços para pessoas com mobilidade condicionada;
- Implementação/atualização/adequação da sinalética a pessoas com necessidade específicas, melhorando as condições de circulação e de informação no Teatro Rivoli, Teatro Campo Alegre e CAMPUS PCS.

2. Acesso à programação e à informação para pessoas com necessidades específicas:

- Reforço do trabalho junto das equipas artísticas, nomeadamente em contexto de coprodução, para a inclusão de práticas de acessibilidade artística nos espetáculos (legendagem, audiodescrição e ILGP);
- Continuidade do trabalho de ILGP no ciclo *Quintas de Leitura* e em momentos públicos, como conversas e conferências de imprensa;
- Continuidade das sessões de audiodescrição, com especial enforque na dança, no âmbito do DDD e da temporada regular do TMP;
- Impressão de brochuras do DDD e do TMP em braille e texto ampliado com informação útil sobre a programação, nomeadamente os espetáculos com audiodescrição;
- Eventual aquisição de equipamento de emissão/receção de audiodescrição para nos permitir um fornecimento mais autónomo deste serviço;
- Realização de atividades de mediação especialmente focadas nos públicos com necessidades específicas, fomentando a sua relação com as artes performativas;
- Continuidade do trabalho de comunicação no sentido de assegurar materiais e conteúdos mais inclusivos e acessíveis (e.g. linguagem clara, pictogramas, design gráfico);
- Manutenção das páginas exclusivas para a acessibilidade nos *websites* do DDD e TMP, assim como nas respetivas agendas impressas;
- Levantamento e implementação das melhorias a serem efetuadas nos *websites* do DDD, TMP e CAMPUS PCS para o cumprimento dos requisitos de acessibilidade aplicados à navegação na internet e nas aplicações móveis;
- Inclusão de ações de capacitação relativas à acessibilidade e inclusão no plano de formação das equipas.

3. Auscultação de pessoas com necessidades específicas e divulgação do trabalho de acessibilidade e inclusão:

- Realização de reuniões com associações que apoiam/representam pessoas com deficiência;
- Partilha da informação sobre os espetáculos e atividades com práticas de acessibilidade junto de associações-chave e no *website* Cultura Acessível – Agenda de Programação Acessível;
- Reforço do trabalho de imprensa dedicado à divulgação do trabalho de acessibilidade e inclusão no DDD, TMP e CAMPUS PCS.



3.1.2 Direção de Arte Contemporânea

a) Projetos de Arte Contemporânea

A Direção de Arte Contemporânea (DAC) da Ágora continuará a consolidar a sua missão, redefinindo estratégias e reforçando o compromisso com a promoção da arte contemporânea.

Tendo em conta a diversidade e o âmbito de ação dos projetos que integram a Direção de Arte Contemporânea – entre programas de apoio à prática artística da cidade e a gestão e programação de equipamentos – foram seguidas várias linhas estratégicas para a concretização dos objetivos propostos e o cumprimento de atividades e programas.

Desde o início de 2024 que a atividade expositiva da Galeria Municipal do Porto (GMP) assim como as suas linhas de ação são programadas pela equipa artística dirigida por João Laia (Diretor Artístico da DAC desde janeiro deste ano).

No primeiro semestre de 2024 concretizaram-se algumas das atividades do programa de exposições de 2023, nomeadamente a exposição *Norte Silvestre e Agreste*. Em abril, foi inaugurada *Ensaio de uma Coleção --- Novas Aquisições da Coleção Municipal de Arte*, uma exposição organizada pela GMP que apresentou as obras adquiridas pelo programa Aquisições no ano precedente. Ainda durante o mês de abril realizou-se a primeira edição de *Abril Febril*, um programa de concertos em celebração dos 50 anos da Revolução dos Cravos que apresentou no dia 25 de abril um programa musical alternativo, promovendo a diversidade de discursos em torno desta celebração.

No mês de junho foram inauguradas duas exposições: *formas dos futuros ao redor* no piso 0, que apresentou obras de Rodrigo Hernández, María Jerez, Kem, Sandra Mujinga, Luiz Roque, Outi Pieski, Ana Vaz, P. Staff e Osías Yanov; e no piso 1, o projeto expositivo *Nave Geo-Celestial*, que apresentou o trabalho da artista portuguesa Joana da Conceição. Ainda durante este período foi apresentada a instalação *Azuis do nosso tempo*, realizada pela Oficina Pedrêz, para o projeto *Terreiro*, que ocupa o pátio em frente à Galeria Municipal do Porto. No fim de setembro e com o objetivo de criar um festival de performance e *live art* semestral, a GMP apresentou o programa *Fogo Fátuo*, um dia dedicado à arte em movimento, em diferentes locais da Galeria Municipal do Porto e da sua envolvente e que contou com a participação de Les Chanteurs d'Oiseaux, Fito Conesa, Pedro Lima e Martim Sousa Tavares com a Banda Sinfónica Portuguesa, Yarema Malashchuk & Roman Khimei, Michele Rizzo, Caique Tizzi, XEXA, A lake by the moon, Deena Abdelwahed e Nídia. Perspetiva-se para 2025 a continuidade dos dois programas realizados em 2024, *Abril Febril* e *Fogo Fátuo*.

Até ao final de 2024, o programa expositivo continuará a abordar as temáticas centrais dos discursos artísticos contemporâneos e a sua relação com questões prementes para a sociedade. No final de outubro serão inauguradas nos diferentes espaços da GMP, três exposições individuais: *Superfície Desordem*, a primeira exposição monográfica do artista Jonathan Uliel Saldanha no piso 0; *Febre da Selva Elétrica*, a primeira exposição em Portugal da artista brasileira Vivian Caccuri no piso 1; e *Assim no céu como na terra*, a primeira exposição individual e institucional da artista Rita Caldo no piso -1, a terceira sala de exposição da Galeria Municipal do Porto com um programa expositivo dedicado ao trabalho de artistas residentes na cidade do Porto.

Também durante o ano de 2024, a GMP consolidou as *Visitas de Estúdio*, o programa que promove o mapeamento e diálogo de artistas e coletivos sediados na cidade do Porto através da organização de visitas de estúdio a artistas e coletivos do Porto.

A GMP fortaleceu também o seu projeto educativo – *Programa de Incursão à Galeria (ping!)* – que se desenvolve tendo como base as ideias de tempo e continuidade de práticas artísticas e contemporâneas e dos Jardins do Palácio de Cristal, mantendo uma relação de proximidade com o público escolar e não escolar.

A GMP dará continuidade ao seu projeto editorial que é concebido a partir dos seus projetos expositivos e programas públicos e resulta da vontade de os documentar e aprofundar. Neste sentido, e até ao final de 2024, prevê-se o lançamento das publicações: *Norte Silvestre e Agreste*, *Jonathan Uliel Saldanha* e *Gineceu e Estigma – Ping!* e a *Botânica dos Jardins do Palácio de Cristal*.

A plataforma *PLÁKA* tem como missão apoiar, através de diferentes abordagens, a prática artística contemporânea, tendo ao longo de 2024 continuado a gerir e acompanhar os vários programas que integram a plataforma e os projetos por esta apoiados: *Criatório*, *Shuttle*, *Aquisições* e *Inresidence*. A nomeação dos júris de avaliação e comités dos projetos que abrangem diversos âmbitos de ação da plataforma – apoios a espaços de programação e a projetos de criação artística, estímulo a projetos de internacionalização artística e a aquisição de obras para a coleção municipal de arte – manteve particular atenção à necessidade de incluir profissionais internacionais de modo a alargar o conhecimento da cena artística do Porto para além do território local e nacional. Para a continuidade destas iniciativas tem especial relevância a resposta positiva e a demonstrada adesão aos programas de apoio e incentivo, que realçam a importância da missão levada a cabo pelo Município nesta área.

Os *Coletivos Pláka* contaram novamente com duas edições que procuraram promover a relação da cidade com a reflexão e discussão em torno de temas que marcam a contemporaneidade, perspetivando-se a continuidade desta iniciativa em 2025.

Dando cumprimento à sua Missão, para além das várias resenhas, artigos e podcasts que são possíveis de consultar no *website* da Fonoteca Municipal do Porto (FMP), 2024 foi um ano que registou novamente uma grande adesão do público aos seus programas regulares. As suas atividades públicas e pedagógicas irão continuar a expandir-se em 2025, através de novos programas e atividades educativas e comunicativas.

2024 é também o ano de realização da primeira edição do *Circuitos'24 – Arte Contemporânea Porto*, um programa que pretende mapear os espaços de arte contemporânea locais e convidar a cidade, ao longo de um fim de semana, a fazer três percursos que juntam instituições culturais, galerias comerciais e espaços de arte independentes, prevendo-se a sua continuidade em 2025.

A missão e seus principais eixos estratégicos

Projetos e equipamentos municipais de Arte Contemporânea

O papel da arte contemporânea neste projeto político é decisivo. Continuam, por isso, a ser desenvolvidos um conjunto de medidas de apoio a equipamentos municipais no âmbito da prática das artes visuais contemporâneas, que permitem dar concretização aos princípios estratégicos assumidos pela *Ágora*.

Destes, destacam-se:

- A promoção de oportunidades de aprendizagem a partir da criação artística contemporânea nacional e internacional, contribuindo para a formação de públicos nos múltiplos domínios da cultura e das artes de hoje;
- A dinamização dos espaços e programas municipais que permitem a apresentação, o desenvolvimento e o conhecimento de novos discursos e práticas artísticas nas áreas das artes visuais e pensamento contemporâneo;
- O apoio direto a artistas para desenvolvimento de projetos originais no contexto da cidade do Porto;
- A ampliação de oportunidades competitivas para a fixação na cidade de artistas de todas as idades e territórios de criação contemporânea;
- A valorização, preservação e difusão do património artístico contemporâneo, material e imaterial, da cidade do Porto, em diálogo com o seu património histórico;
- O fomento do intercâmbio artístico a nível nacional e internacional, e a internacionalização da arte contemporânea criada na cidade do Porto.



Galeria Municipal do Porto

A Galeria Municipal do Porto (GMP) apresenta um programa regular de exposições e eventos dedicados à arte contemporânea, desenvolvendo projetos também nos domínios do design e da arquitetura. Com a missão de apresentar exposições que promovam uma reflexão sobre as tendências artísticas e discursivas contemporâneas, a GMP promove debates, investigação e disseminação de ideias em torno das artes.

A Galeria Municipal do Porto continuará a colaborar com parceiros nacionais e internacionais na programação e comissariado de exposições, performances e debates, estimulando envolvimento a longo prazo através do seu projeto educativo e editorial.

Tem como objetivos estratégicos fundamentais:

- Promover o interesse pela arte, com particular incidência sobre a arte contemporânea;
- Formar públicos, escolares e não escolares, sensibilizando-os para a apreciação e compreensão das práticas artísticas contemporâneas e do património artístico contemporâneo da cidade;
- Estimular a compreensão sobre a arte da cidade do Porto, numa perspectiva da sua relação com a prática artística nacional e internacional;
- Estimular a criação artística e os diálogos interdisciplinares;
- Contribuir para o desenvolvimento cultural do município e da região através da arte contemporânea;
- Fomentar o diálogo cultural entre diversos parceiros no domínio da arte contemporânea, nos planos local, nacional e internacional.

PLÁKA

Programa que reúne projetos que consubstanciam a política municipal de apoio à prática artística contemporânea no Porto, dando forma às iniciativas *Aquisições*, *Coletivos Pláka*, *Criatório*, *Shuttle* e *InResidence* – este último desdobrado em *Ateliers Municipais* e nas *Bolsas InResidence*.

Mediando processos de criação, reflexão e investigação em diferentes territórios da arte contemporânea, o *PLÁKA* constitui-se enquanto plataforma de medidas de apoio financeiro, científico e crítico a artistas e agentes culturais no campo da criação contemporânea, e simultaneamente de reflexão sobre a sua articulação com a política cultural do município.

1) Aquisições

O programa *Aquisições* privilegia a documentação da prática artística do Porto através da aquisição de novas obras a integrar na Coleção Municipal de Arte. As novas aquisições decorrem de recomendações realizadas ao Município por um grupo de especialistas em diferentes domínios da arte contemporânea, em duas modalidades distintas – compra direta a artistas visuais sediados no Porto, mediante propostas enviadas pelos mesmos; e compra a galerias comerciais da cidade, através do acompanhamento de projetos artísticos apresentados ao longo do ano. Tem como principais objetivos dinamizar a Coleção Municipal de Arte, valorizar o património artístico do Porto e documentar a memória da prática artística da cidade.

ii) Colectivos Pláka

O programa *Colectivos Pláka* reúne grupos de pensamento, discussão e ação sobre a sociedade, cultura e arte contemporânea estruturados em forma de cursos e *workshops*, concebidos por pessoas especialistas em diversas áreas, que, a convite da DAC, programam os cursos em torno de temáticas específicas.

Esta iniciativa tem como objetivo central exponenciar as oportunidades de pensamento, aprendizagem e partilha de conhecimento entre artistas e agentes culturais residentes na cidade do Porto, possibilitando oportunidades de encontro com discursos relevantes nos domínios da arte contemporânea e novas formas de reflexão sobre a produção artística.

Os grupos podem ser integrados pelos participantes através de candidaturas. Os resultados de cada ciclo de formação são apresentados através de uma série de publicações.

iii) Criatório

Criatório é um concurso anual de apoio à criação e programação artísticas no Porto, que abrange as diversas áreas artísticas. Este programa de financiamento tem como principais objetivos contribuir para a consolidação da atividade de artistas e agentes culturais provenientes de múltiplas disciplinas artísticas, e que no Porto podem encontrar um contexto propício ao desenvolvimento da sua prática profissional.

O concurso desdobra-se em duas modalidades: *Projetos de Criação*, que tem como finalidade apoiar artistas e agentes culturais através do financiamento de projetos de criação ou programação artística desenvolvidos na cidade do Porto; e *Espaços de Programação*, que tem como finalidade apoiar os espaços de programação artística sediados no Porto, através do financiamento das suas necessidades logísticas, estruturais, de recursos humanos e outras que resultem da sua atividade de programação. O concurso conta com um júri composto por dois grupos distintos, que se ocupam de avaliar, separadamente, as áreas de criação artística e os espaços de programação. O concurso atribui um total de 29 bolsas – 12 para *Espaços de Programação*, no valor de 20.000 euros cada, e 17 para *Projetos de Criação e Investigação Artística*, no valor de 15.000 euros.

iv) Shuttle

O programa *Shuttle* tem como principais objetivos promover internacionalmente a cultura da cidade e o trabalho de artistas, autores e agentes culturais sediados no Porto.

Esta iniciativa visa atribuir bolsas de apoio à internacionalização nas áreas de artes visuais e curadoria, artes performativas, performance e composição musical, tradução e criação literária e ensaística.

O programa dispõe de um orçamento total de 100.000 euros para a atribuição de bolsas entre os 1.500 euros e os 7.500 euros.

v) InResidence

Programa que aproxima artistas a oportunidades de trabalho, na área de artes visuais e demais disciplinas artísticas, em espaços da cidade do Porto e que integra dois projetos distintos: *Bolsas InResidence*, um programa de financiamento a projetos de residência artística, com a duração mínima de dois meses, em espaços de residência não municipais (atualmente existem 15 espaços da cidade inscritos na plataforma) e *Ateliers Municipais*, composto por seis espaços com renda acessível durante um período de dois anos, tendo sido atribuídos, por concurso público, em outubro de 2024.

Os valores anuais de financiamento das *Bolsas Inresidence* são diretamente atribuídos aos espaços gestores dos programas de residência, variando entre os 4.000 euros e os 6.000 euros, consoante a origem do artista seja nacional, europeia ou de fora da Europa.

ef → 6 4

Circuitos '24 - Arte Contemporânea Porto

Celebrando a forte cultura artística que define a cidade do Porto, e a presença histórica de instituições culturais e galerias de arte na cidade, em 2024 lançaram-se os alicerces para a criação de um programa que pretende mapear os espaços de arte contemporânea da cidade.

O objetivo deste programa é dar a conhecer as instituições culturais, galerias comerciais e espaços de arte independentes ao público generalizado local e nacional, bem como ao público especializado internacional. O programa propõe a realização de três circuitos ao longo de um fim de semana, cruzando uma grande diversidade de propostas programáticas, incluindo um programa especial realizado pela DAC, entre conversas e espetáculos, que acontece na Galeria Municipal do Porto com a função de ser um espaço agregador do programa.

Coproduções - Projetos de Arte Contemporânea

O projeto Coproduções tem o propósito de apoiar ações culturais e artísticas de qualidade e diversidade reconhecidas, com especial incidência na área das artes visuais. Ao longo dos últimos anos foram promovidas coproduções com diversas entidades culturais, tais como o Festival Amplifest com a Amplificasom, a monografia coeditada com a Kunsthalle Lissabon, sobre a dupla Mariana Caló & Francisco Queimadela, que venceu a primeira edição do Prémio Paulo Cunha e Silva, entre outras.

Fonoteca Municipal do Porto

A Fonoteca Municipal do Porto (FMP) é um arquivo sonoro e um espaço público de apreciação musical constituído pela coleção de discos de vinil da cidade. Inserida no complexo da Arda, em Campanhã, o projeto inclui um acervo de cerca de 35 mil fonogramas, na sua grande maioria provenientes de coleções doadas à Câmara Municipal do Porto pela Rádio Difusão Portuguesa e pela Rádio Renascença.

A Fonoteca assume um compromisso divulgativo e pedagógico aberto a todos os públicos, oferecendo uma agenda de atividades que reflete a intenção de relacionar a história da música com a cultura contemporânea.



Os projetos em 2025

Galeria Municipal do Porto

O ciclo programático da GMP em 2025 contempla exposições e respetivos programas públicos; novas edições de programas e festivais de performance, música e *live art*; diversas iniciativas do projeto educativo *ping!*, assim como a produção de edições que acompanham os seus projetos expositivos e programas.



Febre da Selva Elétrica,
de Vivian Caccuri

Exposições

Até 16 de fevereiro de 2025
(Inauguração a 26 de outubro de 2024)

Superfície Desordem

Com curadoria de João Laia

Superfície Desordem é a primeira exposição individual de grande escala do artista Jonathan Uliel Saldanha (1979, Porto, Portugal). Músico, artista visual, criador sonoro e cénico, a sua prática artística desenrola-se na interseção do som, gesto, voz, instalação, performance e vídeo, cruzando pré-linguagem, alteridade e ficção científica. A exposição é acompanhada por uma publicação que reúne textos, pela primeira vez publicados, que traçam o percurso do artista.

Até 23 de fevereiro de 2025
(Inauguração a 26 de outubro de 2024)

Febre da Selva Elétrica

Com curadoria de Bernardo de Souza

Febre da Selva Elétrica é a primeira exposição individual em Portugal da artista brasileira Vivian Caccuri (1986, São Paulo, Brasil). Residente no Rio de Janeiro, tem vindo a utilizar o som para entrecruzar experiências de perceção sensorial com questões de cunho histórico e social, criando experiências que ultrapassam o campo auditivo e abarcam o visual, o corpóreo e o tecnológico.

Até 2 de março de 2025

(inaugurada a 26 de outubro de 2024)

Assim no céu como na terra

Com curadoria de Patrícia Coelho

Assim no céu como na terra é a primeira exposição individual e institucional da artista Rita Caldo (1998, Porto, Portugal) e inaugura a terceira sala de exposições da Galeria Municipal do Porto. Rita Caldo explora o modo como narrativa, espaço e figura geram um lugar imaginário. Numa dualidade constante entre a lucidez e o inconsciente, atravessamos um cenário de caos vibrante de corpos, cor e som, onde diferentes máscaras e corpos escultóricos, umas autoesculturas, outras distorções figurativas, coexistem num mundo de fantasia.

22 de março de 2025 – 8 de junho de 2025

Exposição individual de Pauline Curnier Jardin

A artista francesa Pauline Curnier Jardin (1980, Marselha, França) apresenta uma exposição individual no piso 0 da Galeria Municipal do Porto. Com um vasto percurso reconhecido internacionalmente, Pauline Curnier Jardin tem desenvolvido o seu trabalho através de instalações, performances, filmes e desenhos. De carácter transgressivo, idiossincrático e assumidamente comp, a sua prática incorpora as suas próprias narrativas pessoais com material histórico ou mitológico, recorrendo frequentemente aos dispositivos e mecanismos do teatro e da ópera.

22 de março de 2025 – 8 de junho de 2025

Exposição individual de Mónica de Miranda

O primeiro piso da GMP acolhe a exposição de Mónica de Miranda (1976, Porto, Portugal), artista portuguesa de origem angolana que vive e trabalha entre Lisboa e Luanda, que representou Portugal na 60.ª Bienal de Veneza em 2024. Cineasta, artista e investigadora, o seu trabalho baseia-se em temas da arqueologia urbana e geografias afetivas. Através da fotografia e da instalação em vídeo, Mónica de Miranda cria espaços de complexidade histórica e arquitetónica que descendentes de ex-colonizadores e ex-colonizados ocupam em África e nas diásporas.

22 de março de 2025 – 8 de junho de 2025

Exposição individual de Francisco Pedro Oliveira

A sala de exposições do piso -1, apresenta a prática do artista Francisco Pedro Oliveira (1997, Santa Maria da Feira, Portugal). Interessado em etnografia portuguesa, fenomenologia apotropaica e conhecimentos vernaculares, o artista desenvolve a sua prática navegando entre o folclore e a música experimental. Atraído por diferentes formas de linguagens explora noções sincretistas de espiritualidade através de disciplinas diversas, articulando som, escultura, pintura, fotografia e instalação.

10 de julho de 2025 – 12 de outubro de 2025

Panorama da Arte em Portugal

Com curadoria de Hiuwai Chu e Raphael Fonseca, *Panorama da Arte em Portugal* é uma nova iniciativa da Direção de Arte Contemporânea e tem como principal objetivo fortalecer a visibilidade nacional e internacional da produção artística do país. Fruto de um período de pesquisa alargado realizado por dois curadores internacionais, o projeto assume-se como um mapa das práticas mais relevantes em Portugal, bem como ferramenta para a sua internacionalização. Materializado numa exposição e publicação, a proposta pretende reunir o panorama português da arte na atualidade, ressaltando a pluralidade das práticas nas suas mais diversas articulações: da escultura à pintura, passando pelo audiovisual, fotografia, movimento e palavra. Este projeto não será apenas uma súpula das práticas mediais, mas também do pensamento contemporâneo que as acompanha, considerando a multiplicidade de imaginários no contexto histórico, político e social do presente.

O programa expositivo contará ainda com três novas inaugurações em novembro de 2025, ainda a definir pela direção artística da Galeria Municipal do Porto.

Edições

A Galeria Municipal do Porto prevê o lançamento em 2025 das edições *Pauline Curnier Jardin / Coletivos Pláka e Panorama da Arte em Portugal*.

Programa Público

Os Programas Públicos propõem a mediação de encontros informais entre públicos ao consolidar um conjunto de iniciativas desenvolvidas em colaboração com artistas e curadores no contexto das exposições. Com uma nova estrutura que tem como base três tipologias de ações públicas gratuitas – *Visitas, Conversas e Performances* –, os programas partem das especificidades e potencialidades de cada exposição, podendo incluir também concertos, cinema e outras atividades.

Cada exposição contará com um programa paralelo de atividades programado pelos curadores, artistas e a equipa artística da GMP, e que será estruturado a propósito de cada uma das exposições, de acordo com os seus conteúdos.

Para o ano 2025 estão previstos, como por exemplo, um *workshop* de sonoridades com o compositor/DJ Frankão *O Gringo Sou Eu*, a partir da proposta de Vivian Caccuri e uma conferência de Malcom Ferdinand “Uma Ecologia decolonial”, no âmbito da exposição da artista Mónica de Miranda.



Ciclo de Ações Performativas

Em 2025 a GMP dá continuidade aos dois programas que lançou durante o ano de 2024, promovendo duas edições de *Fogo Fátuo*, a decorrer em março e outubro e também a segunda edição de *Abril Febril*, em abril.

Fogo Fátuo

1 de março de 2025 e outubro de 2025

Fogo Fátuo é um dia dedicado à arte em movimento em diferentes locais da GMP e da sua envolvente. Através de propostas acústicas mais intimistas a projetos audiovisuais imersivos, propõe-se a descoberta de múltiplas práticas artísticas em torno do som, num dia que se irá desenrolar em vários tempos e intensidades.

Abril Febril

Abril de 2025

Em celebração da Revolução de 25 Abril de 1974, a GMP desenvolve a segunda edição do festival *Abril Febril*, uma homenagem à fervorosa atmosfera de abril de 1974 e de reflexão sobre o seu significado nos dias de hoje. *Abril Febril* vai reunir uma eclética seleção de projetos musicais e celebrar o que ainda está por vir e o desejo por uma vida mais plural e inclusiva, unindo gerações que reivindicam uma causa comum: manter viva a chama da revolução e os ideais que ela representa.

Terreiro

Ao longo do ano de 2025, a GMP dará continuidade ao projeto *Terreiro*, que tem como objetivo dinamizar o espaço público exterior da Galeria Municipal do Porto e estabelecer um maior diálogo com os Jardins do Palácio de Cristal. Indo ao encontro de novos públicos que diariamente visitam os jardins, esta nova iniciativa visa a ocupação do terreiro com instalações temporárias, propondo um novo espaço para uso coletivo que expande o programa da Galeria para o exterior.

Visitas de Estúdio

Janeiro a dezembro de 2025

Visitas de Estúdio é um programa que promove visitas a estúdios de artistas sediados no Porto e se constitui como uma série de conversas sobre os modos de fazer de cada agente cultural visitado. Realizado pela equipa artística da GMP, esta iniciativa continuará a integrar a programação da GMP em 2025, convidando também curadores internacionais a conhecer a prática de artistas do Porto, com o objetivo de contribuir para a internacionalização da arte portuguesa, sendo posteriormente divulgada uma síntese desses encontros no *website* e nas redes sociais da GMP.



Uma ideia leva a outra, de Gustavo Ciriaco, no âmbito do ping! - Programa de Incurção à Galeria

Ping! – Programa de Incurção à Galeria

Janeiro a dezembro de 2025

Em paralelo à programação expositiva, a Galeria Municipal do Porto estabeleceu um programa educativo denominado *ping! – Programa de Incurção à Galeria*, que visa criar laços de proximidade e continuidade com públicos educativos – escolares e não escolares – a partir de um *vai e vem* prático e discursivo.

Artistas e investigadores são convidados a desenvolver colaborações a partir das suas pesquisas e práticas artísticas inseridas em diferentes eixos de programação. O *ping!* apresenta um programa assente em três eixos temáticos e quatro programas transversais dedicados à comunidade escolar:

- *Gineceu+Estigma*, relacionado com a paisagem e a botânica dos Jardins do Palácio de Cristal;
- *Memória de Elefante*, uma investigação a partir do legado da Primeira Exposição Colonial Portuguesa;
- *Massa-Mãe*, práticas e reflexões sobre políticas alimentares e comensalidade;
- *Conversas de Galeria*, conversas informais com convidados sobre a importância da arte na vida;
- *Visitas-Pavão*, para crianças que visitem a Galeria Municipal do Porto e os Jardins do Palácio de Cristal;
- *pings!*, um coletivo para jovens-estudantes, entre os 16 e os 22 anos, interessados na vida artística e cultural do Porto que se reúnem uma vez por mês para participação em diferentes atividades;
- *Exodus*, excursões pela vizinhança urbana e artística da Galeria.

64



PLÁKA

Aquisições

Em 2025 será dada continuidade à iniciativa de compra de novas obras para integrar a Coleção Municipal de Arte, nas três modalidades agora existentes: compra direta a artistas, compra a galerias comerciais da cidade e compra direta de obras que integram exposições da Galeria Municipal do Porto, com um orçamento total de 270.000 euros. Esta despesa será suportada pelo Município do Porto.

Em janeiro será constituído um novo comité de seleção, desenrolando-se o projeto nos moldes e calendário adotados nas três últimas edições, à exceção de uma novidade: a modalidade de compra direta a artistas, que terá a abertura do período para submissão de propostas pelos artistas no primeiro semestre de 2025, contará com um comité independente dedicado apenas à análise destas propostas. Já a modalidade de compra a galerias comerciais, contará com o seu próprio comité que, ao longo do ano, elaborará propostas de aquisição com base no programa expositivo das galerias da cidade.

As obras de arte que integram as exposições da GMP são escolhidas pela sua Direção Artística, mapeando o programa expositivo apresentado ao longo do ano.

Colectivos Pláka

Os cursos dos *Colectivos Pláka* continuarão em 2025 a promover oportunidades de diálogo, aprendizagem e partilha de conhecimento entre várias tradições epistemológicas e comunidades criativas, permeando os encontros e discursos no campo da arte contemporânea com outras formas de reflexão e produção. Está prevista a realização de um novo programa em 2025, com foco em figuras singulares que têm dado contributos significativos nas suas respetivas áreas.

Criatório

Em 2025 o programa de apoio à criação e programação artísticas, *Criatório*, terá a sua 9.ª edição. Após em 2023 a gestão deste concurso ter passado para a Ágora e reforçado o número de bolsas e montante de financiamento, passou a contar com 17 bolsas de 15.000 euros para *Projeto de Criação Artística*, e 12 bolsas de 20.000 euros

para *Espaços de Programação*. Em 2025 o programa contará novamente com um orçamento total de 495.000 euros destinados à sua missão de estímulo ao tecido artístico e trabalho criativo desenvolvido na cidade.

Shuttle

O programa *Shuttle* registará a sua 8.ª edição com um novo júri a nomear, e um orçamento total de 110.000 euros - 10.000 euros para o pagamento das segundas tranches dos projetos apoiados em 2024 que tenham a sua conclusão em 2025, e 100.000 euros destinado à atribuição de novas bolsas a projetos de internacionalização artística. O *Shuttle* verá atualizado algumas características do seu funcionamento, mas manterá o seu carácter habitual, dando resposta à grande adesão por parte da comunidade artística a este programa, que desde há 6 anos vem apoiando a promoção internacional de projetos artísticos da cidade.

InResidence

Para a atribuição das *Bolsas InResidence*, os espaços não municipais serão novamente convidados, em janeiro de 2025, a apresentar as suas propostas de residência de artistas para esse ano, que deverão decorrer entre maio e novembro.

Quanto aos *Ateliers Municipais*, foi realizado um novo concurso para atribuição de ateliers, convidando-se para esse efeito um novo júri composto por pessoas de reconhecido mérito na área das artes visuais. Os ateliers foram atribuídos a seis novos artistas, que os ocuparão durante um período de dois anos, tendo iniciado os seus trabalhos em outubro de 2024.

Circuitos '25 – Arte Contemporânea Porto

Após a edição inaugural em 2024, o fim de semana dedicado aos espaços de arte contemporânea da cidade regressará no segundo semestre de 2025, pretendendo-se que seja uma edição mais ambiciosa, nomeadamente no envolvimento e convite a um maior número de entidades internacionais, de modo a dar a conhecer as dinâmicas artísticas da cidade fora de fronteiras.



Escuta Ativa, com Vivian Caccuri, outubro 2024

Fonoteca Municipal do Porto

Durante o ano de 2025 a Fonoteca Municipal manterá as suas atividades presenciais, tais como a já conhecida atividade semanal *Hora de Ponta*, bem como a rubrica mensal *Escuta Ativa*, que convida personalidades de várias áreas a partilharem com o público um disco do acervo da Fonoteca e a sua relação com este objeto. Em 2025 será também iniciado um novo programa, em colaboração com a *Lovers & Lollypops*, que convidará 3 artistas a mergulharem no extenso acervo discográfico da FMP para que, a partir dele, façam novas criações. A Fonoteca continuará também a realização dos conteúdos digitais, como os podcasts e artigos que podem ser ouvidos e lidos no seu site, e cuja programação se está a desenhar.

Coproduções – Projetos de Arte Contemporânea

No plano das coproduções, serão ainda definidas pela Direção da DAC, de acordo com o programa e missão dos seus equipamentos e projetos.



3.1.3 Direção de Convergências

- a) Polos Culturais e Projetos
- b) Museu das Convergências
- c) Gabinete Arte e Coesão

A Direção de Convergências tem como sua missão definir e implementar, de acordo com a orientações do Município, a estratégia de programação e gestão dos equipamentos culturais situados na zona oriental do Porto, nomeadamente os polos culturais a desenvolver no antigo Matadouro Industrial do Porto e no antigo CACE Cultural do Porto, assim como os diferentes equipamentos que os integram, promovendo programas artísticos e culturais multidisciplinares de alta qualidade, promotores de dinâmicas de integração e coesão social do tecido envolvente, geradores de novos públicos para esta zona da cidade e fonte de impacto cultural, social e económico de carácter sustentável.

Considerando a recente criação desta Direcção, a integração da equipa que transita da Direcção de Dinamização de Museus e Coleções e o estado de desenvolvimento da obra do Antigo Matadouro e Antigo CACE, a Direcção de Convergências orientará a sua atividade no ano de 2025 com as seguintes perspetivas:

- Realizar a gestão e o acompanhamento dos projetos de reabilitação destes dois polos culturais;
- Aprofundar o conhecimento do território;
- Conceber e implementar projetos de criação artística no contexto das suas áreas de intervenção;
- Promover o envolvimento no projeto da comunidade próxima;
- Construir a rede de parcerias que potenciem o desenvolvimento do ecossistema cultural da zona oriental nas diferentes perspetivas, produção artística e cultural, geração de fluxos, criação de públicos e possibilidades de financiamento;
- Concluir o processo de conceção das marcas Matadouro - Centro Cultural do Porto e Museu das Convergências fazendo o seu lançamento e apresentação à comunidade e dinamizando as atividades que antecipam a abertura deste polo cultural;
- Preparar a sua abertura em 2026, construindo e consolidando os processos internos que promovam a fluidez de atuação das equipas e estruturas.

a) Polos Culturais e Projetos

Polo do antigo Matadouro Industrial do Porto

Com abertura prevista para 2026, em 2025 serão consolidadas as premissas e programas de implementação futura, no seguimento dos projetos que coabitam no espaço, nomeadamente:

- O Museu das Convergências (MC), destinado primeiramente a acolher a Coleção Távora Sequeira Pinto, cuja preparação e programação cabe à equipa do Museu em articulação com a Direção de Convergências;
- A extensão da Galeria Municipal do Porto, programado pela Direção de Arte Contemporânea (DAC) da empresa;
- Espaços para reserva museológica e tratamento de obras de arte associados aos dois equipamentos referidos nas alíneas anteriores;
- Espaço destinado sobretudo às práticas artísticas comunitárias, programado pelo Gabinete de Arte e Coesão (GAC);
- Espaço destinado à investigação e práticas educativas, programado pelo Gabinete de Arte e Coesão (GAC).

Neste sentido, e em coordenação com os responsáveis do Museu das Convergências, da Galeria Municipal do Porto e do Gabinete de Arte e Coesão, em 2025 a Direção de Convergências centrará a sua atividade nas seguintes tarefas:

- Preparação e acompanhamento das reuniões de obra com projetistas, equipa da Go Porto, equipa da Mota Engil, responsáveis da DAC, MC e GAC, bem com o colecionador Álvaro Sequeira Pinto, para articulação e discussão de todas as especificidades de cada projeto, de modo a garantir que a implementação da arquitetura se adequa aos objetivos dos vários projetos que integrarão o Centro Cultural;
- Promover sinergias de ação e programação com várias entidades e agentes culturais da cidade, desde logo com as várias direções da empresa e do Município, com vista a coordenar, desenvolver e realizar projetos e programas na zona de proximidade do futuro centro cultural.

Polo do antigo Cace Cultural do Porto

O antigo Cace Cultural do Porto consiste num edifício onde funcionavam, originalmente, as oficinas da Central Termoelétrica do Freixo, tendo sido desenhado na década de 60 do séc. XX pelo arquiteto Januário Godinho.

Com projeto de reabilitação a cargo do arquiteto Guilherme Machado Vaz, a abertura deste novo polo cultural ligado às artes no Porto oriental consiste num reforço dos equipamentos culturais do Município nessa zona, consolidando assim a estratégia de desenvolvimento cultural nesta área da cidade.

Este equipamento contará com diversos espaços para práticas culturais e artísticas diversas, particularmente museológicas e performativas, nomeadamente:

- O Museu da Indústria, polo museológico do Museu do Porto, a instalar na nave central do edifício, museu destinado a acolher a coleção industrial do município, cuja implementação e programação caberá à Direção Municipal de Cultura e Património;
- Um espaço para exposições de carácter temporário;
- Salas de trabalho e ensaio dedicadas às artes performativas;
- Um pequeno auditório;
- Uma blackbox;
- Ateliês Municipais.

Em 2025 caberá à Direção de Convergências:

- Promover junto da Go Porto - empresa responsável pela condução da obra de reabilitação do edifício -, da Direção de Cultura e Património do Município, da equipa projetista e demais envolvidos, a articulação necessária para a realização dos objetivos programáticos definidos pelo município para este polo cultural;
- Acompanhar a finalização do projeto de execução de arquitetura e posterior empreitada, colaborando sempre que necessário para o cumprimento dos objetivos do seu programa base;
- Promover contactos regulares com as companhias de teatro e outros agentes culturais que já estão sediados neste local ou que nele tenham trabalhado, nomeadamente o Teatro Experimental do Porto (TEP) e a Companhia Circolando, no sentido de colaborar futuramente em projetos de programação conjunta.

Projetos Direção de Convergências

Com um forte compromisso para com a zona do Porto Oriental, a Direção de Convergências procurará, em 2025, implementar projetos e programas que, sendo transversais aos objetivos e equipamentos dos dois polos culturais que estarão na sua coordenação e gestão, promovam o conhecimento e a divulgação dos seus projetos e estimulem a reflexão do seu contexto e da sua ação conjunta.

Colóquios internacionais

A abertura de novos equipamentos culturais com as características e dimensão do Matadouro ou do CACE, e considerando a previsão de abertura do Matadouro em 2026, cria a oportunidade de serem promovidas diversas iniciativas que promovam o conhecimento e reflexão sobre o papel dos equipamentos culturais na construção das cidades, na promoção da coesão social, os seus impactos e as melhores práticas a nível global.

Nesse sentido a DC promoverá um conjunto de colóquios internacionais sobre o contexto global destes e de outros projetos e experiências análogas (Centquatre - Paris, Matadero - Madrid, etc.), debatendo temas como a criação artística e a arte colaborativa, a regeneração urbana, o impacto dos equipamentos e da ação cultural na construção das cidades, as relações entre Arte e Coesão Social, o Turismo e a transformação urbana, etc.

Plataformas

Esta proposta da Direção de Convergências procurará desenvolver projetos artísticos que utilizem arquiteturas efémeras como forma de agir em zonas/espacos de abandono ou com equipamentos e infraestruturas urbanas inativas no Porto Oriental, seja em espaços interiores ou exteriores, procurando introduzir novas ideias espaciais e novas programáticas nos locais a interagir, potenciando uma outra vida através da sua utilização renovada e procurando incentivar novas possibilidades para a fruição do espaço comum e/ou público.

Relacionando estas intervenções com o contexto urbano e comunitário da sua vizinhança, irá igualmente promover-se uma programação regular nestas plataformas através de dinâmicas artísticas e processos de apresentação e partilha, dirigidos a todos mas estimulando muito especialmente a presença das populações mais próximas. Estas atividades serão simbióticas com outros projetos da Direção de Convergências, nomeadamente através do Gabinete de Arte e Coesão e do programa *Cultura em Expansão*.

Contacto

Enquanto centros culturais de território, estes polos (Matadouro e CACE) têm como um dos seus principais objetivos envolver a comunidade local. Neste sentido, a Direção de Convergências procurará estimular o sentido de pertença e a confiança nos projetos, através da implementação de ações concretas. Assim, ao longo de 2025, serão desenvolvidas Sessões de Contacto, de partilha e sugestão, procurando inscrever esta população no processo de participação ativa e na construção e definição do seu projeto, tornando-o permeável e acessível e promovendo uma futura oferta cultural plural e participada.

b) Museu das Convergências

O estabelecimento do Museu das Convergências enquanto equipamento cultural com funções museológicas, parte do programa estratégico do Município para a valorização do património cultural e do reconhecimento do valor da cultura como agente de dinamização das atividades culturais, artísticas e como fator de coesão social e dinamização das comunidades, em especial na zona oriental da cidade do Porto.

Parte também da celebração do contrato de comodato entre a Câmara Municipal do Porto e o colecionador Álvaro Sequeira Pinto, celebrado com o objetivo de colocar em depósito, num novo museu, a Coleção Távora Sequeira Pinto. Esta coleção particular é constituída por bens culturais de origens e tipologias muito distintas — nomeadamente, escultura, mobiliário, cartografia, desenho, pintura, têxteis, joalharia e prataria, porcelanas e faianças —, incidindo especialmente na presença portuguesa e europeia na Ásia, e cobrindo, igualmente, outras zonas geográficas, como África e América do Sul, destacando-se ainda núcleos de arte da antiguidade, arte europeia tardo-medieval, renascentista, barroca e do período Romântico.

O Museu das Convergências será um museu de arte, vocacionado para o estudo e exposição de bens culturais e artísticos relacionados com os processos de transculturalidade da arte e as histórias de arte conectadas como resultado das mobilidades humanas e da transferência de conhecimento entre culturas.

Será um museu de vocação global que privilegiará as transformações que decorreram a partir de processos de transferência e circulação da arte, da cultura, do conhecimento, da ciência e a sua relevância na construção do mundo moderno e no contexto das sociedades atuais. Sendo um museu vocacionado para as temáticas acima descritas, o programa museológico do Museu das Convergências não será delimitado por uma abordagem cronológica nem geográfica da arte.

Em 2025, este projeto dará continuidade à definição da sua visão, dos seus valores e objetivos, sendo que os princípios da sua missão serão orientados por:

- Estudar, investigar, salvaguardar, musealizar, valorizar e divulgar a Coleção Távora Sequeira Pinto e todos os bens culturais que foram e venham a ser incorporados no acervo do museu, sendo que todas as incorporações do Museu das Convergências constituem propriedade do Município do Porto - Núcleo do Museu das Convergências;
- Promover e sustentar parcerias locais, nacionais e internacionais para assegurar o estudos e investigação do acervo do museu e garantir a maior visibilidade e internacionalização das coleções, afirmando o Museu das Convergências como um museu de referência internacional;
- Tornar públicos os resultados de investigação através de diferentes formas e diversos suportes, designadamente através de exposições, um programa editorial científico e de divulgação, e diversa programação cultural que se realize nos espaços físicos e digitais do museu e em outros espaços através de colaboração com outras instituições, procurando abranger vários públicos;
- Colaborar com instituições com funções museológicas, instituições na área da educação, ciência e cultura em Portugal e no estrangeiro;
- Colaborar com associações de desenvolvimento local e regional de carácter cultural, educativo e social do Porto com o objetivo de promover relações de integração entre o museu, a comunidade local e a sociedade;
- Dinamizar diálogos e promover o museu como um espaço de debate e reflexão sobre as transferências culturais e artísticas, os encontros de culturas ao longo da história e a importância desses encontros e diálogos no contexto das sociedades atuais, contribuindo para a transmissão de valores cívicos alicerçados em princípios de inclusão, igualdade, sustentabilidade, acessibilidade;
- Promover a participação das comunidades locais e globais e disseminar valores, atitudes e comportamentos condutivos ao diálogo intercultural, à não-violência, a um discurso não discriminatório, e a uma aproximação de diferentes culturas através de programas educativos formais e informais;
- Operar num modelo de gestão e promoção cultural, conjugando de forma equilibrada a investigação sobre património cultural, educação e divulgação, e a dinamização da oferta cultural, educativa e turística na cidade do Porto;

- Garantir o acesso universal à informação e conhecimento que resulte dos programas de investigação dinamizados pela atividade do museu, produzindo recursos digitais em acesso aberto e a integração de tecnologias digitais de modo a assegurar a disponibilização de conteúdos educativos, lúdicos, e para a o desenvolvimento do conhecimento.

Seguindo estes princípios, e no âmbito da abertura do seu equipamento no Matadouro – Centro Cultural do Porto a 2026, em 2025 o Museu das Convergências desenvolverá ações prévias de gestão da coleção - de estudo, investigação e ações de conservação e restauro - assim como de programação e divulgação do seu futuro programa e dos seus objetivos.

Desenvolvimento do projeto de museu e gestão do acervo

Inventariação do acervo em INARTE e inWEB

Ao longo de 2025 a equipa técnica de museologia irá proceder ao registo informatizado do acervo do museu, nomeadamente da Coleção Távora Sequeira Pinto, e de quaisquer outros bens culturais que venham a ser incorporados no acervo do Museu das Convergências. A inventariação do acervo será realizada de acordo com princípios gerais de inventário definidos pelo ICOM, pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004) e pelas leis e normas do tratamento biblioteconómico e arquivístico.

Documentação fotográfica do acervo

Em paralelo à inventariação da coleção, o museu irá garantir a documentação fotográfica do acervo.

Realização e coordenação de trabalhos de restauro, conservação preventiva, limpeza e acondicionamento do acervo com vista à transferência para as futuras instalações do Museu das Convergências

Uma das prioridades das ações de gestão do acervo são os trabalhos de restauro, conservação preventiva, limpeza e acondicionamento da Coleção Távora Sequeira Pinto, e de outros bens culturais que venham a ser integrados no acervo do museu, com vista à transferência para as futuras instalações do museu.

Ao longo do ano, a equipa de conservação e restauro irá proceder ao diagnóstico e ao tratamento das peças, realizando, nomeadamente, trabalhos de desinfestação por anóxia, consolidação de peças com destacamentos, tratamento de camadas pictóricas, limpeza de metais e embalamento de todas as peças.

Estudos de composição química de peças em metal, em colaboração com unidades de investigação dedicadas ao estudo laboratorial de bens culturais

No âmbito do programa de investigação do acervo iniciar-se-ão projetos de colaboração com unidades de investigação dedicadas ao estudo laboratorial de bens culturais e artísticos, nomeadamente de objetos de bronze, cerâmicas e de objetos em marfim. O objetivo destes projetos é a análise das composições materiais que permitem conhecer as técnicas de produção, a proveniência dos materiais que compõem os objetos e, a partir desta informação, poder obter cronologias de produção, identificar autoria, locais de produção, etc.

Comunicação do Museu das Convergências

Em colaboração com a Direção de Comunicação será elaborada uma estratégia e implementado um plano para a comunicação do Museu das Convergências.

Coordenação científica dos projetos editoriais de 2025 e 2026

Considerando os trabalhos de preparação para a abertura do museu em 2026, ao longo de 2025 iniciar-se-á um conjunto de colaborações com investigadores convidados a participar nos catálogos das exposições de inauguração do museu.

Handwritten signature and the number 4.

Participação em eventos públicos, em eventos académicos em Portugal e no estrangeiro, com vista à divulgação do museu e à internacionalização do acervo

No âmbito do programa de investigação, a participação em conferências e outros eventos académicos é um elemento estratégico à divulgação das atividades do museu, designadamente do estudo do acervo.

Participar em reuniões de trabalho com vista ao estabelecimento de parcerias e colaboração de projetos com outros museus, universidades, unidades de investigação e outros equipamentos culturais

Considerando que 2025 é um período formativo e de afirmação estratégica para o projeto do Museu das Convergências, haverá um comprometimento no estabelecimento de parcerias, protocolos de cooperação e participação em projetos em colaboração com outros museus, universidades, unidades de investigação e outras instituições culturais na cidade, dentro e fora do país.

Ações de Programação

Dia Internacional dos Museus

Maio 2025

O Museu das Convergências apresenta-se publicamente com programação integrada no âmbito das comemorações dos museus do Porto no Dia Internacional dos Museus, em maio.

Exposição Temporária Fluxo.

Objetos, pessoas e lugares

Esta exposição explora a dinâmica de relações entre os objetos, as pessoas e os lugares ao longo da história e na contemporaneidade, revelando mas também questionando como a materialidade dos objetos e as interações que medeia entre as pessoas e os lugares moldam e (re)definem identidades individuais e coletivas. O fluxo contínuo de migrações, de negociações culturais e comerciais, e o efeito transformativo da viagem e do lugar, constituem uma força motriz para a construção de um sentimento de pertencimento e de identidade.

Numa abordagem plural e expandida, esta exposição convida o público a refletir sobre o que define o que nós somos e onde pertencemos, num mundo onde as conexões se tomam cada vez mais complexas e fluidas.

Jornadas Europeias do Património

Setembro de 2025

Por iniciativa anual do Conselho da Europa e da União Europeia, mais de 50 países participam com iniciativas programáticas para as Jornadas Europeias do Património, com o objetivo de sensibilizar o público e as comunidades para a importância da preservação, salvaguarda e valorização do Património Cultural.

O tema escolhido para 2025 é “Património Arquitetónico”.

Partindo deste tema, o Museu das Convergências irá organizar uma conferência com o objetivo de pensar as identidades culturais a partir da relação com as linguagens arquitetónicas e o diálogo entre os objetos e o espaço arquitetónico.



c) Gabinete de Arte e Coesão

No contexto da preparação da abertura do polo cultural do Matadouro – Centro Cultural do Porto, e considerando as futuras valências existentes (Museu das Convergências + Extensão Galeria Municipal + Espaço Práticas Comunitárias Artísticas + Espaço Práticas Comunitárias Educativas e demais possibilidades existentes) a formalização orgânica da criação do Gabinete de Arte e Coesão integrado na Direção de Convergências pretende, com base na experiência e competências desenvolvidas nesta área nos últimos 10 anos, promover um forte envolvimento com a comunidade assumindo a cultura e as artes como fator de coesão social e de desenvolvimento local.

O Gabinete de Arte e Coesão tem como missão o desenvolvimento de programas que contribuam para a transformação social e desenvolvimento local através da promoção de práticas culturais, artísticas e de inclusão social da cidade do Porto, de modo profundo e contínuo, favorecendo a emancipação cívica e cultural, combatendo desigualdades e contribuindo para a redução da exclusão social.

A localização no polo cultural do Matadouro, com a disponibilidade de espaços para as práticas artísticas comunitárias e para as práticas artísticas educativas, favorece a promoção e valorização das comunidades artísticas de Campanhã e da Zona Oriental do Porto através de oportunidades de criação e apresentação de projetos culturais de importante valor comunitário e cívico.

Em 2025, a ação do GAC focar-se-á no aprofundar o conhecimento sobre a realidade social da Zona Oriental, na construção de redes de parcerias e colaboração favorecedoras do desenvolvimento de programas artísticos e culturais, no constante mapeamento, discussão e reflexão sobre as práticas desenvolvidas e avaliação do impacto destas.

O GAC orientará a sua ação no contexto dos ODS procurando desenvolver mecanismos de sustentabilidade e resiliência das comunidades com que se relaciona.

Laboratório de Partilha de Práticas

Em 2025, o GAC procurará estimular a constituição de um laboratório de partilha de práticas criativas, convocando para esse efeito a colaboração e as experiências de estruturas, coletivos e outros agentes culturais da cidade, promovendo a partilha de modos e pensamentos sobre a constante necessidade de interpretar a forma como a atividade cultural cresce e se transforma, como o tecido social muda e como os públicos reagem e participam na oferta cultural, considerando os últimos 10 anos da ação cultural desenvolvida no Porto e a própria transformação da cidade.

Estes laboratórios terão uma dimensão teórica, de apresentação de casos, e uma outra prática, para experimentação e desenvolvimento de modelos e processos criativos.



Tablao Flamenco, Orillas Portenãs,
Associação NuriÁlvares de Campanhã

Cultura em Expansão

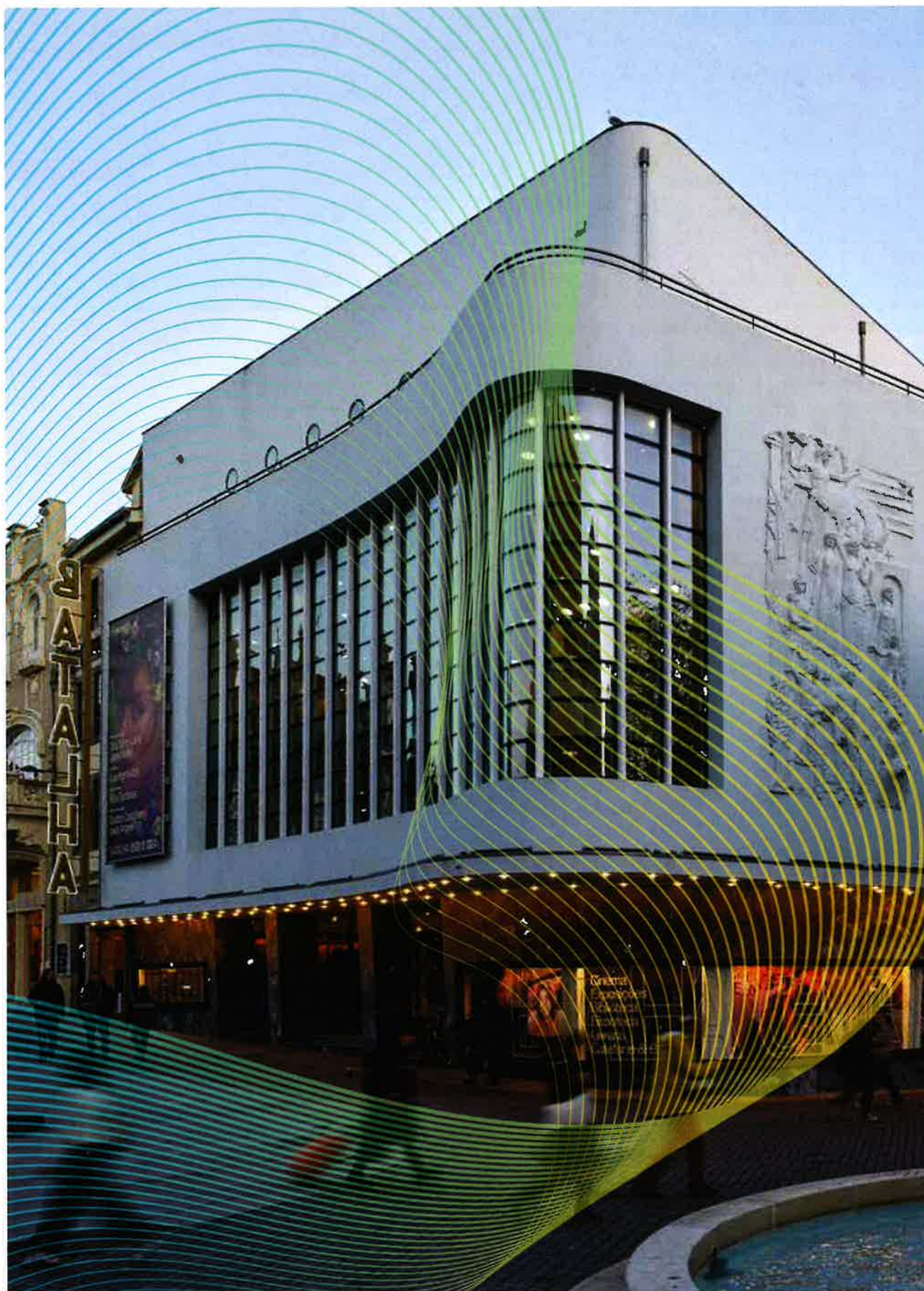
Criado em 2014 pela Câmara Municipal do Porto, o *Cultura em Expansão* é um programa anual de promoção cultural e artística, que se materializa em diferentes iniciativas em associações de moradores, coletividades e diferentes espaços por toda a cidade. Permitindo a fruição e o acesso direto e gratuito a uma programação multidisciplinar, apresenta um vasto número de projetos nas áreas da música, teatro, cinema, dança, literatura e performance.

Ao mesmo tempo que cria oportunidades culturais para diferentes comunidades, o *Cultura em Expansão* permite uma experimentação artística em espaços de apresentação não convencionais, fora do circuito de palcos tradicionais da cultura da cidade, promovendo ainda novas formas de exploração e descoberta do território e cruzamento de públicos. Desde a sua criação, o programa tem vindo a acompanhar e simultaneamente alimentar a dinâmica cultural da cidade, crescendo geograficamente e no número de ações.

Tem como missão democratizar o acesso a experiências, bens culturais e práticas artísticas, em territórios descentralizados, fomentando a participação das comunidades e potenciando a criação um ambiente social mais justo, inclusivo e harmonioso.

Em 2025 a estrutura do programa será revisitada na perspetiva de fomentar o envolvimento de novos e diversos agentes e projetos de práticas artísticas comunitárias, de criadores, estruturas e comunidades com potencial de contribuir para a coesão e transformação social. Para suportar esta perspetiva será aberto um programa de candidaturas que, conjuntamente com a programação desenvolvida internamente, será integrada no programa de 2025. Numa outra vertente, a exemplo do já realizado no passado, será realizado um "festival *Cultura em Expansão*" como momento de celebração / apresentação dos projetos desenvolvidos e promovendo o conhecimento e colaboração entre diferentes comunidades através de criações conjuntas, associando-se já em 2025 ao novo equipamento Matadouro - Centro Cultural do Porto, ainda que por abrir.

Em 2025, o *Cultura em Expansão* estará presente em zonas descentralizadas da cidade dando especial atenção à Zona Oriental.



3.1.4 Direção de Cinema e Imagem em Movimento

- a) Batalha Centro de Cinema
- b) Filmaporto – film commission
- c) Apoios e coproduções de Cinema
- d) Sustentabilidade
- e) Acessibilidade e Inclusão

A Direção de Cinema e Imagem em Movimento (DCIM) tem como missão promover o conhecimento e a fruição cultural através do cinema e da imagem em movimento, estimulando a cinefilia e a cultura cinematográfica por meio de projetos que complementam e potenciem a dinâmica cultural atual da cidade do Porto.

O Batalha Centro de Cinema afirma-se como um espaço cultural de referência na cidade, funcionando como um centro cultural dedicado ao cinema e à imagem em movimento, aberto à história, às expressões contemporâneas e às intersecções entre disciplinas artísticas. A sua principal missão é formar novos públicos para a cultura, utilizando o cinema como veículo para dar a conhecer tanto a cultura nacional como internacional. Procura ainda promover a reflexão sobre as sociedades contemporâneas, valorizando o património material e imaterial da cidade do Porto. O Batalha Centro de Cinema visa, igualmente, criar novas dinâmicas de fruição cultural e de lazer no centro da cidade, com especial destaque na ligação com os públicos escolares e a integração de conteúdos curriculares educativos.

A Filmaporto — *film commission* dedica-se à simplificação de processos burocráticos para a obtenção de licenças de filmagens, promovendo a cidade do Porto em festivais internacionais de relevância na indústria cinematográfica. Adicionalmente, estabelece contactos com agentes do setor do cinema e audiovisual local, com o objetivo de compreender os desafios enfrentados e identificar oportunidades de desenvolvimento.

No cumprimento da missão de disseminar a cultura cinematográfica na cidade do Porto, o projeto de Apoios e Coproduções de Cinema continua a apoiar e cofinanciar um conjunto de atividades que expandem e enriquecem a oferta cinematográfica na cidade.

A missão e os principais eixos estratégicos

a) Batalha Centro de Cinema

O Batalha Centro de Cinema tem como missão promover o conhecimento e a fruição cultural, colocando o cinema e a imagem em movimento no centro das suas atividades. O seu programa engloba a apresentação de retrospectivas, ciclos temáticos, focos em práticas cinematográficas contemporâneas e explorações das intersecções entre o cinema e outras formas de arte. O incentivo à cinefilia e o fortalecimento da cultura cinematográfica são fundamentais e concretizam-se através de projetos educativos, editoriais, formativos e de debate.

No âmbito do seu plano de atividades para 2025, o Batalha Centro de Cinema compromete-se a manter como prioridade o seu papel de complementar e potenciar a dinâmica cultural da cidade do Porto, contribuindo de forma ativa para o enriquecimento do seu ecossistema artístico e cultural.

- Identificar as principais lacunas que se fazem sentir no domínio do conhecimento sobre Cinema e Imagem em Movimento, nos seus diferentes períodos históricos e estéticos, incluindo as correntes contemporâneas;
- Considerar o tecido sociocultural da cidade em toda a sua diversidade, nomeadamente ao nível das práticas de consumo e de programação cultural;
- Atender às vicissitudes logísticas e tecnológicas contemporâneas na área da exibição cinematográfica.



A partir deste quadro operativo, definem-se os seguintes eixos estratégicos como orientadores da missão programática deste projeto:

- O conhecimento sobre a história do cinema através de sessões regulares de cinema de arquivo, em formatos analógicos e digitais;
- A disseminação de discursos contemporâneos na área do cinema sem canais de difusão no circuito comercial e nos festivais de cinema existentes;
- O apoio a agentes programadores e distribuidores na apresentação de novas cinematografias, e novos debates, na área do Cinema e da Imagem em Movimento;
- Apoio à investigação nos domínios da história do cinema e do pensamento crítico sobre a imagem em movimento;
- As ações de cruzamento disciplinar entre imagem em movimento e outras artes, nomeadamente as visuais, através de projetos expositivos.

Este projeto, juntamente com todas as iniciativas programáticas a ele associadas, tem como objetivo alcançar os seguintes resultados:

- Formar novos públicos para a cultura através do cinema;
- Dar a conhecer a cultura nacional e internacional através da história do cinema e da imagem em movimento;
- Estimular o pensamento sobre as sociedades de hoje através do cinema;
- Valorizar o património material e imaterial da cidade do Porto;
- Criar dinâmicas de fruição cultural e de lazer no centro da cidade através do cinema, nomeadamente a partir de uma ligação intensa a públicos escolares e a conteúdos curriculares educativos.

b) Filmaporto – *film commission*

A missão da Filmaporto consiste em promover a cidade do Porto como um destino privilegiado para filmagens, facilitando todos os procedimentos necessários para os pedidos de rodagens por produtores, tanto portugueses como estrangeiros. O seu objetivo é criar condições que consolidem e promovam a cidade como um local de excelência para a produção e realização de filmagens, simplificando e agilizando todo o processo.

Adicionalmente, a Filmaporto atua como uma plataforma de promoção de sinergias entre as indústrias criativas e o território, incentivando a colaboração entre empresas e profissionais do setor, incrementando o número de produções na sua região, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da indústria cinematográfica para, assim, induzir benefícios económicos, laborais, culturais e promocionais para a cidade.

Para cumprir esta missão, definem-se os seguintes eixos de intervenção que orientam a atuação da Filmaporto:

- Promoção das potencialidades do território, nomeadamente através da promoção e melhoria da base de dados de técnicos, produtoras, competências, equipamentos, decors, locations e serviços complementares (catering, casting, por exemplo). A presença nos maiores festivais e mercados de cinema do mundo, permitirão também dar a conhecer, junto da indústria audiovisual, as potencialidades do Porto como destino para produções audiovisuais;
- Mediação de mais-valias disponibilizadas pelo município designadamente as de logística e licenças, meios humanos, espaços municipais e apoio financeiro, financiando assim a produção audiovisual;
- Receção e avaliação de propostas de filmagem na cidade do Porto, comerciais e não comerciais, que permitam ao município arrecadar receita através do seu potencial de filmagem e mais-valias cenográficas;

- Apoio financeiro e logístico ao audiovisual, analisando propostas para apoio logístico a rodagens a acontecer na cidade do Porto, avaliados por comissões externas especializadas em cinema, para suportar custos operacionais – como ocupação de espaço público, estadias, deslocações e ambientes cénicos – que viabilizem produções específicas. A este apoio logístico acresce o apoio financeiro a produções de audiovisual de agentes locais, a decorrer na própria cidade, para que os projetos se possam viabilizar no contexto da cidade do Porto;
- Captação de produções cinematográficas, nacionais e internacionais para produção e realização de filmagens na cidade, através de interação nos mercados e festivais internacionais do sector, com produtoras de cinema, séries, canais de televisão ou investidores privados;
- Captação de produções cinematográficas, nacionais e internacionais para produção e realização de filmagens na cidade, através de interação nos mercados e festivais internacionais do sector, com produtoras de cinema, séries, canais de televisão ou investidores privados;
- *Location scouting*: dar a conhecer as potencialidades do território, como um atrativo destino para as mais diversificadas necessidades de filmagem e repérages;
- Disponibilização de informação de recursos técnicos através da manutenção de uma base de dados de serviços de aluguer de todo o tipo de equipamento técnico necessário as produções;
- Disponibilização de informação e capacitação de profissionais, através da manutenção de uma base de dados de profissionais técnicos de produção e pós-produção, assim como o apoio e a realização de ações de formação para profissionais do audiovisual, visando aumentar as competências dos profissionais que operam na cidade aumenta as possibilidades de empregabilidade no setor e este alargar de competências é fundamental para a captação de projetos relevantes no contexto audiovisual;
- Casting: agilização de procuras especializadas em colaboração com as principais agências de *casting* e figuração nacionais, disponibilizando, através de parceiros, listas de atores e base de dados de *casting* local;
- Comunicação e Promoção: produção de conteúdos audiovisuais de promoção do território e da capacidade instalada.

c) Apoios e coproduções de Cinema

Reconhecendo a importância central do cinema para a cultura da cidade do Porto, a DCIM pretende continuar a apoiar e cofinanciar um conjunto de atividades que ampliam e diversificam a oferta cinematográfica na cidade. Assente numa política de coprodução e parceria com várias iniciativas de exibição cinematográfica – de diferentes formatos, escalas e temáticas – será dada prioridade à promoção e divulgação do cinema no Porto, fomentando a criação de ligações entre diversos agentes culturais, tanto a nível local como nacional e internacional.

Para além da promoção e divulgação, estes apoios visam ainda incentivar e facilitar a criação de sinergias entre estruturas de programação e exibição cinematográfica, festivais de cinema e os variados públicos da cidade. Esta articulação entre agentes culturais e públicos contribui para a consolidação de uma rede de oferta cultural diversificada e acessível, reforçando o cinema como um elemento central na dinamização cultural do Porto.

Deste modo, definem-se os seguintes eixos estratégicos para orientar a missão programática deste projeto:

- Fomentar a oferta e a diversidade estética cinematográfica na cidade a partir do apoio a diversos festivais de cinema e a estruturas de exibição regular e contínua;
- Contribuir para a ativação e formação de públicos e práticas de fruição cultural na área do cinema;
- Promover oportunidades de aprendizagem que partem do cinema como plataforma de discussão dos temas mais relevantes da atualidade, permitindo o encontro com novas formas de ver e pensar o mundo;
- Dinamizar uma política de acesso privilegiado ao circuito de cinema no centro do Porto, com descontos e outros benefícios em várias salas com programação regular, que proporciona a fruição do cinema a preços acessíveis para todos;
- Promover a cultura cinematográfica, exibindo novas formas, discursos e práticas do cinema contemporâneo, assim como estimular a apresentação de obras cinematográficas que não se encontram disponíveis nos canais regulares de distribuição.



Resumo da atividade a desenvolver em 2025

a) Batalha Centro de Cinema

A atividade prevista para 2025 no âmbito do funcionamento do Batalha Centro de Cinema abrange a conceção e produção programática para o ano de 2025, bem como o planeamento programático para o primeiro semestre de 2026.

O programa de exibição do Batalha Centro de Cinema manterá a sua estrutura habitual, composta por retrospectivas monográficas, ciclos temáticos e focos programáticos dedicados a práticas e autores contemporâneos. A programação incluirá igualmente debates e conversas, projetos editoriais, performances, parcerias com festivais de cinema da cidade e um projeto específico orientado para a formação de comunidades de apreciação fílmica, promovendo a inclusão de diferentes públicos.

Destacam-se os seguintes eixos de programação que irão materializar a missão do Batalha:

Ciclos Temáticos: focados em temas específicos que integram diferentes tipos de cinematografias e abordagens ao cinema serão exploradas e debatidas questões sociais, culturais e políticas urgentes. Destacam-se os ciclos *Mitologias*, *Renascença de Harlem* e *Oásis*.

Focos e Retrospectivas: ciclos dedicados à filmografia — completa ou essencial — de cineastas e artistas, tanto nacionais como internacionais, que apresentam obras contemporâneas e de outras épocas, com especial atenção à diversidade formal, temática, geracional e geográfica. Entre os destaques estão os ciclos dedicados a Alice Rohrwacher, Joaquim Pinto e Pedro Almodovar.

Luas Novas: programa mensal que destaca o trabalho cinematográfico de novos talentos do cinema nacional, oferecendo uma oportunidade para descobrir ou revistar as obras de cineastas e artistas cujo percurso se prevê promissor.

Coletivos: Foco em experiências coletivas de realização e produção de cinema, desde os anos 70 até à atualidade, onde a criação artística é vista como uma prática colaborativa, unida por valores éticos, causas comuns ou redes de apoio à produção cinematográfica.

Cinema com História: programas contínuos que exploram a história por trás das grandes histórias do cinema:

1. Com o intuito de pensar, valorizar e divulgar o património fílmico nacional, o Batalha apresenta *Seleção Nacional*, um ciclo anual inteiramente dedicado ao cinema português e à sua história. Este programa, abrangente mas incisivo, reúne cineastas e obras, sejam eles mais ou menos celebrados, mas sempre fundamentais para compreender as matrizes do nosso cinema;

2. Já nas *Matinés do Cineclube*, é retomada a parceria histórica com o Cineclube do Porto, iniciada nos anos 40, revisitando alguns dos filmes mais icónicos da sua história enquanto instituição;

3. *Tesouros do Arquivo* propõe a (re)descoberta de obras recentemente restauradas por prestigiados laboratórios, arquivos e cinematecas. *Ex-novo*, por sua vez, é um novo programa regular dedicado ao cinema contemporâneo, com foco em produções que têm passado despercebidas aos canais de exibição tradicionais.

Especiais: através da exibição de filmes relacionados com celebrações efemérides, são destacadas datas relevantes, ao mesmo tempo que se abrem as portas a estreias e são apresentados projetos comissariados.

Famílias: sessões adaptadas a partir do programa geral, dirigidas simultaneamente a crianças e adultos. Estas sessões desafiam as famílias – formais e afetivas – a desenvolverem uma relação divertida e pessoal com o cinema, explorando toda a sua diversidade.

Festivais e Mostras: ao longo do ano, serão abertas portas aos vários festivais e mostras de cinema da cidade, tornando o Batalha Centro de Cinema num ponto de encontro entre cinéfilos e profissionais. Serão exibidas também as *Sessões Filmaporto*, dedicadas a filmes de autores e produtores da cidade.

Exposições e Instalações: projetos expositivos e instalativos, desenvolvidos em parceria com artistas e cineastas de hoje, a partir de obras já produzidas ou de novos convites à produção de trabalho. Entre a Sala-Filme e outros espaços de acesso público, serão apresentadas obras que exploram diversas práticas artísticas que se ligam à imagem e ao cinema. Para o próximo ano, serão desenvolvidos projetos expositivos com artistas como Saodat Ismailova e Ben Rivers.

Palavra em Movimento: neste ciclo de palestras, o Batalha convida diversas personalidades a partilhar a sua relação com diferentes formas de produção cinematográfica, através de experiências pessoais e filmes que marcaram as suas vidas e as suas práticas profissionais.

Música e Performance: Uma expansão crítica da programação de cinema, através de filmes-concerto e performances transdisciplinares, ancoradas na imagem em movimento, na palavra e no som. Incluem-se aqui projetos já existentes, apresentados em estreia nacional, e projetos inéditos desenvolvidos a convite do Batalha. Neles se inclui "Cristalmess" e uma performance colaborativa entre Joana Gama e Cláudia Varejão.

Cinema ao Redor: através de grupos, cursos, oficinas para adultos e crianças, e outras iniciativas, este programa visa promover o encontro, a partilha e o lazer fora da sala de cinema, garantindo a igualdade de acesso às atividades e contribuindo para a formação de um público ativo e consciente da importância do cinema e da imagem em movimento:

1. O programa *Escolas* estabelece uma relação contínua e permanente com a comunidade escolar. Através de sessões de cinema e atividades complementares com alunos e professores, pretende-se o alargamento do conhecimento da prática cinematográfica;

2. O *Clube de Leitura*, orientado por Teresa Coutinho, atriz e encenadora, e Gisela Casimiro, artista e escritora pretende provocar um diálogo estimulante entre o cinema e a literatura, que possibilite a criação de ideias interligadas destas duas áreas, e o Curso de Crítica de Cinema, comissariado pelo crítico e realizador Saguenail, aborda as diversas formas de estudar, compreender e

interpretar o cinema através da escrita, propondo uma reflexão sobre o que é a crítica, para que serve, o que a compõe, e como se produz;

3. À semelhança de 2024, será realizada uma oficina de animação durante o período da Páscoa;

4. No âmbito do programa *Vizinhos*, que tem como objetivo estabelecer hábitos de partilha e ligação entre o Batalha e as pessoas que habitam na sua proximidade, destaque para o *Batalhawood*, em colaboração com a comunidade de Bangladesh, uma das mais antigas e expressivas comunidades imigrantes do Porto;

5. No âmbito do projeto *Cinema ao Redor*, prevê-se ainda a realização de visitas guiadas que oferecem um roteiro pela história, pelos espaços e pela arquitetura do edifício, bem como sessões *Batalha Quiz* a terem lugar na Cafeteria & Bar do Batalha.

Escolas: programa que estabelece uma relação contínua com a comunidade escolar, centrando-se no cinema. Através de sessões e atividades complementares para alunos e professores, visa expandir o conhecimento cinematográfico e afirmar a sala de cinema como um espaço de cidadania. Este programa é subdividido em Programa de Cinema para Escolas, Proximidade, Grupo Professores e Big Show.

Indústria e Parcerias: acolhimento de eventos da indústria cinematográfica, em parceria com a Filmaporto, com disponibilização de salas para visionamentos privados de cópias, sessões de imprensa, palestras e conferências, e apoio à investigação e formação através de colaborações com escolas de cinema e entidades que promovem a produção e experimentação cinematográficas.



Programa Vizinhos,
2024

Escrita: projeto contínuo que visa promover o pensamento crítico e a criação escrita nas áreas do cinema e da imagem em movimento. Inclui a publicação de edições próprias e a encomenda de novos textos críticos sobre filmes do programa de cinema materializado em folhas de sala da autoria de Álvaro Domingues, Catarina Alves Costa, Djaimilia Pereira de Almeida, Ece Canli, Genevieve Yue, João Araújo, Miguel Bonneville, Róisín Tapponi, Teresa Castro e Victor Guimarães. Destaque ainda para a publicação monográfica dedicada à obra cinematográfica de Cláudia Varejão, “After Hours: Clubbing no Cinema” e o Caderno de Crítica - *A Forja III*.

Filmoteca e Biblioteca: a coleção da Biblioteca manterá a sua constante atualização, abrangendo publicações sobre história do cinema, cineastas, teoria/estética e festivais, com especial atenção à programação do Batalha, incluindo livros relacionados com as temáticas e realizadores em exibição. A Filmoteca, dedicada ao património fílmico do Porto, reúne produções relacionadas com a cidade, seja pelo retrato da sua história, seja pela documentação da sua paisagem ou dos seus autores. O catálogo, também continuamente atualizado, inclui filmes de ficção, animação, documentário e diversos registos audiovisuais.

b) Filmaporto – *film commission*

Em 2025, a Filmaporto – *film commission* pretende desenvolver as seguintes atividades:

- **Sessões Filmaporto:** organização de sessões mensais para filmes realizados na cidade ou por realizadores locais, em parceria com o Batalha Centro de Cinema, e apoio à exibição de filmes de produtores locais;
- **Sustentabilidade no cinema e no audiovisual:** Promoção de práticas sustentáveis no setor audiovisual para discussão de soluções ecológicas na produção cinematográfica;
- **Comunicação:** fortalecimento da comunicação com o público, divulgando os projetos apoiados pela Filmaporto que irão estrear em 2025;
- **Contactos com o setor:** participação em festivais e mercados internacionais com vista a captar novos projetos e fortalecer relações com estruturas de promoção do território, permitindo um conhecimento atualizado e dinâmico da oferta local, nomeadamente a nível de equipas, meios técnicos, competências e *locations* e das atividades audiovisuais a decorrer a cada momento na cidade;
- **Promoção do Território:** identificação e divulgação das vantagens cénicas, logísticas e técnicas da região, posicionando o Porto como um destino privilegiado para produções audiovisuais. Este processo envolve a criação de pontes de comunicação com as diversas entidades do setor, colaborando na pré-produção de novos filmes e facilitando a ligação entre agentes e produções audiovisuais;
- **Relações institucionais:** colaboração com a plataforma *Greater Porto* para atrair produções internacionais e facilitar o licenciamento de filmagens nos municípios do Porto, Gaia e Matosinhos. A Filmaporto desenvolverá estratégias de promoção do território, visando a captação de produções internacionais e a implementação de procedimentos comuns de licenciamento, simplificando o processo para quem deseja filmar na região;
- **Empregabilidade e formação:** conexão de profissionais do setor audiovisual com empregadores, através de uma base de dados, e promoção de formação em parceria com associações e sindicatos da região;
- **Location scouting:** pesquisa e identificação de locais adequados para filmagens no Porto, de acordo com as necessidades das produção cinematográfica ou audiovisual para corresponder às exigências visuais, técnicas e logísticas dos projetos de cinema, televisão, publicidade ou outras produções audiovisuais. Mediação entre produtores e parcerias estratégicas com outras *film commissions*.

c) Apoios e Coproduções de Cinema

Em 2025, no âmbito do projeto de Apoios e Coproduções de Cinema pretende-se avançar com os seguintes apoios, coproduções e parcerias:

- **IndieJúnior – Festival Internacional de Cinema Infantil e Juvenil do Porto:** desde 2017, o IndieJúnior percorre as principais salas da cidade, trazendo o cinema infantil e juvenil mais criativo e original produzido a nível mundial. O festival inclui uma competição internacional de filmes, com cerca de 50 produções recentes (ficções, documentários, animações), a maioria inéditas em Portugal. O IndieJúnior é uma verdadeira celebração do cinema, onde todas as ideias e sonhos se projetam no grande ecrã.
- **Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto:** realizado no Porto desde 1981, o Fantasporto conta com uma reputação internacional já histórica, sobretudo na vertente do cinema fantástico. Celebra-se o cinema com filmes apresentados pela primeira vez em Portugal e antestreias mundiais, integrando quatro secções competitivas: Cinema Fantástico, Semana dos Realizadores/Prémio Manoel de Oliveira, Orient Express e o Prémio de Cinema Português.
- **Porto Femme – Festival Internacional de Cinema:** criado em 2018, o Porto Femme é um festival de cinema no feminino, dedicado a mostrar e divulgar o trabalho de pessoas que se identificam como mulheres, promovendo a igualdade e o empoderamento no universo cinematográfico. O festival foca-se em questões sociopolíticas que afetam as mulheres globalmente, dando voz a diversos grupos e lutas. Refletindo a diversidade de géneros, temáticas e linguagens, a programação do Porto Femme inclui sessões competitivas, exposições, workshops, debates e conversas.
- **Arquiteturas Film Festival:** o Arquiteturas Film Festival é uma plataforma internacional para a discussão e disseminação de produção arquitetónica, através de filmes, exposições e debates. Programado pelo INSTITUTO, este é o primeiro festival de cinema em Portugal dedicado à exibição de filmes de ficção, experimentais e documentais sobre a temática da arquitetura e seus cruzamentos disciplinares. O evento aborda o potencial da imagem em movimento como ferramenta de reflexão sobre o espaço construído e as pessoas que nele habitam. Desde 2022, após oito edições em Lisboa, o festival está sediado no Porto.
- **Beast International Film Festival:** dedicado essencialmente a filmes que têm como pano de fundo a Europa de Leste, o BEAST explora os Balcãs, os países Bálticos e pós-comunistas através de focos cinematográficos. Funcionando como um fórum de diálogo entre o Leste e o Oeste, o festival promove também a partilha criativa através de palestras, workshops e debates e da cooperação com outras instituições culturais.
- **Queer Porto – Festival Internacional de Cinema Queer:** é o único festival de cinema em Portugal com o propósito de exibir filmes de temática gay, lésbica, bissexual, transgénero, transsexual, intersexo e de outras sexualidades e identidades não-normativas, num género cunhado como “cinema queer”. Desde 2015, o festival conta com uma edição no Porto que integra secções competitivas, com alguns dos mais importantes títulos recentes do cinema queer, a par de uma programação paralela que celebra protagonistas e expressões artísticas, problemáticas contemporâneas, pensamento e ativismo.



- **Family Film Project – Festival Internacional de Cinema de Arquivo, Memória e Etnografia:** decorre anualmente no Porto desde 2012. Dedicado a formas alternativas da expressão cinematográfica, o festival tem ênfase na dimensão arqueológica das imagens, explorada tanto no cinema etnográfico, como no cinema de found footage, experimental ou em “filmes caseiros”. Com diversas linhas de atuação, o Family Film Project atravessa os limites entre o cinema e outras artes e áreas de pensamento, integrando na sua programação ciclos performativos, exposições, conferências e masterclasses.
- **MICAR – Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista:** é a única mostra de cinema em Portugal dedicada às temáticas do racismo, da imigração e das minorias étnicas. Durante três dias, as sessões de cinema são complementadas com debates em torno destes tópicos com a intervenção de convidados especiais. O evento, que se realiza desde 2014, é promovido pela SOS Racismo e tem contado com o apoio da Câmara Municipal do Porto e do Teatro Municipal Rivoli. Todo o programa tem entrada livre.
- **Porto/Post/Doc: Film & Media Festival:** é um festival do cinema do real do Porto. Ponto de encontro para criadores, público e profissionais do cinema, tem como objetivo promover a cultura cinematográfica, exibindo as novas formas do cinema contemporâneo. Com uma filosofia eclética, composta por uma Competição Internacional e vários programas paralelos – tais como *Transmission*, para documentários sobre música e festas noturnas; ou o *Fórum do Real*, composto por debates com especialistas e académicos –, o festival ocupa vários espaços da cidade.
- **Projeto Tripass:** atribui acesso privilegiado ao circuito de Cinema no centro do Porto com descontos e outros benefícios nas salas dos Cinemas Trindade, Passos Manuel, e Batalha Centro de Cinema. Em todas as sessões de cinema ao longo de um ano, o Tripass oferece um desconto de 25% sobre o valor do bilhete normal (excepto nas sessões de preço único). Serão mantidas as coproduções Tripass com o Cinema Trindade e o Cinema Passos Manuel, com o objetivo de continuar a fomentar a dinamização e exibição cinematográfica no centro da cidade do Porto, onde se inserem estes dois espaços.

d) Sustentabilidade

A Direção de Cinema e Imagem em Movimento (DCIM) reconhece a sua responsabilidade em reduzir o impacto ambiental das suas atividades. Em resposta ao estado de emergência climática, tem refletido sobre estratégias para reduzir a pegada de carbono e garantir uma gestão sustentável dos recursos.

A responsabilidade ambiental é um tema transversal a todo o programa da DCIM, abordando questões como as dinâmicas do antropoceno, a relação da humanidade com o ecossistema e os desequilíbrios ecológicos. No *Programa Escolas*, a ecologia é abordada através de sessões adaptadas a diferentes faixas etárias, incentivando a reflexão sobre o consumo, a crise climática e a conexão com a natureza.

Na comunicação, optou-se por eliminar materiais efémeros, como panfletos, e priorizar materiais de maior durabilidade, promovendo o colecionismo. O *merchandise* do Batalha inclui itens utilitários, como lápis e cadernos, feitos com materiais sustentáveis e/ou reciclados, com preferência por fornecedores nacionais, garantindo cadeias de fornecimento mais curtas. Os uniformes da equipa são produzidos com materiais orgânicos, priorizando a *fair fashion*, desenhados e fabricados localmente com o mínimo de desperdício.

O serviço de cafetaria e bar do Batalha oferece um menu acessível e saudável, com opções ecológicas e produtos frescos e locais, promovendo práticas sustentáveis, redução de desperdício alimentar e minimização de produtos com embalagens de plástico. A oferta inclui menus sazonais, opções vegetarianas e a redução de carne e laticínios.

A programação da FilMOTECA é visualizada em formato digital, eliminando o uso de suportes físicos poluentes como DVD e Blu-Ray. Além disso, os projetores de cinema DCP com tecnologia laser, adquiridos com uma durabilidade de 20.000 horas, permitem uma significativa redução no consumo de energia e na frequência de substituição das lâmpadas.

Quanto ao transporte, a DCIM subscreve uma plataforma para transferência digital de filmes em alta velocidade, eliminando a necessidade de transporte físico e reduzindo os custos ambientais. Dá-se prioridade também à compra de viagens mais sustentáveis, como viagens de comboio, para convidados e equipa, exceto em casos de necessidade especial.

Para reduzir o uso de plástico, foram adquiridas garrafas e copos de vidro reutilizáveis, disponíveis para a equipa e convidados. Foram instalados dois pontos de água potável e filtrada, para incentivar o reabastecimento contínuo dessas garrafas.



Biblioteca e Filmoteca,
Batalha Centro de Cinema

e) Acessibilidade e Inclusão

A Direção de Cinema e Imagem em Movimento entende a acessibilidade e a inclusão como valores fundamentais e transversais a toda a sua ação. Por um lado, procuram-se suprimir os obstáculos colocados à mobilidade por um edifício construído na década de 40, classificado como Monumento de Interesse Público em 2012.

O edifício é equipado com um elevador e outras soluções arquitetónicas que asseguram o acesso a todos os pisos para pessoas com mobilidade reduzida. As duas salas de cinema dispõem de lugares adaptados para estas pessoas e os seus acompanhantes, que beneficiam de entrada gratuita.

Por outro lado, existe um claro empenho em garantir que o cinema exibido e debatido seja mais acessível a pessoas com deficiência visual, surdas ou ensurdecidas, com deficiência intelectual, mobilidade condicionada e outras necessidades específicas.

Considerando a acessibilidade como um conceito abrangente, com três dimensões gerais – o acesso físico, o intelectual e o social –, foram levadas a cabo reuniões com parceiros externos para a participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade física ou intelectual, no sentido de criar condições de acesso à sua participação, promovendo igualdade de oportunidades através de acesso direto, permanente e o mais autónomo possível e implementando planos de acolhimento de públicos, de acessibilidade, programático e de produção do Batalha Centro de Cinema.

A estratégia programática dos projetos da DCIM foi desenvolvida com a preocupação de garantir a representatividade geográfica, étnica, de classe, de género e, tanto quanto possível aferir, de orientação sexual. Esta preocupação manifesta-se nas temáticas dos filmes apresentados, nas equipas artísticas responsáveis pelas obras exibidas no Batalha e na rede de colaboradores externos, convidados a contribuir com o seu conhecimento especializado para os projetos. A estratégia abrange também os eixos da formação e da fruição cultural ativa, com o objetivo de trabalhar com diferentes públicos e formar redes de partilha e escuta, no sentido de incluir todos e todas que dele se queiram aproximar, que por ele se sintam bem-vindos, e para que nele se sintam representados.

O preço de acesso à programação do Batalha e dos seus serviços privilegia o critério de igualdade de oportunidades, através de uma ampla oferta de descontos que proporcionam condições de acesso otimizado aos portadores de diversos cartões de filiação, bem como estudantes, seniores, pessoas desempregadas, acompanhantes de pessoas com mobilidade reduzida e ainda os estudantes de escolas do e fora do Porto. O acesso à biblioteca, filmoteca e galeria é gratuito

Os filmes estrangeiros exibidos no Batalha são legendados em português, e prevê-se que cerca de 25% das sessões de 2025 incluam legendagem para pessoas surdas ou ensurdecidas. A maior parte dos filmes portugueses será legendada em inglês. Estão também previstas sessões com interpretação em Língua Gestual Portuguesa e sessões com tradução simultânea para português.

3.2 Comunicação e Imagem

A Direção de Comunicação e Imagem (DCI) assume um papel fundamental no desenvolvimento de uma estratégia de comunicação eficaz e abrangente, que reflete a diversidade das atividades promovidas pela empresa na cidade do Porto.

Esta direção é responsável pela execução de ações de comunicação que contribuem significativamente para a visibilidade e notoriedade da Ágora e, por consequência, do município do Porto, promovendo a marca “Porto.” de forma consistente.

O trabalho da DCI passa pelo planeamento e execução de uma política de comunicação integrada, que assegura o controlo de todas as ações e a articulação com a Câmara Municipal do Porto. Este esforço coordenado visa garantir uma disseminação eficaz de materiais informativos e a gestão rigorosa dos suportes de comunicação associados a eventos e iniciativas municipais. A promoção da marca “Porto.” é uma prioridade, sendo respeitadas todas as normas do Manual de Identidade, que conferem uniformidade à imagem institucional e reforçam a sua presença tanto a nível local como nacional.

Para além da produção de conteúdos informativos escritos e da coordenação da presença da Ágora nas redes sociais, esta direção tem um papel central na validação dos suportes de comunicação de eventos, sejam eles organizados diretamente pelo Município ou em coprodução com entidades externas.

O contacto com os meios de comunicação social também é uma das suas atribuições, permitindo uma maior amplificação das iniciativas e projetos que vão desde a cultura ao desporto, passando pelo entretenimento e lazer.

Entre os projetos mais recentes destaca-se a *Agenda Porto*, uma publicação editorial de carácter mensal, lançada em 2024, que visa agregar e divulgar a vasta oferta cultural, desportiva e de entretenimento da cidade. A *Agenda*, distribuída em formato impresso e digital, tem-se afirmado como um importante veículo de informação, reunindo eventos de várias entidades e facilitando o acesso a um público diversificado. O projeto complementa-se com a criação de conteúdos editoriais que valorizam o património, as pessoas e a dinâmica cultural do Porto.

Signatária do Pacto do Porto para o Clima, a Ágora tem vindo a investir em projetos de sustentabilidade, como é exemplo o projeto de *upcycling*, que promove a reutilização criativa de materiais em novos contextos. Este projeto alia a vertente ambiental a uma importante componente social, ao envolver reclusos no processo de criação, permitindo-lhes uma remuneração e contribuindo para a sua reintegração.

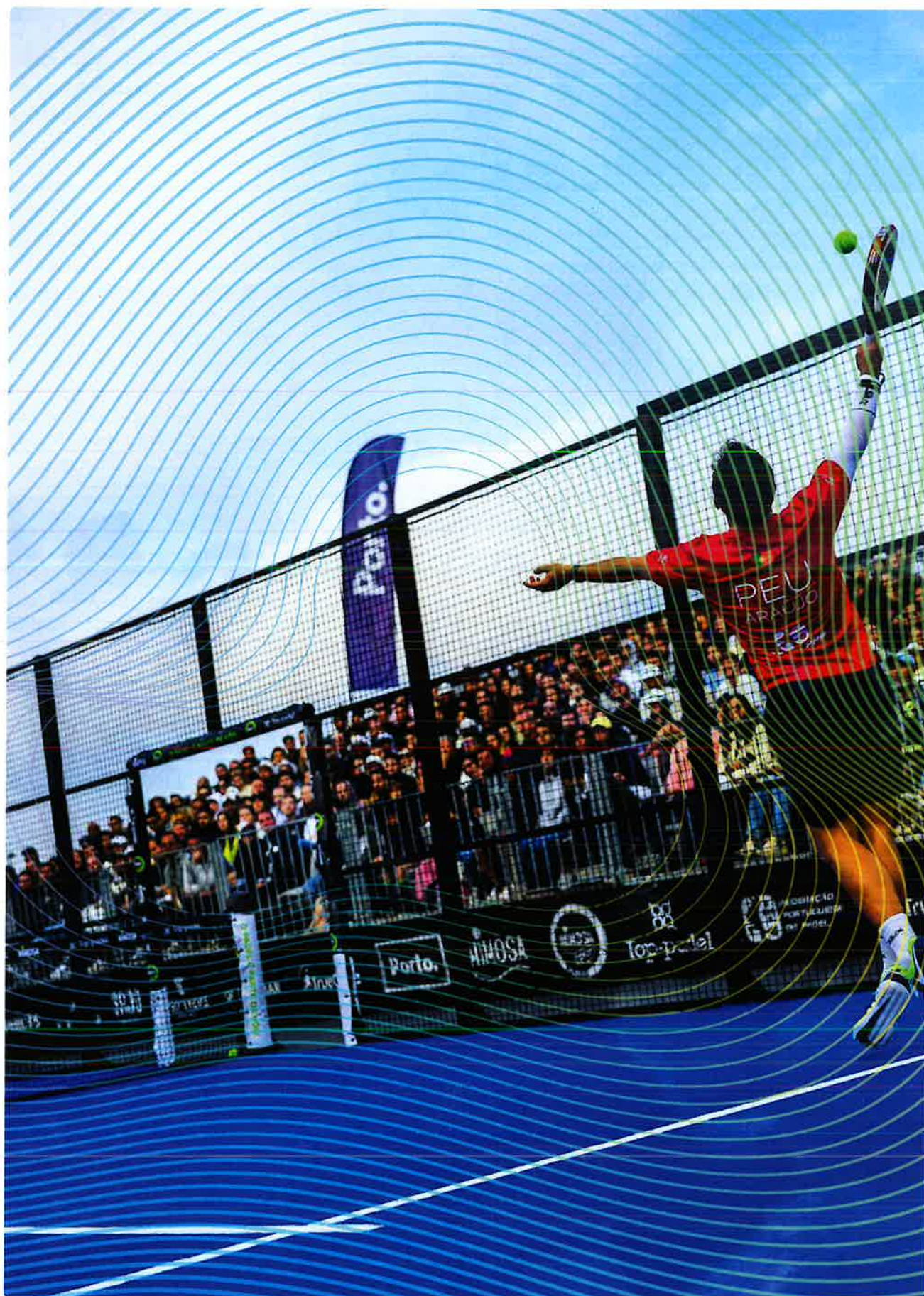
Entre as iniciativas mais ambiciosas e com grande impacto para a cidade está o projeto de comunicação para ativar e promover o futuro polo cultural do Matadouro, que integrará o Museu das Convergências. Este projeto cultural, de enorme relevância para a zona Oriental da cidade, pretende promover não só o novo equipamento, mas também a sua relação com os munícipes, particularmente os residentes em Campanhã. O plano de ações de comunicação em curso inclui a conceção de duas identidades visuais e gráficas, que serão desenvolvidas através de um concurso público. Estas identidades irão refletir a missão do Matadouro enquanto espaço cultural e do Museu das Convergências, criando uma linguagem gráfica que represente o seu impacto na comunidade e na vida cultural do Porto.

Além disso, será desenvolvido um plano de conteúdos digitais, com o objetivo de aproximar o Matadouro à cidade, estabelecendo pontes entre o património humano e material de Campanhã e o restante território municipal. Este projeto de comunicação poderá integrar iniciativas no terreno, direcionadas para os habitantes da zona Oriental, criando um espaço de diálogo entre o centro cultural e os munícipes, potenciando a interação entre a cultura e o quotidiano das pessoas que ali vivem e trabalham.

No que respeita à comunicação digital, a DCI tem também apostado no desenvolvimento de novos formatos, como o *podcast Porto de Alta Competição*, que terá uma segunda temporada em 2025. Esta série semanal aproxima o público das histórias dos atletas e dos desafios enfrentados no mundo do desporto, numa estratégia que procura atrair audiências mais jovens, explorando as potencialidades do meio digital.

Desta forma, a DCI reforça o seu compromisso com uma comunicação dinâmica e inovadora, que reflete a pluralidade de iniciativas culturais e desportivas que marcam a cidade do Porto, contribuindo para o seu desenvolvimento e para o fortalecimento da sua identidade.

el é n



3.3 Desporto

O desporto faz parte da identidade e da história da cidade do Porto. Promover o desporto e a atividade física são fatores determinantes na construção de um Porto que se quer cada vez mais coeso, inclusivo, moderno e sustentável. A exemplo de outras áreas, esse é também um desígnio e uma das metas a perseguir pela Ágora. Para além de contribuir para o bem-estar físico e mental, o desporto tem um papel importante na ajuda em ultrapassar problemas como a exclusão, a desigualdade, o racismo e a xenofobia, e contribui para a formação e educação dos jovens e para a qualidade de vida de todos.

Nos últimos anos, o desporto e a atividade física registaram um grande desenvolvimento na cidade do Porto, com a criação de novas infraestruturas desportivas e a renovação das existentes, a realização de novos programas desportivos informais, muitos deles de cariz inovador e inclusivo e ainda a aposta em eventos desportivos de dimensão nacional e internacional, com relevante impacto económico.

Em 2025, a Ágora continuará a aposta no desporto e na consciencialização dos munícipes para a prática regular do exercício físico, promovendo estilos de vida saudáveis e reduzindo comportamentos sedentários, independentemente da idade, género ou condição.

Objetivos gerais

O desporto e a prática da atividade física constituem uma componente importante do quotidiano dos munícipes, com reflexos diretos na sua qualidade de vida.

Sob a orientação estratégica do Pelouro do Desporto, a Ágora procura continuar a dar resposta a esse desígnio, promovendo e fomentando a atividade desportiva regular, quer *indoor*, com especial incidência nas infraestruturas desportivas municipais, quer a *outdoor*, através do desenvolvimento de programas regulares ao ar livre e no apoio ou organização dos mais diversos eventos desportivos no espaço público.

Objetivos estratégicos

Os principais eixos estratégicos da Direção de Desporto da Ágora são:

- Promover a prática da atividade física e desportiva mediante a renovação dos programas existentes e a dinamização de novos eventos desportivos;
- Alargar a rede municipal desportiva da cidade e implementar novos equipamentos desportivos;
- Requalificar e modernizar as infraestruturas desportivas da cidade através de investimentos criteriosos, por exemplo, ao nível das suas acessibilidades, garantindo elevados índices de satisfação dos utilizadores;
- Implementar políticas de descarbonização nas infraestruturas desportivas contribuindo de forma determinante para a mitigação das alterações climáticas;
- Reforçar a aposta no associativismo, desenvolvendo parcerias com clubes e associações da cidade de forma a promover a atividade física informal e a prática desportiva federada;
- Garantir uma gestão eficiente, integrada e global do parque desportivo da cidade, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização;
- Valorizar o desporto no seu todo, desde o desporto de alta competição à atividade física informal, envolvendo os vários intervenientes desportivos da cidade;
- Dinamizar espaços e locais *outdoor*, promovendo estilos de vida e comportamentos saudáveis, por forma a promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos portuenses.



Programas Municipais de Atividade Física

Aproveitando as condições únicas que o Porto oferece para a prática desportiva ao ar livre, são desenvolvidos vários programas regulares gratuitos, que tornam a atividade física acessível a crianças, jovens e adultos. A prática de programas inclusivos, nomeadamente a pessoas com deficiência será sempre uma aposta da Ágora, criando, desta forma, uma oportunidade desportiva para todos.

Apresentamos, assim, o plano de atividades para 2025–2029:

Desporto Informal

- Alargar a prática desportiva informal, aproveitando não só os parques, os jardins e as praias da cidade, mas também os equipamentos desportivos municipais para atividades gratuitas, integradoras e diferenciadoras, foi claramente um objetivo identificado e concretizado nos últimos anos e que se pretende potenciar nos próximos anos. O desporto informal tem vindo a preencher um espaço vital da cidade, constituindo-se, cada vez mais, como uma alternativa às infraestruturas desportivas tradicionais;
- Motivar a cidade para o desporto informal implica apostar em novos percursos de corrida e de caminhada, tanto na zona ribeirinha como em espaços verdes, nomeadamente no Parque da Cidade e no Parque da Pasteleira, a exemplo do percurso já existente no Parque Oriental, cuja procura tem superado as expectativas;
- No que se refere à modalidade de Orientação, o Porto disponibiliza percursos permanentes que permitem combinar exercício, competição e descoberta no Parque da Cidade, no Parque do Covelo e no Parque de São Roque. Para os próximos anos, propomos a reformulação dos circuitos, com nova sinalização, novos percursos e novos locais de prática.

Programas desportivos

Nos últimos anos, a cidade do Porto tem assumido uma forte liderança na área desportiva, reconhecida pela diversidade de programas desenvolvidos e pela democratização da prática desportiva na Cidade.

Seguindo as novas tendências desportivas da população, a Ágora aposta no próximo quinquénio nos seguintes programas desportivos:

1. No Porto a Vida é Longa e Saudável-Mente

Uma vez atingida a consolidação de outros programas que abrangem variadas faixas etárias, com o programa *No Porto a Vida é Longa*, é possível alargar não só a duração, mas também a dimensão de programas dirigidos aos munícipes mais idosos.

O programa *Saudável-Mente* é dirigido à maiores de 60 anos e tem como objetivo melhorar a mobilidade e proporcionar o maior convívio combatendo o isolamento social, fomentando o envelhecimento ativo e saudável, aumentando a resistência física e promovendo o equilíbrio e a agilidade. Desde setembro de 2023 que este programa foi alargado à Piscina Municipal Eng. Armando Pimentel, em adenda à sessão que semanalmente ocorre na Piscina Municipal da Constituição. Um programa enraizado e que, nos próximos anos, irá continuar a chegar aos munícipes.



2. Desporto no Bairro

Um programa para promover e incentivar o desporto nos bairros da cidade, nomeadamente através do breaking, modalidade que em 2024 estreou no programa olímpico. Com o objetivo de atrair e criar paixão nos jovens através do desporto e da cultura urbana, contribui assim para um novo rumo pessoal e/ou profissional.

Depois do sucesso no ano de estreia (2020), o programa teve continuidade em 2021, desta vez alargando o seu âmbito a 14 bairros da cidade e introduzindo duas novas modalidades: o surf e o skate. Em 2022, 2023 e 2024 foi também incluída a modalidade de *street basket* e foi alargado o número de locais de prática, chegando a 17 zonas da cidade. Na primeira edição, o *Desporto no Bairro* contou com 600 participantes, na segunda edição 800, na terceira cerca de 1000 e na quarta edição foram cerca de 1100 os jovens que participaram neste programa.

Os participantes mais assíduos contam, a partir de 2024, com bolsas de apoio que permitem a frequência regular e gratuita nas várias modalidades, durante um ano.

Nos próximos anos, pretende-se realizar novas atividades conjuntas, levar o programa a novos locais da cidade do Porto e chegar a mais jovens.

3. Aulas gratuitas de skate

Considerando a grande procura e evolução desta modalidade olímpica na cidade, especialmente junto do público mais jovem, promovem-se aulas gratuitas no Skatepark do Parque Desportivo de Ramalde/INATEL. Nos últimos anos, foram implementadas aulas semanais em dois níveis: um de iniciação, e um nível mais avançado, para todos os que pretendem aperfeiçoar a sua técnica desportiva. Aulas que vão manter-se, dada a crescente procura e interesse por esta modalidade.

4. Porto Saudável

Um programa de caminhadas orientadas por técnicos de educação física, que tem como principal objetivo o combate ao sedentarismo, promovendo a saúde física e mental dos participantes.

Com uma extensão de cerca de 5 km, os percursos das caminhadas têm passagem em vários monumentos históricos e pontos de interesse da cidade, aliando, desta forma, o desporto à cultura.

Em 2025, será dada continuidade ao programa com duas temporadas de atividade física gratuita, transversal a toda a população, em diversos pontos de interesse da cidade do Porto.

5. Mergulho para todos

Em 2024, a Ágora dinamizou dois cursos gratuitos no âmbito do novo programa *Mergulho para Todos*. Com esta nova iniciativa foi possível oferecer dois cursos de mergulho para munícipes do Porto, maiores de 10 anos, com um limite máximo de 8 formandos por curso.

Este curso permitiu um conhecimento teórico e prático do mergulho, permitindo a formação necessária para mergulhar, de forma autónoma e em segurança num ambiente de piscinas e/ou águas confinadas.

Cada um dos cursos realizados contou com 20 horas de formação, divididos em seis módulos teóricos e seis módulos de piscina (práticos), e decorreram nas instalações da Piscina Municipal Eng. Armando Pimentel.

6. Porto.Comvida

De julho a setembro, a Ágora implementou um novo programa desportivo municipal que decorreu nos ginásios “a céu aberto” instalados em 2022. Sempre ao sábado, entre as 10h00 e as 11h00, o programa *Porto.Comvida* desafiou a população a juntar-se a uma aula de fitness e manutenção.

Este novo programa municipal, de estímulo da prática de atividade física, surgiu a partir das conclusões do estudo “Porto Ativo”, elaborado em parceria com a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Esta iniciativa contou, em algumas sessões, com a presença do Departamento Municipal de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida e Juventude, com o objetivo de promover o consumo regular e adequado de água e alertar para os problemas associados à desidratação.

7. Missão Férias@Porto

O programa *Missão Férias@Porto* – Campos de Férias apresenta uma oferta desportiva, cultural e de animação, organizada por semanas temáticas, em que se incluem mais de 30 atividades dirigidas aos vários escalões etários e adaptadas à sua condição física. A oferta da componente desportiva inclui modalidades como o atletismo, andebol, basquetebol, badminton, bowling, dança, esgrima, minigolfe, tiro com arco, surf, skate, voleibol ou xadrez. Por outro lado, são também programadas visitas a museus, praias, jardins, parques urbanos, oficinas de alimentação e ciência, sessões de magia, entre outras atividades.

A adesão ao programa em 2024 traduziu-se na disponibilização cerca de 4.400 vagas nas três épocas do programa, Páscoa, Verão e Natal, distribuídas em seis polos (Complexo Desportivo do Monte Aventino, Pavilhão do Viso, Pavilhão Leonardo Coimbra, Pavilhão Pêro Vaz de Caminha, Pavilhão da Areosa e Pavilhão Manoel de Oliveira), registando 4.317 inscrições em 2024.

Atingido o maior número de inscrições de sempre na edição de 2024 da *Missão Férias@Porto*, pretende-se, nos próximos anos, a estabilização da oferta deste programa, quer em número de polos, quer em número de inscrições, através do alargamento da oferta de modalidades desportivas e o estabelecimento de novos protocolos e parcerias.

Cientes das novas dinâmicas desportivas que se desenvolveram nos últimos anos, tornando evidente a crescente procura por atividade física e desportiva realizada ao ar livre, a Ágora, no cumprimento dos seus objetivos, pretende continuar a desenvolver iniciativas de desporto informal e ainda o alargamento de programas desportivos a novos locais da cidade e com aulas diferenciadoras, procurando abranger um leque alargado de população das mais diversas faixas etárias.



ef
h
a



Estádio de Praia, 2024

Outros programas desportivos de oferta diversa

O programa *A Rua é Nossa* e o *Wanderlust* – um dos maiores eventos de meditação e mindfulness, têm por objetivo a promoção da atividade física e a animação nas ruas e jardins da cidade. Este tipo de atividades desportivas, dirigidas à população em geral e abertas à participação de famílias, enquadra-se na estratégia de promoção de saúde e bem-estar do Município do Porto.

Todos estes projetos, conciliados com o conceito do programa *Dias com Energia*, pretendem ser a base da oferta desportiva na cidade, indo ao encontro dos interesses do público.

O *Estádio de Praia*, instalação desportiva instalada sazonalmente na Praia Internacional do Porto, continuará a constituir a grande aposta nos desportos de Verão, entre os meses de junho e setembro, com a realização de um elevado número de atividades de competição e lazer, tendo vindo a estrear-se novas modalidades, como o hóquei de praia, teqball, cross-training e *street basket*, esta última modalidade olímpica.

Para os próximos anos, prevê-se o “amadurecimento” das novas modalidades de desportos em areia adicionadas nos últimos anos ao programa, assim como o aumento do número de atividades paralelas e parceiros.

Manter-se-à a aposta nas atividades paralelas na zona envolvente do recinto, com iniciativas desportivas e de lazer, enriquecendo desta forma a programação paralela às competições desportivas que decorrem no interior do recinto.

O Município do Porto tem vindo a realizar um considerável reforço do apoio aos clubes, associações, coletividades e atletas, procurando dar resposta às necessidades mais prementes dos vários agentes desportivos da cidade.

A partir de 2025, pretende-se alargar esta oferta a cada vez mais atletas. Serão igualmente reativadas parcerias e alargadas as existentes, no sentido de fomentar o número de praticantes federados.

A linha de incentivo *Retoma Desporto*, lançada em 2021 e reforçada em 2022 e 2023, destinada aos clubes e associações da cidade para a aquisição de material desportivo e médico-desportivo, continuará, em 2025, a funcionar como um apoio regular.

O *Programa de Patrocínio a Atletas de Alto Rendimento e de Elevado Potencial Desportivo*, lançado em 2023, foi reforçado em 2024, permitindo que este apoio fosse atribuído a 56 atletas. Esta linha, destinada a atletas individuais, terá um impacto substancial na preparação e participação em provas nacionais e campeonatos internacionais, projetando o nome da cidade e do país.

O reforço substancial dos apoios nas inscrições dos atletas das diversas modalidades, alcançado em 2019, e a garantia da realização de exames médico-desportivos em instituições de referência, são também medidas a manter no período de 2025–2029, reforçando a aposta do município do Porto no desporto de formação, desporto adaptado e desporto feminino.

Provas Desportivas

A Ágora valoriza o desporto no seu todo, apoiando a realização dos mais variados eventos na cidade, em parceria com clubes, associações, juntas de freguesia e autarquias da Frente Atlântica.

Plano de atividades para 2025

O Porto continua a ser um palco privilegiado para a realização das mais diversas provas desportivas, tendo nas corridas de estrada o seu número mais expressivo de participantes. Nesse âmbito, são várias as provas realizadas no espaço público da cidade, com um crescente número de inscritos, destacando-se a **Meia Maratona do Porto**, a **Maratona do Porto** e a **São Silvestre do Porto**.

Outras provas desportivas relevantes realizadas na cidade:

- O **Meeting de Atletismo do Porto**, atualmente considerado o maior torneio juvenil do país, envolvendo mais de 400 jovens atletas;
- O **Porto & Matosinhos Wave Series**, um evento que além de acolher algumas das mais importantes competições nacionais nas modalidades de surf, longboard, bodyboard, skimboard e stand-up paddle, junta ainda uma vertente didática e solidária, com batismos de surf para crianças carenciadas e ações de surf adaptado para crianças e jovens com mobilidade reduzida;
- As competições realizadas no **Estádio de Praia**, que todos os anos decorrem na Praia Internacional do Porto, durante os meses de Verão. O andebol de praia, o voleibol de praia, e o beach rugby, pela forte adesão de atletas e público, são já uma referência nacional. Em 2023, estrearam-se várias modalidades na cidade, que têm registado um crescente número de praticantes a nível nacional, como o street basket, o teqball, ou o cross training;
- O **World Battle**, que traz ao Porto alguns dos melhores atletas de *breaking* do mundo. Um acontecimento que reúne atividades de formação em vários pontos da cidade, competições comunitárias de dança urbana, com acesso inclusivo para as comunidades desfavorecidas, e o *main event* que teve, em 2022, o Coliseu do Porto Ageas como palco da final.

Em agosto de 2023, a anteceder o World Battle e, pela primeira vez na cidade do Porto, teve lugar o **Breaking for Gold World Series**, uma competição mundial certificada pela World Dance Sport Federation (WDSF), com a participação de mais de 300 atletas de 60 países. Esta competição atribuiu pontos para o ranking de acesso aos Jogos Olímpicos de Paris 2024. De realçar que apenas se realizam cinco World Series a nível mundial, tendo sido o Porto uma das cidades escolhidas para acolher esta fase da competição.

Em 2024, foram adicionadas várias atividades ao evento – competições de BMX e trotinantes, que reforçaram o impacto do World Battle na cidade. Paralelamente, a Liga Pro Skate foi igualmente realizada no parque exterior da Alfândega, o que elevou ainda mais a dinâmica dos desportos urbanos durante o fim de semana.

- O **Porto International Cup**, um torneio internacional de futebol juvenil nos escalões de sub-11, sub-15, sub-17, e sub-19, com mais de 40 equipas e 800 atletas, de dez países, que se realiza em quatro instalações da cidade: Parque Desportivo de Ramalde/INATEL, Campo do Outeiro, Campo do Parque da Cidade e Campo da Pasteleira. Teve em 2024, pela primeira vez, uma competição feminina, no escalão de sub-15. De realçar, a utilização da tecnologia VAR (Video Assistant Referee), sendo um dos primeiros torneios juvenis do mundo a contar com este sistema;

- Em 2025, o boxe marcará novamente presença no calendário desportivo da cidade, com o **Porto Box Cup**, evento que contará com mais de 700 participantes, representando perto de 20 países. Serão instalados quatro ringues no Pavilhão Municipal Nicolau Nasoni, que vão acolher competições de seis categorias: benjamins, infantis, cadetes, juniores, seniores e elite;
- O Porto voltará a acolher o **Porto Open**, um dos torneios de ténis com maior dimensão e prestígio organizado na cidade do Porto, no Complexo Desportivo do Monte Aventino. Em 2023, foi promovido de ATP Challenger 80 a ATP Challenger 125, o que elevou consideravelmente o nível do torneio, dotando-o de um prize-money de 145.000 euros. Conta com um quadro de qualificação de singulares, quadro de pares e quadro principal de pares;
- **Douro Bridges – Porto & Gaia Open Water**, uma iniciativa criada em 2022 e que terá continuidade em 2025. Recuperou uma tradição “adormecida” desde finais da década de 70. Procura recriar a “Travessia do Porto a Nado” que teve a primeira edição em 1916. Integra o Circuito Nacional de Águas Abertas e decorre sob a égide da Federação Portuguesa de Natação;
- O **Porto-Gaia Granfondo**, prova de ciclismo que se estreou no calendário desportivo da cidade em 2022, com partida do Porto, e passagem pelos municípios de Gondomar, Penafiel, Castelo de Paiva, Arouca, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia. São apresentados percursos com diferentes distâncias e níveis de dificuldade, de forma a abranger todos os praticantes da modalidade, sendo uma referência nacional em provas de ciclismo amador.

Eventos desportivos internacionais

Os grandes eventos desportivos também fazem parte do plano de atividades da Ágora, sendo uma mais-valia para a economia local e contribuem para a projeção internacional da cidade.

Constituem exemplos desta estratégia eventos como o Campeonato do Mundo de Motonáutica – F1 H20 (2015), o Campeonato do Mundo de Ralis – Porto Super Special Stage (2016, 2018, 2021 e 2022), a organização da Liga das Nações da UEFA (2019), da Final da Liga dos Campeões (2021), a Liga Pro Skate (2021 a 2024), a Volta a Portugal em Bicicleta (2019 e 2022), a Final Four da Liga dos Campeões de Hóquei em Patins (2024) e ainda o Mimosa Open.

É objetivo da Ágora dar continuidade a esta estratégia nos próximos anos, atraindo para a cidade um conjunto de grandes eventos desportivos, com impacto significativo na economia local e, simultaneamente, capaz de ajudar a promover a marca e o destino “Porto” a nível nacional e internacional.

Para os próximos anos, pretende-se continuar a projetar a cidade do Porto através da realização de grandes competições internacionais, como reconhecimento da sua importância para a atividade física e desportiva, procurando apostar em eventos que integrem os princípios de desenvolvimento sustentável em termos ambientais, sociais e económicos.

Nessa estratégia, estão englobados os seguintes eventos:

- Torneio internacional de Padel;
- Festival de desportos urbanos;
- Prova internacional de vela;
- Etapa internacional de voleibol de praia;
- Torneio internacional de rugby.

Infraestruturas desportivas

Para 2025 e anos seguintes, a Ágora tem o objetivo de prosseguir com a sua política de adequar a rede de oferta desportiva à crescente procura, mediante o alargamento da rede de pavilhões municipais, polidesportivos de exterior e modernização das infraestruturas e dos equipamentos desportivos.

Objetivos gerais

A cidade do Porto dispõe de instalações municipais que têm vindo a ser requalificadas e modernizadas, com vista a potenciar a sua utilização e dar resposta à crescente procura.

Entre pavilhões, piscinas e campos da Rede Municipal de Instalações Desportivas (RMID), foram executadas diversas empreitadas, com vista a elevar os níveis de conforto e de qualidade dos espaços.

As diversas intervenções realizadas contribuíram para a conservação, recuperação, modernização e melhoria das seguintes infraestruturas desportivas:

- As piscinas da RMID, com especial foco nas Piscina da Constituição e Cartes, após obras de beneficiação, reabriram ao público no dia 2 de setembro de 2024, apresentando a Piscina da Constituição um novo sistema de Gestão Técnica Centralizada, e a Piscina de Cartes um novo sistema de filtragem, único em Portugal;
- Os pavilhões municipais, com intervenções efetuadas ao nível das instalações, em particular no tratamento e pinturas de superfícies nos pavilhões Pêro Vaz de Caminha, Fontes Pereira de Melo, Viso e Nicolau Nasoni e, ainda, a substituição integral do Piso do Pavilhão Irene Lisboa;
- Empreitadas de requalificação dos Polidesportivos de exterior, nomeadamente, nas escolas António Nobre, Manoel Oliveira, Pêro Vaz de Caminha, Areosa, Leonardo Coimbra e Viso;
- Os campos da RMID, englobando o Campo dos Choupos, Campo do Viso, Parque Desportivo de Ramalde/INATEL, Campo de Futebol do Parque da Cidade e Campo Municipal do Outeiro, foram também objeto de melhorias com especial incidência na persecução da Fase II da obra de construção do Campo de Futebol/Rugby e zona de lançamentos de atletismo e tiro com arco no Parque Desportivo de Ramalde/INATEL.

Em finais de 2022, foi deliberado desenvolver um estudo da situação atual das acessibilidades dos pavilhões, campos e piscinas municipais sob gestão da Ágora, no âmbito do regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público (Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro e mais recentemente pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho).

O objetivo do trabalho, entretanto desenvolvido, traduziu-se na elaboração de relatórios individuais, organizados por instalação, com a representação das situações que não cumprem a legislação, bem como das soluções necessárias ao seu cumprimento, por forma a garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais que frequentam as referidas infraestruturas e se confrontam com barreiras arquitetónicas, impeditivas de uma participação cívica ativa e integral, resultantes de fatores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.

Após a apresentação do estudo, a Direção de Desporto e a Manutenção, deu início a um plano de intervenção de melhoria de acessibilidades, na generalidade das instalações, nomeadamente na rede de piscinas, com eliminação de inúmeras barreiras arquitetónicas e instalação de equipamentos facilitadores para pessoas com mobilidade reduzida.

Até finais de 2025 pretende-se executar trabalhos de adaptação das estruturas desportivas, promovendo as acessibilidades dos edifícios e espaços desportivos, com ganhos de funcionalidade para aqueles que frequentam as instalações municipais.



Nesse contexto, as medidas previstas para os próximos anos são as seguintes:

- Construção de um multiusos com capacidade para receber grandes eventos desportivos, constitui mais um grande desafio do desporto na cidade. Considerando modalidades como o andebol, o basquetebol, o badminton, o futsal, o hóquei em patins, o voleibol, entre outras. Em fase ainda embrionária, este projeto é a grande aposta na centralidade e promoção do desporto na cidade;
- Na Piscina da Constituição prevê-se a reformulação da área que é atualmente ocupada pela bancada outrora destinada ao público. Naquele espaço, será criada uma sala multiusos e novos balneários de uso comum. O objetivo é aumentar a capacidade desta instalação desportiva, assim como permitir a implementação de novas modalidades desportivas;
- Na Piscina Eng. Armando Pimentel e, a exemplo do efetuado nas restantes piscinas, pretende-se proceder à instalação de um novo sistema de gestão técnica centralizada;
- No Campo do Viso, está prevista para 2025 uma empreitada de requalificação do piso sintético. Esta obra permite que esta instalação desportiva se torne uma referência nacional na modalidade de hóquei em campo, uma vez que a nível nacional escasseiam infraestruturas desportivas destinadas a esta modalidade;
- Para os anos de 2025 a 2029, seguindo o caminho trilhado pela cidade do Porto rumo à neutralidade carbónica aquando da assinatura do Pacto para o Clima e partindo do pressuposto de que o Porto será líder, a nível nacional, na ação climática, levar-se-á a cabo um conjunto de ações para cumprir este importante desígnio, nomeadamente a colocação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos em todas as instalações desportivas.

O sucesso do modelo de desenvolvimento desportivo na cidade resulta do envolvimento, da dinâmica e do relacionamento existente entre a Ágora, clubes e associações desportivas, no contributo indissociável para a promoção da prática da atividade física e desportiva da comunidade. Nos últimos anos, a Ágora tem dotado a cidade de novas infraestruturas e equipamentos desportivos, pensando nos munícipes, mas também no importante papel desenvolvido pelas associações na formação dos atletas. Com este desígnio, nos próximos anos pretende-se que a Ágora seja uma referência nas instalações desportivas municipais, mais concretamente nas piscinas, com recurso a novas tecnologias para a racionalização e utilização eficiente da água, evitando desperdícios.

Estão ainda previstas as seguintes medidas e investimentos:

- Campos de futebol nas zonas de Justino Teixeira e Paranhos;
- Requalificação do relvado da FADEUP, iluminação e sistema de rega;
- Pavilhão Multiusos;
- Polo desportivo na zona oriental da cidade para a prática de desportos radicais;
- Centro de apoio a desportos náuticos;
- Modernização dos equipamentos desportivos;
- Reforço do apoio ao associativismo desportivo;
- Promoção de uma bolsa de apoio anual dirigida a jovens atletas de alto rendimento e elevado potencial desportivo;
- Alargamento e reforço dos programas informais de atividade física destinados à população sénior;
- Inclusão através do desporto (a partir do programa *Desporto no Bairro*);
- Captação de grandes eventos desportivos de referência nacional e internacional;
- Criação de um Conselho Consultivo do Desporto.

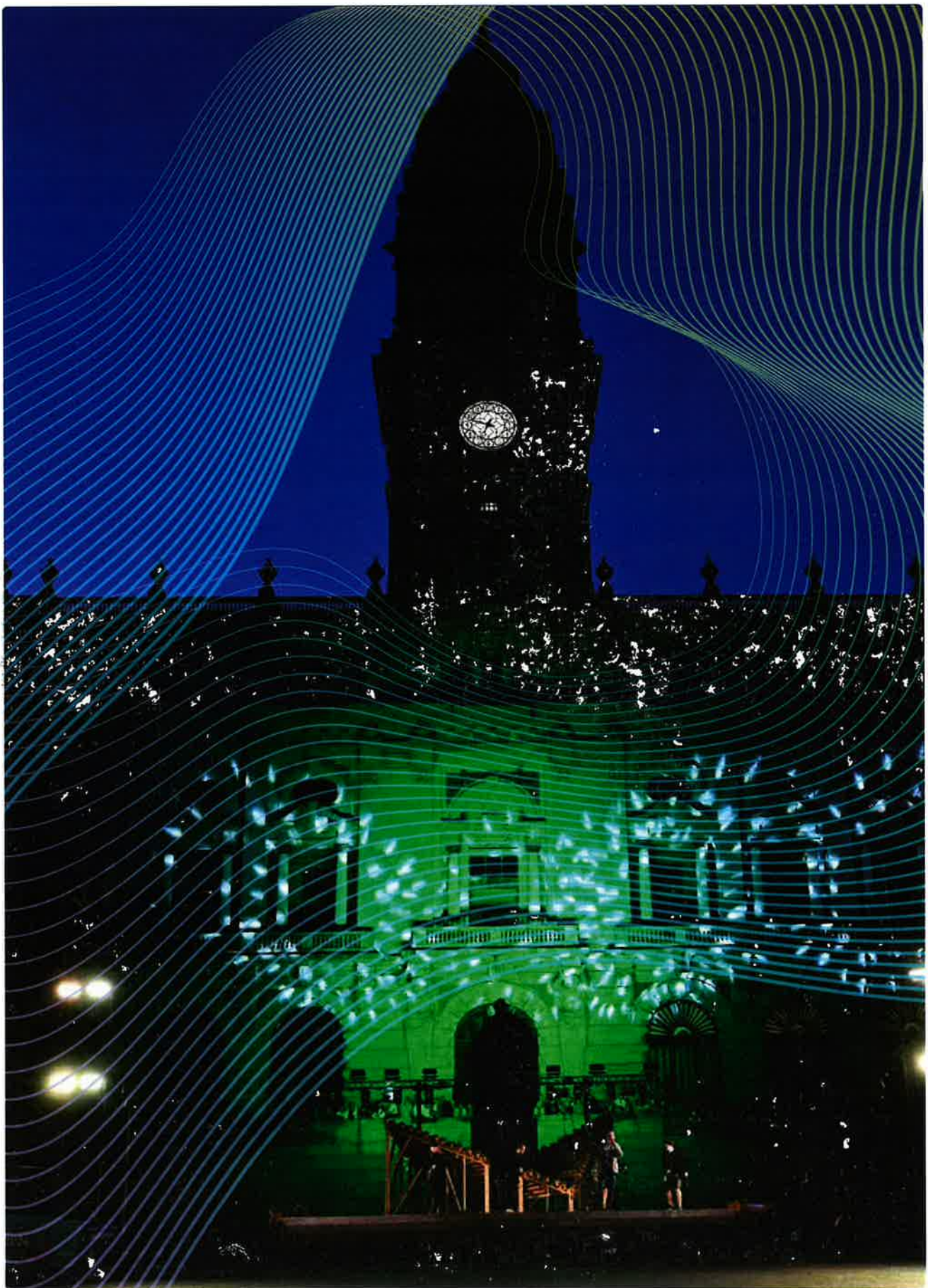


Para além das medidas referidas anteriormente, é também objetivo da Ágora:

- Promover encontros com diversos parceiros institucionais para alargar a oferta desportiva;
- Efetuar uma gestão do parque desportivo da cidade cada vez mais eficiente, integrada e global, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades, redundâncias e subutilizações resultantes de uma gestão mais fragmentada;
- Participar, direta ou indiretamente na oferta das atividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, defendendo o seu equilíbrio;
- Valorizar a componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes, potenciando os êxitos desportivos, enquanto indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade no âmbito nacional e internacional;
- Monitorizar a política comercial, garantindo a respetiva competitividade e aplicação a toda a oferta desportiva relacionada com as infraestruturas sob gestão da Ágora. Para tal, é necessário auscultar regularmente o mercado, com vista a potenciar soluções aptas a gerar novidade, rentabilidade e sustentabilidade dos projetos a médio e a longo prazo;
- Organizar, atualizar e disponibilizar a oferta desportiva da cidade, garantindo uma base para a análise e deteção de novas oportunidades, de modo a adequar a resposta às necessidades da sua população;
- Supervisionar e acompanhar as atividades físicas e desportivas das atividades de enriquecimento curricular, permitindo a utilização das piscinas de Cartes, Constituição e Eng. Armando Pimentel para os alunos do 4.º ano das Escolas Básicas da cidade do Porto.

Conscientes de que as infraestruturas desportivas ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto, continuarão a ser dinamizados nas instalações desportivas municipais diversos programas específicos de desenvolvimento, atração e fidelização da população para a prática de determinadas modalidades, tais como natação, rugby, tiro com arco, karaté, judo, entre outras.

el
6 4



3.4 Entretenimento

A cidade do Porto assume um papel cada vez mais sólido como polo de atração de iniciativas e eventos que consolidam a sua marca, nacional e internacionalmente. A Ágora procurará dar continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos na qualificação dos seus eventos, criando condições para uma programação descentralizada, diversa e multidisciplinar, que estabeleça uma ligação duradoura com os munícipes e com visitantes, promovendo uma ocupação consciente do espaço público.

O sucesso da programação de eventos como as Festas de São João do Porto, o *Vizinhos* ou o Natal, que têm vindo a ser aprimorados e que são hoje marcos seguros de uma descentralização qualificada, permite uma aproximação à cidade e aos seus agentes. Desenvolvendo um projeto que procura ser de envolvimento e proximidade, tem sido feito um trabalho em colaboração com as Juntas e União de Freguesia, para que as expectativas dos portuenses possam ser cumpridas.

Objetivos gerais

- Propor uma oferta de programação cada vez mais diferenciadora, que constitua a matriz da programação do entretenimento no espaço público;
- Criar condições para que a cidade do Porto continue a revelar-se como palco preferencial para os diversos momentos programáticos;
- Manter a estratégia de descoberta e de revelação de novos territórios, atraindo para espaços periféricos um conjunto de atividades e valências que potenciem a sua vivência e promovam a sua desejável (re)descoberta pelo público, eliminando barreiras geográficas e permitindo assim o acesso a uma programação de excelência em espaço público.

Objetivos estratégicos

- Reforçar o Porto como experiência diferenciadora;
- Enaltecer a singularidade da cidade, quer pelas suas características mais empreendedoras quer pelo espírito cosmopolita, com uma oferta global, diversificada e qualificada, indo ao encontro dos diferentes públicos;
- Desenvolver e impulsionar a intervenção pública de arte urbana, através de uma programação plural, descentralizada e de proximidade;
- Em linha com os desafios apresentados pelas alterações climáticas, transformar a cidade num espaço cada vez mais acessível, inclusivo, e que traga para a linha da frente a preocupação com a descarbonização e a redução de impactos ambientais.



Para o período de 2025 – 2029, temos como objetivo:

- **Qualidade e diversidade:** a procura de uma melhoria constante da oferta de entretenimento na cidade, para uma seleção mais criativa, surpreendente e diversificada;
- **Eventos de destaque:** investir em eventos de alta qualidade que não apenas atraem visitantes locais, mas que também elevam a reputação do Porto a nível nacional e internacional;
- **O papel da Ágora:** reforçar a Ágora como um parceiro-chave no diálogo com diversas entidades que contribuem para a oferta da cidade, assegurando que existe uma coordenação eficaz e uma oferta integrada que a todos beneficie;
- **Valorização do património:** destacar os momentos altos da programação na cidade, valorizando o seu património e memória coletiva;
- **Inclusão e sustentabilidade:** garantir que todas as iniciativas são inclusivas e acessíveis, implementando boas práticas ambientais e de sustentabilidade em toda a cidade.

Matriz da oferta

Procurar-se-á manter uma programação que atenda a diferentes públicos de forma inclusiva, plural e acessível, dando prioridade à qualidade. A combinação de atividades variadas e descentralizadas permitirá criar uma dinâmica de cidade diversificada. Além disso, a interação com zonas mais periféricas da cidade ajudará a aproximar a programação do território, contribuindo para a sua qualificação e reabilitação.

O principal objetivo passará por envolver todos os agentes da cidade – moradores, comerciantes, turistas, instituições e associações locais -, contribuindo para a visão de cidade global.



BALUARTE – Exposição de Arte Urbana, Silo Auto, 2024

Plano de atividades para 2025

A divulgação da programação de entretenimento por toda a cidade é fundamental para manter a dinâmica que tem vindo a ser implementada.

Em 2025, a estratégia e objetivo passa pelo reforço do apoio que a Ágora tem dado, ao longo dos anos, a iniciativas que a cidade considera suas. O presente e o futuro próximo passam pela criação de relações fortes com a comunidade, explorando o território e encontrando sinergias com parceiros, promotores e associações, para desenvolver relações duradouras e consistentes. Estas ações traduzem-se em apoios a iniciativas como o Festival Termómetro, o Porto Beer Fest, a Essência do Vinho - Porto e o Essência Festival – Art, Food & Music ou o Serralves na Baixa.

A Ágora irá continuar, em conjunto com as entidades organizadores, a procurar soluções de descentralização ou complementares à nossa própria atividade.

Para 2025, a cidade manterá a programação-base dos últimos anos: o São João, o Verão, a Feira do Livro, o Natal e a Passagem de Ano. Considerando essa estratégia, procurar-se-á acrescentar valor e novas ideias a estas iniciativas, apostando em artistas reconhecidos que ajudam a criar novas histórias e memórias.

Em paralelo, será mantida a estratégia de diversidade, através de iniciativas como as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda, o Dia Nacional dos Centros Históricos, a Festa da Criança ou o TRENCO – Festival de Circo do Porto.

O programa *Vizinhanças* mantém-se como a aposta de relação com a comunidade e a animação artística e cultural em proximidade.

Nos últimos anos, a música tem vindo a ser apoiada, através de festivais e iniciativas como o North Festival, o Primavera Sound Porto, o Festival Elétrico, o Porto Blues Fest, o Jazz ao Relento, o Piquenique Dançante sobre a Relva, os Concertos na Avenida - Casa da Música e o Porto Sounds Secret. Em 2025, mantém-se o compromisso de explorar soluções que satisfaçam os diversos públicos, garantindo sempre a qualidade, diversidade e originalidade indispensáveis.

Importante também destacar a arte urbana que, através do seu programa que completa dez anos em 2024, contribuiu para a revitalização da cidade com novas interpretações, narrativas e personagens.

Para celebrar esta arte, a Ágora estabeleceu, em 2023, a BALUARTE - Exposição de Arte Urbana, na qual artistas, nacionais e internacionais, são convidados a dar uma nova vida a diversos espaços públicos da cidade. Na edição de 2024, foi publicado um catálogo da primeira exposição realizada em 2023, com o objetivo de assinalar e documentar o legado deste evento. Em 2025, o Festival de Arte Urbana continuará a proporcionar oportunidades para artistas consagrados e emergentes, que encontram no Porto uma “tela” para eternizar a sua arte. Este esforço contínuo não apenas aumentará o número de obras espalhadas pela cidade, mas também fomentará momentos de reflexão sobre a arte urbana, consolidando a afirmação internacional da BALUARTE.

ef
g
h

4. Plataformas

4.1 Rede Municipal de Parques de Estacionamento

No decurso do ano de 2024, por decisão da Câmara Municipal do Porto, não se operaram alterações das tabelas de preços de acesso aos parques de estacionamento geridos pela Ágora, mantendo-se os valores praticados e estabelecidos no início do ano de 2023, apesar da transferência da concessão do Parque do Palácio de Cristal para a esfera dos STCP.

A Ágora está atualmente mandatada pelo Município para efetuar a gestão de dois parques de estacionamento – o Parque do Silo Auto, cuja exploração foi atribuída em julho de 2014 e o Parque dos Poveiros, desde julho de 2018.

Até ao final do primeiro semestre de 2024 foram atingidos os maiores níveis de faturação mensal desde que a Ágora assumiu a gestão dos parques, sendo previsível a sua consolidação ao longo de 2025 e anos seguintes.

Parque do Silo Auto

O estabelecimento de negócios decorrentes de investimentos recentes na envolvente geográfica deste parque têm vindo a resultar num crescimento da faturação, potenciada pelo aumento da procura relacionada com as atividades de comércio, serviços e turismo.

Este parque caracteriza-se por uma grande componente de estacionamento em regime de avença, requerendo sempre uma monitorização específica que permita garantir as diversas vertentes de estacionamento, tendo, contudo, ainda algum potencial de crescimento ao nível da faturação.

Nesse sentido, torna-se necessário dotar o parque de estacionamento do Silo Auto de melhores condições de utilização, pelo que se encontra em curso uma reformulação do Posto de Transformação de Eletricidade com grande relevância, pois permite consolidar estratégias de disseminação dos utilizadores da rede de distribuição, permitindo uma garantida estabilidade da rede elétrica que atualmente não dispomos.

Por outro, lado o desmantelamento do posto de abastecimento de combustível e respetiva requalificação urbanística do espaço, constitui um dos grandes objetivos da Ágora. Por fim, pretende-se implementar, já no início do próximo ano, um plano de beneficiação e requalificação do Silo Auto, criando melhor condições para os utilizadores, transformando aquele emblemático edifício num novo ícone da cidade.

Ao longo de 2024, o Parque do Silo Auto, foi palco de atividades e eventos de referência para a cidade, tais como o mercado Fleamarket, o DTX 17 Years Porto e a 2.ª edição do BALUARTE – Exposição de Arte Urbana. Nos próximos anos pretende-se potenciar as valências deste parque de estacionamento agregador de atividades criativas, culturais e de entretenimento.

Parque dos Poveiros

A predominância das atividades de comércio, movida, restauração e alojamento na zona circundante deste parque, bem como a programação dos eventos do Coliseu Porto Ageas, são os fatores que influenciam a procura neste parque, onde se atinge frequentemente o limite de lotação, sendo de realçar que a faturação é alicerçada na vertente de estacionamento de rotatividade.

O Parque dos Poveiros encontra-se atualmente com elevados níveis de procura que resultaram em máximos de faturação mensal, não se prevendo margem para a continuidade deste crescimento, uma vez que este parque atinge frequentemente a sua máxima lotação.

Nos próximos anos prevemos implementar melhorias substanciais no que respeita à modernização do Parque dos Poveiros, nomeadamente a substituição do atual sistema de gestão, oferecendo novas soluções e novas ferramentas que nos permitam obter a máxima eficiência e uma maior economia de custos, prestando um serviço de qualidade aos nossos clientes, e, em simultâneo, maximizando a gestão do parque. A melhoria dos nossos serviços passa também por implementar uma política de excelência, por forma a assegurar um padrão de qualidade aos utilizadores, mediante a modernização das instalações.



Concerto Não Males o Mandarin, Concha Acústica, Feira do Livro do Porto, 2024

4.2 Queimódromo

Recinto de eleição, onde se realizam os grandes eventos da cidade, como a Queima das Fitas, Primavera Sound Porto, Festa da Comida Continente, Maratona do Porto, entre outros, o Queimódromo será alvo, já em 2025, de um plano de otimização do desempenho energético, mediante a implementação de um novo Posto de Transformação que irá permitir potenciar a utilização daquela plataforma. A par desta melhoria, está prevista a implementação de novos equipamentos de vedação e um novo portão a nascente, infraestruturas que permitem aumentar a sua funcionalidade.

O objetivo da Ágora passa por oferecer condições técnicas e logísticas mais favoráveis a todas as atividades e eventos que se realizam nesta Plataforma.

Nos próximos anos, pretende-se, não só manter as parcerias e ocupações habituais, como também potenciar o espaço com novas ocupações e eventos, aproveitando ao máximo as capacidades do Queimódromo.

4.3 Concha Acústica e Rossio

Localizadas nos jardins do Palácio de Cristal, a Concha Acústica e a Praça do Rossio, constituem as mais recentes plataformas sob gestão da Ágora, cujos espaços são destinados à apresentação de cariz cultural e eventos diversos.

Em 2025, a Concha Acústica será alvo de um plano de conservação e beneficiação com o objetivo de dotar aquele espaço com melhores condições de utilização adequadas ao tipo de eventos que acolhe.



5. Demonstrações orçamentais previsionais

Dando cumprimento ao exposto na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) são apresentadas as seguintes demonstrações previsionais:

- Orçamento enquadrado num plano orçamental plurianual;
- Plano Plurianual de Investimentos.

Dada a imprevisibilidade dos acontecimentos futuros, estes poderão não ocorrer conforme esperado, pelo que os resultados poderão também ser diferentes do previsto. O mesmo acontecerá com as variações que poderão ocorrer, nomeadamente na execução dos anos de 2025 a 2029.

As previsões das receitas e despesas apresentadas nas seguintes demonstrações têm por base todos os pressupostos enunciados nos pontos anteriores e que se traduzem nas demonstrações financeiras apresentadas.

5.1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubrica	Recebimentos	Orçamento 2025			Plano Orçamental Plurianual			
		2024	2025	Total	2026	2027	2028	2029
	Receita corrente	327 377	31 157 183	31 484 560	34 151 903	34 957 133	35 816 352	36 714 022
R5	Transferências Correntes e subsídios	—	17 914 731	17 914 731	20 361 101	20 768 323	21 183 689	21 607 363
R5.2	Subsídios Correntes	—	17 914 731	17 914 731	20 361 101	20 768 323	21 183 689	21 607 363
R6	Venda de bens e serviços	327 377	12 016 923	12 344 300	12 565 273	12 958 770	13 398 022	13 867 326
R7	Outras receitas correntes	—	1 225 529	1 225 529	1 225 529	1 230 040	1 234 641	1 239 334
	Receita de capital	—	81 850	81 850	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	—	81 850	81 850	0	0	0	0
	Receita efetiva (1)	327 377	31 239 033	31 566 410	34 151 903	34 957 133	35 816 352	36 714 022
	Receita não efetiva (2)	—	—	—	—	—	—	—
	Receita Total (3) = (1) + (2)	327 377	31 239 033	31 566 410	34 151 903	34 957 133	35 816 352	36 714 022
	Despesa corrente	849 784	29 584 815	30 434 599	33 116 213	33 978 214	34 664 713	35 354 003
D1	Despesas com o pessoal	269 873	9 266 821	9 536 694	10 467 193	10 827 349	11 043 895	11 265 773
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	147 959	7 647 340	7 795 299	8 515 783	8 808 734	8 984 908	9 165 606
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	—	74 295	74 295	79 561	81 152	82 775	84 431
D1.3	Segurança social	121 914	1 545 187	1 667 101	1 871 849	1 937 463	1 976 212	2 015 736
D2	Aquisição de bens e serviços	579 911	16 679 297	17 259 208	18 481 804	18 900 305	19 285 246	19 665 947
D4	Transferências e subsídios correntes	—	3 380 694	3 380 694	3 902 254	3 980 299	4 059 905	4 141 103
D4.1	Transferências correntes	—	3 380 694	3 380 694	3 902 254	3 980 299	4 059 905	4 141 103
D4.14	Outras	—	3 380 694	3 380 694	3 902 254	3 980 299	4 059 905	4 141 103
D5	Outras despesas correntes	—	258 003	258 003	264 962	270 261	275 667	281 180
	Despesa de capital	29 743	1 368 013	1 397 756	1 433 909	1 462 587	1 491 838	1 521 675
D6	Aquisição de bens de capital	29 743	1 368 013	1 397 756	1 433 909	1 462 587	1 491 838	1 521 675
	Despesa efetiva (4)	879 527	30 952 828	31 832 355	34 550 121	35 440 801	36 156 552	36 875 678
	Despesa não efetiva (5)	—	—	—	—	—	—	—
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	879 527	30 952 828	31 832 355	34 550 121	35 440 801	36 156 552	36 875 678
	Saldo Total (3) - (6)	-552 150	286 206	-265 944	-398 218	-483 668	-340 200	-161 656
	Saldo Global (1) - (4)	-552 150	286 206	-265 944	-398 218	-483 668	-340 200	-161 656
	Despesa primária	879 527	30 952 828	31 832 355	34 550 121	35 440 801	36 156 552	36 875 678
	Saldo corrente	-522 407	1 572 368	1 049 961	1 035 690	978 919	1 151 639	1 360 020
	Saldo de capital	-29 743	-1 286 163	-1 315 906	-1 433 909	-1 462 587	-1 491 838	-1 521 675
	Saldo primário	-552 150	286 206	-265 944	-398 218	-483 668	-340 200	-161 656



5.2 Receita

A receita previsional do ano ascende a 31.566.410 euros e tem por base as diversas fontes de financiamento da atividade.

5.3 Despesa

Estão enquadradas na exceção deste princípio as verbas previstas pelas respetivas fontes de financiamento sendo as mesmas alocadas à execução dos respetivos contratos.

Estes pressupostos enquadram-se na lei vigente, nomeadamente na Lei de Enquadramento Orçamental.

Assim, é apresentado um nível de despesa total de 31.832.355 euros.

O saldo global negativo no valor de 265.944 euros, será coberto com o saldo de gerência de operações orçamentais.

5.4 Plano Plurianual de Investimentos

No plano plurianual de investimentos estão refletidas as principais aquisições previstas para o ano de 2025, conforme o descrito no ponto 6.1 Plano de investimento e financiamento. O investimento é suportado na sua totalidade por receitas próprias.

Do plano de investimento previsto para 2025, destacam-se os seguintes projetos:

- Aquisição de material informático e software permitindo dar continuidade à modernização administrativa e técnica dos sistemas de informação atualmente em utilização. Estes projetos, no seu conjunto, refletem cerca de 19% do investimento previsto;
- O investimento em infraestruturas existentes, designadamente na Rede Municipal de Instalações Desportivas, traduz também uma importância significativa no melhoramento das condições das mesmas incluindo os sistemas de segurança e equipamentos de proteção, conservação das infraestruturas e aquisição de equipamento desportivo e técnico.

A totalidade do investimento nestes projetos ascende a 628.038 euros. Este investimento visa modernizar a Rede Municipal de Instalações Desportivas obtendo retornos, nomeadamente financeiros, técnicos, de saúde e bem-estar e ambientais;

- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados nos mesmos, bem como a aquisição de equipamento para a produção de eventos dotando a respetiva área de meios próprios e diminuindo as necessidades de aluguer de material.

Plano Plurianual de Investimentos

Forma de Implementação												Pagamentos				
Objetivo	Módulo de projeto	Descrição do projeto	Forma de realização			Data			Pagamentos							
			NO	RP	UC	EM	MD	Início	Fim	Realizado em parcelas em 2025	2025	2026	2027	Total		
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	20.000,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	20.000,00	20.000,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	111.160,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	111.160,00	131.160,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	71.680,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	71.680,00	202.840,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	13.000,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	13.000,00	215.840,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	71.680,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	71.680,00	287.520,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	17.250,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	17.250,00	304.770,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	252.774,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	252.774,00	557.544,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	19.600,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	19.600,00	577.144,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	244.387,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	244.387,00	821.531,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	19.600,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	19.600,00	841.131,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	24.600,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	24.600,00	865.731,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	7.990,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	7.990,00	873.721,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	12.300,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	12.300,00	886.021,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	75.990,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	75.990,00	962.011,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	36.000,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	36.000,00	998.011,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	7.022,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	7.022,00	1.005.033,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	1.640,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	1.640,00	1.006.673,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	6.180,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	6.180,00	1.012.853,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	4.590,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	4.590,00	1.017.443,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	78.140,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	78.140,00	1.095.583,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	307.771,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	307.771,00	1.403.354,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	142.080,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	142.080,00	1.545.434,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	131.024,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	131.024,00	1.676.458,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	148.670,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	148.670,00	1.825.128,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	110.423,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	110.423,00	1.935.551,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	122.978,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	122.978,00	2.058.529,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	17.564,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	17.564,00	2.076.093,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	579.024,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	579.024,00	2.655.117,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	8.364,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	8.364,00	2.663.481,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	282.576,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	282.576,00	2.946.057,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	138.945,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	138.945,00	3.085.002,00
Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	1	Atividade de qualificação de bens, equipamentos e serviços independentes no funcionamento dos equipamentos sob gestão da Agência	01/04/2022	0	151.045,00	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	01/04/2022	0	151.045,00	3.236.047,00

Plano Plurianual de Investimentos

[illegible]

Nota: Os investimentos previstos têm a duração de um ano.

6. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional

6.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2025

Nos pressupostos assumidos para a elaboração do presente orçamento, o investimento previsto para o ano de 2025 considera as necessidades de aquisição de novos equipamentos destinados às infraestruturas sob gestão da Ágora (repartindo o foco entre as infraestruturas desportivas, culturais e as plataformas), visando um melhor funcionamento e um maior nível de controlo e qualidade do serviço prestado aos utentes/utilizadores das mesmas. Adicionalmente, também se encontra previsto o reforço dos meios afetos aos serviços transversais e de suporte da Ágora.

Do plano de investimento previsto para 2025, cumpre destacar o seguinte:

- Aquisição de equipamentos destinados às instalações desportivas e requalificação dos espaços, tornando a oferta mais atrativa para os atuais utentes, potenciando igualmente a captação de novos utilizadores;
- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados;
- Aquisição de equipamentos e pequenas requalificações nas plataformas;
- Aquisição de equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de *hardware* e *software* de forma a dar continuidade à implementação de melhorias nos procedimentos de trabalho.

Apresenta-se de seguida o mapa resumo do investimento orçado para o ano de 2025:

Valores em euros					
Investimento 2025	Serviços transversais e de suporte	Infraestruturas desportivas	Infraestruturas culturais	Plataformas	Total
Ativos Fixos Tangíveis	296 379	460 600	176 703	170 393	1 104 075
Ativos Intangíveis	16 415	50 000	0	0	66 415
Total	312 794	510 600	176 703	170 393	1 170 490

Para a realização do investimento proposto, pretende-se utilizar a seguinte fonte de financiamento:

Valores em euros	
Financiamento do Investimento 2025	Total
Autofinanciamento 2025	1 170 490

6.2 Plano de capital humano para o ano de 2025

A estrutura previsional de capital humano para o período de 2025–2029 é a seguinte:

Estrutura Previsional de Capital Humano	2025	2026	2027	2028	2029
Administração	3	3	3	3	3
Secretariado	1	1	1	1	1
Encarregado de Proteção de Dados	1	1	1	1	1
Direção de Artes Performativas	62	62	62	62	62
Direção de Arte Contemporânea	22	22	22	22	22
Direção de Convergências	12	12	12	12	12
Direção de Cinema e Imagem em Movimento	30	30	30	30	30
Direção de Desporto	92	92	92	92	92
Direção de Entretenimento	26	26	26	26	26
Direção Financeira e Controlo de Gestão	14	14	14	14	14
Direção de Serviços Jurídicos e Contratação	15	15	15	15	15
Direção de Comunicação e Imagem	27	27	27	27	27
Gestão de Pessoas, Organização e Sistemas de Informação	18	18	18	18	18
Manutenção	22	22	22	22	22
Total	345	345	345	345	345

Do número acima indicado, estão considerados os três membros do Conselho de Administração, sendo o mesmo composto pela Presidente e dois administradores executivos.

As admissões no ano de 2025 estarão previstas ocorrer no último quadrimestre do ano, sendo que o seu impacto, em termos financeiros, reporta a esse período.

6.3 Plano financeiro para o ano de 2025

Valores em euros	
Agregados Económico-financeiros	2025
Resultados	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	822 155
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	135 852
Resultado líquido do período	25 902
Rendimentos	
Vendas	5 077
Prestação de Serviços	10 004 727
Transferências correntes e subsídios à exploração	17 914 731
Reversões	27 088
Outros rendimentos e ganhos	241 364
Gastos	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 000
Gastos com pessoal	9 574 144
Fornecimentos e serviços externos	14 384 756
Transferências e subsídios concedidos	3 380 694
Provisões	23 893
Outros gastos e perdas	5 346
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	686 303
Balanco	
Total do ativo	9 343 118
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	3 245 164
Total do passivo	6 250 397
Total do património líquido	3 092 721
Fluxos de tesouraria	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1 049 960
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-1 315 905
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	—
Indicadores	
Liquidez geral (não considerando a rubrica de Diferimentos) (Ativo corrente/Passivo corrente)	124%
Autonomia financeira (Total do capital próprio/Total do ativo)	33%
Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos) ((Total do capital próprio + Provisões)/Ativo não corrente)	137%

O Resultado operacional antes de depreciações e gastos de financiamento estimado para 2025 ascende a 822 155 euros.

Decorrente do efeito dos gastos/reversões de depreciação e amortização no valor de 686 303 euros e da estimativa de IRC no montante de 109 949 euros, o Resultado Líquido esperado, para 2025, é positivo em 25 902 euros.

Em 2025, mediante a perspetiva demonstrada no Balanço previsional, o Património líquido ascenderá a 3 092 721 euros, equivalente a 140% do capital subscrito da empresa.

Como se pode observar no quadro anterior, os indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de cobertura do ativo não corrente perspetivados para o ano de 2025 demonstram que a Ágora apresenta boas condições financeiras, no que respeita à sua continuidade.

6.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2025

Valores em euros

Demonstração dos resultados previsionais	2025
Rendimentos e gastos	
Vendas	5 077
Prestação de serviços e concessões	10 004 727
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	17 914 731
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 000
Fornecimentos e serviços externos	-14 384 756
Gastos com o pessoal	-9 574 144
Transferências e subsídios concedidos	-3 380 694
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	27 088
Provisões (aumentos/reduções)	-23 893
Outros rendimentos e ganhos	241 364
Outros gastos e perdas	-5 346
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	822 155
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-686 303
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	135 852
Resultado antes de impostos	135 852
Imposto sobre o rendimento do período	-109 949
Resultado líquido do período	25 902



6.4.1 Rendimentos

O valor global de rendimentos orçamentado para 2025 ascende a 28 192 987 euros, repartido pelas áreas de Gestão de Infraestruturas Desportivas, Gestão de Infraestruturas Culturais, Incentivos Culturais, Desportivos e de Entretenimento, Plataformas, Projetos Culturais e de Entretenimento.

Valores em euros

Rendimentos totais	2025
Rendimentos totais	28 192 987
Vendas	5 077
Prestação de serviços na área de gestão de infraestruturas desportivas e culturais e Plataformas	2 758 881
Inscrições / Anuidades	267 750
Aulas diversas modalidades	311 100
Utilização REMUPI	75 480
Utilização de espaços (líquido de descontos e abatimentos)	1 837 922
Renda concessão PRM/PC	266 629
Prestação de serviços na área de projetos culturais e de entretenimento	1 267 477
Patrocínios	1 074 500
Espaço Publicitário	10 000
Bilhética	182 977
Prestação de serviços ao município do Porto	5 978 369
Projectos Recreativos, culturais e desportivos	5 745 298
Serviços de estacionamento	173 705
Atividades de enriquecimento curricular (AEC)	59 366
Transferências e subsídios correntes obtidos	17 914 731
Município do Porto	17 836 056
Outras Entidades	78 675
Reversões	27 088
Reversões	27 088
Outros rendimentos	241 364
Rendas	15 144
Almoços Campos de Férias - Missão Férias@Porto	51 000
Outros	175 220



De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais rendimentos auferidos pela Ágora:

Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Culturais e Plataformas

Os rendimentos auferidos resultam da frequência dos utentes das diversas modalidades disponíveis nas infraestruturas desportivas sob a gestão da Ágora, bem como, da utilização livre das referidas infraestruturas desportivas e culturais, do Queimódromo e do Silo Auto. O valor destes rendimentos representa cerca de 10% dos rendimentos totais da Ágora estimados para o exercício de 2025.

Prestação de Serviços na Área de Projetos Culturais e de Entretenimento

Os rendimentos decorrem da captação de patrocínios conexos com os diversos eventos e iniciativas culturais e de entretenimento organizados pela Ágora, da concessão de espaços e das inscrições nos programas disponibilizados aos cidadãos. Este agregado representa, no seu conjunto, 4% do total de rendimentos estimados para o exercício de 2025.

Prestação de Serviços ao Município do Porto

Os rendimentos decorrem de espetáculos, iniciativas de entretenimento e outros divertimentos públicos constantes do contrato anual celebrado com o Município do Porto, das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área do desporto prestadas nas diversas escolas EB1 da cidade do Porto e da prestação de serviços de estacionamento. Relativamente ao exercício de 2025, espera-se que estes rendimentos representem cerca de 21% dos rendimentos totais da Ágora.

Subsídios à Exploração

Nos subsídios à exploração considerados para 2025, que se preveem ascender a 17 914 731 euros, está incluída a verba no valor de 17 836 056 euros atribuída pelo Município, que não a título de prestação de serviços, destinadas a cobrir o défice de exploração previsto com as infraestruturas desportivas, os encargos com a gestão das infraestruturas culturais e serviços transversais e de suporte. O referido subsídio também tem por finalidade os incentivos culturais, desportivos e de entretenimento.

Outros Rendimentos

Os rendimentos obtidos com a cedência de espaços e apoio logístico inerentes à utilização das instalações geridas pela Ágora por entidades terceiras.

O enquadramento em sede de IVA dos rendimentos anteriormente descritos observa o disposto no Código do IVA, estando sujeitos a IVA na sua maioria. Os subsídios à exploração são considerados como não sujeitos a IVA (operação fora de campo).

6.4.2 Gastos

Esta rubrica reflete o gasto com a aquisição de bens e serviços a terceiros, necessários ao normal funcionamento da Ágora.

	Valores em euros
Fornecimento e Serviços Externos	2025
Trabalhos especializados	5 502 179
Publicidade, comunicação e imagem	666 037
Vigilância e segurança	1 248 056
Honorários	940 460
Conservação e reparação	892 952
Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	240 382
Material de escritório	14 928
Electricidade	484 599
Combustíveis e lubrificantes	249 486
Água	190 728
Deslocações e estadas	118 168
Rendas e alugueres	1 803 228
Comunicação	24 247
Seguros	50 998
Limpeza, higiene e conforto	758 073
Outros serviços	1 200 233
Total	14 384 756

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais encargos ocorridos com FSE decorrentes da atividade da Ágora:

Trabalhos especializados, vigilância e segurança e rendas e alugueres

Os trabalhos especializados, vigilância e segurança e as rendas e alugueres representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE (cerca de 59% do total em 2025). Os trabalhos especializados registam essencialmente os gastos suportados com a aquisição de serviços de assessoria técnica, conceção e coproduções de iniciativas culturais, consultoria e prestação de serviços. A rubrica rendas e alugueres refere-se ao aluguer de bens essenciais ao desenvolvimento das atividades relacionadas com projetos. A rubrica de vigilância e segurança, respeita essencialmente aos encargos associados à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a vigilância nos eventos de maior dimensão, nas plataformas, nas infraestruturas culturais e na sede, ascendendo a 1 248 056 euros em 2025.

Conservação e reparação

A este respeito, cumpre destacar a aposta da Ágora em intervir nas infraestruturas desportivas, culturais e plataformas sob gestão ao nível da conservação e reparação das mesmas, com o intuito de, não só, qualificar os serviços disponibilizados aos utentes e utilizadores das mesmas, bem como, melhorar os níveis de controlo sobre estas.

As verbas consideradas para manutenção das instalações/equipamentos municipais geridos e/ou explorados pela Ágora, as quais ascendem a 892 952 euros em 2025, respeitam apenas a manutenções de carácter recorrente, as quais visam assegurar o seu correto funcionamento.



Água e eletricidade e gás

Estes gastos respeitam essencialmente à exploração das diversas instalações, e que se prevê que em 2025 representem cerca de 5%, respetivamente, do total dos gastos com FSE da Ágora.

Publicidade, comunicação e imagem

Os gastos com a rubrica de publicidade, comunicação e imagem visam assegurar a comunicação das atividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais das iniciativas da Ágora. Estima-se que em 2025 os gastos com publicidade e propaganda representem cerca de 5% do total dos FSE.

Limpeza, higiene e conforto

Os gastos com limpeza, higiene e conforto respeitam essencialmente aos encargos à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a limpeza nos eventos de maior dimensão, nas infraestruturas culturais e na sede.

Outros serviços

Por último, salientam-se os gastos estimados para outros serviços que respeitam a encargos suportados no âmbito da prestação de serviços na área de projetos, especificamente de índole cultural, saneamento e resíduos, gastos com comissões, livros e documentação técnica, despesas de representação, despesas bancárias e pequenas despesas não denominadas.

Gastos com pessoal

Descrição	Valores em euros
	2025
Remunerações dos órgãos sociais	110 932
Remunerações do pessoal	7 602 063
Encargos sobre remunerações	1 664 901
Seguros de acidentes no trabalho	59 416
Outros gastos com o pessoal	33 258
Outros encargos sociais	103 574
Total	9 574 144

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Atualização das remunerações e respetiva base remuneratória da Administração Pública de acordo com o Decreto-Lei 108/2023 de 22 de novembro;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor à data.

O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projetados para o ano em análise na base de 14 meses, respetivos encargos legais e contributivos, despesas com formação, seguro de saúde e medicina no trabalho.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2025 prevendo-se um gasto total com o pessoal de 9 574 144 euros.

Os gastos com pessoal representam cerca de 34% do total de custos orçamentados de 2025.




Depreciações

	Valores em euros
Taxas de depreciação	2025
Ativos intangíveis	33,33%
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	1% – 10%
Equipamento básico	6,66% – 12,5%
Equipamento administrativo	12,5% – 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% – 25%

A estimativa para os gastos com depreciações, em 2025, ascende a 686 303 euros.

Imposto sobre o rendimento e imposto sobre o valor acrescentado

A Ágora está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,0% para o ano de 2025, o derrama municipal resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais, a qual poderá ascender no máximo a 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto.

Para 2025, estimou-se o IRC acrescido de derrama e tributações autónomas, mediante aplicação do disposto no artigo 88.º do Código do IRC, o qual se estimou ascender a 109 949 euros.

Fruto das inspeções tributárias em sede de IVA ocorridas na esfera da Ágora com referência aos períodos de tributação de 2010 e 2011, e em face da interpretação da Autoridade Tributária do enquadramento a dar às diversas operações da empresa, foi apresentado um pedido de informação vinculativa a esta entidade no sentido de clarificar o referido enquadramento. De notar que a resposta obtida junto da Autoridade Tributária confirmou o enquadramento fiscal adotado pela Ágora a este respeito.

De notar que, no que respeita à elaboração do presente orçamento, considera-se que:

- O subsídio à exploração recebido do Município é um rendimento não sujeito a IVA (operação fora de campo);
- As prestações de serviços na área dos projetos culturais e de entretenimento, das atividades de enriquecimento curricular e dos serviços de estacionamento são considerados rendimentos sujeitos a IVA;
- O critério de dedução de IVA associado às despesas inerentes ao funcionamento dos serviços transversais e de suporte da Ágora é o ProRata.

6.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2025

Valores em euros	
Demonstração de fluxos de caixa previsional	2025
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Recebimentos de clientes	12 328 465
Pagamentos a fornecedores	- 20 756 192
Pagamentos ao pessoal (1)	- 9 569 088
Caixa gerada pelas operações	- 17 996 815
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento	- 103 974
Outros recebimentos/pagamentos (2)	19 150 749
Fluxos de caixa das atividades operacionais [a]	1 049 960
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	- 1 317 805
Ativos intangíveis	- 79 950
Recebimentos provenientes de:	
Outros ativos	81 850
Fluxos de caixa das atividades de investimento [b]	- 1 315 905
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [c]	0
Variação de caixa e seus equivalentes [a] + [b] + [c]	- 265 945
Efeito das diferenças de câmbio	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 273 135
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 007 190

Notas:

- (1) Este valor inclui os impostos inerentes ao gasto com a rubrica de Pessoal.
- (2) Este valor inclui os subsídios à exploração cujo recebimento está previsto no período.

Para a atividade projetada para o ano de 2025, não se encontram considerados quaisquer movimentos de tesouraria para atividades de financiamento, recorrendo-se unicamente à utilização de fundos próprios.

As atividades operacionais irão gerar uma variação positiva de 1 049 960 euros em 2025 nos fluxos de caixa, resultante do prazo médio de recebimento de clientes de 10 dias, bem como do pagamento a fornecedores a 10 dias.

Perspetiva-se o recebimento em 2025 de subsídios à exploração no montante de 17 914 731 euros e de clientes de 12 328 465 euros, respetivamente. Por sua vez, os pagamentos a fornecedores ascenderão a 20 756 192 euros em 2025.

Os fluxos das atividades de investimento gerarão uma variação negativa de 1 315 905 euros, os quais serão cobertos por fundos próprios.




6.6 Balanço previsional para o ano de 2025

		Valores em euros
Rubricas		2025
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis		3 121 254
Ativos intangíveis		123 910
Ativos por impostos diferidos		134 035
		<u>3 379 200</u>
Ativo corrente		
Inventários		94 925
Clientes, contribuintes e utentes		338 059
Estado e outros entes públicos		1 264 536
Outras contas a receber		257 671
Diferimentos		1 537
Caixa e depósitos		4 007 190
		<u>5 963 919</u>
Total do Ativo		<u>9 343 118</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		
Património Líquido		
Património / Capital		2 200 000
Reservas		58 514
Resultados transitados		590 304
Outras variações no património líquido		218 000
		<u>3 066 819</u>
Resultado líquido do período		25 902
Total do Património Líquido		<u>3 092 721</u>
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões		1 354 316
Outras contas a pagar		96 000
		<u>1 450 316</u>
Passivo corrente		
Fornecedores		568 346
Estado e outros entes públicos		377 621
Fornecedores de investimentos		38 536
Outras contas a pagar		3 814 824
Diferimentos		754
		<u>4 800 081</u>
Total do Passivo		<u>6 250 397</u>
Total do Património Líquido e do Passivo		<u>9 343 118</u>



Resultante do exercício de orçamentação para o período de 2025, o balanço previsional da Ágora em 31 de dezembro totaliza 9 343 118 euros, sendo que cerca de 33% respeita a Património Líquido.

Das rubricas do Balanço, tecemos algumas considerações sobre as que apresentam maior relevância:

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Esta rubrica inclui os investimentos que se perspectivam realizar em 2025, no montante de 1 170 490 euros.

Ativos por impostos diferidos

Esta rubrica apresenta o montante de 134 035 euros, referente ao imposto diferido respeitante aos ajustamentos de dívidas a receber não aceites fiscalmente.

Património líquido

O património líquido previsto para 31.12.2025, no montante de 3 092 721 euros, o qual inclui o resultado líquido estimado para o exercício de 2025, no montante de 25 902 euros, os resultados transitados e respetivas reservas constituídas, no montante de 590 304 euros.

Provisões

Esta rubrica apresenta o montante acumulado de 1 354 316 euros em 2025, para fazer face a possíveis decisões desfavoráveis à empresa conforme descrito no ponto 2.4, embora o conselho de administração esteja convicto de uma decisão favorável à empresa.

Outras contas a pagar

Nesta rubrica estão incluídos gastos com remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a pagar em 2026 e respetivos encargos e outros gastos com projetos, que totalizam o montante de 3 814 824 euros.*

* De notar que o valor apresentado inclui o montante de 1.156.186 euros de dívida ao Município relativo ao processo de IVA referente ao período de tributação de 2010 (meses de novembro e dezembro), 2011 e 2012, descrito anteriormente.

6.7 Planos económico-financeiros para o período de 2025 – 2029

Valores em euros

Ativos Fixos Tangíveis	2025	2026	2027	2028	2029
Serviços Transversais e de Suporte	296 379	302 307	308 353	314 520	320 810
Infraestruturas Desportivas	460 600	469 812	479 208	488 792	498 568
Infraestruturas Culturais	176 703	180 237	183 842	187 519	191 269
Plataformas	170 393	173 801	177 277	180 822	184 439
Total	1 104 075	1 126 157	1 148 680	1 171 653	1 195 086

Valores em euros

Ativos Intangíveis	2025	2026	2027	2028	2029
Serviços Transversais e de Suporte	16 415	16 743	17 078	17 419	17 768
Infraestruturas Desportivas	50 000	51 000	52 020	53 060	54 122
Infraestruturas Culturais	—	—	—	—	—
Plataformas	—	—	—	—	—
Total	66 415	67 743	69 098	70 479	71 889

Prevemos que o financiamento do plano de investimento do período de 2025 a 2029 seja assegurado integralmente por autofinanciamento.

O investimento a realizar em 2025 totaliza o montante de 1 170 490 euros. De 2026 a 2029 o valor totaliza respetivamente 1 193 900 euros, 1 217 778 euros, 1 242 132 euros e 1 266 975 euros, financiado por fundos próprios.

Com a atividade projetada para o período de 2025 a 2029, espera-se obter os agregados económicos e financeiros apresentados no quadro seguinte. Para o período em análise, perspectiva-se a obtenção de resultados líquidos positivos.

ef *G* *5*

Valores em euros

Agregados Económico-financeiros	2025	2026	2027	2028	2029
RESULTADOS					
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	822 155	793 811	929 624	1 095 752	1 282 203
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	135 852	146 617	162 196	160 410	154 386
Resultado líquido do período	25 902	24 566	26 991	25 607	20 938
RENDIMENTOS					
Vendas	5 077	5 077	5 179	5 282	5 388
Prestação de Serviços	10 004 727	10 180 512	10 504 122	10 861 804	11 243 640
Transferências correntes e subsídios à exploração	17 914 731	20 361 101	20 768 323	21 183 689	21 607 363
Reversões	27 088	27 088	27 088	27 088	27 088
Outros rendimentos e ganhos	241 364	241 364	246 192	251 116	256 138
GASTOS					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 000	2 040	2 081	2 122	2 165
Gastos com pessoal	9 574 144	10 685 164	10 898 867	11 116 844	11 339 181
Fornecimentos e serviços externos	14 384 756	15 402 189	15 710 233	16 024 438	16 344 927
Transferências e subsídios concedidos	3 380 694	3 902 254	3 980 299	4 059 905	4 141 103
Provisões	23 893	23 893	23 893	23 893	23 893
Outros gastos e perdas	5 346	5 791	5 906	6 025	6 145
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	686 303	647 194	767 428	935 342	1 127 817
BALANÇO					
Total do ativo	9 343 118	9 637 232	9 750 703	9 850 223	9 945 129
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	3 245 164	3 791 870	4 242 220	4 549 011	4 688 170
Total do passivo	6 250 397	6 519 946	6 606 425	6 680 338	6 754 306
Total do património líquido	3 092 721	3 117 287	3 144 278	3 169 885	3 190 823
FLUXOS DE TESOURARIA					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1 049 960	1 035 690	978 919	1 151 638	1 360 019
Fluxos de caixa das atividades de investimento	- 1 315 905	- 1 433 908	- 1 462 586	- 1 491 838	- 1 521 675
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-	-
INDICADORES					
Líquidez geral (não considerando a rubrica de Diferimentos) (Ativo corrente/Passivo corrente)	124%	113%	105%	100%	98%
Autonomia financeira (Total do capital próprio/Total do ativo)	33%	32%	32%	32%	32%
Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos) ((Total do capital próprio + Provisões)/Ativo não corrente)	137%	119%	107%	101%	99%

Os indicadores apresentados confirmam a existência de condições que permitem aferir a continuidade da Ágora no período.

No que respeita aos indicadores previstos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (com as modificações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2019) e o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo por base os exercícios de orçamentação para os períodos de 2025 a 2029, apresentamos de seguida os valores que se estimam para o referido período.

De notar ainda que nos termos do n.º 15 do artigo da referida lei, os referidos critérios não se aplicam a empresas que desenvolvam a sua atividade no âmbito da prestação de serviços nas áreas da cultura e do desporto, como é o caso da Ágora.

Descrição	2025	2026	2027	2028	2029
Artigo 35.º do CSC (Património Líquido < 50% Capital Social)	141%	142%	143%	144%	145%
EBITDA < 0	822 155	793 811	929 624	1 095 752	1 282 203
Resultado Líquido > 0	25 902	24 566	26 991	25 607	20 938

Da análise dos dados apresentados é possível concluir que a Ágora, atendendo ao exercício orçamental realizado, não se encontrará em nenhuma das situações previstas no referido artigo para os anos de 2025 a 2029.

6.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2025

No âmbito das competências atribuídas pelo Município do Porto à Ágora, anualmente é celebrado um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento aos Serviços Transversais de Suporte à Gestão e das Infraestruturas Desportivas, bem como, são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos para o ano.

Para 2025, a Ágora pretende contratuar com o Município as seguintes componentes financeiras:

Valores em euros	
Contrato Programa (Subsídio à Exploração)	2025
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte ⁽¹⁾	3 735 731
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas ⁽¹⁾	2 977 987
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais ⁽¹⁾	6 783 672
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento ⁽¹⁾	4 338 666
Total	17 836 056

⁽¹⁾ Rendimento não sujeito a IVA.

Na relação com o município do Porto, não está previsto o pagamento de qualquer montante destinado a investimento.

6.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento para o ano de 2025

No ano de 2025, a Ágora irá prestar serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento, no montante de 5 745 299 euros:

Valores em euros		
Contrato de Prestação de Serviços 2025	Valors/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de serviços - Projetos culturais, desportivos e de entretenimento ⁽¹⁾	5 745 299	7 066 718
Total	5 745 299	7 066 718

⁽¹⁾ Rendimento sujeito a IVA

6.10 Prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para o ano de 2025

Esta verba respeita aos serviços para apoio na coordenação e acompanhamento da implementação das AEC disponibilizados pela Ágora.

Valores em euros		
Contrato de Prestação de Serviços AEC 2025	Valors/ IVA	Valor c/ IVA
Coordenação ⁽¹⁾	9 238	11 363
Técnicos de acompanhamento ⁽¹⁾	25 495	31 359
Utilização de equipamentos desportivos ⁽¹⁾	24 633	30 298
Total	59 366	73 020

⁽¹⁾ Rendimento sujeito a IVA

6.11 Prestação de serviços de estacionamento para o ano de 2025

Valores em euros		
Contrato de Prestação de Serviços Estacionamento 2025	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de Serviços Estacionamento ⁽¹⁾	173 705	213 657
Total	173 705	213 657

⁽¹⁾ Rendimento sujeito a IVA

6.12 Transferências financeiras 2024 vs. 2025 do Município do Porto

Valores em euros

Descrição	Orçamento 2024		Orçamento 2025	
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Contrato de prestação de serviços				
Prestação de serviços de projetos culturais, desportivos e de entretenimento ⁽¹⁾	6 030 442	7 417 444	5 745 299	7 066 717
Subtotal	6 030 442	7 417 444	5 745 299	7 066 717
Contrato programa (subsídio à exploração)				
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte ⁽²⁾	4 150 368	4 150 368	3 735 731	3 735 731
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas ⁽²⁾	3 136 831	3 136 831	2 977 987	2 977 987
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais ⁽²⁾	6 491 852	6 491 852	6 783 672	6 783 672
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento ⁽²⁾	4 798 101	4 798 101	4 338 667	4 338 667
Subtotal	18 577 152	18 577 152	17 836 057	17 836 057
Contrato de prestação de serviços das AEC				
Prestação de serviços das AEC ⁽¹⁾	58 202	71 589	59 366	73 020
Subtotal	58 202	71 589	59 366	73 020
Contrato de prestação de serviços de estacionamento				
Prestação de serviços de estacionamento ⁽¹⁾	170 299	209 468	173 705	213 657
Subtotal	170 299	209 468	173 705	213 657
Total	24 836 095	26 275 652	23 814 425	25 189 451

⁽¹⁾ Valores sujeitos a IVA;⁽²⁾ Valores não sujeitos a IVA.

Porto, 30 de outubro de 2024

O Conselho de Administração



Catarina Araújo
Presidente



César Vasconcellos Navio
Administrador Executivo



Ester Gomes da Silva
Administradora Executiva

7. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.** (a Entidade), relativos ao período de 2025 a 2029, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 2.7. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Matérias relevantes a enfatizar

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base as previsões financeiras do exercício de 2024. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2024, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2024 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIP 501612181 Capital Social 144.000€

Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161380

2. A Entidade apresentou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) pedidos de revisão oficiosa em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, em períodos anteriores, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor os montantes aproximadamente de 803.000 euros e de 354.000 euros, respetivamente, tendo a AT indeferido os pedidos e a Entidade apresentado as competentes impugnações judiciais, aguardando-se o desenvolvimento do processo. O balanço em apreciação apresenta ativos de aproximadamente 803.000 euros e de 354.000 euros, respetivamente, e passivos relacionados com as regularizações efetuadas de igual montante.
Assim, as recuperabilidades dos ativos dependem de decisões judiciais final favoráveis à Entidade ou da reversão dos movimentos acima referidos efetuados com o Município do Porto, em caso de decisões desfavoráveis.
3. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade tem um forte relacionamento financeiro com o Município do Porto, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.
4. Os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação, foram preparados no pressuposto da capitalização dos investimentos que se perspetivam efetuar nas infraestruturas municipais geridas pela Entidade. Estas infraestruturas são anualmente atribuídas à Entidade através de contrato celebrado com o Município para este efeito, o qual tem sido celebrado numa base contínua e que se espera que continue ininterruptamente no tempo.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, e exceto para os possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo 3 da secção anterior, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 30 de outubro de 2024

Assinado por: **JOÃO LUÍS ALMEIDA MENDES DE ARAÚJO**
Num. de Identificação: 08075458
Data: 2024.10.30 17:38:00+00'00'



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC n°933)
registado na CMVM com o n° 20160550

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2024 – 2028

Versão atualizada em setembro de 2024



1. PREÂMBULO	5
1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL	5
1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL	6
1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO	7
2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
3. GOVERNO DAS SOCIEDADES	15
3.1. MISSÃO	15
3.2. VISÃO	15
3.3. VALORES	15
3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS	15
4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES	18
4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2024-2028	18
4.2. OBJETIVOS PARA O ANO	22
4.2.1. MANUTENÇÃO DO SELO DE QUALIDADE	22
4.2.2. PROCUREMENT SUSTENTÁVEL	22
4.2.3. OTIMIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE LIMPEZA URBANA	24
4.2.4. COBERTURA TARIFÁRIA	24
4.2.5. PERSU 2023	25
4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2024-2028	27
4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS	27
4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E OUTROS SERVIÇOS	27
4.3.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS	28
4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS	28
4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS	30
4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS	30
4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	31
4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS	31
4.9. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO	31
4.10. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE	32
4.10.1. PERÍODOS DE 2024 A 2026	32
4.10.2. PERÍODOS DE 2027 A 2028	33
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2024, 2025, 2026, 2027 E 2028	35
5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO	35
5.1.1. PRESSUPOSTOS	35
5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	35
5.1.3. SUBCONTRATOS	36
5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS	36
5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS	37
5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL	37
5.1.7. OUTROS GASTOS	38
5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2024, 2025, 2026, 2027 E 2028	38
5.3. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2024, 2025, 2026, 2027 E 2028	39
5.4. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2024 A 2028	39

ST. 8
4 \$

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2024-2028

VERSÃO ATUALIZADA EM SETEMBRO DE 2024



5.5.	RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES	40
5.6.	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODOS DE 2024-2028	40
5.7.	CONCLUSÃO.....	42
6.	PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	44
7.	CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	46

Handwritten signature and initials in blue ink.

1

PREÂMBULO



1. PREÂMBULO

1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL

A Porto Ambiente é uma entidade empresarial local, constituída em 2017, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira e que tem por objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado é de 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros).

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê a exploração e gestão dos sistemas municipais de Gestão de Resíduos Urbanos e da Limpeza Urbana, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto e em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+), de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último e gerindo de forma adequada e integrada a prestação de cada serviço.

Mais recentemente, e consciente da urgência da ação climática e da oportunidade que representa para a competitividade, emprego, justiça social e resiliência da cidade, o Município do Porto lançou o Pacto do Porto para o Clima, tendo sido, a Porto Ambiente, desafiada a abraçar o desafio de dirigir este projeto. Este Pacto reconhece o papel fundamental da participação de todos os atores locais na implementação de medidas que minimizem drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa, tendo em vista atingir a neutralidade carbónica na cidade até 2030.

Ao lançar o Pacto para o Clima, o Município do Porto comprometeu-se e tem desafiado múltiplas instituições da cidade a:

- (i) estabelecer e partilhar metas e ações concretas, desenvolvidas ou a desenvolver, tendentes a uma redução de emissões de GEE com vista à neutralidade carbónica,
- (ii) envolver os atores municipais no processo de redução de emissões de GEE do Porto;
- (iii) colaborar com o governo local e nacional para definir um contexto favorável para a descarbonização;

- (iv) monitorizar e comunicar o progresso e os impactos das medidas implementadas na redução das emissões de GEE;
- (v) divulgar o progresso conseguido no cumprimento das metas e ações desenvolvidas, contribuindo para aumentar a consciencialização pública.

A atividade da Porto Ambiente e o desenvolvimento das suas funções é realizado sob a orientação estratégica da Câmara Municipal do Porto, de acordo com uma política de gestão organizacional assente num conjunto de princípios orientadores: a satisfação do "cliente" municipal; a melhoria contínua da organização e o seu compromisso com o desenvolvimento e crescimento profissional, técnico, comportamental e ético; o envolvimento dos colaboradores e fornecedores na concretização dos objetivos da empresa; e a atuação no mercado de forma absolutamente transparente e exigente.

No sentido da promoção da melhoria contínua da organização, bem como da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, a Porto Ambiente tem estabelecido um plano de monitorização e avaliação de indicadores do desempenho organizacional.

O acompanhamento destes indicadores, que se organizam em quatro temáticas (cobertura e qualidade do serviço; desempenho organizacional; produtividade; eficiência operacional e de gestão), permite a monitorização do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, garantindo assim a prestação eficiente de um serviço de qualidade.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A atividade da Porto Ambiente é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis. O acompanhamento e controlo do Município do Porto, bem como as funções de

administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e ainda nos Estatutos da Empresa.

No seguimento do enquadramento apresentado, dando cumprimento aos seus deveres de informação e divulgação previsto no artigo 20.º dos Estatutos da Porto Ambiente, de acordo com o n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, isto à luz do artigo 22.º dos Estatutos da Porto Ambiente, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2023-2027, assim como o relatório do órgão de fiscalização.

Estes IGP procuram dar sentido prático à estratégia definida para a empresa, nomeadamente no que respeita a matérias de investimento, financiamento e de exploração num horizonte de curto e médio prazo.

1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO

Os requisitos contabilísticos da Porto Ambiente devem respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir o controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo Portaria 220/2015, de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015, de 21 de Setembro de 2015, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

Handwritten marks: a large 'S' and several initials/signatures in blue ink.

As demonstrações financeiras são elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

Sendo as características qualitativas, atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.



2

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Este período económico iniciou-se com um ânimo e motivação reforçados, com a atribuição do quarto selo de Qualidade na Gestão dos Resíduos Urbanos e segundo Prémio de Excelência do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, selo este que enaltece a mensagem que temos vindo a partilhar, relativa ao rigor, transparência e dedicação de todos e para todos.

O ano 2024 é o primeiro ano completo em que a Porto Ambiente tem todas as suas operações internalizadas. A atividade de Limpeza Urbana foi internalizada, de forma faseada, ao longo de 2023, tendo ocorrido sem qualquer quebra no nível de serviço, pelo que agora será o momento para a Porto Ambiente capitalizar esta temática, destacando aspetos como a inovação, automação e eficiência operacional.

Na prossecução da sua missão, e engrandecendo com os desafios com que se tem deparado, a Porto Ambiente continua a atingir novos marcos, novas abordagens, novas ambições, no âmbito das projeções para o período de 2024 a 2028, conforme se procura evidenciar ao longo deste documento, e que resultam dos seguintes eventos chave:

- Revisão do PARPESU o qual evidencia um incremento muito relevante no nível de exigência imposto, e que se traduz num aceleração de medidas já projetadas, reforço de investimento e procura de soluções alternativas e com maior nível de modernização;
- Implementação, densificação e dinamização de novos projetos de recolha de resíduos urbanos;
- Contínua densificação e reorganização da rede de ecopontos no Município;
- Rejuvenescimento da operação da Limpeza Urbana, com a aquisição em 2024 de uma nova frota de 20 equipamentos, sendo a sua maioria elétricos, num investimento que representa cerca de 6 milhões de euros e reflete uma maior mecanização das operações de varredura;
- Implementação de uma rotina periódica e rotativa de reforço e/ou substituição de equipamentos nas atividades de gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza urbana, possibilitando assim mitigar o esforço financeiro e operacional

das intervenções, mantendo os objetivos de dispor em todo momento de uma frota mais atual, eficiente e ecológica;

- Permanente melhoria e aprofundamento da sua forma de atuação, tendo sido dada continuidade ao processo de implementação dos sistemas de gestão ambiental e segurança e saúde no trabalho segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente;
- Presença assídua em candidaturas para projetos cofinanciados, possibilitando assim, não só a obtenção de recursos financeiros, mas como estar presente nas linhas da frente do conhecimento científico e melhores práticas do setor;
- Contínuo envolvimento da equipa de sensibilização onde os resultados preliminares se traduzem em níveis de ações executadas com taxas de crescimento superiores a 30%, assim como a abrangência da Formação ambiental a entidades que são verdadeiras referências no setor de atuação;
- O reforço do envolvimento da liderança para o Pacto do Porto para o Clima.

Nos desafios a que nos propomos e nas oportunidades que surgem, mantemos o entusiasmo com determinação e inovação, com o compromisso de a servir a comunidade e encarar qualquer desafio com responsabilidade e ética.

No contexto apresentado, são múltiplas as indefinições que poderão impactar de forma divergente nos pressupostos assumidos nas atuais projeções, as quais foram elaboradas considerando estimativas fiáveis, prudenciais e com elevados padrões de rigor. Ainda assim, a Administração da Porto Ambiente deposita grandes expectativas no futuro que se aproxima, nomeadamente no cumprimento das metas definidas no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos em linha com o Plano de Ação, o qual se traduzirá consequentemente na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, incorporando na sua atividade e nos serviços a prestar, as melhores práticas baseadas na inovação, na criação de valor e numa lógica da melhoria contínua.

Estes Instrumentos de Gestão Previsional, para o período de 2024 a 2028, traduzem o esforço da Porto Ambiente na valorização da importância do munícipe, na aposta de um serviço de excelência, bem como na gestão mais



eficiente dos equipamentos e recursos ao serviço da Empresa. Estas projeções, cujo desempenho financeiro prospetivo se sintetiza em seguida, consideram um comportamento da tarifa alinhado com os valores que decorrem do contrato de gestão delegada.

No que respeita ao desempenho financeiro, a tabela seguinte ilustra a projeção do EBITDA para cada um dos períodos anuais, assim como a sua formação:

(Valores expressos em Euro)

Desempenho financeiro	2024	2025	2026	2027	2028
Vendas e serviços prestados	19 759 104	20 618 194	21 296 034	22 016 388	22 677 045
Subsídios à exploração	11 073 739	12 156 466	12 539 982	13 012 882	13 501 918
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-405 285	-528 780	-550 143	-572 369	-595 492
Fornecimentos e serviços externos	-11 559 114	-12 317 041	-12 142 668	-12 202 263	-12 375 688
Gastos com o pessoal	-16 850 899	-17 136 990	-18 105 704	-18 972 873	-19 885 164
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-104 310	-120 000	-120 000	-120 000	-120 000
Outros rendimentos	1 050 528	1 168 389	1 407 014	1 553 295	1 573 666
Outros gastos	-723 523	-825 176	-810 948	-812 688	-813 250
EBITDA	2 240 239	3 016 063	3 513 566	3 902 373	3 963 034

O Conselho de Administração da Porto Ambiente não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrados;
- A todos os munícipes do Porto, cuja adesão aos interesses da cidade, e bem assim, aos projetos implementados em muito têm contribuído para os positivos resultados alcançados;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositadas na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, dedicação e empenho postos nas tarefas que lhes são confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

Porto, 16 de outubro de 2024

4 4 4

O Conselho de Administração


Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)


Luis Bragança de Assunção
(Vice Presidente)


Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)

3

GOVERNO DAS SOCIEDADES



3. GOVERNO DAS SOCIEDADES

A Porto Ambiente é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira. Constituída em fevereiro de 2017, cujo capital social (€ 3 265 566,00) é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

O seu objeto social prevê a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, assumindo como competências a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2030).

3.1. MISSÃO

A nossa missão é a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão e recolha de resíduos e de limpeza do espaço público tendo como base os princípios de qualidade do serviço, rigor e transparência.

3.2. VISÃO

A Porto Ambiente pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

3.3. VALORES

- Orientação para todos aqueles que residem, visitam, trabalham ou estudam na cidade do Porto
- Valorização do ambiente
- Sustentabilidade ambiental, económica e social
- Integridade
- Inovação
- Responsabilidade

3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos sociais da Porto Ambiente, são constituídos pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único, sendo os seus membros apresentados na tabela seguinte:

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2024-2028

VERSÃO ATUALIZADA EM SETEMBRO DE 2024



Órgão	Função	Nome
Assembleia Geral	Representante do Município	Carlota Vilaça Bastos Silva Fonseca
	Presidente da Mesa	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
	Secretário	Sérgio Martins Vieira da Cunha
	Secretário	Cláudia Cristina Pimenta Cameiro
Conselho de Administração	Presidente	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
	Vice-Presidente	Luís Andre Fernandes Bragança de Assunção
	Vogal	Maria Helena Vilasboas Tavares
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A.
	Suplente	representada por: José Fernando Abreu Rebouta Patrícia Alexandra Faria Cardoso

St. 4

St. 4



4

ENQUADRAMENTO E PRESSUPOSTOS

4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES

Os Instrumentos de gestão Previsional que se apresentam foram desenvolvidos tendo em consideração um conjunto de orientações estratégicas, pressupostos de carácter económico-financeiro, assim como o plano de atividades que a Porto Ambiente se propõe a executar. Este plano de atividades, é um instrumento de gestão que visa refletir a estratégia de atuação da Empresa e respetivos serviços, e no qual se encontram discriminados os objetivos a atingir, as atividades a desenvolver e os recursos necessários à sua realização, plasmados nos indicadores definidos no âmbito da Gestão da Qualidade.

A prossecução dos objetivos da Porto Ambiente é promovida através de uma estratégia, desenhada a médio e longo prazo pelo Município do Porto para o ambiente, assente em três pilares de sustentabilidade (ambiental, económico e social). Por outro lado, a contínua aposta na promoção da recolha seletiva será o principal foco a nível estratégico, canalizando todos os esforços no sentido de assegurar a execução das ações definidas no Plano de Ação.

No que respeita ao desempenho da Porto Ambiente, a Administração acompanha, de forma próxima, o desempenho da organização pela monitorização dos indicadores supramencionados, de forma a garantir uma melhor gestão, nos diversos capítulos e objetivos que se propõe.

Nesse âmbito e ainda que não seja objetivo deste documento originar redundâncias entre a informação aqui evidenciada e os indicadores definidos pela equipa da Gestão da Qualidade, entendeu-se pertinente aqui verter um conjunto de ações e objetivos aprovados pelo Conselho de Administração, a 22 de maio de 2024, classificados como estratégicos ou por áreas. Estes objetivos foram definidos para 2024, sendo os mesmos, objeto de revisão anual do Conselho de Administração no contexto da revisão do SGQA, devendo nesse momento ser automaticamente substituídos pelos presentes com referência ao ano em questão.

4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2024-2028

a) Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis

Os pressupostos prospetivos relativos ao período têm por base um orçamento

de exploração equilibrado, por atividade, o qual considera a obtenção de dois subsídios à exploração por parte do Município do Porto. De notar que a regulação dos termos em que os referidos subsídios são atribuídos à Porto Ambiente se encontra prevista em contrato programa, o qual define em conjunto com o contrato de gestão delegada, os objetivos e indicadores de resultado para cada período, conforme previsto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O Contrato Programa relativo à Gestão de Resíduos Urbanos (CPGRU), visa cobrir a parte dos encargos que não se encontrem integralmente remunerados pela tarifa cobrada aos utilizadores finais.

Sublinhamos o enquadramento económico recente, sugere ser previsível que o custo da operação se revele particularmente dispendioso. Nesse contexto, sendo a vontade do acionista apoiar os seus Municípios neste exigente período, as projeções demonstram que o custo da operação não seja integralmente repercutido na tarifa, apresentando-se o Contrato Programa para cobertura de tarifa como um importante instrumento na concretização deste objetivo.

O Contrato Programa relativo à Limpeza do Espaço Público (CPLEP), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com a Limpeza do Espaço Público que, assumindo características de um serviço essencial, está excluída do Sistema Tarifário.

O Contrato Programa relativo ao Pacto para a Neutralidade Carbónica (CPNC), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com as iniciativas daquela direção que, se encontra excluída do Sistema Tarifário.

b) Receitas próprias

As receitas próprias correspondem na sua generalidade à tarifa cobrada aos utilizadores finais (utilizadores do sistema de abastecimento de água do Município do Porto) pela prestação dos serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (GRU). Compreendem adicionalmente, ainda que com menor expressão, os montantes relativos a Serviços auxiliares, os quais consideram, nomeadamente:

- i. no âmbito da Gestão de Resíduos Urbanos, a gestão de Resíduos de Grandes Produtores, assim como os Resíduos de Construção e Demolição;

- ii. no âmbito da Limpeza do Espaço Público, as receitas próprias obtidas são provenientes de ações de fiscalização e da prestação de limpeza de eventos não realizados no espaço público, e como tal não abrangidos pelo Contrato Programa para o efeito;
- iii. no âmbito do pacto para a neutralidade carbónica, não é expectável a ocorrência de quaisquer receitas próprias obtidas.

Os montantes considerados nas projeções tarifárias presentes neste documento, traduzem um comportamento da tarifa alinhado com os valores que constam do Anexo ao contrato de gestão delegada, no âmbito da revisão quinquenal ocorrida em 2022.

c) Outras fontes de financiamento

Adicionalmente aos pontos anteriores, foram ponderadas fontes de financiamento pela Administração e Direções o recurso programas de financiamento decorrentes do NORTE2030, alinhando-se com o PAPERSU revisto em 2024. Estes programas terão como objetivo o apoio na execução de investimentos previstos no Plano de Ação, nomeadamente ampliação, melhorias técnicas, novos meios, complementaridade do funcionamento do sistema de gestão de resíduos urbanos ou limpeza do espaço público.

Foram ainda previstas, neste documento, fontes de financiamento relativas à obtenção de financiamentos bancários por locação financeira, para a concretização dos investimentos de renovação de frota, varredoras e equipamentos de lavagem.

d) Investimentos propostos para o período

O presente documento prevê a realização de um conjunto alargado de investimentos a realizar pela Porto Ambiente, os quais vão ao encontro à ambição da Administração no que respeita ao reforço, renovação e/ou reabilitação da generalidade dos ativos da empresa, nomeadamente no que respeita à frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos, equipamentos de apoio à varredura mecânica, equipamentos de lavagem, parque de contentorização e ecocentros.

No que respeita a mobiliário urbano, e para além das previsíveis necessidades de renovação e manutenção do parque de contentorização do Município do

HT.
LA
\$

Porto, a Porto Ambiente prevê reforçar em concreto, determinadas ações, nomeadamente (i) recolha de proximidade da fração biorresíduos, no setor residencial, (ii) recolha de proximidade da fração biorresíduos, no setor não residencial, (iii) ampliação do parque de ecopontos e (iv) ampliação do parque de contentorização enterrado.

Ainda no contexto dos investimentos a efetuar, de sublinhar que os montantes previstos executar relativamente a viaturas pesadas de resíduos sólidos urbanos no final de 2024, assim como os relativos a equipamentos de lavagem e varredoras a realizar em 2025 e 2026, encontra-se diretamente considerados com fontes de financiamento externo, nomeadamente locação financeira.

Estas renovações e reforços, permitiram a utilização de viaturas menos poluentes, incrementando não só a eficiência económica, como a ecológica. Por último, encontra-se no horizonte da empresa e nas projeções para o período em reporte, uma aposta relevante em beneficiações dos ecocentros.

e) Contingências fiscais e de contencioso

Não são conhecidas ou expectáveis quaisquer contingências desta natureza ou similares.

f) Outros pressupostos de gestão organizacional considerados

- A utilização de um adequado número de recursos humanos;
- Promover a regularidade e a celeridade na conceção, desenvolvimento e concretização das soluções de gestão, designadamente daquelas que impliquem a contratação de terceiros;

O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização, recolha e tratamento de informação sobre o comportamento dos seus atores e intervenientes;

- O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização, recolha e tratamento de informação sobre o comportamento dos seus atores e intervenientes;
- A especialização organizacional e de cada um dos recursos humanos, dotando-os da formação necessária por forma a capacitá-los a responder aos diferentes desafios que cada empreendimento pode representar, seja no plano estritamente técnico, ou na sua afetação ao cumprimento de específicos

objetivos municipais;

- Uma eficaz implementação de processos de controlo interno respeitante à qualidade do serviço que presta para o Município do Porto e às entidades por ele detidas ou participadas;
- A possibilidade de recorrer a parcerias estratégicas, sempre que daí resultem ganhos de eficiência, técnica e financeira;
- A possibilidade de exercer outras atividades ou atividades materialmente idênticas à atividade principal, de natureza complementar ou acessória, possibilitando uma utilização mais eficiente dos recursos afetos.

4.2. OBJETIVOS PARA O ANO

No computo global das Direções, áreas e unidades orgânicas, são mais de 60 os indicadores que são objeto de acompanhamento permanente por parte das equipas de gestão da Porto Ambiente, dos quais parte resultam de desafios decorrentes do Contrato de Gestão delegada, parte decorrentes de ferramentas de avaliação do regulador e os demais, resultantes de desafios colocados pelas próprias áreas, destacando-se em seguida aqueles definidos como de carácter estratégico para a empresa.

4.2.1. MANUTENÇÃO DO SELO DE QUALIDADE

As entidades distinguidas com os Selos de Qualidade ERSAR evidenciam-se por assegurarem o cumprimento de um conjunto de critérios previstos no regulamento da iniciativa "Prémios e Selos de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos", no decorrer do último período com avaliação regulatória.

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) tem vindo a atribuir à Porto Ambiente, anualmente e desde 2020, o selo de qualidade aos serviços de gestão de resíduos urbanos

➤ META(S) DEFINIDA(S)

O Conselho de Administração definiu, como meta para a avaliação deste objetivo, relativo ao exercício da atividade de gestão de resíduos urbanos no período de 2024, a manutenção do selo de qualidade da ERSAR.

4.2.2. PROCUREMENT SUSTENTÁVEL

Desde 2021, que a Porto Ambiente e definiu um conceito, política e visão para

45.
48
\$

implementação de um princípio de *procurement* sustentável.

Esta política visa estabelecer parcerias consistentes com os fornecedores, assegurando a satisfação das partes interessadas, através da integração no processo de aquisição de especificações sustentáveis, de forma a potenciar um impacto mais positivo na sociedade, na economia e com um menor impacto no ambiente.

A visão traduz-se em ser uma organização de referência na temática do Procurement Sustentável, promovendo a sensibilização junto dos parceiros fornecedores quanto à integração de especificações sustentáveis nos procedimentos de aquisição. Com o objetivo da procura da melhor solução à satisfação das necessidades da Organização, potenciando decisões que criem respostas sustentáveis aos desafios, de modo a acrescentar valor e a criar benefícios para todos os envolvidos nos processos de aquisição.

O Mapa Estratégico do Departamento de Compras, Aprovisionamento e Fontes de Financiamento definido anualmente, visa a otimização e sustentabilidade das Compras da Porto Ambiente.

Na Perspetiva de Resultados destaca-se a otimização e sustentabilidade das Compras da Porto Ambiente, onde o objetivo das Compras Sustentáveis é suportado pelos Indicadores:

- a adaptação à norma ISO 20400 - Compras Sustentáveis e à Estratégia para as Compras Públicas Ecológicas 2030 – ECO360 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023);
- a monitorização dos Indicadores de Cumprimento Estratégico e
- continua promoção das iniciativas e indicadores da ENCP2020.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

O Conselho de Administração definiu, como meta para a avaliação do cumprimento deste objetivo, relativo ao período de 2024, se pelo menos 50% dos procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens e serviços na lista de produtos e serviços prioritários da Porto Ambiente, integrarem requisitos de Procurement sustentável.

HT.
L
R
S

4.2.3. OTIMIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE LIMPEZA URBANA

Em 2023, a Porto Ambiente concretizou a internalização do Serviço de Limpeza Urbana, desafio esse realizado de maneira faseada, entre maio e agosto, e onde se destaca, em particular, a ambição da empresa de reforçar os meios mecânicos de apoio à varredura, apostando ainda na sua eletrificação, sempre que possível e aplicável.

Não obstante o exigente desafio, salienta-se a forma exímia como tal foi concretizado, sem qualquer perturbação na qualidade do serviço. A interação constante e pró-ativa entre a Porto Ambiente e o último prestador de serviços, bem como o espírito colaborativo, em muito contribuiu para o sucesso desta mudança.

Foi necessário, num curto espaço de tempo, efetuar um diagnóstico do serviço ao nível de recursos humanos, materiais, infraestruturas, entre outros, para que fosse possível, de acordo com o planeamento elaborado, assegurar todos os recursos necessários para a realização dos serviços, sem qualquer quebra na sua continuidade e qualidade.

A par da mudança efetuada, também tem sido igualmente ambição a revisão do planeamento de todas as atividades de limpeza urbana, para melhorar o serviço prestado e otimizar os recursos empregues.

➤ META(S) DEFINIDA(S)

O Conselho de Administração definiu, como meta para a avaliação deste objetivo, a revisão do planeamento de 25% dos cantões totais, por trimestre.

4.2.4. COBERTURA TARIFÁRIA

No que respeita à atividade de Gestão de Resíduos Sólidos, sendo a mesma regulada e com objetivos de sustentabilidade, encontra-se definida uma trajetória tarifária que ambicione garantir a integral cobertura dos gastos da atividade pelas receitas obtidas pelo tarifário aprovado.

As receitas próprias desta atividade, são assim, na sua generalidade, resultantes da aplicação da tarifa de gestão de resíduos urbanos tarifa essa definida pelas entidades gestoras, sujeita a parecer pelo regulador (ERSAR) e aprovada pelo município, visando refletir a remuneração dos custos incorridos com a prestação

HT.
L.F.
A

da atividade de gestão dos resíduos urbanos, em cenário de eficiência.

Nos períodos em que a tarifa de resíduos urbanos não se verifique suficiente para a cobertura dos gastos desta atividade regulada, o défice resultante da mesma seria igualmente objeto subsídio à exploração, pelo que o resultado desta atividade será igualmente nulo.

De sublinhar que, nos anos de 2020 e 2021, a Porto Ambiente conseguiu de forma bem-sucedida atingir a cobertura dos seus encargos por via da tarifa de gestão de resíduos urbanos mencionada na alínea a) anterior. No ano de 2022, e essencialmente motivado pela crise energética sentida ao nível dos combustíveis, não foi possível manter a cobertura, ainda que o recurso ao subsídio de cobertura tenha sido marginal, evento esse que não foi possível, ainda, de ser integralmente revertido no ano de 2023, permanecendo ainda essa ambição por parte da Empresa, para o ano de 2024.

➤ META(S) DEFINIDA(S)

O Conselho de Administração definiu, como meta para a avaliação deste objetivo, a obtenção de uma taxa de cobertura tarifária da operação de recolha de resíduos, relativa ao exercício de 2024, igual ou superior a 100%.

4.2.5.PERSU 2023

A Porto Ambiente irá executar a sua atividade, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (que até ao período transato traduzir-se-ia pelas metas do PERSU 2020+, tendo agora sido objetivo de revisão à luz do preconizado pelo PERSU 2030), dando assim cumprimento às metas mais atuais definidas.

Os objetivos e metas previstos no plano de ação, incluem cronogramas objetivos a cumprir, os quais tem vindo pontualmente a ser revistos nos Planos estratégicos, e que visam, nomeadamente:

- Promover a eficiência da utilização de recursos naturais na economia e dissociar o crescimento económico dos impactes ambientais relacionados com a produção de resíduos;
- Reforçar a prevenção da produção de resíduos e fomentar a sua reciclagem com vista a prolongar o seu uso na economia;
- Aumentar a preparação para reutilização, a reciclagem e a qualidade dos

48. F
L
S
J

recicláveis;

- Reduzir a deposição de RU em aterro;
- Valorizar economicamente e escoar os recicláveis e subprodutos do tratamento dos RU;
- Reduzir a produção de resíduos por habitante;
- Aumentar a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem;
- Aumentar a taxa de reciclagem.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

O Conselho de Administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, o cumprimento de 90% dos objetivos definidos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'F' and 'H'.

4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2024-2028

Relativamente aos pressupostos considerados e, não obstante das notas explicativas destacadas da secção seguinte, apesentam-se os seguintes pontos:

4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Pressupostos Macroeconómicos	2024	2025	2026	2027	2028
Taxa IVA a liquidar - Receitas próprias	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA a liquidar - RCD's	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Grandes produtores	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Subsídios exploração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA a liquidar - Outras prestações de serviços	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
Taxa IVA nas compras (Tratamento de resíduos e subcontratos)	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA nas compras (Outros)	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
% IVA a deduzir nas compras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa nominal de IRC	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa efetiva de IRC (média estimada)	26,80%	26,80%	26,80%	26,80%	26,80%
Taxa média de encargos contributivos	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%
Taxa média de retenções contributivas	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa média de retenções de imposto sobre o rendimento	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa crescimento da Remuneração Mínima Nacional	0,00%	6,38%	6,67%	6,25%	5,88%
Taxa inflação (IHPC_M(12;12))	0,00%	2,10%	2,00%	2,00%	2,00%
Produtório dos IPC M(12;12) - Tarifa (Ref. a preços constantes de 2022)	0,00%	10,20%	12,40%	14,65%	16,95%
Taxa inflação combustíveis (IHPC_M(12;12))	0,00%	2,10%	2,00%	2,00%	2,00%
Evolução da TGR (conhecida até 2025 e estimada ao IPC após)	0,00%	16,67%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa Euribor 12 meses	3,138%	3,138%	3,138%	3,138%	3,138%
Taxa remuneração dos financiamentos (Spread) - 2019	0,471%	0,471%	0,471%	0,471%	0,471%
Taxa remuneração dos financiamentos (Spread) - 2023	0,250%	0,250%	0,250%	0,250%	0,250%
Taxa remuneração dos financiamentos (Spread) - 2024 + 2025 + 2026	0,340%	0,340%	0,340%	0,340%	0,340%

4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E OUTROS SERVIÇOS

LA
\$40

Principais fontes de receitas próprias		2024	2025	2026	2027	2028
Utilizadores domésticos	Tarifa de disponibilidade					
	Número de utilizadores/contratos	125 864	125 864	125 864	125 864	125 864
	Tarifa (€/dia)	0,0776	0,0803	0,0836	0,0869	0,0895
	Tarifa variável					
	Quantidade de água consumida (m3/ano)	11 207 945	11 207 945	11 207 945	11 207 945	11 207 945
Utilizadores não domésticos	Tarifa (€/m3)	0,4471	0,4937	0,5046	0,5193	0,5349
	TGR (€/m3)	0,0400	0,0467	0,0476	0,0486	0,0495
	Tarifa de disponibilidade					
	Número de utilizadores/contratos	31 981	31 981	31 981	31 981	31 981
	Tarifa (€/dia)	0,5020	0,5146	0,5307	0,5468	0,5632
Grandes Produtores / Não domésticos na origem	Tarifa variável					
	Quantidade de água consumida (m3/ano)	7 158 388	7 158 388	7 158 388	7 158 388	7 158 388
	Tarifa (€/m3)	0,6242	0,6457	0,6717	0,6975	0,7186
	TGR (€/m3)	0,0400	0,0467	0,0476	0,0486	0,0495
	Tarifa de disponibilidade					
Remoção de resíduos de construção e demolição (RCD)	Número de utilizadores/contratos	40	40	40	40	40
	Tarifa (€/dia)	0,5020	0,5146	0,5307	0,5468	0,5632
	Tarifa variável					
	Quantidade de resíduos produzidos (litros)	18 776 433	18 776 433	18 776 433	18 776 433	18 776 433
	Tarifa (€/m3)	0,0364	0,0376	0,0391	0,0407	0,0419
Outros	TGR (€/m3)	0,0400	0,0467	0,0476	0,0486	0,0495
	Recalca na origem					
	N.º de serviços	60	60	60	60	60
	Taxa de serviço (€/Serviço)	72,04	73,56	75,03	76,53	78,06
	Quantidade (kg)	0	0	0	0	0
Depósito no ecocentro	Preço kg (> 500 kg)	0,1381	0,1410	0,1438	0,1467	0,1496
	Quantidade (kg)	360 000	360 000	360 000	360 000	360 000
	Preço kg (> 500 kg)	0,0461	0,0471	0,0480	0,0490	0,0499
	Transporte de resíduos e deposição (€)	3 000	6 126	6 249	6 373	6 501
	Fiscalização (€)	35 943	34 306	34 992	35 692	36 405
Estimativa de perda por imparidade (valor anual)		104 310,36	120 000,00	120 000,00	120 000,00	120 000,00

4.3.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS

Pressupostos Microeconómicos - Principais gastos		2024	2025	2026	2027	2028
Gestão de resíduos urbanos	Resíduos indiferenciados - Toneladas estimadas	110 231	109 560	105 499	103 624	101 631
	Custo tratamento de resíduos - Taxa de exploração (€/t)	44,8500	45,7919	46,7077	47,6418	48,5947
	Custo tratamento de resíduos - TGR (€/t)	6,0000	7,0000	7,1400	7,2828	7,4285
	Taxa de recuperação, em percentagem (final ano)	26,55%	28,50%	32,50%	35,00%	37,50%
	Taxa de faturação e cobrança CMPEA	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Limpeza do espaço público	Número médio de viaturas ligeiras	21	22	22	22	22
	Número médio de viaturas pesadas/equipamentos	53	59	65	70	70
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Resíduos de varredura - Toneladas estimadas	1 800	1 800	1 800	1 800	1 800
	Custo tratamento de resíduos - (€/ton)	100,000	102,100	104,142	106,225	108,349
Núv. Carbon.	Subcontratação de serviços (€)	11 638	17 153	17 496	17 846	18 203
	Número médio de viaturas ligeiras	35	29	29	29	29
	Número médio de viaturas pesadas/equipamentos	39	44	50	55	55
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Número médio de viaturas ligeiras	1	1	1	1	1
Gastos comuns	Número médio de viaturas pesadas/equipamentos	0	0	0	0	0
	Comunicação e dinamização da marca (€)	37 626	20 002	20 810	21 651	22 526
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Número médio de viaturas ligeiras	15	14	14	14	14
	Número médio de viaturas pesadas/equipamentos	1	0	0	0	0
Gastos comuns	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1

NOTA 1: ver secção 4.4. Plano de recursos humanos para o período

4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

No que respeita aos Recursos Humanos, começamos por reiterar, uma vez mais, a mensagem de enaltecimento pela coragem, empenho e sentido de serviço público de todos os colaboradores das atividades de recolha de resíduos urbanos, limpeza do espaço público, pacto do Porto para o clima assim como todas as demais atividades conexas.

Handwritten signature and initials in blue ink.

O quadro de pessoal da Porto Ambiente, dimensionado para assumir as atividades supramencionadas em todo o Município do Porto, procurou desde sempre garantir a resposta adequada às exigências da missão, com os índices de qualidade ambicionados pela Empresa, mantendo igualmente total disponibilidade para abraçar novos desafios.

Na sequência do mencionado, a estrutura previsional de recursos humanos da Porto Ambiente, para o período de 2024 a 2028 apresenta-se da forma que seguidamente se detalha:

Pessoal		2024	2025	2026	2027	2028
Gestão de resíduos urbanos	Diretor(a)	1	1	1	1	1
	Coordenador(a)	2	2	2	2	2
	Encarregado(a) Geral	2	2	2	2	2
	Encarregado(a)	10	10	10	10	10
	Técnico Superior	5	5	5	5	5
	Assistente Técnico	12	12	12	12	12
	Motorista	102	106	106	106	106
	Chefe de Equipa	1	1	1	1	1
	Mecânico(a)	2	2	2	2	2
	Administrativo(a)	1	1	1	1	1
	Cantoneiro(a)	230	250	250	250	250
Limpeza do espaço público	Diretor(a)	1	1	1	1	1
	Encarregado(a) Geral	3	3	3	3	3
	Encarregado(a)	14	11	11	11	11
	Coordenador(a)	1	1	1	1	1
	Técnico superior	2	2	2	2	2
	Formador(a) ambiental	8	8	8	8	8
	Mecânico(a)	1	1	1	1	1
	Chefe de Equipa	10	10	10	10	10
	Motorista	19	19	19	19	19
	Cantoneiro(a)	258	258	258	258	258
Neut Carb	Diretor(a)	1	1	1	1	1
	Técnico superior	2	2	2	2	2
Gastos Comuns	Administrador(a) executivo(a)	2	2	2	2	2
	Diretor(a)	2	2	2	2	2
	Assessor(a) Jurídico(a)	1	1	1	1	1
	Coordenador(a)	5	5	5	5	5
	Secretariado CA	1	1	1	1	1
	Responsável de equipa	1	1	1	1	1
	Técnico superior	14	14	14	14	14
	Encarregado(a)	2	2	2	2	2
	Carreira técnica	15	15	15	15	15
	Administrativo(a)	9	9	9	9	9
Total		740	761	761	761	761

Tendo em consideração a preocupação da Empresa com os Recursos Humanos, são desenvolvidos de forma contínua, trabalhos de elaboração e uniformização de procedimentos, que visem constituir uma política de gestão de pessoas, equitativa, mas também motivadora e promotora do bem-estar profissional e pessoal. Por último, e apesar da Porto Ambiente estar focada na constituição e estabilização de um quadro de pessoal ajustado às responsabilidades que lhe foram atribuídas, foi dada atenção à eficiência organizacional, quer através de uma melhor definição de funções e níveis de

3 #
HT #

responsabilidades, quer pela elaboração de procedimentos internos e externos nas diferentes áreas de atuação, aspeto a ser consolidado nos períodos subsequentes.

4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS

Os gastos comuns incorridos verificam-se indispensáveis como suporte às operações desenvolvidas pela Porto Ambiente. Nesse contexto, o critério de imputação dos mesmos resultou da preponderância que os Gastos com o pessoal diretos, de cada uma das atividades desenvolvidas, sobre o total dos Gastos com o pessoal diretos, conforme se ilustra no quadro seguinte.

Critério de afetação de gastos comuns	2024	2025	2026	2027	2028
Gestão de Resíduos sólidos urbanos	53,00%	55,29%	55,29%	55,29%	55,29%
Limpeza do Espaço Público	46,56%	44,29%	44,29%	44,29%	44,29%
Neutralidade carbónica	0,44%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%

4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

O investimento previsto para os períodos em análise reparte-se da seguinte forma:

[Valores em Euro, com IVA incluído]					
Ativos Fixos tangíveis e intangíveis	2024	2025	2026	2027	2028
Ativos fixos tangíveis	9 699 596	4 319 789	5 066 608	1 000 719	1 004 116
Frota Gestão resíduos Urbanos	3 047 694	0	2 375 000	0	0
Frota Limpeza Urbana	5 662 920	1 746 600	1 439 100	0	0
Reabilitação e qualificação de infraestruturas	107 633	418 200	0	0	0
Equipamentos de deposição, armazenamento ou compactação	230 813	1 042 087	425 438	145 140	237 390
Outros projetos de recolha por proximidade	493 280	907 493	740 970	677 229	680 626
Outros investimentos	157 256	205 410	86 100	178 350	86 100
Ativos Intangíveis	48 585	0	0	0	0
Software	48 585	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0

Os principais investimentos projetados ao longo dos vários períodos relacionam-se com as seguintes iniciativas, ponderadas no plano de atividades da Porto Ambiente:

- Reforço da frota de suporte à atividade de gestão de resíduos urbanos, em 20 viaturas, procurando colmatar especificamente determinados circuitos deficitários, assim como a criação de novos com vista ao cumprimento dos objetivos definidos no plano de ação;
- Reforço de frota de 30 varredoras, parte relevante das quais eletrificadas, para a incorporação na operação de Limpeza do Espaço público (20 das quais adquiridas no primeiro semestre de 2024);
- Reforço de equipamentos de compactação e de grande capacidade (caixas), para as atividades de Gestão de resíduos urbanos e ecocentros;

Handwritten signature and initials in blue ink.

- Investimento relevante no mobiliário urbano, nomeadamente nas frações Orgânico, vidro, embalagens, papel e verdes;
- Aquisição de demais meios de suporte para a operação de Limpeza do Espaço público, nomeadamente roçadeiras, aspiração, grafites e material de deservagem, papeleiras e carrinhos de suporte à varredura manual;
- Reabilitação e qualificação dos ecocentros e demais infraestruturas, nomeadamente ao nível de soluções multifuncionais que visem o reaproveitamento, transformação e reintrodução dos bens na economia, facilitando assim o consumo sustentável, a prevenção de resíduos, a reutilização, a reparação e a reciclagem nas zonas urbanas;
- Expansão da atividade de gestão de resíduos urbanos a outras metodologias e fluxos;

4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A estrutura previsional de modelo de financiamento para os investimentos a realizar no período de 2024-2028 é a seguinte:

(Valores em Euro, com IVA incluído)

Fontes de financiamento	2024	2025	2026	2027	2028
Fontes de financiamento					
Autofinanciamento	1 037 601	1 864 028	900 023	1 000 719	1 004 116
Financiamento externo - fundo perdido PAPERSU (NORTE2030)	0	709 161	2 727 484	0	0
Financiamento externo - Locação Financeira	8 710 580	1 746 600	1 439 100	0	0
Aumento de capital	0	0	0	0	0

4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

(Valores em dias)

Pressupostos Financeiros	2024	2025	2026	2027	2028
Prazo médio de recebimentos Recetas próprias	75	75	75	75	75
Prazo médio de recebimentos subsídios CMP	0	0	0	0	0
Prazo médio de recebimentos outros subsídios	120	120	120	120	120
Prazo médio de pagamentos Tratamento Resíduos	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Subcontratos	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos CAPEX	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Outros	30	30	30	30	30
Prazo médio de pagamentos ao pessoal	0	0	0	0	0
Prazo médio de pagamentos financiamentos	0	0	0	0	0

4.9. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO

Pressupostos de Financiamento	2024	2025	2026	2027	2028
Taxa de juro Locação financeira - Euribor	3,1380%	3,1380%	3,1380%	3,1380%	3,1380%
Taxa de juro Locação financeira - Spread 2019	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%
Taxa de juro Locação financeira - Spread 2023	0,2500%	0,2500%	0,2500%	0,2500%	0,2500%
Taxa de juro Locação financeira - Spread 2024 + 2025 - 2026	0,3400%	0,3400%	0,3400%	0,3400%	0,3400%

Handwritten signature and initials.



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2024-2028
VERSÃO ATUALIZADA EM MAIO DE 2023

4.10. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

4.10.1. PERÍODOS DE 2024 A 2026

(Valores expressos em Euro)

Demonstração dos resultados por atividade	2024					2025					2026				
	Receita de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Limpeza do Espaço Público	Neutralidade Carbônica	Total	Receita de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Limpeza do Espaço Público	Neutralidade Carbônica	Total	Receita de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Limpeza do Espaço Público	Neutralidade Carbônica	Total
Venda e serviços prestados	19 106 811	589 403	62 890	-	19 759 104	19 857 238	736 162	24 304	-	20 618 194	20 500 472	765 043	25 519	-	21 296 034
Subsídios à prestação	298 311	-	10 506 672	268 726	11 073 709	1 237 664	-	10 594 323	302 439	12 156 466	1 130 053	-	11 058 394	349 335	12 539 982
Custo das mercadorias vendidas e da atividade consumida	(129 843)	(1 686)	(273 756)	-	(405 285)	(151 699)	(2 166)	(374 916)	-	(528 761)	(157 827)	(2 253)	(390 663)	-	(530 743)
Despesas e serviços externos	(9 310 236)	(132 068)	(1 987 721)	(1 29 090)	(11 559 115)	(9 697 676)	(1 644 413)	(2 284 838)	(1 70 009)	(12 317 041)	(9 692 879)	(1 644 863)	(2 100 770)	(1 84 226)	(13 142 668)
Ganhos com o período	(8 992 237)	(115 301)	(1 740 503)	(137 559)	(10 985 599)	(9 771 341)	(139 491)	(1 701 202)	(1 44 954)	(11 136 778)	(10 338 649)	(1 47 599)	(7 471 899)	(1 47 567)	(11 105 704)
Imparcialidade de dados a respeito de gastos / receitas	(102 869)	(1 341)	-	-	(104 210)	(118 511)	(1 099)	-	-	(120 000)	(118 311)	(1 689)	-	-	(120 000)
Outros rendimentos	980 726	34 358	35 943	-	1 051 027	1 046 460	87 623	34 306	-	1 168 389	1 280 646	89 376	34 992	-	1 405 014
Outros gastos	(709 090)	(9 003)	(5 550)	-	(723 643)	(801 472)	(11 445)	(12 248)	-	(823 165)	(787 221)	(11 298)	(12 488)	-	(810 949)
BTDA	1 145 978	344 385	732 794	2 087	2 245 244	1 607 335	504 585	899 838	9 834	3 015 663	1 825 353	526 766	1 43 685	17 542	3 513 566
Ganhos e rendimentos de depósitos e de amortização	(1 002 909)	(15 997)	(566 998)	(2 000)	(1 585 904)	(1 406 139)	(20 074)	(735 472)	(9 834)	(2 171 328)	(1 666 878)	(23 795)	(926 106)	(17 542)	(2 644 323)
Resultado operacional	1 38 044	301 387	1 657 792	8	2 347 921	1 94 577	484 511	1 64 417	0	2 539 505	1 58 475	502 991	207 777	0	2 309 243
Auxílios e gastos com serviços operacionais	(138 044)	(1 778)	(1 657 792)	-	(2 800 114)	(1 94 577)	(2 796)	(1 64 417)	-	(2 141 771)	(1 58 475)	(2 382)	(207 777)	-	(2 359 935)
Resultado antes de impostos	0	349 609	0	8	349 617	0	487 234	0	0	349 617	0	500 728	0	0	349 758
Imposto sobre o rendimento do período	0	(62 784)	-	-	(62 784)	-	(129 103)	-	-	(129 103)	-	(134 195)	-	-	(134 195)
Resultado líquido do período	0	286 825	0	8	286 833	0	358 131	0	0	358 514	0	366 533	0	0	366 533



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2024-2028
VERSÃO ATUALIZADA EM SETEMBRO DE 2024

4.10.2. PERÍODOS DE 2027 A 2028

Demonstração dos resultados por atividade	2027					2028				
	Recolha de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Limpeza do Espaço Público	Neutralidade Carbônica	Total	Recolha de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Limpeza do Espaço Público	Neutralidade Carbônica	Total
Vendas e serviços prestados	21.194.576	795.783	24.029	-	22.016.388	21.831.470	819.025	26.550	-	22.677.045
Subsídios à exploração	1.106.487	-	11.539.276	367.120	13.012.882	1.153.284	-	11.963.392	385.242	13.501.918
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(164.204)	(2.344)	(405.821)	-	(572.369)	(170.837)	(2.439)	(422.216)	-	(595.492)
Fornecimentos e serviços externos	(9.818.277)	(116.718)	(2.025.468)	(191.333)	(12.202.793)	(9.937.180)	(169.422)	(2.070.360)	(198.727)	(12.375.689)
Gastos com o pessoal	(10.835.892)	(1.54.688)	(7.831.495)	(150.598)	(18.972.673)	(11.359.056)	(162.156)	(8.210.258)	(153.694)	(19.885.164)
Impartidade de atividades a receber (perdas / reversões)	(118.311)	(1.689)	-	-	(120.000)	(118.311)	(1.689)	-	-	(120.000)
Outros rendimentos	1.426.440	91.163	35.692	-	1.553.295	1.444.274	92.987	36.405	-	1.573.666
Outros gastos	(788.691)	(11.259)	(12.738)	-	(812.688)	(788.995)	(11.263)	(12.992)	-	(813.250)
EBITDA	2.002.128	549.782	1.325.275	25.188	3.902.373	2.054.649	565.043	1.310.521	32.821	3.963.034
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(1.881.126)	(26.854)	(1.094.062)	(25.188)	(3.027.230)	(1.972.391)	(28.157)	(1.117.273)	(32.821)	(3.150.642)
Resultado operacional	121.002	522.928	231.213	0	875.143	82.258	536.886	193.248	0	812.393
Juros e gastos similares suportados	(121.002)	(1.727)	(231.213)	-	(353.942)	(82.258)	(1.174)	(193.248)	-	(276.681)
Resultado antes de impostos	0	521.201	0	0	521.201	0	535.712	0	0	535.712
Imposto sobre rendimento do período	-	(139.682)	-	-	(139.682)	-	(143.571)	-	-	(143.571)
Resultado líquido do período	0	381.519	0	0	381.519	0	392.141	0	0	392.141

(Valores expressos em Euro)



5

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
PREVISIONAIS
PARA OS ANOS DE
2024, 2025, 2026,
2027 E 2028**

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2024, 2025, 2026, 2027 E 2028

5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO

Todos os montantes inscritos neste documento são apresentados em euro.

5.1.1. PRESSUPOSTOS

Os principais pressupostos que foram tidos em consideração na elaboração deste documento encontram-se apresentados na secção 4.

5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam (i) do orçamento da Câmara Municipal do Porto relativamente às receitas provenientes dos subsídios à exploração (contratos programa para a Limpeza do espaço público, Pacto do Porto para o Clima e Cobertura tarifária da atividade de Gestão de resíduos Urbanos), (ii) das receitas próprias decorrentes da tarifa de gestão de resíduos urbanos, cobradas por intermédio da Empresa das Águas do Município do Porto, E.M., (iii) das receitas próprias faturadas aos Grandes produtores, (iv) subsídios provenientes de candidaturas a fundos comunitários e, (v) outros valores faturados menos expressivos nomeadamente a Remoção de Resíduos de Construção e Demolição e limpeza de eventos não realizados na via pública.

O prazo médio de recebimentos considerado, apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a 75 dias para a generalidade das Receitas Próprias, 0 dias para os Subsídios à exploração do Município e 120 dias para os demais Subsídios.

(Valores em Euro)

Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	2024	2025	2026	2027	2028
Volume de negócios					
RECEITAS PRÓPRIAS (TARIFA DE GESTÃO DE RU)	19 033 237	19 851 402	20 499 223	21 188 203	21 824 969
Utilizadores domésticos	8 718 377	9 222 366	9 496 135	9 812 495	10 106 784
Utilizadores não domésticos	10 314 860	10 629 037	11 003 088	11 375 708	11 718 185
RECEITAS PRÓPRIAS (SERVIÇOS AUXILIARES)	592 403	742 288	771 291	802 156	825 526
Grandes produtores/Não Domésticos na Origem	578 284	713 484	741 883	772 159	794 930
Recuperação de bens	660	1 321	1 375	1 403	1 431
Remoção de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)	10 459	21 358	21 785	22 221	22 665
Outros	3 000	6 126	6 249	6 373	6 501
RECEITAS PRÓPRIAS (ATIVIDADE NÃO REGULADA)	62 890	24 504	25 519	26 029	26 550
Limpeza de outros eventos	62 890	24 504	25 519	26 029	26 550
OUTRAS RECEITAS	70 574	0	0	0	0
Subsídios Exploração					
Subsídios à exploração - Cobertura de tarifa	296 284	1 234 265	1 129 053	1 103 487	1 153 034
Subsídios à exploração - Limpeza do Espaço Público	10 506 692	10 594 323	11 058 594	11 539 276	11 963 392
Subsídios à exploração - Neutralidade Carbónica	268 736	324 879	349 335	367 120	385 242
Subsídios à exploração - Fundos comunitários	2 028	3 000	3 000	3 000	250
Outros rendimentos					
Taxa de Gestão de Resíduos	772 244	944 719	963 613	982 886	1 002 543
Coimas fiscalização	35 943	34 306	34 992	35 692	36 405
Subsídios ao Investimento - Fundos comunitários	242 340	189 365	408 409	534 718	534 718
Total	31 683 370	33 943 050	35 243 029	36 582 565	37 752 629

5.1.3. SUBCONTRATOS

Os valores apresentados resultam essencialmente da:

- Aplicação da taxa de faturação e cobrança pelas Águas do Porto;
- Aplicação da taxa de gestão e cobrança pelos serviços de execuções do Município do Porto.

(Valores em Euro)

Subcontratos	2024	2025	2026	2027	2028
Gestão de resíduos urbanos	621 040	652 111	673 185	695 575	716 166
Fee de faturação e cobrança CMPEA	621 040	652 111	673 185	695 575	716 166
Limpeza do espaço público	11 638	17 153	17 496	17 846	18 203
Fee de fiscalização do Município	11 638	17 153	17 496	17 846	18 203
Serviços auxiliares	8 866	9 309	9 610	9 930	10 224
Fee de faturação e cobrança CMPEA	8 866	9 309	9 610	9 930	10 224
Total	641 543	678 573	700 291	723 351	744 593

O prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de exploração, e (ii) da Taxa de Gestão de Resíduos ao total de toneladas de resíduos indiferenciados estimados.

Handwritten signature and initials in blue ink.

(Valores expressos em Euro)

Tratamento de resíduos	2024	2025	2026	2027	2028
Gestão de resíduos urbanos	5 999 479	6 130 894	6 021 739	6 032 979	6 035 300
Taxa de exploração	5 281 307	5 317 961	5 223 279	5 233 029	5 235 042
Taxa de Gestão de Resíduos - valorização energética	718 172	812 933	798 460	799 950	800 258
Limpeza do espaço público	197 833	207 050	211 191	215 415	219 723
Taxa de exploração	192 483	194 807	198 703	202 677	206 731
Outras	5 350	12 243	12 488	12 738	12 992
Serviços auxiliares	12 720	25 974	26 494	27 024	27 564
Taxa de exploração	12 720	25 974	26 494	27 024	27 564
Outras	0	0	0	0	0
Total	6 210 032	6 363 919	6 259 423	6 275 418	6 282 587

O prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS

Os valores apresentados resultam (i) da execução dos contratos existentes e/ou planeados, (ii) gastos estimados com as viaturas e equipamentos próprios e, (iii) estimativa de gastos com combustíveis para a frota própria e em aluguer operacional.

Para o efeito, e respetivas estimativas, constaram do racional:

(Valores em Euro)

Aluguer operacional, Combustíveis e Manutenção de Equipamentos e Viaturas	2024		2025		2026		2027		2028	
	Leigos	Pesados	Leigos	Pesados	Leigos	Pesados	Leigos	Pesados	Leigos	Pesados
Gestão de resíduos urbanos										
Número médio de viaturas	21	53	22	52	22	65	22	70	22	70
Próprias	3	49	3	57	3	63	3	68	3	68
Aluguer operacional	18	4	19	2	19	2	19	2	19	2
Encargos estimados	303 437	1 997 180	287 947	2 238 009	290 347	2 278 837	292 774	2 320 481	295 252	2 342 958
Aluguer operacional	155 424	125 161	147 373	92 988	147 373	92 988	147 373	92 988	147 373	92 988
Manutenção, Combustíveis e outros	148 013	1 872 019	140 574	2 145 021	142 974	2 185 849	145 402	2 227 493	147 879	2 249 970
Limpeza do espaço público										
Número médio de viaturas	35	39	32	44	32	50	32	55	32	55
Próprias	2	30	2	30	2	36	2	41	2	41
Aluguer operacional	33	9	30	14	30	14	30	14	30	14
Encargos estimados	367 387	649 730	233 941	815 188	233 945	826 036	233 990	716 004	234 016	724 868
Aluguer operacional	248 999	282 453	211 385	220 422	211 385	220 422	211 385	220 422	211 385	220 422
Manutenção, Combustíveis e outros	138 388	367 276	22 556	594 766	22 560	605 614	22 605	495 582	22 631	504 446
Neutralidade Carbónica										
Número médio de viaturas	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguer operacional	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Encargos estimados	8 452	0	8 514	0	8 551	0	8 588	0	8 626	0
Aluguer operacional	6 323	0	6 323	0	6 323	0	6 323	0	6 323	0
Manutenção, Combustíveis e outros	2 129	0	2 191	0	2 228	0	2 265	0	2 303	0
Gastos comuns										
Número médio de viaturas	15	1	14	0	14	0	14	0	14	0
Próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguer operacional	15	1	14	0	14	0	14	0	14	0
Encargos estimados	188 122	7 844	146 770	0	147 346	0	147 934	0	148 533	0
Aluguer operacional	142 631	3 838	106 510	0	106 510	0	106 510	0	106 510	0
Manutenção, Combustíveis e outros	45 491	4 006	40 261	0	40 836	0	41 424	0	42 023	0
Total	857 598	2 654 784	672 192	3 053 197	680 207	3 104 873	683 287	3 036 485	684 827	3 087 828

5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL

Os valores apresentados traduzem o efeito da evolução do número de colaboradores evidenciada na secção 4.4., a qual tem vindo a registar uma significativa estabilização de recursos.

[Handwritten signature]

(Valores expressos em Euro)

Gastos com o pessoal	2024	2025	2026	2027	2028
Gestão de resíduos urbanos					
Número de colaboradores	368	392	392	392	392
Total encargos	8 213 618	8 930 672	9 524 455	9 999 025	10 498 710
Limpeza do espaço público					
Número de colaboradores	317	314	314	314	314
Total encargos	6 786 806	6 296 046	6 701 463	7 037 411	7 391 184
Neutralidade Carbónica					
Número de colaboradores	3	3	3	3	3
Total encargos	128 941	137 510	140 261	143 066	145 927
Gastos comuns					
Número de colaboradores	52	52	52	52	52
Total encargos	1 721 534	1 772 761	1 739 526	1 793 372	1 849 343
Total Gastos com o pessoal	16 850 897	17 136 990	18 105 704	18 972 873	19 885 164

5.1.7. OUTROS GASTOS

Os valores apresentados em outros gastos traduzem, essencialmente, os encargos acessórios à operação (tais como materiais consumíveis), de estrutura ou outros de carácter menos representativo individualmente.

(Valores em Euro)

Outros gastos e/ou fornecimentos diversos	2024	2025	2026	2027	2028
Recolha de resíduos urbanos	851 533	841 262	902 302	938 363	975 873
Manutenção de equipamentos, infraestruturas e recondicionamentos	220 574	219 257	228 115	237 330	246 919
Sacos, cordas, rodas, lonas, consumíveis viaturas e outros mat.	131 529	153 864	160 080	166 548	173 276
Aluguer de equipamentos, licenças e instrumentalização	72 984	132 358	137 706	143 269	149 057
Outros diversos	426 447	335 783	376 402	391 216	406 622
Limpeza do espaço público	565 087	883 328	723 030	752 240	782 631
Fiscalização, sensibilização e formação ambiental	79 141	76 932	80 040	83 274	86 638
Sacos varredura, tintas, diluentes, sílica, areia e outros materiais	273 756	374 916	390 063	405 821	422 216
Água e energia - Equipamentos afetos à limpeza urbana	45 549	73 086	76 038	79 110	82 306
Equipamentos de comunicação / leitores de papelarias	3 690	7 693	8 004	8 327	8 664
Associação Limpeza UrbanaLU	0	188 375	0	0	0
Outros diversos	162 951	162 327	168 885	175 708	182 806
Neutralidade Carbónica	115 673	156 688	171 014	177 923	185 111
Comunicação e dinamização da marca	57 912	64 623	67 234	69 950	72 776
Estudos, pareceres e honorários	24 520	46 159	48 024	49 964	51 983
Outros fornecimentos	33 241	45 905	55 756	58 009	60 352
Gastos comuns	761 701	1 016 839	962 617	1 000 252	1 039 383
Encargos com Serviços do Espaço S. Dinis	209 737	264 176	274 849	285 953	297 505
Licenças de software e hardware	151 189	169 405	176 249	183 369	190 777
Honorários e/ou trabalhos especializados	198 126	220 026	228 915	238 163	247 785
Comunicações	31 527	53 853	56 028	58 292	60 647
Comunicação e reforço de marca	45 601	69 239	72 036	74 946	77 974
Reforço de comunicação e marca (extra)	0	150 700	61 485	62 715	63 969
Outros diversos	125 522	89 441	93 055	96 814	100 726
Total	2 293 994	2 898 117	2 758 963	2 868 779	2 982 998

5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2024, 2025, 2026, 2027 E 2028

(Valores expressos em Euro)

Demonstração dos resultados	2024	2025	2026	2027	2028
Vendas e serviços prestados	19 759 104	20 618 194	21 296 034	22 016 388	22 677 045
Subsídios à exploração	11 073 739	12 156 466	12 539 982	13 012 882	13 501 918
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(405 285)	(528 780)	(550 143)	(572 369)	(595 492)
Fornecimentos e serviços externos	(11 559 114)	(12 317 041)	(12 142 668)	(12 202 263)	(12 375 688)
Gastos com o pessoal	(16 850 899)	(17 136 990)	(18 105 704)	(18 972 873)	(19 885 164)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(104 310)	(120 000)	(120 000)	(120 000)	(120 000)
Outros rendimentos	1 050 528	1 168 389	1 407 014	1 553 295	1 573 666
Outros gastos	(723 523)	(825 176)	(810 948)	(812 688)	(813 250)
EBITDA	2 240 239	3 015 063	3 513 566	3 902 373	3 963 034
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(1 584 991)	(2 171 558)	(2 644 323)	(3 027 230)	(3 150 642)
Resultado operacional	655 248	843 505	869 243	875 143	812 393
Juros e gastos similares suportados	(305 638)	(361 771)	(368 514)	(353 942)	(276 681)
Resultado antes de impostos	349 609	481 734	500 728	521 201	535 712
Imposto sobre rendimento do período	(62 784)	(129 105)	(134 195)	(139 682)	(143 571)
Resultado líquido do período	286 826	352 629	366 533	381 519	392 141

5.3. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2024, 2025, 2026, 2027 E 2028

(Valores expressos em Euro)

Balanço	2024	2025	2026	2027	2028
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	14 182 905	16 360 861	18 810 618	16 798 952	14 652 426
Ativos intangíveis	72 042	42 318	14 845	-	-
Outros investimentos financeiros	52 034	52 034	52 034	52 034	52 034
Ativos por impostos diferidos	32 829	32 829	32 829	32 829	32 829
	14 339 810	16 488 042	18 910 326	16 883 814	14 737 288
Ativo corrente					
Inventários	343 345	343 345	343 345	343 345	343 345
Clientes	4 327 647	4 457 098	4 486 862	4 525 928	4 552 121
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	28 831	29 081	29 081	29 081	27 831
Diferimentos	40 392	40 392	40 392	40 392	40 392
Caixa e depósitos bancários	2 403 629	1 034 433	885 968	670 952	559 798
	7 143 844	5 904 348	5 785 648	5 609 698	5 523 487
Total do ativo	21 483 654	22 392 390	24 695 974	22 493 512	20 260 775

(Valores expressos em Euro)

Balanço	2024	2025	2026	2027	2028
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital subscrito	3 265 566	3 265 566	3 265 566	3 265 566	3 265 566
Reservas legais	86 634	143 999	214 525	287 832	364 136
Outras reservas	163 883	163 883	163 883	163 883	163 883
Resultados transitados	1 646 750	1 877 611	2 160 527	2 453 753	2 758 968
Excedentes de revalorização	1 736	637	-	-	-
Ajustamentos / outras variações na capital próprio	409 451	812 293	2 609 576	2 195 170	1 780 764
Resultado líquido do período	286 826	352 629	366 533	381 519	392 141
Total do capital próprio	5 860 846	6 616 618	8 780 611	8 747 723	8 725 458
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	9 202 276	9 093 583	8 452 292	6 291 816	4 799 798
Passivos por impostos diferidos	117 254	233 907	755 523	635 212	514 900
	9 319 529	9 327 490	9 207 815	6 927 028	5 314 699
Passivo corrente					
Fornecedores	1 680 280	1 753 414	1 747 616	1 758 537	1 777 442
Estado e outros entes públicos	459 781	499 724	525 609	549 760	573 186
Financiamentos obtidos	1 585 064	1 828 938	2 049 667	2 125 808	1 485 335
Outras dívidas a pagar	2 246 366	2 034 419	2 052 869	2 052 869	2 052 869
Diferimentos	331 787	331 787	331 787	331 787	331 787
	6 303 278	6 448 281	6 707 548	6 818 761	6 220 618
Total do passivo	15 622 808	15 775 771	15 915 363	13 745 789	11 535 317
Total do capital próprio e do passivo	21 483 654	22 392 390	24 695 974	22 493 512	20 260 775

5.4. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2024 A 2028

Handwritten signature and initials.

(Valores expressos em Euro)

Orcamento de tesouraria previsual	2024	2025	2026	2027	2028
Saldos Iniciais	2 403 629	2 403 629	1 034 433	885 968	670 952
Recebimentos					
Recebimentos de clientes e contratos Programa	29 938 107	33 549 300	34 731 764	35 937 614	37 124 777
Subsídios de candidaturas comunitárias					
Financiamentos bancários	3 047 660	1 746 600	1 439 100	-	-
Outros	447 094	720 193	2 750 513	20 422	19 428
	33 432 861	36 016 093	38 921 377	35 958 036	37 144 205
Pagamentos					
Pagamentos a fornecedores	(13 888 497)	(13 597 863)	(13 509 557)	(13 576 399)	(13 765 526)
Pagamentos a fornecedores Investimento	(4 471 568)	(4 491 583)	(5 048 158)	(1 000 719)	(1 004 116)
Pagamentos ao pessoal	(15 503 365)	(17 177 143)	(18 105 704)	(18 972 873)	(19 885 164)
Financiamentos bancários e serviço da dívida	(863 244)	(1 973 190)	(2 228 177)	(2 438 277)	(2 409 173)
Impostos, contribuições e outros	(276 220)	(145 510)	(178 247)	(184 785)	(191 382)
	(35 002 894)	(37 385 289)	(39 069 842)	(36 173 052)	(37 255 360)
Saldos Finais	2 403 629	1 034 433	885 968	670 952	559 797

5.5. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

À data de emissão deste documento, não existem situações suscetíveis de gerar eventuais responsabilidades adicionais decorrentes de contenciosos existentes ou potenciais.

5.6. COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODO 2024-2028

À data de emissão deste documento, apuram-se as seguintes despesas, cujos compromissos assumidos se verificam, ou se esperam verificar, para além do período em reporte (2024-2028):

a) Contratos de locação financeira:

- Foi adjudicada em 2020, a renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, através da aquisição de 26 viaturas e equipamentos, com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira. O plano de pagamentos da referida locação financeira, excede o período em reporte neste documento (2024-2028), projetando-se da forma evidenciada na tabela infra;
- Foi adjudicada em 2024, uma frota de varredoras e demais equipamentos para a operação da Limpeza do espaço público, da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha Tri-fluxo, de uma viatura mista e de uma viatura média (12 ton), com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira;

Handwritten signature and initials in blue ink.

- Prevê-se a adjudicação do reforço da frota de varredoras e lavadora para suporte à operação da Limpeza Urbana, estando a mesma prevista de executar nos anos de 2025 e 2026;

Os planos de pagamentos relativos aos pontos supra, estão previstos exceder o período em reporte neste documento (2024-2028), projetando-se da forma evidenciada em seguida;

(Valores em Euro)

Contratos Plurianuais	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Locação financeira viaturas 2020	727 846	718 484	718 462	718 440	689 293	1	0	0	0	0	0
Locação financeira varredoras 2024	74 151	444 909	444 913	444 918	444 922	444 927	444 931	444 936	370 784	0	0
Locação financeira viaturas 2024	681 816	809 797	809 829	809 862	809 895	809 928	809 962	809 997	135 004	0	0
Locação financeira varredoras 2025	0	0	254 972	254 975	254 977	254 980	254 982	254 985	254 988	254 990	0
Locação financeira varredoras 2026	0	0	0	210 063	210 065	210 067	210 069	210 071	210 073	210 075	210 078
Total	1 482 813,16	1 973 189,70	2 228 176,80	2 438 276,79	2 409 172,62	1 719 922,37	1 719 966,77	1 720 007,28	1 700 868,31	465 085,80	210 077,73

b) Contratos de manutenção preventiva:

- No âmbito do procedimento de renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, em 2020, foi adicionalmente adjudicado um contrato de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos. O plano de pagamentos do referido contrato, excede o período em reporte neste documento (2024-2028), projetando-se da forma evidenciada na tabela seguinte;

- No âmbito dos procedimentos realizados em 2024, relativos à aquisição de uma frota de varredoras e demais equipamentos para a operação da Limpeza do espaço público, da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha tri-fluxo, de uma viatura mista e de uma viatura média (12 ton), foram igualmente adjudicados contratos de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos.

Os planos de pagamentos dos referidos contratos estão previstos exceder o período em reporte neste documento (2024-2028), projetando-se da forma evidenciada em seguida.

(Valores em Euro, com IVA não dedutível incluído)

Contratos Plurianuais	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Manutenção programada 2020	207 304	207 304	167 034	0	0	0	0
Manutenção programada 2023	43 284	173 135	173 135	173 135	173 135	129 851	0
Manutenção programada varredoras 2024	0	79 704	159 408	159 408	159 408	159 408	79 704
Manutenção programada viaturas 2024	0	25 758	154 546	154 546	154 546	154 546	128 788
Total	250 588,20	485 900,92	654 122,81	487 088,56	487 088,56	443 804,86	208 492,13

[Handwritten signature and initials]

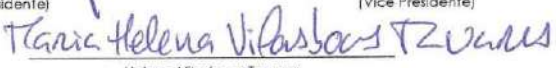
5.7. CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão previsional para os períodos de 2024 a 2028 geram, para as principais atividades, resultados operacionais nulos, decorrendo este efeito do facto das atividades incorporarem os subsídios à exploração do Município, quer a título de cobertura de tarifa, quer a título de Limpeza do Espaço Público (integralmente).

A Porto Ambiente, em 2020 e 2021, atingiu os ambicionados níveis de eficiência que se traduziram na cobertura integral de gastos na atividade de recolha de resíduos urbanos. A crise registada no setor energético em 2022, assim como a continua trajetória de crescimento da taxa de inflação, foram fatores decisivos para que esta cobertura não se tenha verificado nos anos de 2022 e 2023, justificando igualmente, o facto das presentes projeções, apontam para uma eventual necessidade cobertura parcial de encargos desta atividade (cerca de 1% a 6%), com recurso a subsídios à exploração.

Permanece ainda assim, a inegável capacidade da empresa para ultrapassar obstáculos, atingir os desafios propostos, de acordo com critérios de excelência. Tal foi aliás reconhecido pela ERSAR, ao atribuir à Porto Ambiente, em quatro anos consecutivos, o selo de qualidade da entidade reguladora, tendo ainda distinguido a empresa com dois Prémios de Excelência do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, em 2021 e 2023.

Porto, 16 de outubro de 2024

Contabilista Certificado		O Conselho de Administração	
			
Paulo Sérgio Oliveira da Cruz (Contabilista certificado)	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo (Presidente)	Luís Bragança de Assunção (Vice Presidente)	
			
	Helena Vilasboas Tavares (Vogal)		

6

PARECER DO FISCAL ÚNICO



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

(2024-2028)

INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, S.A.** (a Entidade) relativos aos **períodos entre o ano de 2024 e o ano de 2028**, que compreendem o (i) Plano anual de atividades, (ii) Orçamento anual de investimentos e de exploração, (iii) Orçamento de tesouraria (iv) bem como Balanço previsional, incluindo os pressupostos de referência em que se basearam todas as referidas peças, os quais se encontram descritos no ponto 4 e ponto 5 dos referidos Instrumentos de Gestão Previsional.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional ("IGP") e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam.

Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão

Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu.

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

CONCLUSÃO E OPINIÃO

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados.

Além disso, em nossa opinião a projeção está preparada com base nos pressupostos elencados e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 21 de outubro de 2024



FORVIS MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada por José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas n.º 1023 e registado na CMVM com o n.º 20160637)



7

CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7. CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

-----CERTIDÃO DE PARTE DE ATA-----

-----Reunião do Conselho de Administração de 16 de outubro de 2024-----

----- **Ponto 3:** Aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional para o período compreendido entre os anos de 2024 e 2028 (atualização de setembro de 2024). -----

Presente o documento Instrumentos de Gestão Previsional para o período compreendido entre os anos de 2024 e 2028, no decurso do cumprimento dos deveres de informação previstos no artigo 20.º dos Estatutos da Porto Ambiente, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----Está conforme -----

----- Porto, 16 de outubro de 2024 -----

-----O ADMINISTRADOR EXECUTIVO-----

----- (Dr. Luís Bragança de Assunção) -----

CERT/0599/2024



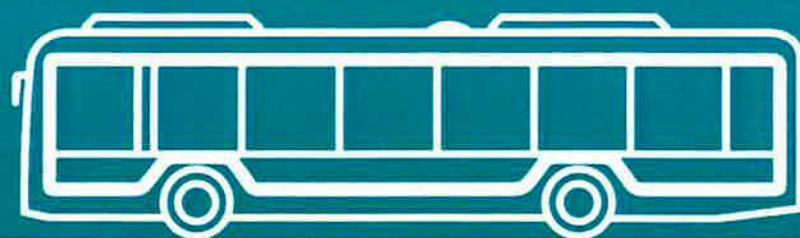
STCP, EIM, SA

Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) 2025-2029

Versão 30.set.24

25.out.24

Aprovado na Reunião de Conselho de Administração nº 39/24 de 10.out, ponto 1.8



[Handwritten signature]

1. Introdução	3
2. Resumo Executivo	7
3. Plano de Atividade e Orçamento	19
3.1 OFERTA, PASSAGEIROS E RECEITA AUTOCARRO E CARRO ELÉTRICO	19
3.2 PESSOAL.....	20
3.3 FROTA	20
3.4 RENDIMENTOS SEM COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	21
3.5 GASTOS E RENDIMENTOS NÃO CORRENTES.....	22
4. Plano de Investimento	23
5. Compensações Financeiras	25
5.1 COMPENSAÇÕES POR OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO – CONTRATO RODOVIÁRIO.....	26
5.2 REPARTIÇÃO DE RESULTADOS – CONTRATO DO CARRO ELÉTRICO.....	28
5.3 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO– CONTRATO PROGRAMA MUSEU CARRO ELÉTRICO.....	29
6. Demonstrações Financeiras	30
6.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA.....	30
6.2 BALANÇO	31
6.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	32
7. Principais Riscos	33
8. Anexo - Detalhe de Gastos	34
9. Parecer do Fiscal Único	36



1. Introdução

A 1 de janeiro de 2025 entrarão em vigor três novos contratos até 31 de dezembro de 2034:

- Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP;
- Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico no Município do Porto;
- Contrato-Programa do Museu do Carro Elétrico.

O orçamento da STCP, EIM, SA para os anos de 2025 a 2029 foi elaborado tendo por base os inputs previsionais enviados ao Centro de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Católica Porto Business School, em março de 2024, para os estudos de viabilidade económica e financeira dos Contratos de Serviço Público Rodoviário e Ferroviário e do Contrato Programa do Museu do Carro Elétrico.

O melhor conhecimento existente à data de julho de 2024, altura em que os inputs previsionais acima revistos foram revisitados, determinou que para a elaboração do orçamento 2025 a 2029, fossem efetuadas as alterações que de seguida se enumeram e descrevem. Em todo o resto, os valores previsionais mantiveram-se, em sede deste exercício, iguais aos três documentos contratuais acima referenciados.

Diferenças entre as previsões enviados para os contratos rodoviário, ferroviário e museu e os valores agora apresentados para os IPG's 2025-2029

1) Investimento¹

Decorrem, fundamentalmente, da não execução dos investimentos para 2024, nomeadamente relativos à aquisição de 8 autocarros elétricos Midí, requalificação do edifício da Estação Recolha Francos, Novo Sistema de Bilhética e Sistema de Apoio à Exploração e Informação (SAEI).

milhares euros, acresce IVA

IPG	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	30.452	20.326	12.539	20.634	8.525	92.474
Ferrovário	722	1.190	2.170	2.295	245	6.622
Museu	125	105	95	95	115	535
IPG	31.298	21.621	14.804	23.024	8.885	99.631

CSP	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	30.063	15.284	12.539	20.634	8.525	87.044
Ferrovário	445	1.145	2.165	2.295	245	6.295
Museu	100	100	95	95	115	505
CSP	30.608	16.529	14.799	23.024	8.885	93.844

IPG-CSP	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	388	5.042	0	0	0	5.430
Ferrovário	277	45	5	0	0	327
Museu	25	5	0	0	0	30
IPG-CSP	690	5.092	5	0	0	5.787

¹ Aprovado na reunião de Conselho de Administração nº 30/24 de 26 de julho, ponto 1.11.



2) Operacionais²

a. Amortizações e Subsídios ao Investimento

Alteração devida pelo ponto acima.

milhares euros, acresce IVA

Amortizações IPG 25-29	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	9.294	11.782	12.125	13.387	14.615	61.203
Ferroviário	370	345	437	578	635	2.365
Museu	6	23	27	45	49	149
Amortizações IPG 25-29	9.670	12.150	12.589	14.009	15.299	63.717
Amortizações CSP 25-34	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	11.330	13.438	13.796	14.405	14.861	67.830
Ferroviário	386	363	412	530	590	2.282
Museu	30	33	35	43	47	187
Amortizações CSP 25-34	11.746	13.834	14.244	14.978	15.498	70.299
Amortizações IPG 25-29 - CSP 25-34	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	-2.036	-1.656	-1.671	-1.018	-246	-6.627
Ferroviário	-16	-19	25	47	45	83
Museu	-23	-10	-9	2	2	-38
Amortizações IPG 25-29 - CSP 25-34	-2.076	-1.684	-1.655	-969	-199	-6.583

b. Gastos com Pessoal

Alterados devido aos impactos dos compromissos negociais assumidos em 2024 e que não estavam refletidos nos Contratos. O número de trabalhadores de 2025 a 2034 manteve-se igual e o efetivo médio sofreu uma ligeira diminuição no ano de 2025 e 2026 face aos Contratos.

milhares euros, acresce IVA

Gastos Pessoal IPG 25-29	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	44.460	47.149	49.066	50.925	51.834	243.434
Ferroviário	1.151	1.277	1.330	1.460	1.486	6.704
Museu	362	378	393	448	456	2.037
Gastos Pessoal IPG 25-29	45.972	48.804	50.790	52.834	53.776	252.175
Gastos Pessoal CSP	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	43.463	45.115	46.697	48.459	49.437	233.171
Ferroviário	1.112	1.220	1.263	1.387	1.316	6.298
Museu	350	361	373	426	434	1.944
Gastos Pessoal CSP	44.925	46.695	48.333	50.272	51.188	241.413
Gastos Pessoal IPG 23-29 - CSP 25-34	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	997	2.034	2.370	2.466	2.397	10.264
Ferroviário	38	57	67	74	170	406
Museu	12	17	20	23	22	93
Gastos Pessoal IPG 23-29 - CSP 25-34	1.047	2.108	2.456	2.562	2.588	10.763

² Aprovado na reunião de Conselho de Administração nº 38/24, de 3 de outubro, ponto 1.10.

c. Procura, Receita e Oferta para o ano de 2025

Alterada a entrada em operação rodoviária do autocarro BRT de janeiro para setembro de 2025 tendo sido ajustados os gastos e rendimentos em conformidade.

A procura e receita do Autocarro STCP de 2025 foi alterada pelo facto de ter sido ajustada a procura em -1,8% e a receita em -5,5% de 2024 face aos valores do Contrato de Serviço Público Rodoviário em conformidade com os valores reais acumulados a julho de 2024. Para 2025, e face ao contrato, a procura foi ajustada em -0,6% e a receita em -1,4%.

Alterada a procura e respetiva receita do carro elétrico de 2025 devido ao adiamento da entrada em operação da linha 22 de 2025 para 2026 e ao facto de ter sido ajustada a procura em -7,9% e a receita em -8,1% de 2024 face aos valores do Contrato de Serviço Público Ferroviário em conformidade com os valores reais acumulados a julho de 2024. Para 2025, a procura foi ajustada em -26% e a receita em -25%.

A procura, receita e oferta ficou inalterada para os anos 26-29 de autocarro STCP, Metrobus e Carro Elétrico.

d. Preços da Energia

Revistos em baixa os preços unitários do gás natural, gasóleo. O preço do m3 do gás natural foi revisto tendo como base os concursos lançados para 2025 a 2027 e dos preços verificados em 2024 até julho. O preço do m3 do gás natural considerado para 2025 foi de 70 centavos face aos 85 centavos que tinham sido considerados no Contrato de Serviço Público Rodoviário. Relativamente ao preço por litro do gasóleo, foi considerado para 2025 o valor de 120 centavos contra os 149 centavos considerados no Contrato de Serviço Público Rodoviário, ajustando ao preço real de 2023 que foram 117 centavos por litro. O preço unitário da eletricidade foi igual ao dos Contratos.

Foram ajustados os quilómetros por combustível devido à alteração de aquisição de autocarros.

Os gastos de eletricidade das instalações foram revistos em baixa.

milhares euros, acresce IVA

ENERGIA IPG 24-29	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Gás Stock e Não Stock	8.525	7.983	8.467	8.635	8.847	42.458
Gasóleo	1.427	1.386	619	280	0	3.712
Gasolina	36	37	37	38	0	148
Eletricidade	2.933	2.675	2.702	2.969	3.121	14.400
Hidrogénio	213	653	666	679	693	2.903
ENERGIA IPG 24-29	13.133	12.733	12.492	12.602	12.661	63.621
ENERGIA CSP 25-34	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Gás Stock e Não Stock	10.250	10.191	11.029	11.248	11.524	54.241
Gasóleo	1.839	1.807	855	432	0	4.933
Gasolina	63	65	66	67	0	262
Eletricidade	2.891	2.651	2.722	3.033	3.189	14.486
Hidrogénio	639	653	666	679	693	3.329
ENERGIA CSP 25-34	15.682	15.367	15.337	15.460	15.405	77.251
ENERGIA IPG 25-29 - CSP 25-34	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Gás Stock e Não Stock	-1.724	-2.208	-2.562	-2.613	-2.676	-11.783
Gasóleo	-413	-421	-235	-152	0	-1.221
Gasolina	-28	-28	-29	-29	0	-114
Eletricidade	41	24	-20	-64	-68	-87
Hidrogénio	-426	0	0	0	0	-426
ENERGIA IPG 25-29 - CSP 25-34	-2.549	-2.633	-2.846	-2.858	-2.744	-13.630

A STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda., empresa participada a 100% pela STCP, EIM, SA, é valorizada nas demonstrações financeiras da STCP pelo método de equivalência patrimonial. Tendo por base o contrato programa elaborado entre a STCP Serviços e o Município do Porto, e outros que venham a ser firmados, estima-se que a atividade da STCP Serviços evolua de forma positiva ao longo dos anos. No entanto, ao abrigo dos contratos-programa elaborados e, tendo por base o pressuposto de transferência dos resultados positivos ou assunção dos prejuízos via subsídio OSP por parte dos beneficiários dos contratos, estima-se um resultado próximo de zero, razão pela qual não foi considerado qualquer impacto ao nível da aplicação do método de equivalência patrimonial na elaboração deste orçamento.

Não foi estimado qualquer impacto pela aplicação do MEP para as restantes participadas TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE e Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A. por não se considerar os seus impactos materialmente relevantes no orçamento.

O valor previsional das compensações financeiras dos três contratos de 2025 a 2029 foram calculadas pelo Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica, entidade que desde 2019 apoia a STCP neste âmbito.



2. Resumo Executivo

1. Investimento

milhares euros, sem IVA

Investimento	Est. 2024	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento	8.791	11.140	17.350	10.000	17.820	425	56.735
Infraestruturas	3.304	14.705	250	0	250	5.500	20.705
Outros	3.380	4.607	2.726	2.539	2.564	2.600	15.034
Total	15.476	30.452	20.326	12.539	20.634	8.525	92.474
Rodoviário	1.521	722	1.190	2.170	2.295	245	6.622
Carro Elétrico	0	125	105	95	95	115	535
Museu do Carro Elétrico	0	0	0	0	0	0	0
Total	16.997	31.298	21.621	14.804	23.024	8.885	99.631

60% Investimento 25-29 Aquisição Autocarros
 30 autocarros standard elétricos
 8 autocarros midi elétricos
 50 autocarros articulados a gás natural
 22 autocarros dois pisos elétricos

milhares euros, sem IVA

Financiamento do Investimento	Est. 2024	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Municípios	12.707	29.236	21.621	14.804	23.024	8.885	97.569
Aviso n.º 01/C15-106/2021 Fundo Ambiental [1]	507	0	0	0	0	0	0
Estado [2]	3.784	2.062	0	0	0	0	2.062
Investimento	16.997	31.298	21.621	14.804	23.024	8.885	99.631

Financiamento Investimento 25-29
 Não considerado co-financiamento por parte de programas nacionais ou comunitários

[1] 507 mil€ 80% dos carregadores de 2023

[2] Portaria 761/19 e Aumentos de Capital até 2020.





2. Atividade



Pressuposto	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Taxa de Inflação	3,2%	2,5%	2,2%	2,0%	2,0%	2,0%
Autocarro (milhares)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Oferta (Km Serviço)	21.398	23.784	23.871	23.871	23.871	23.871
Passageiros	71.795	70.563	72.544	73.758	73.976	74.172
Receita (€) [1]	49.763	51.279	54.157	56.015	57.304	58.605
Taxa Atualização Tarifária (TAT)	6,4%	2,5%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Linhas Metrobus (milhares)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Oferta (Km Serviço)	0	284	853	853	853	853
Passageiros	0	1.939	6.431	6.462	6.480	6.491
Receita (€) [1]	0	1.475	3.989	4.088	4.182	4.273
Carro Elétrico (milhares)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Oferta (Km Serviço)	174	202	254	254	290	290
Passageiros	661	660	907	971	980	990
Receita (€) [1]	2.563	3.168	4.486	5.331	5.502	5.558
STCP (milhares)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Oferta (Km Serviço)	21.572	24.271	24.979	24.979	25.015	25.015
Passageiros	72.456	73.162	79.882	81.190	81.436	81.653
Receita (€) [1]	52.325	55.922	62.632	65.434	66.988	68.436

[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária; Não inclui Receita do Museu do Carro Elétrico



3.1 Transferências Financeiras 2021-2024

(milhares de euros)		Real 2021	Real 2022	Real 2023	Est 2024	Σ 21-24
Obrigações de Serviço Público (OSP) [1]						
OSP Contratuais						
Acerto OSP						
1	OSP Reais (24 Estimativa)	16.941	11.271	12.554	18.364	59.129
2	Artigo 40º Lei 50/2012	2.924	8.605	0	4.000	15.530
Total (1+2)		19.865	19.876	12.554	22.364	74.659

[1] valores sem IVA.



[Handwritten signature]



3.2 Transferências Financeiras 2025-2029

(valores em milhares de euros, sem IVA)

Rodoviário (nos termos da Cláusula 602 nº 1)	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Σ 25-29
OSP Contratuais	32.078	33.596	33.935	34.624	35.054	169.288
OSP IPG 25-29	32.763	34.313	34.659	35.363	35.802	172.900
IPG 25-29 - Contratuais	685	717	724	799	748	3.612

Carro Elétrico	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Σ 25-29
Repartição de Resultados Contratuais	-977	-999	-1.019	-1.089	-1.060	-5.094
Repartição de Resultados IPG 25-29	-717	-733	-747	-762	-778	-3.738
IPG 25-29 - Contratuais	260	266	271	277	282	1.356

Museu do Carro Elétrico	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Σ 25-29
Subsídios à Exploração Contratuais	655	675	690	817	873	3.711
Subsídios à Exploração IPG 25-29	690	695	709	889	895	3.828
IPG 25-29 - Contratuais	35	20	19	22	22	117

STCP EIM SA - Total de Compensações	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Σ 25-29
Contratuais	31.756	33.273	33.607	34.403	34.867	167.906
IPG 25-29	32.736	34.275	34.621	35.440	35.919	172.991
IPG 25-29 - Contratuais	980	1.002	1.004	1.037	1.052	5.086





3.2.1 Compensação por Obrigações de Serviço Público – Contrato Rodoviário

(valores em milhares de euros, sem IVA)

**Obrigações de Serviço Público
Rodoviárias**
(Nos termos da cláusula 60 nº 1)

OSP IPG 25-29							
Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
Orç 2025	2.658	2.809	4.696	16.981	1.561	4.058	32.763
Orç 2026	2.784	2.941	4.918	17.785	1.635	4.250	34.313
Orç 2027	2.812	2.971	4.968	17.964	1.651	4.293	34.659
Orç 2028	2.834	2.995	4.982	18.216	1.665	4.771	35.363
Orç 2029	2.870	3.032	4.942	18.442	1.685	4.830	35.802

OSP Contratuais							
Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	2.602	2.750	4.598	16.627	1.528	3.973	32.078
2026	2.726	2.880	4.815	17.413	1.601	4.161	33.596
2027	2.753	2.909	4.864	17.589	1.617	4.203	33.995
2028	2.775	2.932	4.780	17.836	1.630	4.671	34.624
2029	2.810	2.969	4.839	18.057	1.650	4.729	35.054

OSP IPG 25-29 - Contratuais							
Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	56	59	98	355	33	85	685
2026	58	61	103	372	34	89	717
2027	59	62	104	375	35	90	724
2028	59	63	102	381	35	100	739
2029	60	63	103	385	35	101	748





Montante Máximo de Transferência Financeira – Contrato Rodoviário

(valores em milhares de euros, sem IVA)

Montante Máximo Transferência Financeira IPG 25-29

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
Orç 2025	2.762	2.918	4.879	17.645	1.622	4.217	34.043
Orç 2026	2.891	3.055	5.108	18.471	1.698	4.414	35.637
Orç 2027	2.921	3.087	5.161	18.664	1.716	4.460	36.010
Orç 2028	2.945	3.112	5.072	18.926	1.730	4.957	36.741
Orç 2029	2.982	3.151	5.136	19.166	1.751	5.020	37.207

Montante Máximo de Transferência Financeira
(Nos termos da cláusula 62 nº 8)

Montante Máximo Transferência Financeira Contratuais

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	2.706	2.860	4.781	17.290	1.589	4.132	33.359
2026	2.833	2.993	5.005	18.100	1.664	4.326	34.921
2027	2.863	3.025	5.057	18.289	1.681	4.371	35.286
2028	2.886	3.049	4.970	18.545	1.695	4.857	36.002
2029	2.922	3.088	5.033	18.781	1.716	4.919	36.459

Montante Máximo Transferência Financeira IPG 25-29 - Contratuais

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	56	59	98	355	33	85	685
2026	58	61	103	372	34	89	717
2027	59	62	104	375	35	90	724
2028	59	63	102	381	35	100	739
2029	60	63	103	385	35	101	748





3.2.2 Repartição de Resultados – Contrato Carro Elétrico

(valores em milhares de euros, sem IVA)

Repartição de Resultados IPG 25-29	
Ano	Carro Elétrico
Orç 2025	-717
Orç 2026	-733
Orç 2027	-747
Orç 2028	-762
Orç 2029	-778

Com o Município do Porto

Repartição de Resultados Contratuais

Ano	Carro Elétrico
2025	-977
2026	-999
2027	-1.019
2028	-1.039
2029	-1.060

Repartição de Resultados IPG 25-29 - Contratuais

Ano	Carro Elétrico
2025	260
2026	266
2027	271
2028	277
2029	282






3.2.3 Subsídios à Exploração – Museu do Carro Elétrico

(valores em milhares de euros, sem IVA)

Subsídios à Exploração IPG 25-29	
Ano	Museu do Carro Elétrico
Orç 2025	690
Orç 2026	695
Orç 2027	709
Orç 2028	839
Orç 2029	895

Com o Município do Porto

Subsídios à Exploração Contratuais	
Ano	Museu do Carro Elétrico
2025	655
2026	675
2027	690
2028	817
2029	873

Subsídios à Exploração IPG 25-29 - Contratuais	
Ano	Museu do Carro Elétrico
2025	35
2026	20
2027	19
2028	22
2029	22





4.1 Demonstração de Resultados – STCP EIM S.A.

STCP EIM S.A (milh. euros)	Est 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Receita	52.462	56.065	62.777	65.581	67.137	68.559
Outros Rendimentos e Subsídios	3.495	3.570	3.596	3.382	3.397	3.433
Total de Compensações	18.364	32.736	34.275	34.621	35.440	35.919
Rendimentos	74.320	92.371	100.649	108.584	105.975	107.910
Pessoal	40.873	45.972	48.804	50.790	52.834	53.776
Energia	9.220	13.094	12.701	12.459	12.569	12.627
Amortizações	8.063	9.670	12.150	12.589	14.009	15.299
Manutenção Autocarros e Carros Elétricos	7.058	7.641	7.620	7.598	7.676	7.860
Outros	13.014	13.816	14.776	14.919	15.526	15.768
Gastos	78.228	90.193	96.051	98.355	102.613	105.390
Juros Suportados	0	62	212	132	406	96
Resultado Antes de Imposto	-3.907	2.116	4.386	5.098	2.955	2.484
Transferências Financeiras art. 40º Lei 50/12	4.000	0	0	0	0	0
Imposto sobre o Rendimento do Período	-9	-152	-312	-362	-211	-178
Resultado Líquido do Período	84	1.964	4.075	4.736	2.744	2.307

Handwritten signature



4.2 Demonstração de Resultados por contrato - Rodoviário

Rodoviário (milh. euros)	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Receita	52.754	58.146	60.103	61.485	62.877
Outros Rendimentos e Subsídios	3.629	3.656	3.442	3.462	3.496
Obrigações de Serviço Público Contratuais e Acertos	32.763	34.313	34.659	35.363	35.802
Rendimentos	89.146	96.116	98.204	100.310	102.175
Pessoal	44.460	47.149	49.066	50.925	51.834
Energia	12.991	12.594	12.350	12.442	12.498
Amortizações	9.294	11.782	12.125	13.387	14.615
Manutenção Autocarros	7.127	7.093	7.069	7.144	7.317
Outros	12.958	13.894	14.047	14.613	14.870
Gastos	86.829	92.513	94.657	98.511	101.134
Resultado Antes de Imposto	2.317	3.603	3.547	1.799	1.041






4.3 Demonstração de Resultados por contrato – Carro Elétrico

Carro Elétrico (milh. euros)	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Receita	3.168	4.486	5.331	5.502	5.558
Outros Rendimentos e Subsídios	327	306	316	363	395
Repartição de Resultados Contratuais e Acentos	-717	-733	-747	-762	-778
Rendimentos	2.778	4.059	4.900	5.103	5.176
Pessoal	1.151	1.277	1.330	1.460	1.486
Energia	103	107	109	127	129
Amortizações	370	345	437	578	635
Manutenção Carro Elétrico	514	528	530	532	542
Outros	887	886	876	891	908
Gastos	3.025	3.142	3.282	3.587	3.701
Resultado Antes de Imposto	-247	917	1.618	1.515	1.475

Handwritten signature and date: 0.1.2025





4.4 Demonstração de Resultados por contrato – Museu do Carro Elétrico

Museu do Carro Elétrico (milh. euros)	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Receita	143	145	147	150	123
Outros Rendimentos e Subsídios	128	129	130	130	136
Subsídios à Exploração Contratuais e Acertos	690	695	709	839	895
Rendimentos	961	969	986	1.119	1.154
Pessoal	362	378	393	448	456
Energia	0	0	0	0	0
Amortizações	6	23	27	45	49
Outros	485	490	501	579	584
Gastos	853	891	921	1.073	1.089
Resultado Antes de Imposto	108	78	66	46	65

3. Plano de Atividade e Orçamento

Pressuposto	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Taxa de Inflação	3,2%	2,5%	2,2%	2,0%	2,0%	2,0%

3.1 Oferta, Passageiros e Receita Autocarro e Carro Elétrico

Autocarro (milhares)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Oferta (Km Serviço)	21.398	23.784	23.871	23.871	23.871	23.871
Passageiros	71.795	70.563	72.544	73.758	73.976	74.172
Receita (€) [1]	49.763	51.279	54.157	56.015	57.304	58.605
Taxa Atualização Tarifária (TAT)	6,4%	2,5%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%

[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária

Linhas Metrobus (milhares)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Oferta (Km Serviço)	0	284	853	853	853	853
Passageiros	0	1.939	6.431	6.462	6.480	6.491
Receita (€) [1]	0	1.475	3.989	4.088	4.182	4.273

[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária

Carro Elétrico (milhares)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Oferta (Km Serviço)	174	202	254	254	290	290
Passageiros	661	660	907	971	980	990
Receita (€) [1]	2.563	3.168	4.486	5.331	5.502	5.558

[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária

STCP (milhares)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Oferta (Km Serviço)	21.572	24.271	24.979	24.979	25.015	25.015
Passageiros	72.456	73.162	79.882	81.190	81.436	81.653
Receita de Bilheteira	36.903	40.552	49.424	51.780	53.021	54.152
Compensações Tarifárias	15.423	15.370	13.208	13.653	13.967	14.283
Receita (€) [1]	52.325	55.922	62.632	65.434	66.988	68.436

[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária; Não inclui Receita do Museu do Carro Elétrico



3.2 Pessoal

Efetivo a 31/12 [1]	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Autocarro	1.370	1.396	1.405	1.405	1.405	1.405
Linhas Metrobus	0	48	48	48	48	48
Carro Elétrico	37	38	46	46	49	49
Museu	6	10	10	10	11	11
STCP	1.413	1.492	1.509	1.509	1.513	1.513

Efetivo [1]	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Efetivo a 31/12	1.413	1.492	1.509	1.509	1.513	1.513
Efetivo Médio	1.367	1.466	1.506	1.512	1.516	1.516
Motoristas Funções Autocarro	1.010	1.030	1.030	1.030	1.030	1.030
Motoristas Funções Linhas Metrobus	0	36	36	36	36	36
Guarda-Freios em Funções	22	22	30	30	33	33

[1] Não inclui órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

3.3 Frota

Não se encontram contabilizados os autocarros a hidrogénio que farão a operação das linhas Metrobus a partir de 2025.

No ponto 4 segue detalhe da previsão da evolução da frota de autocarros.

Frota Autocarros 31/12	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Standard Gás Natural	284	266	254	254	254	254
Articulados Gás Natural	29	29	29	50	50	50
Autocarros Gás Natural	313	295	283	304	304	304
Standard Elétrico	88	106	118	118	118	118
Dois Pisos Elétricos	0	0	0	0	22	22
Midis Elétricos	0	8	8	8	8	8
Autocarros Elétricos	88	114	126	126	148	148
Standard Gasóleo	2	2	0	0	0	0
Articulados Gasóleo	20	20	20	0	0	0
Dois Pisos Gasóleo	15	15	15	15	0	0
Minis Gasóleo	8	0	0	0	0	0
Autocarros Gasóleo	45	37	35	15	0	0
Frota Autocarros 31/dezembro	446	446	444	445	452	452
% Autocarros Gás Natural	70%	66%	64%	68%	67%	67%
% Autocarros Elétricos	20%	26%	28%	28%	33%	33%
% Autocarros Gasóleo	10%	8%	8%	3%	0%	0%

Frota Carros Elétricos 31/12	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Frota Carros Elétricos 31/12	8	8	9	9	10	10

STCP, EIM, SA

Instrumentos Previsionais de Gestão 2025-2029 Versão 30.set.24

3.4 Rendimentos sem Compensações Financeiras

Esta análise não inclui as verbas de compensação financeiras

Rendimentos sem OSP (milhares de euros)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Receita	52.325	55.922	62.632	65.434	66.988	68.436
Aluguer de Carro Elétrico e Autocarro	93	90	90	90	90	95
Vendas e Serviço Prestados	52.418	56.012	62.722	65.524	67.078	68.531
Imputação Subsídios Investimentos	1.930	1.928	1.846	1.623	1.609	1.606
Rendas	650	666	680	694	708	722
Publicidade	360	467	556	589	620	633
Outros Rendimentos	598	563	569	535	520	500
Rendimentos sem OSP	55.957	59.635	66.373	68.963	70.535	71.991

No quadro abaixo segue a descrição das rubricas incluídas em outros rendimentos.

Outros Rendimentos (milhares de euros)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Vendas e Serviços do Museu	174	181	184	187	190	164
Sinistros	150	150	150	150	150	150
Cedência de Trabalhadores	129	129	132	135	137	140
Outros	146	103	103	63	42	46
Outros Rendimentos	598	563	569	535	520	500



3.5 Gastos e Rendimentos Não Correntes

Gastos e Rendimentos não correntes (milhares de euros)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Pessoal	40.873	45.972	48.804	50.790	52.834	53.776
Energia	9.220	13.094	12.701	12.459	12.569	12.627
Amortizações	8.063	9.670	12.150	12.589	14.009	15.299
Manutenção Autocarros e Carros Elétricos	7.058	7.641	7.620	7.598	7.676	7.860
Outros	6.778	7.230	7.666	7.549	7.979	8.097
Comissões e Fiscalização de Receita	2.487	2.516	2.915	3.050	3.102	3.152
Limpeza, Higiene e Conforto	1.590	1.703	1.784	1.870	1.957	1.996
Seguros	1.397	1.595	1.635	1.674	1.712	1.746
Não Correntes	762	771	776	776	776	776
Gastos e Rendimentos não correntes	78.228	90.193	96.051	98.355	102.613	105.330

No **Anexo 1** encontra-se detalhada a evolução dos gastos de energia dos gastos de manutenção de autocarros e carros elétricos, dos outros gastos e dos não correntes.

Preços Médios (cêntimos €)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
m3 gás natural [1]	50	70	70	70	71	73
kWh eletricidade	28	31	32	32	33	34
Litro gasóleo	117	120	123	125	128	n/a
[1] comprimido e liquefeito sem outras rubricas do contrato						

4. Plano de Investimento

Financiamento do Investimento (milh. euros, sem IVA)	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Municípios	29.236	21.621	14.804	23.024	8.885	97.569
Estado [1]	2.062	0	0	0	0	2.062
Total	31.298	21.621	14.804	23.024	8.885	99.631

[1] Portaria 761/19 e Aumentos de Capital até 2020.

Investimento (milh. euros, sem IVA)	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Rodoviário	30.452	20.326	12.539	20.634	8.525	92.474
Carro Elétrico	722	1.190	2.170	2.295	245	6.622
Museu do Carro Elétrico	125	105	95	95	115	535
Total	31.298	21.621	14.804	23.024	8.885	99.631

Plano de Investimento Rodoviário (milh. euros, sem IVA)	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Operação Autocarros	26.515	18.242	10.520	18.600	6.455	80.332
Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	11.140	17.350	10.000	17.820	425	56.735
Autocarros Elétricos Standard (18 em 25 e 12 em 26)	7.200	4.800	0	0	0	12.000
Autocarros Elétricos Midi (8 deslize PI 2024)	2.800	0	0	0	0	2.800
Autocarros Gás Articulados (25 em 26 e 25 em 27)	0	10.000	10.000	0	0	20.000
Autocarros Elétricos Dois Pisos (22 em 28)	0	0	0	16.500	0	16.500
Carregadores Duplos	1.140	0	0	1.320	0	2.460
Aquisição de Baterias Autocarros Elétricos	0	2.550	0	0	425	2.975
Infraestruturas Carregadores Autocarros Elétricos	450	250	0	250	0	950
Estação de Recolha Francos	4.700	0	0	0	0	4.700
Estação de Recolha Areosa e Via Norte	9.555	0	0	0	0	9.555
Empreitada oficinas Areosa	2.000	0	0	0	0	2.000
Empreitada estruturas metálicas Areosa e Via Norte	7.300	0	0	0	0	7.300
Obras Via Norte (deslize PI 24)	255	0	0	0	0	255
Painéis Fotovoltaicos Francos	0	0	0	0	5.500	5.500
Outros Projetos de Apoio Rodoviário	670	642	520	530	530	2.892
Comuns STCP	3.937	2.084	2.019	2.034	2.070	12.143
Projetos de Inovação e outros	322	1.100	1.100	1.100	1.400	5.022
Software e Equipamento Informático	662	300	315	330	340	1.947
Equipamento Oficial e Administrativo	300	300	200	200	200	1.200
Outros Projetos	945	384	404	404	130	2.266
Sistema bilhética (deslize PI 24)	850	0	0	0	0	850
Sistema Apoio à Exploração e Inform (SAEI) (desl 24)	857	0	0	0	0	857
Plano de Investimento Rodoviário (milh. euros, sem IVA)	30.452	20.326	12.539	20.634	8.525	92.474

Plano de Investimento Carro Elétrico (milh. euros, sem IVA)	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Empreitada geral de requalificação dos edifícios Museu + UCE	0	0	1.000	2.000	0	3.000
Substituição Subestação Elétrica D. Afonso Henriques	0	600	600	0	0	1.200
Intervenções Carros Elétricos	466	350	535	265	215	1.831
Outros	256	240	35	30	30	591
Plano de Investimento Carro Elétrico (milh. euros, sem IVA)	722	1.190	2.170	2.295	245	6.622

Plano de Investimento Museu (milh. euros, sem IVA)	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Requalificação carros elétricos coleção do Museu	75	75	50	50	50	300
Museologia	20	20	20	20	65	145
Nave 1	30	10	25	25	0	90
Plano de Investimento Museu (milh. euros, sem IVA)	125	105	95	95	115	535




Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento

Quantidade	2025	2026	2027	2028	2029	Σ 25-29
Número Autocarros Gás Natural Articulados		25	25			50
Número Autocarros Elétricos Standard	18	12				30
Número Autocarros Elétricos Articulados						0
Número Autocarros Elétricos Dois Pisos				22		22
Número Autocarros Elétricos Midi	8					8
Número Autocarros	26	37	25	22	0	110
Número de Carregadores Duplos	19			22		41
Número de Baterias		15			5	20

(milh. euros, sem IVA)	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Σ 25- 29
Autocarros Gás Natural Articulados	0	10.000	10.000	0	0	20.000
Autocarros Elétricos Standard	7.200	4.800	0	0	0	12.000
Autocarros Elétricos Dois Pisos	0	0	0	16.500	0	16.500
Autocarros Elétricos Midi	2.800	0	0	0	0	2.800
Carregadores Duplos	1.140	0	0	1.320	0	2.460
Baterias	0	2.550	0	0	425	2.975
Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento	11.140	17.350	10.000	17.820	425	56.735

5. Compensações Financeiras

O valor previsional das compensações financeiras dos três contratos de 2025 a 2029 foram calculadas pelo Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica, entidade que desde 2019 apoia a STCP neste âmbito.³

No apuramento do valor das compensações financeiras foi considerada uma taxa de retorno de 7,00%, a qual foi apurada em julho de 2024.

Proposta de orçamento com indicação de valores plurianuais a inscrever no orçamento municipal a constar nos Contratos Programa, Mandato e Prestação de Serviços:

(valores em milhares de euros, sem IVA)

Rodoviário (nos termos da Cláusula 60ª nº 1)	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Σ 25-29
OSP Contratuais	32.078	33.596	33.935	34.624	35.054	169.288
OSP IPG 25-29	32.763	34.313	34.659	35.363	35.802	172.900
IPG 25-29 - Contratuais	685	717	724	739	748	3.612
Carro Elétrico	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Σ 25-29
Repartição de Resultados Contratuais	-977	-999	-1.019	-1.039	-1.060	-5.094
Repartição de Resultados IPG 25-29	-717	-733	-747	-762	-778	-3.738
IPG 25-29 - Contratuais	260	266	271	277	282	1.356
Museu do Carro Elétrico	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Σ 25-29
Subsídios à Exploração Contratuais	655	675	690	817	873	3.711
Subsídios à Exploração IPG 25-29	690	695	709	839	895	3.828
IPG 25-29 - Contratuais	35	20	19	22	22	117
STCP EIM SA - Total de Compensações	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Σ 25-29
Contratuais	31.756	33.273	33.607	34.403	34.867	167.906
IPG 25-29	32.736	34.275	34.621	35.440	35.919	172.991
IPG 25-29 - Contratuais	980	1.002	1.014	1.037	1.052	5.086

³ Aprovado na reunião de Conselho de Administração nº 39/24 de 10.out.24 ponto 1.7.



5.1 Compensações por Obrigações de Serviço Público – Contrato Rodoviário

Estimativa Orçamento 2025 a 2029 Compensação por Obrigações de Serviço Público Rodoviário (nos termos da Cláusula 60ª nº 1)

(valores em milhares de euros, sem IVA)

OSP IPG 25-29

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
Orç 2025	2.658	2.809	4.696	16.981	1.561	4.058	32.763
Orç 2026	2.784	2.941	4.918	17.785	1.635	4.250	34.313
Orç 2027	2.812	2.971	4.968	17.964	1.651	4.293	34.659
Orç 2028	2.834	2.995	4.882	18.216	1.665	4.771	35.363
Orç 2029	2.870	3.032	4.942	18.442	1.685	4.830	35.802

OSP Contratuais

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	2.602	2.750	4.598	16.627	1.528	3.973	32.078
2026	2.726	2.880	4.815	17.413	1.601	4.161	33.596
2027	2.753	2.909	4.864	17.589	1.617	4.203	33.935
2028	2.775	2.932	4.780	17.836	1.630	4.671	34.624
2029	2.810	2.969	4.839	18.057	1.650	4.729	35.054

OSP IPG 25-29 - Contratuais

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	56	59	98	355	33	85	685
2026	58	61	103	372	34	89	717
2027	59	62	104	375	35	90	724
2028	59	63	102	381	35	100	739
2029	60	63	103	385	35	101	748




Estimativa Orçamento 2025 a 2029 Montante Máximo Transferência Financeira (Contrato Rodoviário)
(nos termos da Cláusula 62ª nº 8)

(valores em milhares de euros, sem IVA)

Montante Máximo Transferência Financeira IPG 25-29

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
Orç 2025	2.762	2.918	4.879	17.645	1.622	4.217	34.043
Orç 2026	2.891	3.055	5.108	18.471	1.698	4.414	35.637
Orç 2027	2.921	3.087	5.161	18.664	1.716	4.460	36.010
Orç 2028	2.945	3.112	5.072	18.926	1.730	4.957	36.741
Orç 2029	2.982	3.151	5.136	19.166	1.751	5.020	37.207

Montante Máximo Transferência Financeira Contratuais

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	2.706	2.860	4.781	17.290	1.589	4.132	33.359
2026	2.833	2.993	5.005	18.100	1.664	4.326	34.921
2027	2.863	3.025	5.057	18.289	1.681	4.371	35.286
2028	2.886	3.049	4.970	18.545	1.695	4.857	36.002
2029	2.922	3.088	5.033	18.781	1.716	4.919	36.459

Montante Máximo Transferência Financeira IPG 25-29 - Contratuais

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	56	59	98	355	33	85	685
2026	58	61	103	372	34	89	717
2027	59	62	104	375	35	90	724
2028	59	63	102	381	35	100	739
2029	60	63	103	385	35	101	748




5.2 Repartição de Resultados – Contrato do Carro Elétrico

(valores em milhares de euros, sem IVA)

Repartição de Resultados IPG 25-29

Ano	Carro Elétrico
Orç 2025	-717
Orç 2026	-733
Orç 2027	-747
Orç 2028	-762
Orç 2029	-778

Com o Município do Porto

Repartição de Resultados Contratuais

Ano	Carro Elétrico
2025	-977
2026	-999
2027	-1.019
2028	-1.039
2029	-1.060

Repartição de Resultados IPG 25-29 - Contratuais

Ano	Carro Elétrico
2025	260
2026	266
2027	271
2028	277
2029	282



5.3 Subsídios à Exploração— Contrato Programa Museu Carro Elétrico

(valores em milhares de euros, sem IVA)

Subsídios à Exploração IPG 25-29

Ano	Museu do Carro Elétrico
Orç 2025	690
Orç 2026	695
Orç 2027	709
Orç 2028	839
Orç 2029	895

Com o Município do Porto

Subsídios à Exploração Contratuais

Ano	Museu do Carro Elétrico
2025	655
2026	675
2027	690
2028	817
2029	873

Subsídios à Exploração IPG 25-29 - Contratuais

Ano	Museu do Carro Elétrico
2025	35
2026	20
2027	19
2028	22
2029	22

J. I. ...



6. Demonstrações Financeiras

As peças contabilísticas da STCP EIM, SA são as que seguem nos pontos seguintes.

6.1 Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de Resultados por Natureza (milhares de euros)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Vendas e Serviços Prestados	37.039	40.695	49.569	51.928	53.170	54.275
Complicações Passes Sociais e PART	15.423	15.370	13.208	13.653	13.967	14.283
Compensações OSP (contrato e acertos)	18.364	32.736	34.275	34.621	35.440	35.919
Outras 75 - verbas covid e apoio combustíveis	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0	0	0	0	0
Variação nos Inventários da Produção	0	0	0	0	0	0
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0	0	0	0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos	3.495	3.570	3.596	3.382	3.397	3.433
Ganhos/Perdas Imputados subsidiárias e associadas	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	-23.021	-27.506	-28.855	-29.376	-29.949	-30.325
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-3.961	-4.695	-3.942	-3.294	-3.501	-3.585
Gastos com Pessoal	-40.873	-45.972	-48.804	-50.790	-52.834	-53.776
Imparidade de Inventários	0	0	0	0	0	0
Imparidade de Dívidas a Receber	0	0	0	0	0	0
Provisões	-762	-771	-776	-776	-776	-776
Imparidade de Investimentos	0	0	0	0	0	0
Outros Gastos e Perdas	-1.546	-1.579	-1.524	-1.530	-1.544	-1.569
Resultados Antes Depreciações, Gastos Financiamento e Impostos	4.156	11.848	16.748	17.819	17.370	17.879
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-8.063	-9.670	-12.150	-12.589	-14.009	-15.299
Imparidade ativos depreciables/amortizáveis (perdas/revers)	0	0	0	0	0	0
Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)	-3.907	2.178	4.598	5.230	3.361	2.581
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	0	0	0	0	0
Juros e Gastos Similares Suportados	0	-62	-212	-132	-406	-96
Resultado Antes de Impostos	-3.907	2.116	4.386	5.098	2.955	2.484
Transferências Financeiras Lei 50/12	4.000	0	0	0	0	0
Imposto sobre o Rendimento do Período	-9	-152	-312	-362	-211	-178
Resultado Líquido do Período	84	1.964	4.075	4.736	2.744	2.307

6.2 Balanço

Balanço (milhares de euros)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Ativos Intangíveis	450	450	450	450	450	450
Propriedades de Investimento	13.152	13.152	13.152	13.152	13.152	13.152
Ativos Fixos Tangíveis	130.149	151.777	161.247	163.462	172.477	166.063
Ativo Fixo Económico Líquido	143.750	165.378	174.849	177.064	186.078	179.665
Participações Financeiras - MEP	997	997	997	997	997	997
Outros Ativos Financeiros	221	221	221	221	221	221
Créditos a Receber Não Corrente	7.498	7.498	7.498	7.498	7.498	7.498
Ativo Fixo Financeiro	8.717	8.717	8.717	8.717	8.717	8.717
Inventários	699	712	727	741	756	771
Clientes	664	729	888	930	953	972
Estado e Outros Entes Públicos	3.669	6.756	4.667	3.196	4.970	1.918
Outras Contas a Receber Corrente	14.228	10.508	11.030	11.249	11.370	11.480
Diferimentos	1.232	1.232	1.232	1.232	1.232	1.232
Caixa e Depósitos Bancários	16.950	0	0	0	0	0
Ativo Corrente	37.441	19.938	18.544	17.348	19.281	16.374
Total do Ativo	189.908	194.033	202.110	203.128	214.076	204.755
Capital Realizado	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000
Reservas Legais	75	75	75	75	75	75
Outras Reservas	26	26	26	26	26	26
Resultados Transitados	3.801	3.884	5.849	9.923	14.659	17.403
Excedentes de Revalorização	33.030	33.030	33.030	33.030	33.030	33.030
Outras Variações no Capital Próprio	25.239	23.311	21.465	19.842	18.233	16.627
Resultado Líquido do Período	84	1.964	4.075	4.736	2.744	2.307
Total do Capital Próprio	152.253	152.290	154.518	157.631	158.766	159.467
Provisões	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493
Financiamentos Obtidos Correntes	0	2.069	7.051	4.401	13.545	3.202
Fornecedores	3.056	3.618	3.676	3.663	3.748	3.800
Estado e Outros Entes Públicos	1.824	2.052	2.178	2.267	2.358	2.400
Outras Contas a Pagar corrente e não corrente	14.880	16.109	16.792	17.271	17.764	17.991
Diferimentos	1.799	1.799	1.799	1.799	1.799	1.799
Outros Passivos Financeiros Correntes	6.603	6.603	6.603	6.603	6.603	6.603
Adiantamento de clientes	0	0	0	0	0	0
Total do Passivo	37.655	41.743	47.592	45.497	55.309	45.288
Total do Capital Próprio e Passivo	189.908	194.033	202.110	203.128	214.076	204.755

D. P. ...
[Signature]

6.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa (milhares de euros)	Est 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto						
Recebimentos de clientes	60.384	55.719	62.096	65.321	66.994	68.428
Pagamentos a fornecedores	-28.288	-33.218	-34.263	-34.213	-34.909	-35.426
Pagamentos ao pessoal	-40.873	-45.972	-48.804	-50.790	-52.834	-53.776
Caixa gerada pelas operações	-8.778	-23.470	-20.971	-19.682	-20.749	-20.774
Pagamento/Recebimento do Imp.sobre o rendimento	9	152	312	362	211	178
Outros recebimentos/pagamentos	25.150	31.535	37.086	36.641	34.012	39.728
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	16.382	8.216	16.428	17.321	13.474	19.131
Pagamentos respeitantes a :						
Ativos fixos tangíveis	-16.997	-31.298	-21.621	-14.804	-23.024	-8.885
Ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Investimento financeiros	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0	0
	-16.997	-31.298	-21.621	-14.804	-23.024	-8.885
Recebimentos provenientes de:						
Ativos fixos tangíveis	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Investimento financeiros	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	8.443	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0
	8.443	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-8.554	-31.298	-21.621	-14.804	-23.024	-8.885
Recebimentos provenientes de:						
Financiamentos obtidos	0	2.069	4.981	0	9.143	0
Realização de capital e outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos do anterior acionista	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos ao abrigo da Lei nº 50/2012	0	4.000	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0
	0	6.069	4.981	0	9.143	0
Pagamentos respeitantes a :						
Financiamentos obtidos	0	0	0	-2.649	0	-10.342
Juros e gastos similares	0	62	212	132	406	96
Dividendos	0	0	0	0	0	0
Reduções de capital e outros instrumentos de capital pr	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0
	0	62	212	-2.517	406	-10.246
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0	6.131	5.193	-2.517	9.550	-10.246
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	7.827	-16.950	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.123	16.950	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes no final do período	4	16.950	0	0	0	0

7. Principais Riscos

1) Risco da Procura

Sinaliza-se o possível não cumprimento dos pressupostos assumidos para o aumento dos passageiros em autocarro e carro elétrico, e consequente efeito na receita, quer pela conjuntura económica, quer pela previsão de passageiros das linhas Metrobus⁴ e impacto na rede de autocarro da STCP.

2) Risco de a empresa não ser compensada pelo não aumento das tarifas

À data de elaboração do orçamento, junho de 2024, foi considerada uma Taxa de Atualização Tarifária (TAT) de 2,5% para 2024. Caso a TAT seja inferior, a receita não atingirá os valores previstos por efeito preço.

3) Incerteza Modelo Gastos e Rendimentos Linhas Metrobus

Está pendente de assinatura um Memorando de entendimento sobre o modelo de gestão das linhas Metrobus a celebrar entre o Estado Português, a STCP, Metro do Porto e Câmara Municipal do Porto que pressupõe a celebração de elementos contratuais que ainda estão pendentes de conclusão. A fonte para a previsão foi o estudo da TRENMO, Análise Custo-Benefício – Linha Boavista-Império/Anémoma (Linhas Metrobus), 2022.

4) Gastos com pessoal

As taxas de aumento salarial anual consideradas (4,7% para 2025 e 4,6% para 2026 a 2029), para efeito de apuramento dos gastos com o pessoal poderão apresentar alguma incerteza associada, considerando vários fatores, tais como negociações sindicais e evolução da inflação.

Considerada a evolução do salário mínimo nacional (SMN) até ao montante de 900 euros em 2026. A não concretização do aumento do SMN nos níveis e períodos acima elencados representa uma incerteza a considerar na análise a este orçamento.

5) Risco de aumento dos preços da energia - gás natural, gasóleo e eletricidade

No final de 2024, 70% da frota de autocarros é a gás natural (313), 20% a eletricidade (88) e 10% a gasóleo (45), num total de 446 viaturas. À data de elaboração do orçamento, julho de 2024, foi considerada a previsão para a evolução destes preços que refletia o melhor conhecimento nesta conjuntura de incerteza terá de ser também considerado como um grande risco.

6) Outros

Caso a concretização do plano de investimento, nomeadamente a aquisição de autocarros e requalificação da Estação de Francos, não se concretize, haverá impacto na estimativa de depreciações, nos gastos de manutenção e no cumprimento da oferta, medida em quilómetros de serviços e consecutiva receita.

⁴ A fonte para a previsão da procura Metrobus foi o estudo da TRENMO, Análise Custo-Benefício – Linha Boavista-Império/Anémoma (Linhas Metrobus), 2022.



8. Anexo - Detalhe de Gastos

Anexo 1.1 Gastos Energia

Energia (milhares de euros)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Gás Natural Stock	3.334	4.402	3.316	2.965	2.853	2.923
Gás Natural Fornecimento	2.688	4.123	4.667	5.502	5.783	5.924
Gas Natural	6.021	8.525	7.983	8.467	8.635	8.847
Gasóleo	1.296	1.427	1.386	619	280	0
Gasolina	35	36	37	37	38	0
Eletricidade	1.867	2.893	2.643	2.669	2.936	3.087
Hidrogénio	0	213	653	666	679	693
Energia	9.220	13.094	12.701	12.459	12.569	12.627

Gás Natural	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Consumos m3	11.923	12.093	11.318	12.010	12.010	12.066
Km Totais	16.670	16.874	15.977	16.982	16.982	17.061
Preço m3 gás natural centimos €	50	70	70	70	71	73
Consumo m3 / 100 km	72	72	71	71	71	71
Preço Km Autocarro Gás centimos €	36	50	50	50	50	52
Gás Natural Autocarros (milhares de euros)	5.961	8.465	7.923	8.407	8.575	8.787
Outros (milhares de euros)	60	60	60	60	60	60
Gás Natural (milhares de euros)	6.021	8.525	7.983	8.467	8.635	8.847

Eletricidade	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Consumos kWh	4.081	6.926	7.917	7.796	8.545	8.888
Km Totais	3.401	5.771	6.597	6.497	7.121	7.407
Preço kWh Eletricidade centimos €	28	31	32	32	33	34
Consumo kWh / 100 km	120	120	120	120	120	120
Preço Km Autocarro Eletricidade centimos €	34	37	38	39	40	40
Eletricidade Autocarros (milhares de euros)	1.143	2.136	2.502	2.518	2.816	2.987
Postos de Abastecimento (milhares de euros)	210	215	220	224	229	233
Carro Elétrico (milhares de euros)	86	103	133	136	159	162
Instalações e Outras (milhares de euros)	428	439	457	466	475	485
Adesão Comunidade LIPOR 20% desconto			-669	-675	-742	-780
Eletricidade (milhares de euros)	1.867	2.893	2.643	2.669	2.936	3.087

Gasóleo	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Consumos litros	1.082	1.165	1.106	471	196	0
Km Totais	1.537	1.522	1.428	612	255	0
Preço litro centimos €	117	120	123	125	128	0
Consumo litros / 100 km	70	77	77	77	77	0
Preço do Km Autocarro Gasóleo centimos €	82	92	95	96	98	0
Gasóleo Autocarros (milhares de euros)	1.266	1.397	1.356	589	250	0
Outros (milhares de euros)	30	30	30	30	30	0
Gasóleo (milhares de euros)	1.296	1.427	1.386	619	280	0

STCP, EIM, SA

Instrumentos Previsionais de Gestão 2025-2029 Versão 30.set.24

Anexo 1.2 Gastos Manutenção

Manutenção Autocarros e Carros Elétricos (milh.€)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Manutenção Autocarros	6.584	6.977	6.633	6.600	6.665	6.829
Manutenção Metrobus	0	150	460	469	478	488
Manutenção Carro Elétrico	474	514	528	530	532	542
Manutenção Autocarros e Carros Elétricos (milh.€)	7.058	7.641	7.620	7.598	7.676	7.860

Anexo 1.3 Outros Gastos

Outros Gastos (milhares de euros)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Trabalhos Especializados	1.278	1.076	1.143	1.157	1.187	1.183
Softwares, Royalties, Comunicações e Sistemas	1.358	1.371	1.438	1.573	1.603	1.635
Publicidade e Informação ao Público	362	652	676	678	687	692
Fardamentos, Segurança e Serviços Clínicos	628	293	626	328	649	662
Manutenção Instalações e Transporte Valores	1.266	1.884	1.966	1.983	2.008	2.048
Rendas	340	376	292	300	302	308
Outros	1.546	1.579	1.524	1.530	1.544	1.569
Outros Gastos	6.778	7.230	7.666	7.549	7.979	8.097

Anexo 1.4 Gastos Não Correntes

Gastos Não Correntes (milhares de euros)	Est. 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029
Provisões	762	771	776	776	776	776
Subsidiárias e associadas	0	0	0	0	0	0
Imparidades e Variação Justo Valor	0	0	0	0	0	0
Gastos Não Correntes	762	771	776	776	776	776



9. Parecer do Fiscal Único

forvis
mazars

Relatório do revisor oficial de contas sobre os instrumentos de gestão previsional

Introdução

Nos termos do artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. (a Entidade) relativo ao período de 2025 a 2029, que compreendem (i) o Plano anual de atividades de 2025 a 2029, (ii) orçamento de 2025 a 2029, (iii) Plano de investimento 2025-2029 e (iv) as demonstrações prospetivas respeitantes ao exercício de 2025 a 2029 (constituídas por demonstração da posição financeira, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa), incluindo os pressupostos de referência.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional ("IGP") e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Não obstante o referido, no que respeita à **atividade de transporte rodoviário**, sublinhamos os pressupostos a seguir indicados, com especial impacto no resultado líquido previsional, e devidamente divulgados no Relatório "Instrumentos Previsionais de Gestão 2025-2029" datado de 30 de setembro de 2024:

1. A receita de transporte está dependente do cumprimento da oferta, das taxas de acréscimo anuais previstas para a procura (incluindo as linhas Metrobus) e da aplicação das taxas de aumento tarifário (TAT) consideradas;
2. A receita resultante dos subsídios à exploração, compreende os montantes de acerto final anual do contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário explorado pela STCP, conforme previsto no nº

Forvis Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás de Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa - Portugal
Porto: Rua Manuel Pinto de Azevedo nº106-126, Piso 1 Q2 e Q3, 4100-320 Porto - Portugal (mazarsporto@mazars.pt)
Inscrição nº 51 na OROC - Registrada na CMVM sob o nº 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 185 580 00 €

STCP, EIM, SA

Instrumentos Previsionais de Gestão 2025-2029 Versão 30.set.24

3 da da cláusula 62.ª deste contrato, a qual teve por base estimativa de aplicação da fórmula de cálculo presente neste documento, considerando o modelo de *Capital cash flow* e o pressuposto de um Valor Atual Líquido (VAL) igual a zero nos 10 anos do contrato. O modelo de apuramento do montante das Obrigações de Serviço Público (OSP) considera uma taxa de retorno de 7%, cuja evolução da mesma tem impacto direto no cálculo do valor do OSP (Os dados atuais indicam uma taxa próxima dos 7,68%);

3. Os gastos com energia estimados (gás natural, gasóleo e eletricidade) estão condicionados pela evolução dos preços no mercado;
4. Os gastos com pessoal estimados, pressupõe taxas de aumento salarial e de salário mínimo nacional que estão dependentes da sua ocorrência;
5. O orçamento de 2025 e seguintes, compreende a operação das linhas Metrobus, cujos dados relativos à mesma (gastos e rendimentos) foram baseados em estudo de procura realizado pela consultora TRENMO Engenharia S.A., existindo, à data, incertezas quanto aos pressupostos e condições utilizados, razão pelo qual está em análise um memorando de entendimento sobre o modelo de gestão das linhas Metrobus, pelo que os pressupostos e condições não se encontram fechados, devendo ser considerado como a melhor estimativa disponível;
6. Aprovação e cumprimento do plano de investimento e de financiamento para o período de 2025-2034, nomeadamente da aquisição de autocarros e requalificação da Estação de Francos, dentro dos prazos delineados, com impactos ao nível do cumprimento da oferta, montantes dos ativos fixos tangíveis, gastos com depreciações e gastos de manutenção.

No que respeita às atividades do **carro elétrico e museu do carro elétrico**, sublinhamos de que os pressupostos de exploração utilizados para o apuramento dos rendimentos e gastos basearam-se (i) em dados históricos (os disponíveis), (ii) dados evolutivos considerados no denominado Instrumentos previsionais de gestão da STCP relativo ao período de 2024 a 2028 (com ajustes em 2025 face ao real de 2024) e/ou (iii) dados previsionais indexados ao nível de procura estimada e à aprovação e cumprimento do plano de investimento, dentro dos prazos delineados, com especial impacto ao nível da receita, gastos com depreciações e do denominado fee do Edifício de Massarelos.

Porto, 25 de outubro de 2024



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

(Inscrição n.º 51 na OROC – Registada na CMVM sob o n.º 20161384)

representada por José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas n.º 1023 e registado na CMVM com o n.º 20160637)





PORTO

DIGITAL

Transparência
Digital à Porto
Digital
Transparency

Porto.

Plano de Atividades e Orçamento 2025

Índice

Índice.....	2
1 - Enquadramento e Estratégia	3
2 – Pressupostos para o Plano de Atividades de 2025	5
2.1 Enquadramento e síntese	5
2.2 Estrutura funcional e organização	6
3 – Plano Anual de Atividades.....	7
3.1 Introdução.....	7
3.2 – Programa: Porto - Cidade de Inovação e Experimentação	8
3.2.1 Objetivos Estratégicos.....	8
3.2.2 Plano de Atividades.....	8
3.3 – Programa: Plataforma Urbana e Infraestrutura para Gestão Integrada.....	11
3.3.1 Objetivos Estratégicos.....	11
3.3.2 Plano de Atividades.....	11
3.4 – Programa: Infraestrutura Digital e Comunicações.....	15
3.4.1 Objetivos Estratégicos.....	15
3.4.2 Plano de Atividades.....	15
4 - Plano Anual de Recursos Humanos	17
5 – Plano Anual de Investimento	18
6 – Orçamento de Exploração para 2025	19
6.1 – Notas Explicativas ao Orçamento	19
6.1.1 – Rendimentos Previsionais.....	20
6.1.2 – Fornecimentos e Serviços Externos Previsionais	21
6.1.3 – Gastos com Pessoal Previsionais.....	22
6.1.4 – Gastos com Amortizações e Depreciações	22
6.1.5 – Gastos de Financiamento.....	23
6.1.6 – Imposto sobre o Rendimento	23
7 – Demonstrações Financeiras Previsionais para 2025	24
7.1 - Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional.....	24
7.2 - Balanço Previsional	25
8 – Equilíbrio Económico-Financeiro	26
Anexo 1 - Parecer do Conselho Fiscal	28

1 - Enquadramento e Estratégia

A Associação Porto Digital (Porto Digital) procura funcionar como uma *toolbox* ao serviço do Município, da Universidade do Porto e da Metro do Porto, e visa servir de acelerador para a implementação de estratégias de inovação e transição digital na cidade do Porto. Constituída para conectar a cidade e os cidadãos (tecnologia), cocriar um futuro diferenciado e sustentável (inovação e experimentação) e colaborar com a comunidade e o ecossistema local potenciando a inovação na cidade. A Porto Digital procura ainda contribuir para a eficiência dos serviços públicos, com um impacto real na qualidade de vida dos cidadãos, apostando num desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Fundada em 2004, é atualmente controlada pelo Município do Porto, que detém 377 unidades de participação do património associativo nominal da associação, o que corresponde a mais de 80% do valor total, possuindo ainda como associados a Universidade do Porto e a Metro do Porto, que detêm 90 e 4 unidades de participação, respetivamente.

É objetivo central criar condições para que o ecossistema multifacetado e heterogéneo, que tanto caracteriza a génese da nossa sociedade, explore o conceito de “cidade laboratório”, expandindo-o para novas áreas e transformando desafios do nosso dia-a-dia em oportunidades para gerar conhecimento, ciência, negócios e, mais importante ainda, criando soluções de elevado impacto na qualidade de vida de todos.

Visão

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE DO PORTO ALCANÇA-SE ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DIGITAIS E DE METODOLOGIAS QUE FOMENTEM A INOVAÇÃO, A COCRIAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS CIDADÃOS.

Missão

PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE FOMENTEM A INOVAÇÃO E A TRANSIÇÃO DIGITAL.

A Porto Digital disponibiliza a infraestrutura tecnológica e as ferramentas de apoio ao desenvolvimento de processos e ações de inovação e transformação digital, de forma a fomentar a implementação de políticas de valorização transversal do conhecimento na cidade do Porto, suportada pelas plataformas digitais, de inovação aberta e de cocriação.

As atividades planeadas procuram destacar a importância da inovação como motor de desenvolvimento sustentável, nomeadamente no aumento da eficiência e eficácia da resposta aos desafios diários a que a cidade e a região estão sujeitas.

TECNOLOGIA - Conectar -	INOVAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO - Cocriar-	PARCERIAS - Colaborar -
A tecnologia da cidade é um dos pilares do desenvolvimento da Porto Digital, especialmente na área das comunicações, que se baseia na rede de fibra ótica instalada na cidade, e no serviço Wi-Fi gratuito – Porto Free Wi-Fi. Além disso, a plataforma urbana e os serviços digitais ligados a esta rede permitem o desenvolvimento de aplicações que suportam a gestão da cidade, principalmente nas áreas de mobilidade, ambiente, energia e proteção civil.	Como fator catalisador para o aumento de impacto, o desenvolvimento de serviços e políticas públicas é efetuado recorrendo a um modelo de cocriação e participação ativa. Numa lógica de <i>toolbox</i>, que incorpora ferramentas de gestão da inovação, tanto para fortalecer as equipas internas (municipais) quanto para impulsionar o ecossistema (empresas, academia, cidadãos), a Porto Digital procura garantir que a inovação assume um verdadeiro papel catalisador de transformação da cidade.	O desenvolvimento de parcerias nacionais e internacionais permite um contínuo <i>benchmark</i> e validação das políticas implementadas, promovendo um ecossistema dinâmico e diversificado, com base numa aposta contínua na inovação. As parcerias desenvolvidas são ainda a base para a criação de projetos de inovação que funcionam como aceleradores dos vários verticais de ação, em estreito alinhamento com as equipas municipais.

2 – Pressupostos para o Plano de Atividades de 2025

2.1 Enquadramento e síntese

No âmbito da visão e missão definidas, a Porto Digital, em 2025, continuará a orientar a sua atividade para o reforço da posição da organização e das suas equipas enquanto instrumento de desenvolvimento da cidade, e enquanto entidade responsável pelo desenvolvimento da estratégia de transformação e transição digital e de atividades promotoras de inovação e experimentação do Município do Porto.

Assim, o plano de atividades para 2025 dá seguimento à execução do plano estratégico para o triénio 23-25 que tem como objetivo tornar o Porto uma cidade inteligente e sustentável, apoiando-se em cinco pilares: o projeto **Porto Digital+**, que visa garantir o acesso e a literacia digital de todos; o **Centro de Gestão Integrada de Segunda Geração**, que visa coordenar a operação da cidade com base num "gémeo digital" e abrir os serviços e dados produzidos; o programa de **Serviços Digitais Partilhados**, que visa racionalizar e otimizar os recursos digitais municipais; a **Plataforma para a Transição Digital e Gestão da Inovação**, que visa promover a inovação aberta e a cocriação na transformação da cidade; e o reforço das **parcerias nacionais e internacionais** estratégicas para a inovação, transição digital e sustentabilidade.

O plano está alinhado com as iniciativas europeias nas áreas das cidades e comunidades inteligentes e é suportado pelo investimento na infraestrutura de sensorização e monitorização da cidade.

O ano de 2025 será determinante na execução dos diversos projetos, especialmente dos que são financiados pelo Horizonte Europa e pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Destaca-se também o planeamento da execução do Contrato de Gestão de Empreendimentos (Contrato Mandato), estabelecido com o Município, como uma das prioridades da atividade, sobretudo no que diz respeito ao aumento da infraestrutura tecnológica e à ampliação da rede de fibra ótica e dos serviços de comunicação de proximidade para a área de Campanhã.

Na vertente económica e financeira salientam-se as seguintes linhas orientadoras:

- Orientar o plano de investimento para cumprir as obrigações acordadas com o Município e os projetos de inovação, experimentação e transição digital.
- Reforçar e melhorar a equipa da Porto Digital, contratando profissionais para as áreas da plataforma urbana, experimentação e inovação, e para o suporte à infraestrutura de comunicações e sistemas.
- Procurar financiamento complementar, cooperando com as agendas para a inovação do Plano de Recuperação e Resiliência e participando em projetos cofinanciados pelo programa Horizonte Europa ou outros fundos europeus que se revelem de interesse para a cidade do Porto.

2.2 Estrutura funcional e organização

A estrutura funcional da Porto Digital para 2025 será reorganizada, mantendo as seis áreas de competências, mas ajustando-as para alinhar melhor as suas ações com o plano de atividades definido para o ano.

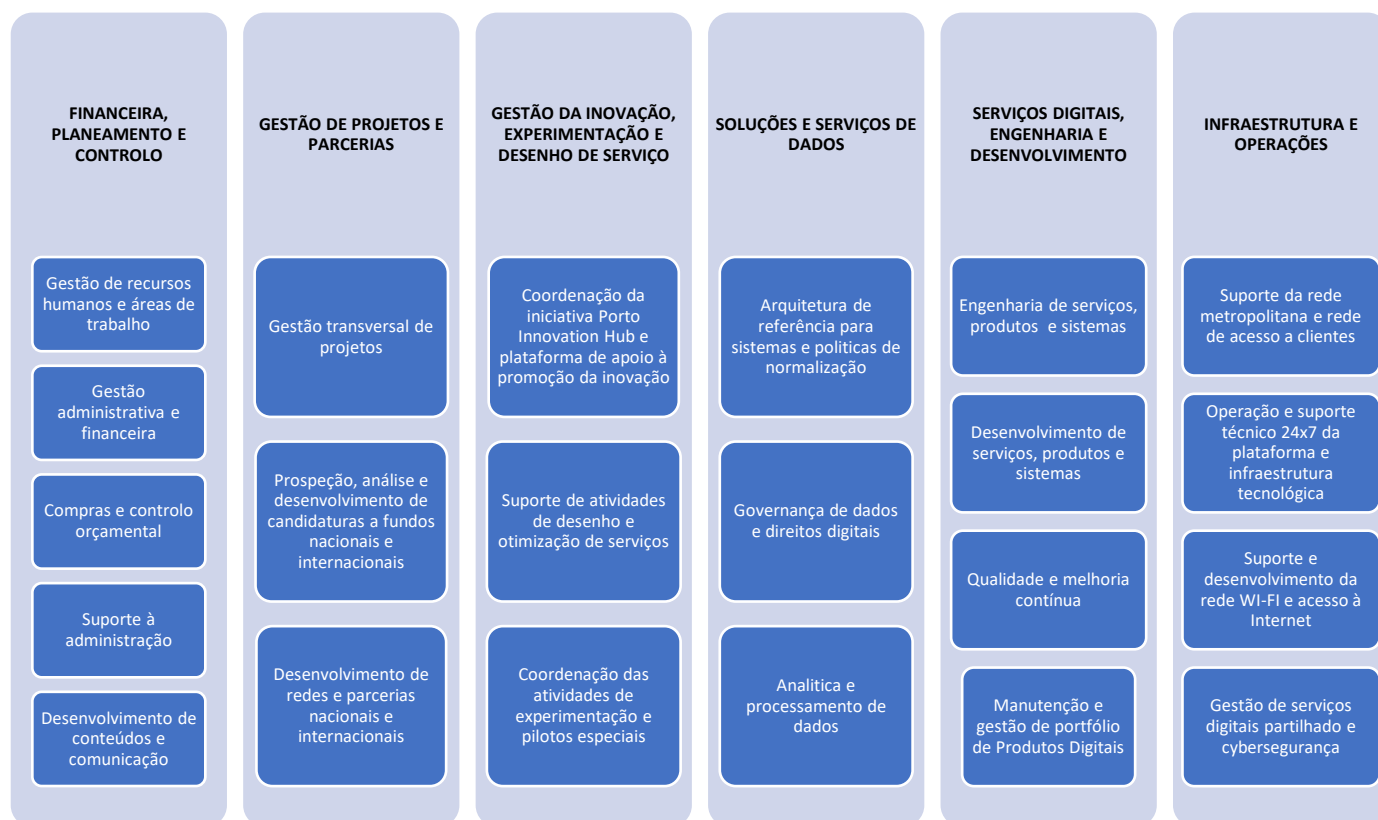


Figura 1 -Estrutura Organizacional e Centros de Competências da Porto Digital

Atualmente, a equipa da Porto Digital é formada por 51 elementos, 47% do género feminino, com formação académica superior em várias áreas, tais como engenharia, design, economia, gestão, comunicação, ciências sociais, entre outras. É de salientar ainda a valorização académica da equipa, contando com 19 elementos com grau de mestre e 3 doutorados, em áreas relacionadas com as tecnologias de informação.

A principal missão desta equipa multidisciplinar é a de dar resposta às múltiplas áreas de ação da Porto Digital, incluindo gestão de empreendimentos tecnológicos, capacitação técnica profissional, sensibilização dos cidadãos, e ainda, a componente de investigação e desenvolvimento.

3 – Plano Anual de Atividades

3.1 Introdução

O plano de atividades para 2025 visa reforçar a posição da Porto Digital e das suas equipas como motores do desenvolvimento sustentável e da execução da estratégia de inovação e transição digital do Município do Porto. Está alinhado com os princípios estratégicos do triénio 23-25, focando-se na infraestrutura digital e de comunicações da cidade e nas ferramentas de inovação aberta e cocriação para melhorar políticas e serviços públicos. O plano também procura aumentar o conhecimento e a transparência sobre os direitos digitais dos cidadãos e cibersegurança, promovendo a utilização de dados municipais de forma inclusiva e transparente, e apoiando o ecossistema local na transformação de desafios em oportunidades inovadoras.

Assim, e de acordo com o apresentado, o Plano Anual de Atividades está organizado em torno dos seguintes programas:

Porto cidade de inovação e experimentação

Desenvolvimento da iniciativa **Porto Innovation Hub**, promovendo a inovação e experimentação como motores de **crecimento sustentável da cidade**.

Plataforma urbana e infraestrutura para gestão integrada

Desenvolvimento de **serviços digitais inovadores** com impacto na vida dos cidadãos e desenvolvimento do conceito de **valorização dos dados na gestão da cidade**.

Infraestrutura digital e comunicações

Desenvolvimento de **serviço de comunicações para infraestruturas da cidade e infraestruturas críticas** e serviço de **Wi-Fi gratuito de acesso à Internet** para cidadãos e turistas que contribua para a promoção da marca “Porto.”

Em paralelo, e tendo em vista o objetivo de contribuir para o aumento da eficiência das entidades, a Porto Digital continuará a fomentar o desenvolvimento de projetos âncora entre os seus três membros associados: o Município, a Universidade e a Metro do Porto.

Estas atividades visam desenvolver não só ferramentas e metodologias que potenciem o aumento de sinergias entre as equipas técnicas dos associados, contribuindo assim para a melhoria dos serviços e para o aumento da eficiência na utilização dos recursos, mas também promover a utilização de infraestruturas partilhadas e o desenvolvimento de ações de capacitação e formação técnica conjuntas.

3.2 – Programa: Porto - Cidade de Inovação e Experimentação

3.2.1 Objetivos Estratégicos

- Contribuir para o desenvolvimento da estratégia de inovação da cidade do Porto e para a promoção de uma cultura de inovação e de experimentação, através de uma política ativa para as áreas de inovação e transição digital;
- Garantir o desenvolvimento de redes de cooperação nacionais e internacionais e parcerias na área da inovação e experimentação, promovendo um ecossistema dinâmico, com base numa aposta contínua na inovação.

3.2.2 Plano de Atividades

O plano a desenvolver considera a necessidade de adaptação das áreas definidas como prioritárias, no sentido de, agora, as adequar aos desafios que a estrutura municipal tem de enfrentar, nomeadamente nas áreas relacionadas com o aumento da resiliência dos serviços ou, ainda, todos os desafios relacionados com a transição digital e ambiental.

Neste contexto, e mantendo a premissa inicial, a atividade foi redesenhada em torno dos eixos orientadores apresentados em seguida.

EIXO 1: PORTO INNOVATION HUB – PLATAFORMA DE EXPERIMENTAÇÃO

O eixo "Porto Innovation Hub – Plataforma de Experimentação" tem como objetivo posicionar o Porto como uma cidade atrativa e dinâmica, servindo de núcleo central para a inovação e experimentação na região. Através desta plataforma, serão promovidas iniciativas focadas na inovação e na transição digital, com ênfase na experimentação de base tecnológica. O Porto Innovation Hub atua como um espaço de apoio à ideação e prototipagem, oferecendo aos atores do ecossistema local – empresas, startups, investigadores e instituições – um ambiente propício para o desenvolvimento de soluções inovadoras que respondam aos desafios da cidade, reforçando o papel do Porto como líder em inovação urbana.

<i>Atividade</i>	<i>Descrição das tarefas</i>
<i>Gestão de comunicação e comunidades na área de inovação e experimentação</i>	Esta atividade tem por base as seguintes tarefas: • Produção e Divulgação; • Coordenação e Desenvolvimento de Conteúdo; • Gestão de Comunidades de Inovação.
<i>Gestão e manutenção de infraestruturas de apoio à promoção da inovação</i>	Esta atividade tem por base as seguintes tarefas: • Gestão e Manutenção do Porto Innovation Hub (PIH); • Organização e participação em Exposições, Programas e Eventos; • Desenvolvimento e Gestão de Iniciativas; • Coordenação de Atividades Transformadoras na Cidade - European Innovation Academy - EIA ou atividades similares. • Coordenação, operacionalização e gestão da iniciativa "Tech4 Sustainability" • Coordenação e gestão do programa "Convocatória Aberta para a Inovação e Transição Digital"
<i>Gestão e coordenação técnica de programas e pilotos para a promoção da cidade enquanto living lab</i>	Esta atividade tem por base as seguintes tarefas: • Coordenação, gestão e operacionalização de programas de experimentação; • Coordenação, gestão e desenvolvimento de pilotos tecnológicos.

EIXO 2: GESTÃO E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

O eixo de atividade **"Gestão e Promoção da Inovação"** tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento de serviços e políticas públicas através de um modelo de cocriação e participação ativa. Atuando como uma "toolbox" de aceleração, este modelo integra diversas ferramentas de gestão da inovação, tanto na capacitação interna das equipas municipais quanto na promoção da inovação como motor de transformação da cidade. Este enfoque colaborativo permite que as equipas e os *stakeholders* trabalhem juntos na criação de soluções inovadoras que deem resposta aos desafios urbanos, promovendo uma evolução contínua e sustentável dos serviços municipais e contribuindo para o fortalecimento do ecossistema de inovação na cidade do Porto.

<i>Atividade</i>	<i>Descrição das tarefas</i>
<i>Promoção e acompanhamento de programas e redes nacionais e internacionais</i>	Esta atividade tem por base as seguintes tarefas • Desenvolvimento de redes nacionais e internacionais; • Coordenação da participação da cidade na iniciativa "ICC - Intelligent Cities Challenge".
<i>Desenvolvimento de novos projetos no âmbito do H2020 e outros de fundos estruturantes em temas como as cidades inteligentes e sustentáveis</i>	Gestão de projetos e candidaturas Prospeção, análise e desenvolvimento de candidaturas a fundos nacionais e internacionais, assegurando a coordenação e gestão transversal dos projetos para garantir a sua execução técnica adequada.
<i>Inovação para a Cidade: Gestão e manutenção de iniciativas e atividades de apoio à promoção da Inovação organizacional</i>	Gestão de atividades de promoção da inovação organizacional Coordenação e promoção de iniciativas que fomentam a inovação no contexto das cidades inteligentes, resilientes e sustentáveis. Este esforço inclui o desenvolvimento de roadmaps de inovação, sessões exploratórias e workshops em cocriação com as equipas municipais. Adicionalmente, serão promovidos projetos de capacitação das equipas técnicas, visando a otimização de processos em áreas-chave como Mobilidade e Sistemas de Informação, assegurando apoio técnico contínuo com a disponibilização de manuais e ferramentas, como o Guia de Inovação do Município e a Toolbox.
<i>Criação e Manutenção de produtos e serviços digitais do município – Service Design</i>	Desenho e prototipagem de Produtos e Serviços Digitais Apoio no desenvolvimento de soluções digitais, desde a conceção inicial até à implementação, utilizando metodologias como Design Thinking e Service Design. A coordenação e criação desses produtos e serviços é realizada em colaboração com equipas municipais (CMP e EM), para atender a diversos públicos-alvo, como cidadãos, visitantes, académicos e estudantes, em iniciativas como o Explore Porto, Cartão Porto e City Flow.

3.3 – Programa: Plataforma Urbana e Infraestrutura para Gestão Integrada

3.3.1 Objetivos Estratégicos

- Contribuir para o desenvolvimento e manutenção de uma plataforma aberta de sensorização, agregação e disponibilização de dados, que potencie a gestão integrada da cidade e o desenvolvimento do modelo de “Operador de Cidade” e contribua para o desenvolvimento do Centro de Gestão Integrada (CGI);
- Contribuir para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável e eficaz;
- Contribuir para a divulgação dos pontos de interesse da cidade e eventos;
- Contribuir para o desenvolvimento de um ecossistema de empresas e empreendedores que utilizem a plataforma com o objetivo de desenvolver soluções inovadoras.

3.3.2 Plano de Atividades

A atividade está organizada num conjunto de 3 principais eixos, organizadas em 3 dimensões: Dados em Tempo Real, Análise e Processamento de Dados, e Serviços Digitais, que se desdobram em várias tarefas conforme descrito em seguida.

EIXO 1 - AGREGAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS E INTELIGÊNCIA URBANA

O eixo de atividade "Agregação, Transformação, Processamento e Análise de Dados e Inteligência Urbana" procura explorar o potencial dos dados gerados no contexto dos sistemas de sensorização existentes na cidade, posicionando-os como ativos estratégicos para a administração pública, a sociedade civil e o setor empresarial. O trabalho a desenvolver tem por base o conceito de plataforma urbana, que integrada na estratégia da organização, é um elemento essencial para a melhoria da gestão e a criação de valor, permitindo uma utilização mais eficaz dos dados.

De forma global, a atividade está organizada da seguinte forma:

<i>Atividade</i>	<i>Descrição das tarefas</i>
<i>Plataforma de recolha, transferência e registo histórico do tipo broker ORION</i>	- Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, incluindo os sistemas de interação com contadores de tráfego do sistema eDaptiva, serviço de produção de dados em forma GTFS-RT, sensores IoT, entre outros. - Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua da infraestrutura de suporte ao funcionamento da plataforma urbana, nomeadamente de componentes como o PELIAS, OpenTripPlanner, MDS (Modos Suaves), entre outros.
<i>Plataforma de sensorização ambiental, meteorológica e mobilidade</i>	Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua.
<i>Plataforma de recolha e disponibilização de dados em formato aberto (OpenData) e gestão de políticas de valorização da informação</i>	- Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua da ferramenta de suporte à infraestrutura OpenData, incluindo INDEX e motor ETL, ferramentas CKAN, entre outras. - Serviço de apoio ao desenvolvimento e manutenção da política de valorização de dados do Município, nomeadamente no apoio à avaliação de mecanismos de validação da conformidade de novos datasets, identificação e desenho de modelos de dados, entre outros.

EIXO 2 - EFICIÊNCIA OPERACIONAL E GESTÃO PROACTIVA E REATIVA DE INFORMAÇÃO E OCORRÊNCIAS NA CIDADE

O eixo de atividade "Eficiência Operacional e Gestão Proativa e Reativa de Informação e Ocorrências na Cidade" tem como objetivo melhorar significativamente a operação dos serviços municipais através de uma gestão integrada de processos. O foco está em garantir que os procedimentos e processos das diferentes unidades orgânicas sejam ágeis e eficazes, respondendo aos desafios de uma cidade em crescimento como o Porto.

A estratégia passa por centralizar os instrumentos de apoio à operação, assegurando uma comunicação eficiente entre os serviços e adotando uma abordagem modular que permita a escalabilidade das soluções. O desenvolvimento de ferramentas como a CityFlow e a Plataforma de Ocorrências será essencial para atingir os seguintes objetivos principais:

- **Aumentar a Eficiência Operacional dos Serviços Urbanos:** Através da implementação da ferramenta CityFlow, será possível otimizar os fluxos de trabalho e articular as operações entre diferentes serviços e fornecedores, utilizando arquiteturas modulares e metodologias normalizadas (como BPMN), promovendo uma adaptação rápida às dinâmicas da cidade e estimulando a inovação contínua.
- **Melhorar a Gestão de Ocorrências e a Operação Integrada:** A Plataforma de Ocorrências permitirá uma resposta ágil e coordenada a eventos críticos, facilitando a comunicação entre as várias entidades envolvidas e assegurando uma gestão integrada e eficiente das ocorrências.

De forma global a atividade está organizada da seguinte forma:

<i>Atividade</i>	<i>Descrição das tarefas</i>
<i>Plataforma de apoio à operação CityFlow</i>	• Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua da plataforma CityFlow, nomeadamente em áreas transversais como o Ambiente, Mobilidade, CROA, entre outros. • Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de componentes de suporte, nomeadamente, componentes de autenticação, integração do CityFlow, Gestor de Ocorrências, Gestão de Entidades, ServerGeo entre outros.
<i>Plataforma de Gestão de Ocorrências</i>	• Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de componentes de suporte à plataforma de Gestor de Ocorrências, nomeadamente aplicação ReportaPorto
<i>Serviço de aplicações de apoio à gestão do tipo cockpit de operação com capacidade de visualização e planeamento de operação</i>	• Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de aplicações e ferramentas do tipo "cockpit" que deem apoio à operação da cidade, nos seus principais verticais, como exemplo, a área da mobilidade, proteção civil e segurança.

EIXO 3 - SERVIÇOS DIGITAIS E APLICAÇÕES PARA PROMOÇÃO DE CONCEITO "CIDADE EM TEMPO REAL" E SUPORTE AO MUNÍCIPE

O eixo de atividade "Serviços Digitais e Aplicações para Promoção do Conceito 'Cidade em Tempo Real' e Suporte ao Município" tem como objetivo principal melhorar a experiência dos cidadãos e turistas no Porto, oferecendo informações em tempo real que facilitam a mobilidade e o acesso a serviços.

A plataforma Explore.Porto é uma peça central deste eixo, utilizando uma rede de beacons distribuídos pela cidade para fornecer informações instantâneas sobre pontos de interesse e mobilidade, como paragens de autocarro. Esta infraestrutura, com cerca de 1000 beacons instalados, permite que cidadãos e visitantes, através dos seus smartphones, explorem a cidade de maneira interativa e eficiente.

Além disso, este eixo contempla o desenvolvimento de serviços de apoio ao município, como o Portal do Município, que centraliza informações e serviços administrativos, e o serviço de Suporte do Cartão Porto, uma plataforma integrada que facilita o acesso a benefícios em áreas como transportes e eventos culturais.

A Plataforma de Repositório e Dados Turísticos (ROPI) é outro elemento importante, oferecendo um repositório oficial de pontos de interesse. A ROPI será continuamente atualizada para garantir a qualidade dos dados disponibilizados, integrando multimédia e APIs abertas, conforme o modelo Smart DataModels, suportando ainda o desenvolvimento de sites de apoio ao turismo.

Este conjunto de ações visa disponibilizar uma plataforma tecnológica aberta e robusta, que oferece informações em tempo real, com especial enfoque na mobilidade e na promoção de um acesso dinâmico e informativo para cidadãos e turistas, reforçando o conceito de "Cidade em Tempo Real".

De forma global o eixo está organizado da seguinte forma:

<i>Atividade</i>	<i>Descrição das tarefas</i>
<i>Plataforma de mobilidade e disponibilização de informação sobre Pontos de Interesse - ROPI</i>	Serviço de monitorização, suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, que inclui a infraestrutura tecnológica e as interfaces de acesso ao serviço.
<i>Plataforma de informação e ativação de sistemas de informação ao cidadão do tipo "beacon" – Explore.Porto</i>	- Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, que inclui a infraestrutura tecnológica e as interfaces de acesso ao serviço; - Desenvolvimento da plataforma Explore.Community, que suportará os desenvolvimentos feitos em colaboração com parceiros internacionais, promovendo assim a sustentabilidade e desenvolvimento aberto da plataforma.
<i>Aplicações de suporte ao município, nomeadamente a plataforma "Cartão Porto."</i>	Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de aplicações de suporte ao município, nomeadamente a plataforma "Cartão Porto.", entre outros.

3.4 – Programa: Infraestrutura Digital e Comunicações

3.4.1 Objetivos Estratégicos

- Desenvolver e suportar a rede de comunicações em fibra ótica, numa lógica de modelo operador de telecomunicações neutro, que contribua para o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações na cidade do Porto e que garanta ainda o suporte às infraestruturas críticas da cidade, como são exemplo o sistema de semaforização, o sistema de vídeo vigilância de gestão de gestão de tráfego, rede de vídeo vigilância da PSP, entre outros sistemas;
- Oferecer uma rede de comunicações e de acesso à Internet que permitam aos cidadãos e visitantes do Porto explorar a cidade de forma imersiva, ligando a cultura, o comércio e a animação, com mais cobertura e velocidade;
- Criar e manter uma infraestrutura de Datacenter em Cloud-Híbrida e num modelo de serviço partilhado, que possa suportar os sistemas internos e externos do município;
- Promover boas práticas de cyber-segurança no nível municipal, melhorando a deteção e resposta aos ataques informáticos em sistemas e infraestruturas digitais complexas;
- Garantir a operação e suporte técnico 24x7 da plataforma e infraestrutura tecnológica.

3.4.2 Plano de Atividades

O plano a desenvolver está organizado em quatro eixos de atividade, descritas de forma detalhada em seguida:

EIXO 1 - COMUNICAÇÕES PARA INFRAESTRUTURAS DA CIDADE E INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS

- Continuar a expansão da rede de comunicações em fibra ótica, numa lógica de modelo operador de telecomunicações neutro, que contribua para o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações na cidade do Porto e que garanta ainda o suporte às infraestruturas críticas da cidade, como são exemplo o sistema de semaforização, o sistema de vídeo vigilância de gestão de gestão de tráfego, rede de vídeo vigilância da PSP e infraestrutura de comunicações para cobertura nos abrigos de transportes públicos.
- Instalação de infraestrutura de fibra ótica e de conectividade Wi-Fi de nova geração para acesso à internet e apoio a atividades de capacitação de populações desfavorecidas para as novas tecnologias e ferramentas digitais.

EIXO 2-WIFI DE PROXIMIDADE DE ACESSO GRATUITO À INTERNET PARA CIDADÃOS E TURISTAS QUE CONTRIBUA PARA A PROMOÇÃO DA MARCA "PORTO."

- Promover urna experiência imersiva e de proximidade na exploração da cidade do Porto através da disponibilização de rede de comunicações e aplicações que potenciem a ligação entre a cultura, comércio, animação, os cidadãos e todos os visitantes da cidade, com uma melhoria na cobertura e velocidade de transmissão;
- Expansão da rede "Porto Free Wi-Fi" no sentido de garantir a disponibilização de acesso à Internet de banda larga a todos os cidadãos e visitantes da cidade num conceito de conectividade de proximidade.

EIXO 3 - PLATAFORMA URBANA E INFRAESTRUTURA PARA GESTÃO INTEGRADA DA CIDADE

- Criação de infraestruturas partilhadas que potenciem o aumento de sinergias entre equipas técnicas do universo municipal, contribuindo para a melhoria dos serviços e aumento da eficiência na utilização de recursos;
- Contribuir para o aumento da infraestrutura de cyber-segurança e de elevada disponibilidade dos sistemas críticos da cidade.

De forma global e com base nos eixos apresentados, o programa está organizado da seguinte forma:

Atividade	Descrição da Atividade
<i>Expansão, gestão e manutenção da rede metropolitana de fibra ótica para suporte a infraestruturas críticas e desenvolvimento do modelo de operador neutro de telecomunicações</i>	• Gestão do Contrato Mandato para expansão da rede de comunicações, rede Wi-Fi e infraestrutura tecnológica de suporte, nomeadamente, coordenação e apoio técnico a todas as tarefas de projeto, gestão de obra e contratação pública; • Suporte ao funcionamento, manutenção preventiva e reativa da infraestrutura de comunicações MPLS e todos os pontos de acesso e agregação, nomeadamente, executando todas as tarefas de monitorização, gestão de alarmística, e gestão de equipas de suporte 24x7; • Gestão modelo de operador neutro e coordenação da atividade dos operadores de telecomunicações na cidade, nomeadamente, através da sensibilização para a boa utilização do espaço público para instalação de infraestruturas de comunicação; • Apoio, desenho, projeto e coordenação técnica de novas construções de infraestrutura do tipo ITUR com base no modelo de operador neutro; • Serviços de transmissão digital e TV para 15 bairros sociais, do qual fazem parte 6000 habitações, nomeadamente, garantindo a transmissão do serviço de TV em canal aberto, serviço Wi-Fi e apoio técnico aos moradores.
<i>Continuar a expansão da rede de comunicações de fibra ótica.</i>	• Expansão da infraestrutura passiva de fibra ótica na componente de distribuição; • Expansão da capacidade de conectividade nos vários POP's (Pontos de Presença) a integração com a infraestrutura MPLS em operação; • Expansão de infraestrutura ativa, nomeadamente da rede de transporte MPLS; • Expansão da rede de acesso de acordo com o planeamento da implementação da rede SCOM (Rede de comunicações de apoio à gestão da mobilidade); • Construção de infraestrutura em modelo multioperador para suportar a instalação da rede de fibra. • Instalação de uma rede de comunicações em fibra ótica e rede de acesso à internet Wi-Fi de nova geração nos 13 bairros de habitação social da freguesia de Campanhã, assim como em outras infraestruturas de interesse público;
<i>Expansão da rede Wi-Fi para suportar o conceito de conectividade imersiva e desenvolvimento da plataforma de promoção da cidade.</i>	• Rede Wi-Fi, que garanta conectividade contínua e de proximidade, procurando garantir o acesso universal a todos os cidadãos e visitantes em espaços públicos; • Plataforma de gestão de informação e conteúdos para comércio local e operadores turísticos.
<i>Desenvolvimento e suporte de serviços digitais partilhados e de cibersegurança.</i>	• Sistema de backup partilhado e aumento da capacidade de computação e armazenamento de dados num modelo de "Cloud híbrida"; • Security Operation Center - A criação e disponibilização de um centro de operação e segurança focado na deteção, análise e resposta a incidentes de cibersegurança, apostando em soluções e ferramentas tecnológicas de deteção de fragilidades da rede e serviços Cloud, assim como definição de protocolos e processos de resposta a incidentes.

4 - Plano Anual de Recursos Humanos

A competitividade no mercado de trabalho é cada vez maior na área das Tecnologias de Informação e Comunicação. A atração e a retenção de talento têm-se revelado bastante desafiantes para as empresas deste ecossistema. Nesse sentido, tem sido preocupação da Porto Digital definir uma estratégia de forma a criar as condições necessárias para manter na sua estrutura os recursos humanos *core* à atividade.

O plano anual de Recursos Humanos para 2025 contempla a **contratação de 2 novos colaboradores**, que visam dar resposta ao aumento de novos projetos, nomeadamente os projetos cofinanciados por fundos europeus e nacionais

O quadro seguinte mostra a estrutura de Recursos Humanos para o ano de 2025:

<u>Quadro de Pessoal</u>	2025
Administração	1
Financeira, Planeamento e Controlo	12
Gestão de Projetos e Parcerias	7
Gestão da Inovação, Experimentação Desenho de Serviço	7
Infraestrutura e Operações	8
Serviços Digitais, Engenharia e Desenvolvimento	7
Soluções e Serviços de Dados	9
Novas contratações	2
TOTAL	53

5 – Plano Anual de Investimento

No ano de 2025, o conjunto de investimentos previsto realizar tem a seguinte repartição:

INVESTIMENTO	2025
Ativos Fixos Tangíveis	65 000 €
Edifícios e outras Construções	15 000 €
Equipamento de informática (Rede WiFi e Rede)	50 000 €
Ativos Intangíveis	2 500 €
Programas de computador	2 500 €
TOTAL	67 500 €

Perfazendo um total de **67,5 mil euros**, o plano de investimentos será assegurado integralmente com recurso a autofinanciamento. No plano anual de investimentos, destaca-se a rubrica do **Equipamento de Informática, que apresenta um peso de cerca de 74%**. Este peso está diretamente relacionado com os pressupostos já mencionados, que visam contribuir para o suporte e manutenção da rede Wi-Fi existente assim como da restante infraestrutura tecnológica.

6 – Orçamento de Exploração para 2025

RUBRICA/ORÇAMENTO	2025
RENDIMENTOS	5 485 206 €
Prestações de serviços	3 990 847 €
Subsídios à exploração	1 494 359 €
GASTOS	5 008 759 €
Fornecimentos e serviços externos	2 929 080 €
Gastos com o pessoal	2 075 554 €
Gastos e perdas de financiamento	4 125 €

Note-se que as rubricas de **rendimentos ascendem a 5,4 milhões de euros**, sendo composta por prestações de serviços onde se incluem as quotas e subsídios à exploração. Por outro lado, as **rubricas de gastos** subdividem-se em fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e gastos de financiamento, somando um **total próximo dos 5 milhões de euros**.

6.1 – Notas Explicativas ao Orçamento

Os valores apresentados para o ano 2025 tiveram por base o orçamento retificado do exercício de 2024, tendo sido estimados o resultado líquido e os saldos do balanço. Do ponto de vista de rendimentos e gastos foram considerados os vários projetos e contratos já assinados, assim como os planeados e os respetivos encargos. Foram, ainda, considerados na preparação das demonstrações financeiras previsionais de 2025 os seguintes pressupostos: a taxa de inflação de 2,1% prevista para 2025, de acordo com o publicado na Proposta do Orçamento de Estado para 2025; os prazos médios de pagamentos e recebimentos de 60 dias; a taxa de juro de 2,75%.

O orçamento de 2025 da Porto Digital reflete o aumento de projetos cofinanciados e os contratos com o Município do Porto, que implicam mais prestações de serviços e mais gastos com fornecedores externos. Na componente de gastos é de salientar que a execução do contrato de Gestão de Empreendimentos (contrato mandato) representa um aumento significativo na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos pois a execução deste contrato tem por base um mecanismo de refaturação da despesa efetuada.

6.1.1 – Rendimentos Previsionais

A estrutura de rendimentos da Porto Digital para o ano de 2025 é a seguinte:

RENDIMENTOS TOTAIS	2025
1. Prestação de Serviços	3 990 847 €
1.1. Quotas	135 000 €
1.2. Fibra Ótica	816 355 €
1.3. Plataforma Urbana	380 933 €
1.4. WiFi	274 148 €
1.5. Inovação e Experimentação	528 986 €
1.6. Projetos e Serviços	1 855 426 €
2. Subsídios à Exploração	1 494 359 €
2.1. Projetos Financiados (aprovados e em execução)	1 494 359 €
TOTAL	5 485 206 €

Como se pode observar na tabela, os rendimentos são provenientes da prestação de serviços e subsídios à exploração. Por um lado, a **prestação de serviços**, que apresenta um maior peso, é composta pelas quotas dos associados e pelos serviços prestados no âmbito das diversas **áreas de atividade da Porto Digital**, nomeadamente fibra ótica, plataforma urbana, Wi-Fi e gestão de inovação e experimentação. Por outro lado, os **subsídios à exploração** são relativos às participações financeiras dos projetos CommuniCity, ASCEND, BeOpen, Gemini, Wake up!, IDEA.eu e os PRR's ATT, BE.Neutral, Route25, Baixa Digital e Bombarda Digital.

6.1.2 – Fornecimentos e Serviços Externos Previsionais

A estrutura de fornecimentos e serviços externos da Porto Digital para o ano de 2025 é a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2025
1. Subcontratos	1 472 430 €
2. Trabalhos especializados	1 167 040 €
3. Publicidade e propaganda	12 000 €
4. Honorários	5 250 €
5. Conservação e reparação de equipamento	1 742 €
6. Serviços bancários	3 607 €
7. Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	690 €
8. Livros e documentação técnica - aplicações de informática	22 319 €
9. Material de escritório	12 351 €
10. Eletricidade	3 079 €
11. Deslocações, estadas e transportes	62 901 €
12. Rendas e alugueres	58 056 €
13. Comunicação	78 159 €
14. Seguros	5 930 €
15. Contencioso e notariado	1 000 €
16. Limpeza, higiene e conforto	2 500 €
17. Outros fornecimentos e serviços	20 027 €
TOTAL	2 929 080 €

Os fornecimentos e serviços externos (FSE) ascendem a cerca de 2,9 milhões de euros, aproximadamente. Das rubricas que os compõem, importa destacar na rubrica subcontratos a refaturação ao Município do Porto no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos, que representam cerca de 50% do valor total da rubrica. Note-se, ainda, os Trabalhos Especializados no valor de cerca de 1,2 milhões de euros que se relacionam com o desenvolvimento da atividade da Porto Digital nas diversas áreas de redes de infraestruturas e telecomunicações, plataforma urbana e inovação e experimentação.

6.1.3 – Gastos com Pessoal Previsionais

A estrutura de Gastos com Pessoal da Porto Digital para o ano de 2025 é a seguinte:

GASTOS COM PESSOAL		2025
RUBRICA		
Remunerações		1 996 708 €
Órgãos Sociais		60 318 €
Pessoal		1 501 185 €
Encargos s/ remunerações		348 215 €
Seguros Acidentes Trabalho		7 410 €
Gastos de ação social		79 580 €
Outros gastos c/ pessoal		78 846 €
Plano de Saúde		28 846 €
Formação		50 000 €
TOTAL		2 075 554 €

Os Gastos com Pessoal previstos para o ano de 2025 ascendem a **2 milhões de euros** impulsionados pelos diversos projetos financiados em que estamos envolvidos. Este valor está devidamente alinhado com o **plano de expansão** mencionado no ponto Plano de Recursos Humanos.

6.1.4 – Gastos com Amortizações e Depreciações

As taxas de amortização e depreciação utilizadas são as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Redes aéreas, suportes e cabos subterrâneos	20 anos	5.00%
Instalações de água, eletricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas	10 anos	10.00%
Telecomunicações	7 anos	14.28%
Wi-Fi	5 anos	20.00%
Aparelhagem, máquinas eletrónicas e de reprodução de som	5 anos	20.00%
Computadores	3 e 5 anos	33,33% e 20,00%
Aparelhos telemóveis	5 anos	20.00%
Mobiliário	8 anos	12.50%
Projetos de desenvolvimento	10 anos	10.00%
Programas de computador	3 anos	33,33%

Como se observa na Demonstração de Resultados por Natureza Previsional, os Gastos de Depreciação e Amortização ascendem a cerca **424 mil euros**, compreendendo ativo das diversas categorias mencionadas acima.

6.1.5 – Gastos de Financiamento

RUBRICA	2025
Juros e gastos similares suportados	4 125 €

A rubrica de Gastos de Financiamento previstos para 2025 ascende a um total próximo dos **4,1 mil euros**, tendo por base **juros suportados** decorrentes de necessidades de financiamento externo da Porto Digital, como forma de apoio à tesouraria.

6.1.6 – Imposto sobre o Rendimento

A Associação Porto Digital é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, tendo-lhe sido atribuída uma isenção definitiva a título de IRC.

7 – Demonstrações Financeiras Previsionais para 2025

As demonstrações financeiras utilizadas para a apresentação dos instrumentos de Gestão Previsional do ano 2025, foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, Avisos e Portarias conforme o disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas em 2015. As demonstrações financeiras incorporadas nos Instrumentos de Gestão Previsional foram preparadas de acordo com pressupostos do regime de acréscimo e da continuidade.

7.1 - Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional

A Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional para o ano de 2025 é a seguinte:

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025
Vendas e serviços prestados	6.1.1	3 990 847 €
Subsídios à exploração	6.1.1	1 494 359 €
Fornecimentos e serviços externos	6.1.2	-2 929 080 €
Gastos com pessoal	6.1.3	-2 075 554 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		480 572 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6.1.4	-423 801 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56 771 €
Juros e gastos similares suportados	6.1.5	-4 125 €
Resultado Antes de Impostos		52 646 €
Impostos sobre o rendimento do período	6.1.6	-
Resultado Líquido do período		52 646 €

7.2 - Balanço Previsional

O Balanço Previsional para o ano de 2025 é a seguinte:

RUBRICAS	31/12/2025
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	2 171 800 €
Ativos intangíveis	872 701 €
Outros investimentos financeiros	2 303 €
subtotal	3 046 804 €
Ativo corrente	
Clientes	677 029 €
Outros créditos a receber	1 892 052 €
Caixa e depósitos bancários	95 985 €
subtotal	2 665 136 €
total do ativo	5 711 940 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Fundo subscrito	2 355 000 €
Outras reservas	15 696 €
Resultados transitados	-53 423 €
Excedentes de revalorização	1 467 213 €
Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	50 804 €
subtotal	3 835 290 €
Resultado líquido do exercício	52 646 €
total do capital próprio	3 887 937 €
Passivo	
Passivo não corrente	
Passivo corrente	
Fornecedores	299 483 €
Estado e outros entes Públicos	143 357 €
Financiamentos obtidos	0 €
Outras dívidas a pagar	537 992 €
Diferimentos	843 172 €
subtotal	1 824 004 €
total do passivo	1 824 004 €
total do capital próprio e do passivo	5 711 940 €

8 – Equilíbrio Económico-Financeiro

No ano de 2025, está previsto que o Volume de Negócios seja cerca de 4 milhões de euros, ao qual se somam 1,5 milhões de euros de subsídios à exploração, resultado dos vários projetos cofinanciados. Do ponto de vista de Outros Rendimentos e Gastos Operacionais, o valor planeado é de 3 milhões e 500 mil euros, onde se juntam os Gastos de Amortização e Depreciação e os Gastos de Financiamento, no valor de 428 mil euros. Assim, o cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional irá gerar **resultados positivos no montante superior a 52 mil euros**.

RESULTADO DAS OPERAÇÕES	2025
Volume de negócios	3 990 847 €
Outros rendimentos e gastos operacionais	-3 510 275 €
resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	480 572 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-423 801 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-
resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	56 771 €
resultados financeiros (RF)	-4 125 €
resultado antes de imposto (RAI)	52 646 €
Impostos sobre o rendimento do período	-
resultado líquido do exercício (RLE)	52 646 €

Em conclusão, apresentam-se em seguida **indicadores**, que refletem o equilíbrio económico-financeiro da Porto Digital:

INDICADORES	2025
Autonomia Financeira	68,07%
Solvabilidade	213,15%
Endividamento	31,93%
Vendas e prestações serviços/Capital Próprio	102,65%
Passivo/Capital Próprio	46,91%
Liquidez Geral	1,46
Valor Acrescentado Bruto	2 618 278 €
Rentabilidade do Capital Próprio	1,35%

Porto, 17 de outubro de 2024

O Conselho de Administração,

Anexo 1 - Parecer do Conselho Fiscal

Handwritten signature and initials in blue ink.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2025

Introdução

Conforme solicitado pelo Conselho de Administração da Associação Porto Digital (a Entidade), o Conselho Fiscal procedeu ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da Entidade, relativos ao período 2025, aprovado em Conselho de Administração de 17 de outubro de 2024, que compreendem, entre outros, uma descrição da atividade, o plano anual de atividades e de investimento e as demonstrações financeiras previsionais para o mencionado período.

O balanço previsional para 2025 evidencia um total de 5 711 940 euros e um capital próprio de 3 887 937 euros, incluindo um resultado líquido previsional do período de 52 646 euros.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, assim como a conformidade com os estatutos e legislação em vigor, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança minimamente satisfatória no referente à informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos quanto à isenção de distorções materialmente relevantes.



Parecer

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança minimamente satisfatória, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Sem afetar o parecer expresso no parágrafo seguinte, chamamos a atenção para o facto de o modelo de projecções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2025, ter como ano base das previsões financeiras o exercício de 2024. A sua construção exigiu estimar o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2024. Consequentemente, o resultado líquido estará sujeito a alterações, bem como serão diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço considerados e os saldos finais apurados.

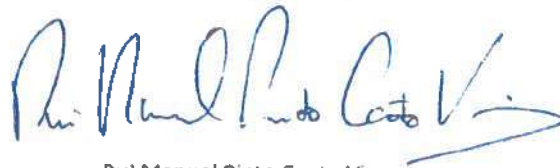
Considerando os elementos disponibilizados pelo Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de parecer que se encontram reunidas as condições para emitir parecer favorável à aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional da Associação Porto Digital.

ASSOCIAÇÃO

PORTO DIGITAL

Porto, 23 de outubro de 2024

O CONSELHO FISCAL



Rui Manuel Pinto Couto Viana

(Presidente)



João Carlos Ribeiro

(Vogal)



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

(Vogal e Revisora Oficial de Contas)

2025-2029
RELATÓRIO DE
INSTRUMENTOS DE
GESTÃO PROVISIONAL

Pág. 3

Preâmbulo

Pág. 4

I – Normas de Execução Orçamental

Pág. 9

II – Planos Anuais e Plurianuais

Pág. 10

A – Enquadramento

B – Plano de Atividades Anual e Plurianual

C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual

D – Plano Financeiro Anual e Plurianual

E – Demonstrações Previsionais [NPC 26]

Pág. 32

III – Demonstrações Financeiras Previsionais

Pág. 33

A – Notas Explicativas ao Orçamento para o Período 2025 – 2029 e Pressupostos

B – Orçamento de Exploração

C – Orçamento de Tesouraria

D – Balanço Previsional

Pág. 56

IV – Equilíbrio Económico-Financeiro

Pág. 60

O Conselho de Administração

Pág. 61

ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2025 - 2029

Pág. 67

ANEXO II – Parecer do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único



Preâmbulo

Nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos da alínea b), do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da empresa, a empresa municipal “Gestão e Obras do Porto”, adiante designada apenas de “GO Porto”, vem por este meio apresentar para aprovação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2025 - 2029.

No âmbito do referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, completa e atempadamente, elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tais como, projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais, projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais, planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, documento de prestação anual de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental e as demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da empresa local e da sua atividade.

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos estatutos da empresa, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, concretamente, no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j)), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento, fazendo parte integrante do mesmo.

M=

lt.

GA

Normas de Execução Orçamental

No âmbito das atividades operacionais de gestão de obra e de gestão e exploração de infraestruturas e imóveis, desenvolvidas pela GO Porto através das atribuições firmadas com o Município do Porto, torna-se necessário estabelecer um conjunto de regras e princípios definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das suas atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável. É ao abrigo destes princípios que se enquadram os artigos seguintes:

Artigo 1.º

Definição e objeto

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes das redações atuais do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, constituindo estes diplomas legais, o quadro normativo aplicável à execução do IGP 2025 - 2029, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

2. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, e tendo presente que, por parte da APCER, o procedimento de certificação ao abrigo da Qualidade e a

concessão da certificação no âmbito do Ambiente, da Saúde e Segurança no Trabalho e da Responsabilidade Social, ficou aprovado a 3 de outubro 2024, são também aplicáveis à execução dos IGP, as disposições constantes do Manual do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e os seus processos e procedimentos.

Artigo 2.º

Execução orçamental

1. O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas receitas que sejam legais, tenham sido objeto de correta inscrição orçamental, estejam classificadas e haja o cumprimento do princípio da segregação de funções.

2. O ciclo orçamental da despesa deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a montante até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação. Os limites definidos devem ser

aferidos por transação ou evento e segundo as classificações orçamentais vigentes. Nenhuma despesa pode ser autorizada que não respeite:

- a) A legalidade da despesa/conformidade legal no que respeita à natureza do encargo a incorrer;
- b) A legalidade do facto gerador da obrigação, nomeadamente o cumprimento do Código dos Contratos Públicos;
- c) O cumprimento do princípio da segregação de funções;
- d) A regularidade financeira;
- e) A economia, eficiência e eficácia da despesa.

3. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

4. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos nos anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;

c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos contratualizados para 2024 e para os anos futuros.

Artigo 3.º

Modificações ao IGP

Esta empresa municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas, reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação dos objetivos estabelecidos pelo Município do Porto, nos seus contratos com a empresa municipal (Contrato de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa), com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito das regras orçamentais previstas em sede do normativo do SNC-AP.

Artigo 4.º

Gestão de Ativos da Empresa Municipal

1. A Gestão do Património da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do referido Sistema de Gestão Integrado da empresa.

2. As aquisições de ativos efetuam-se de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Conselho de Administração, através de proposta de aquisição por parte dos serviços.

Normas de Execução Orçamental

7

Artigo 5.º

Gestão de stocks

1. A Gestão de Stocks da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do referido Sistema de Gestão Integrado da empresa.

2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.

3. A proposta de abate de artigos em stock carece de proposta do dirigente máximo responsável pela unidade orgânica ao qual esteja afeto o armazém a ser submetida ao Conselho de Administração.

Artigo 6.º

Assunção de compromissos plurianuais

1. Fica autorizada pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na Lei e nos presentes IGP, e que resultem de projetos ou atividades constantes na Demonstração Previsional de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual do Plano Plurianual de Investimento. Fica, igualmente, autorizada a proceder à redistribuição e reclassificação das verbas dentro dos valores de despesa previstos no presente documento dentro de cada orçamento (estrutura – Contrato Programa) e Obra (Contrato de Gestão de Empreendimentos) desde que não implique aumento de despesa aprovada.

2. Excetuam-se do disposto no número anterior, os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa e que não esteja ao abrigo do Contrato de Gestão de Empreendimentos, uma vez que, qualquer aumento de despesa neste último tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal.

Artigo 7.º

Fundos disponíveis - Utilização do saldo de gerência anterior e aumento temporário dos fundos disponíveis

1. Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de 2024, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de 2025, e consequente reforço do valor anual de orçamento de receita deste ano.

2. Considera-se autorizado, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), o aumento temporário dos fundos disponíveis pela antecipação das receitas provenientes da execução dos Contratos de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa, celebrados com o Município do Porto, em vigor para o ano de 2025, com recurso a montantes a cobrar e a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso, nos termos do n.º 2, do artigo 6.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho.

M
lt
on

Artigo 8.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na legislação em vigor e nas presentes IGP, as seguintes despesas: a) Vencimentos e salários; b) Subsídio familiar a crianças e jovens; c) Gratificações, pensões de aposentação e outras; d) Encargos de empréstimos; e) Rendas; f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes; g) Água, energia elétrica, gás; h) Comunicações telefónicas e postais; i) Prémios de seguros; j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais; k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional e publicações de anúncios no Diário da República; l) Emolumentos do Tribunal de Contas; m) Encargos de natureza judicial de tramitação processual corrente; n) Encargos de instituições bancárias.

2. Consideram-se, igualmente, autorizados os pagamentos às diversas entidades por caixa, desde que estejam em conformidade as disposições previstas nos processos e procedimentos do Sistema de Gestão Integrado da empresa.

Por fim, e como notas prévias finais ao presente documento IGP 2025 - 2029, deve referir-se que:

- a) As demonstrações financeiras da GO Porto estão preparadas de acordo com o referencial contabilístico do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- b) Todos os montantes inscritos neste documento estão expressos em Euro.



† Legenda Mercado do Bolhão – Tertúlia Porto Editora

Planos Anuais e Plurianuais

A - Enquadramento

Criada a 9 de agosto de 2000, a GO Porto é uma empresa municipal local de promoção do desenvolvimento regional, e detida a 100% pelo Município do Porto, com o objetivo do exercício da atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas.

Tendo completado, recentemente, 24 anos de existência, pode considerar-se que, entre as principais alterações ocorridas nos Estatutos da GO Porto, merece destaque a verificada em finais de 2016, quando, por decisão do Município do Porto, a empresa viu o seu perímetro de atuação alargado à gestão, exploração e rentabilização do património não habitacional, das infraestruturas urbanísticas do Município do Porto e dos equipamentos cuja gestão lhe seja delegada, quer sejam da propriedade do Município, quer para as entidades por ele detidas ou para terceiros, conferindo a esta empresa municipal uma estrutura funcional comprometida com a gestão integral do ciclo de vida dos empreendimentos, conforme se demonstra no quadro síntese seguinte:

Ciclo de Vida dos Empreendimentos

Etapa e Denom.	Até 2016	A partir de 2017
1. Avaliação ex-ante da necessidade	CMP/GOP	GO Porto
2. Elaboração de projetos e colaboração na obtenção de fundos	CMP/GOP	GO Porto
3. Procedimentos de formação de contratos	GO Porto	GO Porto
4. Celebração de contratos e assunção de compromissos	GO Porto	GO Porto
5. Execução e gestão do contrato até à sua recepção	GO Porto	GO Porto
6. Manutenção e exploração de empreendimentos delegados	CMP	GO Porto

Prosseguindo, em 2025, com a sua atividade de promoção do desenvolvimento local e regional, e para efeito do desempenho da sua Missão centrada no objetivo de *“prestar um serviço de excelência no segmento das obras e da gestão e exploração das infraestruturas e equipamentos que lhe sejam atribuídos pelo Município do Porto, ou por terceiros, alicerçada no conhecimento técnico, na inovação, no controlo de prazos e na racionalização de custos”*, a GO Porto vem convocando a mobilização de recursos humanos, materiais e tecnológicos adicionais e especializados, o que ainda vem representando uma evolução, em alta, dos seus custos de estrutura, face aos valores historicamente incorridos até ao exercício de 2016, porém, imprescindíveis por forma a assegurar um desempenho exímio das responsabilidades e compromissos legais da organização e, igualmente, defesa e salvaguarda dos seus direitos.

Para o efeito, a atividade da GO Porto assenta em adjudicações de serviços por intermédio, tendo por base legais, por um lado, um Contrato Mandato, designado de CGE Contrato de Gestão de Empreendimentos, atualmente em vigor para o triénio 2023 - 2025 (1.º aditamento), reiterando o típico processo de ligação institucional que vem, desde a sua fundação, a manter com o Município do Porto e, por outro lado, um Contrato-Programa (CP), firmado entre o Município do Porto e a GO Porto para o triénio 2024-2026, no qual, constam a missão, as obrigações e as responsabilidades desta empresa municipal, orientada para a consecução dos objetivos, políticas e estratégias nele indicados.

Neste sentido, e face ao nível, atual e futuro, das atividades operacionais das áreas de gestão de empreendimentos (obras), da gestão e exploração (imóveis) e,

Planos Anuais e Plurianuais

11

também, da estrutura comum, a GO Porto pretende, após a aprovação dos IGP 2025 – 2029 por parte do Município do Porto, submeter à aprovação, igualmente, das seguintes propostas, devidamente enquadradas com os referidos instrumentos:

1. Proposta de 2.º aditamento ao CGE 2023 – 2025, que, para o exercício económico de 2025, fixará o montante de investimentos de €41.475.000,00, conforme referido no Anexo I “Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2025 – 2029” do presente documento;

2. Proposta de 1.º aditamento ao CP 2024 – 2026, que, para o exercício económico de 2025, fixará o montante de subsídio à estrutura de €4.825.000,00, conforme referido no quadro “Agregados Económico-Financeiro” do Ponto D – Plano Financeiro Anual e Plurianual, do presente capítulo.

Tendo presente a importância do objeto social da GO Porto no universo municipal, esta empresa municipal dará continuidade à sua estratégia de reforçar a colaboração com as diversas estruturas orgânicas da Câmara Municipal do Porto que tutelam os empreendimentos em curso, bem como e, de igual forma, com as demais entidades participadas pelo Município.

Internamente, e tendo por referência a área de Sistemas de Informação, estima-se que o primeiro ano de ano fique marcado pelos procedimentos seguintes:

- No âmbito do projeto de Cibersegurança em curso, orientado pelo Município do Porto (MP) e pela Associação Porto Digital (APD), a GO Porto adquiriu, em 2024, uma solução de Endpoint, Detetion & Response (EDR), capaz de detetar e mitigar incidentes de segurança. Em complemento a este processo, está em curso a adjudicação de um serviço de consultoria relacionado com a Cibersegurança, acrescido do tema Privacy (RGPD) e do serviço de SOC (monitorização e resposta a incidentes), pelo período de 12 meses, ocupando praticamente todo o ano de 2025. Este conjunto de serviços, contempla um valor aproximado, em 2025, de 60 mil euros na rubrica de fornecimentos e serviços externos;

- Implementação de dois novos Softwares de Gestão de Ativos (Manutenção e Exploração), com vista a dotar a Direção de Gestão de Exploração da GO Porto de novas ferramentas que permitam uma gestão mais eficaz dos Edifícios (Ativos) sob a nossa gestão, sendo o Mercado do Bolhão e a sede de empresa, exemplos disso. Está previsto que o investimento nestas duas ferramentas, possa representar um valor aproximado de 135 mil euros, com uma grande parte refletida, em 2025, de aproximadamente, 100 mil euros na rubrica de investimentos intangíveis;

- Com a migração da infraestrutura de virtualização do nosso Cluster para o Cluster da APD, realizado em meados de 2024 - o que veio a permitir a empresa abdicar da necessidade de reformulação da sua infraestrutura de virtualização, que já se encontrava na sua capacidade máxima de expansão -, o processo de backups e escalonamento de recursos tornou-se mais prático, sendo gerido num formato deslocalizado no datacenter da APD.

M
H
CAI

Para este tipo de serviço externo, em 2025, está contemplado um valor de 20 mil euros anuais;

- Continuidade de implementação de vários dashboards na solução PowerBI, no seguimento dos desenvolvimentos que estão em curso no corrente exercício de 2024, ao nível dos dashboards de controlo do CGE, que permitirá à GO Porto analisar, acompanhar, avaliar e tomar decisões dos vários Empreendimentos, tendo em conta os prazos que foram previamente planeados versus os realizados, sempre com dados oriundos do ERP GIAF e do Int'Graal. Em paralelo, foram já iniciados desenvolvimentos no sentido de construção de outros dashboards para controlo de execução orçamental dos orçamentos de estrutura e de exploração. Para esta aplicação, o gasto anual previsto, em 2025, rondará 15 mil euros. Em conjunto com contratações diversas de i) bolsas de horas para prestação de serviços de desenvolvimento à medida de software (Int'Graal, ERP, Gestão de Pessoas, etc.), perfazendo um total previsto, em 2025, de 39 mil euros, ii) suporte à infraestrutura de Networking e contrato de manutenção de bases de dados Oracle e SQL Server (25 mil euros).

Há mais de 20 anos certificada ao abrigo da norma da Qualidade ISO 9001:2015, e conforme referido no Capítulo I "Normas de Execução Orçamental", acrescenta-se que a GO Porto obteve, com sucesso, no passado dia 3 de outubro de 2024, a concessão da Certificação, por parte da APCER, ao abrigo das normas do Ambiente (NP EN ISO 14001:2015), da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001:2019) e da Responsabilidade Social (NP 4469:2019), o que vem reforçar o compromisso desta empresa municipal no desenvolvimento de uma estrutura orgânica projetada para o futuro, assente em

competências avançadas, quer ao nível da engenharia civil, quer da gestão e exploração de imóveis e infraestruturas, no sentido de poder responder, eficaz e adequadamente, às necessidades impostas pela operacionalização integral dos empreendimentos que gere.

Desta forma, toda a estrutura de processos foi revista de maneira a garantir que os requisitos das diferentes normas sejam cumpridos e assegurados em todas as atividades operacionais desenvolvidas na empresa. Avaliou-se, com sucesso, que o desempenho do sistema de gestão da GO Porto já assegura a melhoria contínua e o cumprimento continuado dos requisitos da norma de referência, incluindo o planeamento e execução das auditorias internas e revisão pela gestão, mantendo-se operacional, conforme e relevante face à política e objetivos da organização.

Por fim, e no que ao rigor na solvabilidade diz respeito, o Município do Porto, enquanto único acionista e principal cliente da empresa, é determinante na definição da capacidade da GO Porto de conseguir cumprir os seus deveres de tesouraria face a terceiros. Em contrapartida, e nos termos de um contrato programa firmado entre as partes, compete à GO Porto exigir aos fornecedores o cumprimento rigoroso dos prazos, custos e qualidade de execução contratualizados, vetor fundamental para a obtenção dos resultados pretendidos, dando assim cumprimento às obrigações assumidas com o Município do Porto. Para o efeito, a empresa continuará a manter uma gestão precisa de tesouraria, assente num procedimento estratégico, contínuo e rigoroso, de controlo e monitorização dos compromissos assumidos pela empresa.

B – Plano de Atividades Anual e Plurianual

B.1. CONTRATO DE EXPLORAÇÃO

No âmbito dos IGP 2025 – 2029, a atividade operacional da área de Gestão e Exploração está prevista desenvolver-se centrada, fundamentalmente, na prossecução da gestão do Mercado do Bolhão, presentemente, nos termos do Contrato Programa 2024 – 2026, onde se encontram confirmadas as delegações de gestão atribuídas pelo Município do Porto, ao nível da exploração e da rentabilização dos imóveis e infraestruturas seguintes:

1. Mercado do Bolhão (MB):

Decorridos os primeiros dois anos de reabertura do Bolhão, integralmente modernizado e restaurado, o investimento efetuado pelo Município do Porto revela-se um sucesso, na medida em que o edifício já recebeu mais de 11 milhões de visitas, o que vem consolidar o seu estatuto de património material e imaterial de excelência, gerido pela mão da GO Porto, e que importa visitar a quem se desloca à cidade e a quem nela reside. Neste momento, a GO Porto encontra-se dedicada a realizar a revisão do Regulamento do Mercado do Bolhão, na medida em que este documento foi elaborado bastante antes da sua abertura, com base na experiência tida nas instalações do Mercado Temporário do Bolhão nas instalações do Centro Comercial La Vie, na cidade do Porto. Após esta necessária revisão, cujo procedimento é complexo e longo, do qual se esperam resultados práticos durante o primeiro trimestre de 2025, a GO Porto

pretende abrir Hastas Públicas para os espaços atualmente vagos, duas lojas e duas bancas. À data do presente relatório, a taxa de ocupação situa-se nos 97%, estando em perfeita laboração operacional, 84% das lojas, 70% dos restaurantes e 98% das bancas.

No que se refere à gestão orçamental do MB, grande parte da dotação orçamental prevista destina-se às prestações de serviço necessárias ao bom funcionamento do equipamento, nomeadamente, as equipas do Balcão de Informações, da limpeza, da desinfestação, da gestão de resíduos, da vigilância, da manutenção e da Fiscalização. Esta globalidade de serviços representa aquilo que é o Facility Management do imóvel e que, anualmente, e tendo em consideração os aumentos do Índice de Preços do Consumidor e do Salário Mínimo Nacional, ascenderá a mais de um milhão e meio de euros.

Para um maior conhecimento de quem nos visita e a correta consolidação da estratégia de promoção e comunicação que promova o posicionamento que se deseja para este equipamento, prevê-se a continuidade de uma série de gastos relacionados com a promoção institucional e comercial do Mercado do Bolhão. Em 2025, e no que diz respeito aos encargos de promoção institucional sob coordenação do Gabinete de Comunicação e Promoção, pretende-se trabalhar os eixos estratégicos identificados como se segue:

1.1 Estratégia Geral:

Para o terceiro ano de funcionamento do Bolhão, pretende-se consolidar os eixos estratégicos de gestão que passam por uma comunicação sempre próxima com o

nossos comerciantes e visitantes, razão pela qual estamos a aprimorar por um lado o Regulamento, as Normas e outras novas formas de comunicar, e por outro lado a perspetivar melhorar a sinalética para o visitante.

Estamos focados em viabilizar para 2025 uma maior integração dos inquilinos das lojas exteriores. Para que tal aconteça, teremos de trabalhar em equipa para procurar soluções na medida em que, desde a conceção do projeto de reabilitação do Mercado, estas unidades sempre foram vistas como simples arrendamentos de espaços (lojas de rua), com as suas regras próprias e bastante desintegradas do que constituem as normas e Regulamento do Mercado, pelo que, neste momento, dado o enquadramento fiscal realizado, estamos, ainda, impedidos de prestar quaisquer serviços de *facilities* ou promoção.

Continuaremos a trabalhar de perto com os Restaurantes no sentido de conseguir colocá-los na rota das melhores opções gastronómicas da cidade, não só pela qualidade e inovação dos novos, como também pela qualidade e tradição dos históricos, e ainda pelo maravilhoso contexto patrimonial em que estão inseridos, razão pela qual se irá manter e melhorar a estratégia a de captação e retenção de públicos noturnos para a restauração.

É o estudo dos comportamentos públicos que nos visitam, a realizar à porta do Mercado em 2025, que nos dará informação útil sobre como encontrar um novo equilíbrio entre o património existente e a tradição de um mercado de frescos, com os novos comportamentos, que organicamente, os novos públicos trouxeram para o Mercado do Bolhão. Qual a maior motivação para a visita? Como podemos ajustar a nossa estratégia de forma a atrair clientes ao Mercado de Frescos sem impedir os novos consumos? Este é o maior desafio do projeto no momento atual, face ao desenvolvimento de produtos

que os nossos comerciantes desejam empreender e as limitações atuais previstas no Regulamento que pretendem manter a tradição. Estamos num momento de equilibrar o paradoxo da reabilitação do património material poder promover uma perda no património imaterial, sob pena de se necessitar ajustar o uso do Mercado. Estamos a desenhar estratégias para 2025, não que impeçam, mas limitem os novos usos, de forma a permitir a coexistência da contemporaneidade e da tradição.

Para 2025, prevêem-se alguns ajustes à estratégia de comunicação do Mercado do Bolhão com vista à consolidação de *golden moments*, designadamente o S. João, Aniversário da reabertura e Natal, e à aposta na criação de rotinas. O estudo do perfil do público e de índices de satisfação (internos e externos) será também um dos focos maiores do plano estratégico.

Pretende-se estabelecer um foco reforçado em marketing de conteúdo, possibilitando a disseminação de informação relacionada com os eixos estratégicos, sem perder o ponto de vista agroalimentar e da gastronomia, de forma mais eficiente e original, enquanto permitirá envolver (ainda) mais os comerciantes, e os públicos e novos públicos relevantes para a atividade do Mercado.

1.2. Estratégia de Comunicação e Eventos:

A Estratégia de Comunicação e Promoção para o Bolhão está organizada em 4 eixos, conforme se descreve: i) Eixo Agroalimentar, ao nível de eventos direcionados à valorização da área alimentar e gastronómica de produtos: Chef à Moda do Bolhão, showcookings e workshops, Feiras Temáticas, outros; ii) Ativações de Marca, enquanto atividades realizadas por entidades externas com pretensões comerciais, tais como, sessões fotográficas, ações promocionais de marcas, etc.; iii)

Programas Especiais, dedicados à vertente de responsabilidade social com vista a promover a literacia na alimentação e na saúde, de onde surge o programa “Dias de Saúde no Bolhão” (De Manhã Começa o Dia, Projeto NABO e Bolhão + Saudável); e iv) Artes e Entretenimento, com diversas atividades culturais, artes e animação, idealmente ligados à sua natureza agroalimentar, tais como, exemplos: ciclo de música “Há Fado no Mercado”, tertúlias literárias, concertos musicais, artes performativas, exposições artísticas, outros.

Neste sentido, para 2025, a Gestão e Exploração, em parceria com o Gabinete de Comunicação e Promoção, prevê manter este alinhamento de atuação através de ações, tais como:

- Consolidar momentos de excelência no Mercado, designadamente aqueles que o permitem posicionar como “estrela” na cidade - São João, Aniversário da Reabertura, Natal – através de programação e campanhas especiais e dedicadas;
- Consolidar e desenvolver novas parcerias, que permitam incrementar a oferta na estratégia de comunicação e de promoção do mercado, particularmente no que concerne aos eixos do agroalimentares e dos programas especiais, através de sinergias *win-win*;
- Desenvolver comunicação específica para restaurantes de forma a estimular a presença de clientes no horário noturno;
- Desenvolver atividades no exterior do mercado em articulação com o município do porto (exemplos: ações na rua de Alexandre Braga);
- Consolidar e desenvolver o eixo das artes e entretenimento, nomeadamente através do reforço da animação e ações artísticas na Galeria, como serão exemplos: exposições fotográficas, disponibilização de piano

comunitário, manutenção do ciclo de Fados, realização de tertúlias literárias, outros;

- De forma a reforçar o encontro do lazer com o património e a valorização do Mercado do Bolhão enquanto espaço classificado, pretende-se reforçar a comunicação e as ações de ativação das visitas guiadas e técnicas ao Bolhão;
- Demonstrando total compromisso com a Sustentabilidade do negócio dos nossos comerciantes e reforçando a aproximação do Mercado ao cliente profissional, lançaremos, em 2025, o programa Selo do Bolhão que visa entregar vantagens a empresas que se abasteçam no Mercado, nomeadamente o acesso exclusivo à cave logística para facilitar a sua operação;
- Pretende-se criar uma plataforma de envolvimento da comunidade com a marca e o projeto Mercado do Bolhão, designadamente uma aplicação móvel, que servirá de retrato à oferta do Mercado, prestará informações úteis para a visita ao espaço e oferecerá funcionalidades úteis ao visitante no momento da compra, como listas de produtos e receitas;
- Pretende-se também dar continuidade às ativações de marca pela cidade, particularmente no festival Porto Primavera Sound, no sentido de levar o Mercado à rua e captar a atenção e o interesse, em particular, dos novos públicos;
- Em 2025, pretende-se realizar estudos de mercado/público e de satisfação interna e externa.

Já os objetivos específicos serão:

- Consolidar momentos-chave na atividade do Mercado, potenciando a sua notoriedade e posicionamento de forma orgânica, autêntica e atrativa;
- Promover a marca Bolhão como capaz de fundir a identidade da cidade e do mercado, com a capacidade de

M

lt
om

comunicar as diversas dimensões do Mercado, assinalando o marco da sua reabertura;

- Promover a notoriedade do Mercado, atingindo novos públicos, através de novos suportes de comunicação e media e da realização de estudos de Mercado;
- Comunicar o espaço como uma marca identitária e de tradição, mas com oferta renovada;
- Criar e gerir novos canais de comunicação, tais como a aplicação móvel, permitindo introduzir inovação e interatividade na relação com os diferentes públicos;
- Reforço na aposta em marketing de conteúdo e criação de conteúdos de valor real, nomeadamente através do video, um formato fortemente valorizado pelo algoritmo das redes sociais, permitindo manter uma relação estreita junto dos públicos e novos públicos do Mercado, enquanto se promove informação, serviços, comerciantes, inquilinos e contextos pertinentes para a marca e para o serviço do Bolhão;
- Aposta contínua nas redes sociais, assumindo o Facebook e Instagram para um público mais transversal e o LinkedIn para promover o espaço a pensar sobretudo no público profissional e potenciais clientes na ótica de ocupação de espaços, especialmente temporários. Esta aposta estende-se ao Google My Business e crescerá sempre a par das novas tendências do digital;
- Conceção e implementação de um plano de ações de fidelização e de brand equity que reforce os laços junto dos diferentes clientes e utilizadores do Mercado, aumentando o sentimento de pertença e reforçando o potencial de negócio dos comerciantes;
- Definir uma programação de eventos e ações promocionais, ajustada ao objeto do Mercado, onde será possível criar parcerias, disponibilizar produtos e serviços complementares à oferta existente no Mercado, e proporcionar momentos lúdicos, assinalando efemérides e épocas festivas, por exemplo;

- Estreita articulação com o universo municipal, procurando tirar partido da experiência e know-how das equipas, nomeadamente ao nível da programação cultural e comunicação.



↑ Legenda Ligação da Via das Andreas

B.2. CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

Para o período de plano 2025 – 2029, a atividade operacional da GO Porto centrar-se-á nas ações das áreas da Direção de Produção e do Gabinete do Espaço Público, dando-se seguimento a uma série de procedimentos de contratação pública de projetos e empreitadas, entre outros bens e serviços conexos, perfazendo nesse período de plano, um valor total de investimentos à volta de 300 milhões de euros (c/IVA incluído).

Tendo por base as rubricas orçamentais definidas pelo Município do Porto, e para os primeiros anos do período de 2025 - 2029, os principais empreendimentos previstos em plano são os seguintes (cf. Anexo 1 do presente documento):

1. Equipamentos e Programas Municipais:

Nesta rubrica orçamental, a reabilitação do Museu CACE está em fase de revisão de projeto e a reabilitação do Teatro Municipal do Campo Alegre, assim como a requalificação da Biblioteca Pública Municipal do Porto estão em fase de contratação da empreitada, todas previstas iniciar em 2025.

2. Consolidação da Estratégia Económica da Cidade:

Nesta área, a reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto encontra-se em fase de projeto, com o início da empreitada previsto para 2025. Quanto ao Equipamento Municipal Feiródromo de Campanhã está previsto o início da empreitada em novembro de 2024.

3. Educação:

Nesta rubrica, está em curso a empreitada da Escola Básica Agra do Amial que terminará em 2025. Estão previstas intervenções de requalificação noutras escolas do Ensino Básico, nomeadamente na Escola da Ponte e na Escola Nicolau Nasoni, previstas para 2025 e 2026, respetivamente. A Escola Secundária Infante D. Henrique encontra-se em revisão de projeto para posterior lançamento do concurso da empreitada. Ainda em 2025, terão início os arranjos exteriores da Escola Secundária Alexandre Herculano, no âmbito do Acordo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Município do Porto.

4. Ambiente:

Nesta área, para 2025, incluem-se intervenções generalizadas em zonas verdes. Destaca-se a construção da Biolab na Quinta de Salgueiros, a construção do Jardim Senhora do Porto e a beneficiação do Centro de Educação Ambiental do Palácio de Cristal.

5. Qualidade de Vida Urbana:

Nesta rubrica orçamental, encontra-se a decorrer a empreitada da segunda fase do Parque Desportivo de Ramalde, com a criação de um novo campo de jogos de futebol e rãguebi, com um edifício de apoio com bancada coberta, um recinto para as práticas de atletismo e de zonas de tiro ao arco. Esta empreitada está prevista terminar em 2025.

Está em curso a empreitada do Campo Municipal de Campanhã, com uma área que ascende aos 17 mil

metros quadrados, o espaço abrange um campo de jogos com bancada coberta, além de um edifício de apoio e novo arruamento com lugares de estacionamento. Este novo complexo desportivo tem um valor de empreitada na ordem dos 4,6 milhões de euros e está previsto terminar em 2026.

Encontram-se em fase de projeto os empreendimentos de construção dos Centros de Saúde das Unidades Azevedo de Campanhã, Garcia de Orta, Porto Douro, Carvalhido, Santos Pousada e Cerco, previstos iniciar em 2025.

6. Regeneração Urbana:

Esta rubrica, de relevância orçamental significativa, inclui grandes intervenções na via pública, coordenadas com os diversos concessionários e empresas responsáveis pelas infraestruturas subterrâneas.

Em 2025 está prevista a demolição do Mercado de São Sebastião, a beneficiação da Rua Justino Teixeira e Rua Monte Estação e a requalificação da Praça Pedro Nunes, Ruas de Ricardo Severo, Largo da Paz e outros.

Destaca-se ainda a continuidade das intervenções do Programa Rua Direita, que abrange cerca de 90 arruamentos da cidade, e os trabalhos de consolidação em várias escarpas do Município, nomeadamente a estabilização do Talude do Bairro da Capela, além da execução do Loteamento do Monte Pedral.

Serão igualmente requalificados o espaço público da Praça da Corujeira e a sua envolvente e o espaço público de Lordelo. Está prevista ainda a reabilitação urbana de Azevedo de Campanhã e a beneficiação da Rua Bonjardim. Além disso, estão previstas intervenções de

reabilitação em diversas obras de arte do Município, nomeadamente Viaduto Caís das Pedras e Passagens Superiores em Entrecampos.

Ainda em 2025, prevê-se concluir a requalificação do Jardim Histórico Teófilo Braga, na Praça da República.

No âmbito da Intervenção do Gabinete do Espaço Público, prevêem-se intervenções associadas ao programa Rede 20 na Rua e Travessa de Cimo de Vila e Travessa do Cativo, no Passeio das Virtudes, Rua de São Bento da Vitória e Rua de S. Miguel. Será requalificada ao nível das acessibilidades a Rua da Argentina e a Travessa da Fonte Arcada, a Rotunda da Rua de Pinho Leal e a Rua de Alves Redol, bem como será ainda levado a cabo um projeto de sobrelevação e rebaixamento de travessias incluindo a intervenção em cerca de uma centena de passeadeiras. Requalificar-se-á a Avenida de Camilo. Ainda, no âmbito da intervenção em caldeiras de árvores, atuar-se-á num grupo de 20 arruamentos envolvendo o tratamento da envolvente de um total de cerca de 400 árvores.

Executar-se-ão diversas obras de repavimentação de arruamentos dando-se como exemplos a Rua de António Barroso a Rua de Azevedo de Albuquerque.

7. Modos Suaves:

Serão efetuadas as ligações Asprela/Campanhã, no âmbito da articulação de redes urbanas de ciclovias. Estão previstas para 2025 as ligações mecanizadas de percursos pedonais no Palácio de Cristal.

8. Funcionamento dos Serviços:

Nesta rubrica orçamental, destaca-se a ampliação da área administrativa ao restante edifício do Parque da

Cidade e a remodelação do novo edifício da sede da
Ágora Cultura e Desporto.

9. Outros:

Nesta rubrica encontra-se a dotação orçamental para
gastos diversos com consultorias, pareceres, estudos e
outras prestações de bens e serviços, complementares
aos empreendimentos previstos nas rubricas anteriores
com a natureza de despesas correntes.



↑ Legenda Mercado do Bolhão – Concerto do 2º Aniversário

C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual

C.1. PLANO DE INVESTIMENTO

Para o período de plano 2025 – 2029, e conforme detalhado no quadro seguinte e, integralmente assegurado com recurso a autofinanciamento, o investimento previsto realizar perfaz 596 mil euros:

INVESTIMENTO	2025	2026	2027	2028	2029
Activos Fixos Tangíveis	52 500,00	17 500,00	102 500,00	87 500,00	92 500,00
Equipamento administrativo	50 000,00	15 000,00	100 000,00	85 000,00	90 000,00
Outros activos fixos tangíveis	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
Activos Intangíveis	112 700,00	42 500,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Programas de computadores	10 000,00	10 000,00	145 200,00	10 000,00	10 000,00
Programas de computadores - Inv em curso	102 700,00	32 500,00	-135 200,00	0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros	11 954,62	11 791,18	11 791,44	11 791,70	11 507,78
Fundo de compensação de trabalho *	11 954,62	11 791,18	11 791,44	11 791,70	11 507,78
Total	177 154,62	71 791,18	124 291,44	109 291,70	114 007,78

* Ver Ponto 7.2 Estado e Outros Entes Públicos do Ponto 7 Rubricas de Balanço no Capítulo III Demonstrações Financeiras Previsionais

M
H
CA

No âmbito da rubrica dos Ativos Fixos Intangíveis, destaca-se no primeiro ano de plano, o investimento de 102,7 mil euros em programas de computador, relativo ao procedimento específico previsto, no âmbito do projeto TO-BE em curso, de aquisição das aplicações de Cadastro e de Ativos para a área de Gestão e Exploração.

Por outro lado, no âmbito da rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, destaca-se o investimento previsto de 50 mil euros, relativo à aquisição, entre outros, de: i) equipamentos informáticos diversos (10 mil euros); servidores, para renovação da infraestrutura (20 mil euros); e equipamentos fotográfico e videográfico (15 mil euros).



↑ Legenda Programa Rua Direita – Requalificação da Rua de Marracuene e da Travessa de Marracuene

C.2. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

Nos termos do quadro seguinte, e tendo em consideração o período de plano 2025 – 2029, a estrutura prevista de recursos humanos da GO Porto aponta para um número constante de 60 efetivos, para além de 3 administradores, conforme previsto nos estatutos da empresa, dos quais, 2 são administradores executivos:

ÁREAS		2025	2026	2027	2028	2029
Secretariado da Administração		1	1	1	1	1
Assessoria Técnica		1	1	1	1	1
Gabinete Comunicação e Promoção	Coordenação	1	1	1	1	1
	Marketing e Comunicação	2	2	2	2	2
	Design		1	1	1	1
	Redes Sociais	1	1	1	1	1
Gabinete do Espaço Público	Imagem/Fotografia	1	1	1	1	1
	Coordenação	1	1	1	1	1
	Gestão de Empreendimentos	2	2	2	2	2
	Direção	1	1	1	1	1
Produção	Coordenação	2	2	2	2	2
	Assistente de Direção	1	1	1	1	1
	Gestão de Empreendimentos	15	15	15	15	15
	Fiscalização	1	1	1	1	1
Exploração	Direção	1	1	1	1	1
	Direção do Mercado	1	1	1	1	1
	Gestão Exploração MB	4	4	4	4	4
	Manutenção	2	2	2	2	2
Administrativa e Financeira	Direção	1	1	1	1	1
	Finanças	4	3	3	3	3
	Qualidade	3	3	3	3	3
	Recursos Humanos	2	2	2	2	2
Jurídico	Sistemas de Informação	3	3	3	3	3
	Ceal/documental	3	3	3	3	3
	Direção	1	1	1	1	1
	Juristas	5	5	5	5	5
Total		60	60	60	60	60

À data do presente relatório, com um número de 54 efetivos, justifica-se o número previsto, em 2025, de 60 efetivos através das variações seguintes:

- Um (1) gestor de empreendimentos para o Gabinete do Espaço Público, tendo por objetivo garantir uma eficaz resposta da GO Porto ao número crescente de intervenções requeridas pelo Município do Porto, no âmbito da esfera de atuação desse gabinete. Estima-se um custo anual total, em 2025, de 46,1 mil euros;

- Um (1) gestor de empreendimentos para a Direção de Produção, que, juntamente à admissão de um outro que ocorreu durante o corrente exercício de 2024, destina-se a compensar a alocação de dois (2) dos atuais gestores de empreendimentos à criação de 2 Cargos de Coordenação na referida direção. As referidas admissões (2024 e 2025) vêm no sentido de garantir uma eficaz resposta da GO Porto ao crescente volume de empreendimentos atribuídos à gestão desta empresa municipal por parte do Município do Porto, e que, dadas a complexidade e o grau de especialização exigido, não é compatível com a saída de 2 Gestores de Empreendimentos para assumirem cargos de Coordenação. A admissão de 2025 tem cum gasto estimado de 46.1 mil euros;

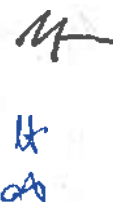
- Dois (2) técnicos superiores para a Direção de Gestão e Exploração. Estas admissões decorrem da necessidade de apetrechar esta direção, por um lado, com um técnico superior para fazer face às necessidades que se antecipam, quer com o desenvolvimento da atividade operacional do Mercado do Bolhão, quer com a Certificação no Sistema de Gestão Integrado e, por outro lado, com um técnico superior que possa vir a assumir um cargo de coordenador, na função histórica de “diretor do mercado” do Bolhão, que, no decorrer de 2024, ficou vaga, após uma decisão de gestão de alteração de funções da

trabalhadora que, até então, ocupara esse cargo, para uma categoria de técnico superior de operações no Edifício de S. Dinis, sede da GO Porto. No total, estima-se um custo anual total, em 2025, de 92,8 mil euros.

- Um (1) técnico superior para a área Financeira da Direção Administrativa e Financeira, para a função de Contabilista Certificado/a (CC), tendo em vista acautelar a passagem à reforma por velhice da atual CC, prevista ocorrer no primeiro quadrimestre de 2026. Neste sentido, e dadas a criticidade e complexidade da função, tornar-se-á imprescindível que, para uma perfeita passagem de tarefas e práticas, haja um período de coexistência, em funções, de ambas as pessoas, estimado em 12 meses, a ocorrer entre maio de 2025 e abril de 2026. Para o efeito em causa de 2025, o custo estimado da nova admissão está orçado em 22,2 mil euros;

- Um (1) técnico superior para a Direção Jurídica, para a função de Jurista. Esta necessidade decorre do aumento significativo de trabalho nessa área, concretamente, e entre outras funções relacionadas com o apoio aos procedimentos concursais lançados pela GO Porto, motivado pela consolidação das áreas de Comunicação e Promoção e de Gestão e Exploração. Neste caso, devido à gestão do Mercado do Bolhão, que vem colocando necessidades acrescidas à empresa, designadamente, ao nível da gestão contratual associada à manutenção de dezenas de licenças, contratos de utilização e de arrendamentos dos comerciantes. Em 2025, para a admissão em causa, estima-se um custo anual total de 33,2 mil euros.

À semelhança da identificação feita no orçamento do corrente exercício de 2024, a GO Porto prevê a continuidade dos seguintes procedimentos em uso e consolidados:



- Sistema de Gestão de Desempenho (SGD): Procedimento periódico de avaliação de desempenho dos colaboradores, do qual, decorrem os respetivos Planos de Desenvolvimento Pessoal e Profissional, base para elaboração do Plano de Formação, bem como o registo de resultados obtidos que, de acordo com o Regime de Carreiras em vigor, impactam na progressão de carreira do colaborador;

- Plano de Formação (PF): Procedimento fundamental para o fortalecimento do conhecimento organizacional, pessoal e profissional dos seus colaboradores, elevação do nível técnico de cada um e da empresa, comprometendo-se a empresa, aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras a contratar para o efeito;

- Plano para a Igualdade de Géneros (PIG): Procedimento essencial para a promoção de uma igualdade de tratamento entre homens e mulheres, através do diagnóstico periódico à situação vivida na empresa, definição de medidas que promovam a eliminação de eventuais discriminações em função do sexo e que fomentem a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;

- Regime de Carreiras (RC): Procedimento fundamental para o entendimento dos colaboradores, quanto ao seu posicionamento remuneratório e forma de progressão na organização, como estratégia de lhes garantir potencial para a uma melhoria contínua, em concreto, dos seus desempenhos e, no geral, da empresa na prossecução da sua missão e objetivos. Este RC encontra-se associado ao SGD, com este a atribuir a acumulação de

pontos necessária à progressão prevista no âmbito do RC, visando garantir a promoção de uma cultura organizacional de transparência, equidade e motivação dos trabalhadores.

No que ao Regime de Carreiras diz respeito, o impacto orçamental, em 2025, decorrente das progressões previstas, está estimado em 109,5 mil euros, incluindo, um valor de 51,5 mil euros, relativo à atribuição de formação executiva prevista nesse RC.



↑ Legenda Beneficiação da Tv. da Pretada

M

b
M

Planos Anuais e Plurianuais

25

D – Plano Financeiro Anual e Plurianual

Tabela de pressupostos adstrita à elaboração do presente orçamento:

PRESSUPOSTOS	2025	2026	2027	2028	2029
Taxa de inflação	2,50%	2,10%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de IRC e de taxa	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominal (p)	2,35%	2,35%	2,35%	2,35%	2,35%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	5,91%	5,20%	5,57%	5,49%	5,62%

No período 2025 – 2029, estima-se o Plano Financeiro seguinte:

Valores sem IVA					
PLANO DE FINANCIAMENTO	2025	2026	2027	2028	2029
INVESTIMENTO					
Activo Não Corrente (Imobilizado)	177 154,62	71 791,18	124 291,44	109 291,70	114 007,78
Fundo de Manobra - acréscimo das necessidades no p	-57 883,04	44 373,07	45 122,79	33 582,99	25 377,03
Total	119 271,57	116 164,25	169 414,23	142 874,69	139 384,81
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
Autofinanciamento	119 271,57	116 164,25	169 414,23	142 874,69	139 384,81
Total	119 271,57	116 164,25	169 414,23	142 874,69	139 384,81

14
H
on

Nos termos do histórico recente da GO Porto, e válido para o período em causa, a previsão de rendimentos deste empresa municipal decorre, por um lado, da gestão e exploração dos imóveis colocados à consideração da empresa pela Autarquia – no âmbito do Contrato-Programa firmado com o Município do Porto - e, por outro lado, da atividade operacional de gestão de empreendimentos (obra), neste caso, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos (Contrato Mandato), igualmente, firmado entre as partes.

Notar que, como premissa das projeções efetuadas pela GO Porto nos presentes IGP, é fator crítico a presunção de que os tempos de recebimento e a capacidade de solvência da Autarquia se manterão, no período 2025 – 2029, idênticos aos dos últimos exercícios findos, pressuposto fundamental para a manutenção do fundo de maneo da empresa, uma vez que, permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais.

Neste sentido, no quadro seguinte estão descritos os agregados económico-financeiros principais, onde se destacam os indicadores de referência relacionados com a liquidez geral e autonomia financeira, que atestam a prevista boa capacidade da GO Porto em fazer face às obrigações de curto e longo prazo, dando honra aos seus compromissos financeiros através de capitais próprios:



† Legenda Pedonalização da Rua de São João

M

lt.
cat

Planos Anuais e Plurianuais

27

AGREGADOS (ECONÓMICO-FINANCEIRO)	2025	2026	2027	2028	2029
RESULTADOS					
EBITDA	119 930,09	117 364,69	170 344,99	144 207,22	140 717,34
Resultado Financeiro	15 080,00	15 080,00	15 080,00	15 080,00	15 080,00
Resultado Líquido do Período	6 905,17	6 805,63	6 655,17	6 781,37	6 781,37
RENDIMENTOS					
Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos	41 709 264,46	78 186 296,72	69 847 470,60	69 332 255,52	39 829 963,96
Subsídio à Estrutura	4 825 000,00	4 627 000,00	4 722 000,00	4 735 000,00	4 790 000,00
GASTOS					
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	11 811,02	15 748,03	23 622,05	27 599,06	27 599,06
Fornecimentos e Serviços Externos	43 271 394,23	79 543 925,21	71 249 186,31	70 769 846,25	41 330 540,46
Gastos com o Pessoal	3 076 771,93	3 098 668,81	3 088 327,28	3 099 685,12	3 109 226,83
BALANÇO					
Total do Ativo	7 656 666,46	7 816 413,31	7 867 534,35	7 979 189,90	7 994 803,77
Total do Ativo Não Corrente	5 371 549,90	5 333 560,66	5 294 871,24	5 267 647,62	5 249 630,37
Total do Ativo Corrente	2 285 116,56	2 482 852,65	2 572 663,11	2 711 542,08	2 746 173,41
Total do Passivo	6 325 466,29	6 478 407,51	6 522 673,38	6 627 547,56	6 636 380,06
Total do Passivo Não Corrente	5 807 813,88	5 994 993,33	6 079 718,69	6 183 414,65	6 144 990,65
Total do Passivo Corrente	517 652,41	483 414,18	442 954,69	444 132,91	491 389,41
Total do Patrimônio Líquido	1 331 200,17	1 338 005,80	1 344 860,97	1 351 642,34	1 358 423,71
INDICADORES					
Liquidez Geral	4,41	5,14	5,81	6,11	5,59
Autonomia Financeira	17,39%	17,12%	17,09%	16,94%	16,99%
Autofinanciamento	119 271,57	116 164,26	169 414,23	142 874,69	139 394,81
Fundo de Manobra	-57 883,04	44 373,07	45 122,79	33 582,99	25 377,03

Para o período em plano 2025 – 2029, a GO Porto apresenta em todos os anos, resultados positivos nas rubricas de EBITDA e de Resultados Líquidos, perfazendo os somatórios de €692.564,33 e € 34.128,70, respetivamente.



† Legenda **Balneário da Praia dos Ingleses**

Handwritten signature or initials.

E – Demonstrações Previsórias [NCP 26]

No âmbito do SNC-AP, tendo presente que o subsistema da contabilidade orçamental foi autonomizado nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, e tratado na Classe 0 – Contabilidade Orçamental, estabeleceram-se conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais, com vista a assegurar a comparabilidade com exercícios anteriores e com outras entidades.

Neste sentido, neste capítulo estão relevadas as demonstrações previsionais que identificam a forma, e os respetivos valores, que se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização, tendo por base os quadros seguintes:

E.1. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Conforme se observa no quadro seguinte, para o período em plano 2025 – 2029, entre o total de despesas e receitas correntes, observa-se um saldo corrente superavitário em todos os exercícios, e suficiente para garantir um saldo primário igualmente positivo, após a dedução das despesas de capital, tendo em consideração a inexistência de previsão de receitas deste género:



ORÇAMENTO PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL		ORÇAMENTO PARA O ANO 2025			PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL			
COD	DESCRIÇÃO	PERÍODOS ANTERIORES	2025	2026	2025	2027	2028	2029
	Receita corrente	75 200,00	48 628 836,59	48 703 235,59	86 031 789,28	77 096 491,45	77 179 272,47	46 535 768,54
R6	Receita fiscal							
R6.1	Impostos Diretos	0,00	765,09	765,09	752,79	0,00	0,00	0,00
R6.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Taxas, emendas e outras penalidades	0,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	15 120,00	15 120,00	15 120,00	15 120,00	15 120,00	15 120,00
R5.2	Subsidios Correntes	0,00	4 825 000,00	4 825 000,00	4 627 000,00	4 722 000,00	4 735 000,00	4 750 000,00
R6	Venda de bens e serviços	70 280,00	43 258 355,33	43 328 555,33	81 244 477,35	72 896 411,69	72 249 441,94	41 550 200,01
R7	Outras Receitas Correntes	5 000,00	828 726,17	533 726,17	144 429,13	162 949,76	179 700,53	180 438,53
	Resposta de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com alíquotas financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo quitação anterior oper. orçamentais	1 508 502,42	198 766,70	1 507 269,12	1 639 822,80	1 725 758,04	1 848 321,10	1 956 458,08
	Receita efetiva (1)	75 200,00	48 628 836,59	48 703 235,59	86 031 789,28	77 096 491,45	77 179 272,47	46 535 768,54
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Total (3) = (1) + (2)	75 200,00	48 628 836,59	48 703 235,59	86 031 789,28	77 096 491,45	77 179 272,47	46 535 768,54
	Despesa corrente	124 442,68	48 165 451,67	48 289 894,27	85 814 219,42	77 368 963,97	76 925 568,51	46 298 621,78
D1	Despesa com o pessoal							
D1.1	Remunerações curtas e permanentes	68 278,51	2 276 470,91	2 336 719,42	2 364 831,83	2 364 163,95	2 364 485,49	2 359 753,97
D1.2	Alíquotas salariais e eventuais	0,00	111 918,54	111 918,54	115 136,10	118 429,88	121 832,77	125 337,36
D1.3	Segurança Social	14 144,09	623 901,56	638 045,66	644 592,96	642 567,71	648 756,19	632 287,71
D2	Aquisição de bens e serviços	50 000,00	45 110 876,39	45 160 876,39	82 470 595,98	73 918 058,03	73 404 286,65	43 058 659,48
D3	Juros e outros encargos	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	43 854,27	43 854,27	279 022,56	327 704,43	394 198,41	84 534,87
	Despesa de capital	0,00	214 575,62	214 575,62	85 016,18	149 591,44	131 141,70	137 097,78
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	202 621,00	202 621,00	73 225,00	137 880,00	119 350,00	125 508,00
D9	Despesa com alíquotas financeiras	0,00	11 954,62	11 954,62	11 791,18	11 791,44	11 791,70	11 507,78
	Despesa efetiva (4)	124 442,68	48 380 027,29	48 504 469,89	85 899 235,60	77 518 555,41	77 056 710,21	46 427 631,56
	Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	124 442,68	48 380 027,29	48 504 469,89	85 899 235,60	77 518 555,41	77 056 710,21	46 427 631,56
	Saldo Total (3) - (6)			198 766,70	1 82 551,68	85 938,04	122 562,26	188 136,98
	Saldo Global (1) - (4)			198 766,70	1 82 551,68	85 938,04	122 562,26	188 136,98
	Despesa Primária			48 504 469,89	85 899 235,60	77 518 555,41	77 056 710,21	46 427 631,56
	Saldo Corrente			41 332,51	217 569,86	253 527,48	253 703,96	245 144,76
	Saldo de Capital			-214 575,62	85 016,18	-149 591,44	-131 141,70	-137 007,78
	Saldo Primário			198 766,70	1 82 551,68	85 938,04	122 562,26	188 136,98

M

HA.
CAN

Planos Anuais e Plurianuais

31

E.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

No quadro seguinte estão discriminados os grandes investimentos no âmbito do plano plurianual de investimentos para o período de 2025 – 2029, tendo em consideração os valores realizados em anos anteriores e as estimativas para o exercício corrente, onde constam todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela GO Porto. Observa-se que, no final do referido período de plano, e tendo em consideração os valores de exercícios anteriores, estima-se um total de despesas orçamentais em investimentos na ordem dos 860 mil euros, exclusivamente, financiadas através de recursos próprios:

Objetivos (1)	N.º do projeto (2)	Designação do Projeto (3)	Natureza regime (4)	Financiamento (5)	Fontes de Financiamento				Datas		Estado Financeiro (12)	Natureza do investimento		Estimativa do valor (14)	Pagamentos					Total em euros (12)+(13)+(14)+(15)+(16)+(17)+(18)+(19)+(20)+(21)		
					A (6)	E (7)	C (8)	Outros (9)	Início (10)	Fim (11)		Investimento (13)	Financiamento (15)		Por exercício							
										2025 (16)			2026 (17)		2027 (18)	2028 (19)	2029 (20)					
1.1.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	20231	TO-DE ERP/HR/Human (cont. In the place)	D6	O	RP			05/05/2023	31/12/2028	0	-	€	101874 €	130621 €	32275 €	12300 €	12300 €	12300 €	12300 €	311670 €		
1.1.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	20232	Reconstrução do parque informático	D6	O	RP			01/12/2023	31/12/2028	0	-	€	74827 €	35900 €	12300 €	98400 €	98400 €	104650 €		425379 €		
1.1.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	20233	Outros ativos fixos	D6	O	RP			22/02/2023	31/12/2028	0	-	€	23111 €	27100 €	8650 €	27300 €	8650 €	8650 €		105261 €		
SOMA												-	€	201813 €	202621 €	71225 €	137000 €	119350 €	125600 €		860309 €	

Fontes de realiação — utilizar os códigos: (A) para administração direta; (E) para empresas; (C) para fornecedores e outras.

Fontes de financiamento (RP) receitas próprias, (RG) receitas gerais, (UE) financiamento da UE e (EMFR) contribuição de empréstimos.

Projeto de investimento — conjunto de ações inter-relacionadas, de carácter no tempo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FÍCIO.

Este plano não contempla os investimentos em ativos financeiros (FCI).

14
lt
cm

Demonstrações Financeiras Previsionais

14

14

14

Previsionais

A – Notas Explicativas ao Orçamento para o Período 2025 – 2029 e Pressupostos

As demonstrações financeiras utilizadas na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional do Período 2025 – 2029, estão preparadas nos termos do normativo contabilístico SNC-AP, de acordo com os pressupostos do regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade, e caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

1 – Macroeconómicos:

Conforme demonstrado no Ponto “D – Plano Financeiro Anual e Plurianual” do Capítulo “II – Planos Anuais e Plurianuais”, e tendo por referência o enquadramento das variáveis nacionais macroeconómicas do Banco de Portugal conhecidas à data, na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional no primeiro ano de plano (2025), foi admitida uma taxa de inflação de 2,5%, de 2,1% (2026) e 2,0%, nos restantes três anos de plano (2027 a 2029).

2 – Investimento:

Este ponto encontra-se detalhadamente relatado no Ponto “C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual” do Capítulo “II – Planos Anuais e Plurianuais”.

3 – Prestação de Serviços e Outros Rendimentos:

Em relação aos valores de prestação de serviços e outros rendimentos, apresentam-se nos quadros seguintes as projeções (com e sem IVA) para o período 2025 – 2029, respeitantes às diversas atividades da GO Porto desenvolvidas pelas direções de Produção e de Gestão e Exploração:



↑ Legenda **Beneficiação do Exterior do Museu do Romântico**

Sem IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	2025	2026	2027	2028	2029
	Montante IVA	Montante IVA	Montante IVA	Montante IVA	Montante IVA
Vendas e Prestação Serviços					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	39 974 680,47	76 283 080,07	67 839 043,41	67 247 911,34	37 685 873,60
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Contrato de exploração	1 403 107,97	1 551 793,77	1 641 946,90	1 704 245,33	1 763 391,55
total de vendas e prestação de serviços	41 619 788,44	78 076 873,85	69 722 990,31	69 194 156,72	39 691 265,15
Subsídio à Estrutura	4 825 000,00	4 627 000,00	4 722 000,00	4 735 000,00	4 790 000,00
Outros Rendimentos e Ganhos					
Outros não especificados - relevados c/Outros Rend. e Ganhos - Contr. Exploração	87 859,15	108 722,87	123 780,29	137 398,81	137 998,81
Outros não especificados - relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	1 616,87	700,00	700,00	700,00	700,00
TOTAL	46 534 264,46	82 813 296,72	74 569 470,60	74 067 255,52	44 619 963,96

Com IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	2025	2026	2027	2028	2029
	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA
Vendas e Prestação Serviços					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	41 475 000,00	79 226 000,00	70 581 000,00	70 066 000,00	39 303 000,00
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	291 187,23	297 430,00	297 429,77	297 429,54	297 429,51
Contrato de exploração	1 568 825,70	1 728 206,95	1 826 913,72	1 894 793,62	1 959 486,28
total de vendas e prestação de serviços	43 335 012,93	81 251 636,95	72 704 343,49	72 258 223,16	41 559 915,79
Subsídio à Estrutura	4 825 000,00	4 627 000,00	4 722 000,00	4 735 000,00	4 790 000,00
Outros Rendimentos e Ganhos					
Outros não especificados - relevados c/Outros Rend. e Ganhos - Contr. Exploração	108 066,75	133 729,13	152 249,76	169 000,53	169 738,53
Outros não especificados - relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	1 616,87	700,00	700,00	700,00	700,00
TOTAL	48 269 696,55	86 013 066,09	77 579 293,25	77 162 923,69	46 529 354,12

4

h
AM

Previsionais

No período de orçamento 2025 - 2029, o prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras é de 30 dias, pese embora, por norma, no final de cada exercício económico, o Município do Porto proceda à liquidação integral da sua dívida às empresas municipais, pelo que, este facto foi tido em conta no cálculo do mapa de demonstração de fluxos de caixa previsional.

Em termos de IVA, o enquadramento dado às projeções de gastos e rendimentos no período em plano assenta na tabela seguinte:

Tipo de taxa	Regime de IVA
Serviços de empreitada (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxas de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Recetas provenientes da gestão e exploração de património municipal - Taxas de mercados e feiras	Isenção de IVA
Recetas provenientes da gestão e exploração de património municipal - rendas e outras receitas	Taxa normal
Subsídio à Estrutura	Isenção de IVA
Outros não especificados	Taxa normal

dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente, do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *prorata*), há lugar a inversão do sujeito passivo. No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito, tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GO Porto sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e, concomitantemente, das exigências formais da faturação.

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à




Instrumentos onde se realizam os serviços da empresa	Regime do IVA
Balnos Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Escolas de ensino básico	Taxa reduzida
Infantários e jardins de infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões e ginásios desportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Mercados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Centrais	Taxa reduzida
Canis, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombas e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de IVA	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA
Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	Taxa normal

Taxas médias apuradas	2025	2026	2027	2028	2029
Taxa média IVA sobre as Vendas e Prestações Serviços	4,12%	4,07%	4,28%	4,43%	4,71%
Taxa média IVA sobre Outros Rendimentos	22,58%	22,85%	22,87%	22,88%	22,88%
Taxa média IVA sobre o Imobiliário	21,12%	18,42%	20,36%	19,99%	20,17%
Taxa média IVA sobre as Compras	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
Taxa média IVA sobre os Fornecimentos e Serviços Externos	4,29%	3,61%	3,73%	3,76%	4,54%
Taxa média IVA sobre os custos com pessoal	0,83%	0,85%	0,86%	0,89%	0,91%
Taxa média IVA sobre os Outros Gastos	0,17%	0,17%	0,17%	0,17%	0,17%

As taxas médias apuradas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o período 2025 - 2029, nas operações ativas e passivas, são as seguintes:

Nota: Em sede da atividade operacional da Direção de Gestão e Exploração, o arrendamento das lojas exteriores do Mercado do Bolhão está isento de IVA (artigo 9º do CIVA, alínea n.º 29), os custos eventuais provenientes dessa atividade não serão dedutíveis, efetuando-se uma afetação real dos mesmos.

M

lt
can

4 - Gastos:

4.1. - Inventários:

No âmbito da Direção de Gestão e Exploração, e decorrente do procedimento de exploração comercial do Mercado do Bolhão - onde está prevista a comercialização de mercadorias ao público e comerciantes -, o valor projetado no quadro seguinte relativo à regularização de existência, refere-se a eventuais quebras de inventário e ofertas:

MATÉRIAS PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS DE CONSUMO	2025	2026	2027	2028	2029
Existências iniciais	37 057,76	54 896,46	53 798,15	44 825,82	31 916,49
Compras	35 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00
Regularização existências	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28
Existências finais	54 896,46	53 798,15	44 825,82	31 916,49	19 007,15
CMVNC	11 811,82	15 748,85	25 622,85	27 539,05	27 539,86

4.2. - Fornecimentos e Serviços Externos:

Para o período de plano 2025 - 2029, e calculados com base na técnica orçamental conhecida por "orçamento de base zero", a projeção dos gastos de fornecimentos e serviços externos (FSE) encontra-se, nos termos do quadro seguinte, decomposta em 4 grandes grupos, e respetivos pesos médios sobre o total dos FSE:

- Gastos Diretos de Obra (94,37%)
- Gastos Diretos de Gestão e Exploração (4,13%)
- Gastos de Estrutura de Gestão e Exploração (0,03%)
- Gastos da Estrutura Comum (1,48%)



↑ Legenda Painel de azulejos "A Cidade" - Fernando Lanhas

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2025	2026	2027	2028	2029
GASTOS DIRETOS DE OBRA					
Subcontratos - CGE - refacturados à CMP	39 374 680,47	76 283 080,07	67 839 043,41	67 247 911,34	37 685 873,60
Subcontratos - facturados a Outras Entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Sub-total gastos de Obra / directos	40 216 680,47	76 525 080,07	68 081 043,41	67 489 911,34	37 927 873,60
GASTOS DIRETOS DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO					
Outros subcontratos ou concessões	1455 623,48	1552 107,42	1655 131,25	1765 366,74	1883 318,71
Trabalhos especializados	132 900,00	81400,00	111400,00	81400,00	81400,00
Publicidade e propaganda	380 250,00	380 250,00	380 250,00	380 250,00	380 250,00
Comissões - De serviços financeiros	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00
Conservação e Reparação	21984,69	21984,69	21984,69	21984,69	21984,69
Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00
Livros e documentação Técnica	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
Material de escritório	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	726,38	968,50	1452,76	1694,68	1694,68
Outros materiais diversos de consumo	984,00	984,00	984,00	984,00	984,00
Electricidade	70 524,67	73 437,97	76 495,49	79 711,32	82 868,57
Combustíveis	2 000,00	2 200,00	2 400,00	2 400,00	2 400,00
Água	40 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00
Transportes de mercadorias	70,00	80,00	90,00	90,00	90,00
Rendas e Aluguéis	20 800,00	20 800,00	20 800,00	20 800,00	20 800,00
Comunicação	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Outros Serviços - Outros	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Sub-total gastos Da Área de Exploração / directos	2 144 363,22	2 212 512,59	2 349 288,19	2 432 981,63	2 554 090,86
GASTOS ESTRUTURA DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO					
Conservação e Reparação	295,20	10 324,72	10 324,72	10 324,72	10 324,72
Livros e documentação Técnica	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Combustíveis	1153,13	1180,80	1205,40	1205,40	1205,40
Rendas e Aluguéis	5 788,94	5 446,73	5 490,07	5 764,57	5 764,57
Seguros	329,16	329,16	329,16	345,62	345,62
Sub-total gastos de estrutura da Área da DGE / indirectos	7 626,42	17 341,41	17 409,35	17 700,31	17 700,31
GASTOS DE ESTRUTURA COMUM					
Outros subcontratos ou concessões	29 802,88	29 802,88	29 802,88	29 802,88	34 510,80
Trabalhos especializados	307 106,36	145 912,14	137 805,85	138 066,64	136 298,10
Publicidade	53 000,00	73 000,00	73 000,00	73 000,00	73 000,00
Vigilância	23 734,88	23 734,88	23 734,88	23 734,88	28 255,80
Honorários	8 800,00	8 800,00	8 800,00	8 800,00	8 800,00
Comissões - De serviços financeiros	501,02	501,04	501,06	501,08	501,10
Conservação e Reparação	125 355,20	123 857,04	133 277,04	140 657,04	128 320,24
Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 000,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
Livros e documentação Técnica	1 600,00	1 600,00	1 600,00	1 600,00	1 600,00
Material de escritório	4 600,00	4 600,00	4 600,00	4 600,00	4 600,00
Artigos de Higiene e Limpeza	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
Medicamentos e artigos para a saúde	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Outros materiais diversos de consumo	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00
Electricidade	23 089,00	28 869,59	37 368,77	48 417,70	48 417,70
Combustíveis	8 071,88	8 265,60	8 437,80	8 437,80	8 437,80
Água	1 944,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	1 590,50
Deslocações e Estadas	4 255,50	4 278,10	4 255,50	4 255,50	4 255,50
Transportes de Mercadorias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rendas e Aluguéis	169 530,70	199 728,48	201 589,27	211 681,74	217 440,33
Comunicação	21 078,70	33 542,51	33 414,34	31 108,70	31 008,70
Seguros	57 142,01	58 258,88	59 417,97	59 999,01	61 242,40
Contencioso e Notariado	9 650,00	8 900,00	8 900,00	9 690,00	8 900,00
Despesas de Representação	369,00	369,00	369,00	369,00	369,00
Limpeza, higiene e conforto	28 136,00	28 136,00	28 136,00	28 136,00	28 892,70
Outros Serviços - Outros	615,00	615,00	615,00	615,00	615,00
Sub-total gastos de estrutura / indirectos	902 714,12	788 591,14	801 445,38	829 252,97	830 875,69
TOTAL	43 271 384,23	79 543 525,21	71 249 188,31	70 769 848,25	41 330 540,46

Previsionais

tos diretos de obra sobre o total dos FSE, esse grupo de gastos é constituído, exclusivamente, pelas rubricas de subcontratos e de trabalhos especializados, referentes a todos os serviços subcontratados a terceiros necessários à execução dos empreendimentos, que, solicitados pelo Município do Porto, decorrem ao abrigo do contrato de gestão de empreendimentos (CGE) ou por outras entidades, ao abrigo de contratos firmados para o efeito, perfazendo um valor médio anual no período em plano, de 58 milhões de euros.

No que aos FSE diretos da área de Gestão e Exploração diz respeito, e tomando em consideração o valor médio anual de 2.3 milhões de euros, destaca-se a importância relativa da rubrica de Outros Subcontratos ou Concessões, com um peso médio relativo de 71,0%, seguida das rubricas de Publicidade e Propaganda, com 16,3%, o que continua a refletir o esforço financeiro da GO Porto no desenvolvimento da gestão e exploração do Mercado do Bolhão, à data, ainda como único imóvel delegado pelo Município do Porto para gestão e exploração por parte desta empresa municipal.

Quanto aos FSE indiretos comuns a toda a estrutura da Empresa, e representando apenas 1,48% do total dos FSE planeados para o período 2025 - 2029, assumem relevância relativa dentro dessa estrutura, os gastos com as rubricas: Trabalhos Especializados (20,6%); Conservação e Reparação (15,7%) e Rendas e Alugueres (24,6%). No caso da rubrica Rendas e Alugueres, além de incluir os gastos a incorrer com a frota automóvel (locação operacional), estão contemplados, igualmente, os gastos a incorrer com as rendas das instalações de funcionamento da GO Porto, no Edifício S. Dinis, n.º 10, na Travessa da Bica Velha, sede da empresa.

Resumidamente, descreve-se de seguida a composição dos Fornecimentos e Serviços Externos:

- A despesa prevista na rubrica de "Subcontratos" é relativa, por um lado, à aquisição de serviços de construção civil, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos e, por outro lado, no âmbito da área de gestão e exploração, os serviços de recolha e tratamentos de resíduos sólidos e urbanos e os contratos de "Facilities Management", referentes aos equipamentos municipais, Mercado do Bolhão e Edifício S. Dinis (Sede da GO Porto);

- A rubrica "Trabalhos especializados" compreende, nomeadamente, gastos com serviços conexos com a empreitada, como estudos, projeto, fiscalização e consultoria, consultores das áreas da segurança, assistência/manutenção ao software e hardware, jurídico, auditoria da Qualidade e higienssanitárias, despesas bancárias e serviços de arquivo;

- Na rubrica "Publicidade", estão incluídos os gastos com a publicação de relatórios e outros gastos de material de divulgação. Nesta rubrica, e para além de gastos em eventos e outras promoções adstritas à estrutura comum da GO Porto, estão consideradas as iniciativas de divulgação e promoção dirigidas a favor da gestão e exploração dos equipamentos atribuídos pelo Município do Porto à GO Porto;

- A rubrica "Honorários" compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal de contas e os encargos previstos com consultorias de preparação e apoio à gestão e exploração dos equipamentos afetos pelo Município;

- A despesa prevista na rubrica "Conservação e reparação" refere-se aos gastos previstos na gestão da frota da

MF
H
CM

GO Porto, conservação dos equipamentos de impressão e assistência técnica ao relógio de ponto e outros periféricos. Relevam-se ainda aqui, quer gastos de renovação de licenças e certificados de software em uso na empresa, quer outros gastos residuais que possam vir a ocorrer no âmbito da gestão corrente de alguns imóveis que possam estar sob a gestão e exploração da empresa;

- Na rubrica "Livros e documentação técnica" estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica ao nível das diversas áreas administrativas e técnicas da GO Porto;

- A rubrica "Material de escritório" aponta dotação orçamental para gastos desta natureza ao nível quer das áreas de negócio, quer das áreas administrativas de apoio;

- A rubrica de "Eletricidade" compreende o consumo energético na Sede da GO Porto no Edifício S. Dinis, como também, os consumos no Mercado do Bolhão. Relevam-se, igualmente, os gastos de consumo de eletricidade do parque automóvel existente (elétrico e híbrido) nas instalações da Sede;

- A rubrica "Combustíveis" compreende o consumo de combustíveis fósseis por parte das viaturas híbridas da frota automóvel da GO Porto, e os encargos deste género a incorrer nas instalações sob a gestão e exploração desta empresa municipal;

- A rubrica "Água" compreende os gastos com o consumo de água na Sede da GO Porto e, igualmente, nos imóveis sob gestão e exploração desta empresa municipal;

- Na rubrica "Deslocações e estadas", estão previstas despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento;

- Na rubrica "Rendas e alugueres", estão incluídos os gastos com a renda dos contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware, cópia e impressão, como também estão relevadas as rendas do Edifício S. Dinis;

- Os gastos de comunicação estimados na rubrica "Comunicação", incluem todo o volume de correio remetido, as comunicações de voz e dados. Nesta rubrica estão previstas, igualmente, as despesas de comunicação e promoção destinada aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração da GO Porto;

- Na rubrica de "Seguros", estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da GO Porto, de responsabilidade civil, de recheio das instalações, do equipamento informático e, também, de todas as coberturas obrigatórias decorrente da já referida Certificação APCER do nosso SGI (Sistema de Gestão Integrado), a 3 de outubro de 2024, relativas à responsabilidade ambiental, entre outras. No caso do referido seguro de responsabilidade civil, está contida uma dotação orçamental destinada, quer aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração, quer aos empreendimentos executados pela GO Porto no âmbito da área de Gestão de Empreendimentos, neste caso, com o valor do seguro diretamente proporcional ao volume de atividade previsto no período em plano;

- O valor estimado na rubrica de "Despesas de Representação", diz respeito aos gastos previstos nos

M

HA
CA

Previsionais

contratos dos dois administradores executivos em funções na GO Porto;

- O valor estimado para a rubrica "Limpeza, higiene e conforto", é relativo aos gastos contratualizados de serviços de limpeza, bem como, relativos aos gastos de produtos de higiene e conforto;

- O valor estimado nas rubricas de "Outros serviços" e "Ferramentas e utensílios" serve para fazer face a pequenos custos que, pela sua natureza, se efetuam dentro da empresa num cenário de atividade normal, mas que venham a ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.



↑ Legenda **Escola Básica dos Correios**

4.3. – Gastos com o Pessoal:

No período 2025 – 2029, e tendo por referência a estrutura definida no Regime de Carreiras em vigor, a GO Porto prevê a distribuição seguinte de colaboradores, por Cargos e Carreiras:

Regime de Carreiras	2025	2026	2027	2028	2029
Cargos					
Direção	4	4	4	4	4
Coordenação	5	5	5	5	5
Carreiras					
Técnico Superior					
Gestão	18	18	18	18	18
Responsáveis	4	4	4	4	4
Técnicos Superiores	23	23	23	23	23
Assistente Técnico					
Técnicos Especializados	3	3	3	3	3
Técnicos	3	3	3	3	3
Total	60	60	60	60	60

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles remunerados. A distribuição supracitada, quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

ÁREAS	2025	2026	2027	2028	2029
Secretariado da Administração	1	1	1	1	1
Assessoria Técnica	1	1	1	1	1
Gabinete de Comunicação e Promoção	5	6	6	6	6
Gabinete do Espaço Público	3	3	3	3	3
Direção de Produção	20	20	20	20	20
Direção de Exploração	8	8	8	8	8
Direção Administrativa e Financeira	16	15	15	15	15
Direção Jurídica	6	6	6	6	6
Total	60	60	60	60	60

No período em plano, os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- A taxa de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FGCT e SAT) de 23,84% em 2025, e nos quatro anos seguintes, uma taxa média de 23,77%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- O cálculo para formação foi efetuado tendo por base o vencimento hora de cada colaborador multiplicado pelo nº horas de formação obrigatórias (40h). Acresce a esta rubrica, a previsão de gastos de formação executiva;
- Taxa anual para assistência médica de 2,28%, em 2025, e nos anos restantes uma média de 2,43%, igualmente;
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos;
- Atualização anual da massa salarial de 3,19%, em 2025, e em média, de 3,79% nos anos seguintes;
- Tendo por base o Regime de Carreiras, estima-se uma atualização anual da massa salarial de 2,19%, em 2025, e em média, de 1,06% nos anos seguintes.

M

lt
CA

Previsionais

No cálculo dos salários, foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de setembro de 2025. O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da Autarquia e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

Nos termos do quadro exibido no Ponto "C.2. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS", e refletindo o ajustamento constante da empresa aos novos desafios e desideratos do Município do Porto, o quadro de pessoal da GO Porto reflete a admissão de novos colaboradores ao nível das diversas áreas da empresa, com destaque para as duas áreas de negócio (Obra e Gestão), o que representará no período de plano 2025 – 2029, um valor médio anual de gastos com o pessoal de € 3 094 535,99.

4.4. – Gastos de Amortizações e Depreciações:

No quadro seguinte, estão exibidas as taxas de amortizações e depreciações utilizadas na elaboração do Orçamento:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Ativos Intangíveis	
Software	33,33% - 100,00%
Ativos Fixos Tangíveis	
Ferramentas e Utensílios	12,50% - 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% - 100,00%

4.5. – Outros Gastos e Perdas:

Os outros gastos e perdas orçamentados para o período 2025 - 2029 são diminutos e dizem respeito, essencialmente, a gastos com impostos, taxas e outros, bem como, despesas adicionais com taxas e licenciamentos.

5 – Resultado Financeiro

No período de plano 2025 – 2029, e decorrente da incapacidade legal da GO Porto de recorrer a endividamento de uma forma autónoma do Município do Porto, a projeção de gastos financeiros nesse período é praticamente nula. Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da Autarquia que, entretanto, aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores, o que faz com que os rendimentos financeiros não assumam valores significativos. Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneo por recurso à Autarquia.

RESULTADO FINANCEIRO	2025	2026	2027	2028	2029
Juros e Ganhos Similares	15 130,00	15 130,00	15 130,00	15 130,00	15 130,00

6 – Imposto sobre o Rendimento do Período

A GO Porto está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda, um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a

imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência, foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5% para o período de 2025 - 2029.

Independentemente de os resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a Empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, a taxa de 7,5%. Foram, ainda, considerados nos IGP 2025-2029, o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores, conforme o disposto no CIRC.

7 – Rubricas de Balanço

7.1. - Tesouraria

À semelhança de IGP anteriores, na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 1.000 €.

7.2. - Estado e Outros Entes Públicos

Dadas as diferentes naturezas dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, descrita no ponto 3 deste capítulo. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais que, para o período em plano, varia entre os 4,29% de 2025 e os 4,54% de 2029. Neste mesmo ponto, foram determinadas, igualmente, taxas médias de IVA dedutível noutras rubricas de exploração.

Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador, foi encontrada uma taxa média ponderada (segurança social e caixa geral de aposentações) de 22,99% para o período 2025 - 2029, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço, trabalhadores vinculado por contrato individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social e dentro deste último regime por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas).

No que ao FCT diz respeito, e apesar das implicações da Agenda do Trabalho Digno - aprovada pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, e das alterações legislativas providas do DL 115/2023, de 15 de dezembro -, que veio fazer cessar, a partir de 1 de maio de 2023, a obrigação dos empregadores de efetuarem entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), foi mesmo assim incorporada uma dotação orçamental de investimento nesse fundo, no valor de € 11.954,62 (conforme referido atrás no Ponto C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual, no Capítulo II – Planos Anuais e Plurianuais), por se tratar de uma decisão de “suspensão”, que, como tal, poderá ser revertida a qualquer momento, acautelando-se, assim, a dotação orçamental devida.

M.

MA
CA

Previsionais

No período em plano 2025 – 2029, a taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 21,11% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2024.

A taxa média dos encargos sociais por conta dos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 10,67% que resulta das duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho, portanto, enquadrados no regime geral da Segurança Social).

7.3. - Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos de rendas e alugueres de hardware e software a imputar aos anos seguintes.

7.4. – Outras Contas a Pagar e a Receber

No período em plano 2025 – 2029, e perfazendo uma média anual de 6.042 mil euros, a rubrica de “Outras Contas a Pagar”, em passivo não corrente, engloba os valores de depósitos das garantias dadas pelos fornecedores, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos, e cujos valores serão oportunamente restituídos, conforme previsto na lei. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2024 dos depósitos de garantia prestados a terceiros, os

saldos devedores e de cobrança duvidosa de fornecedores. Nesta rubrica, mas ao nível do passivo corrente, estão relevados os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2024 da especialização do subsídio e perdas por imparidade.

7.5. – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GO Porto.

7.6. – Capital Social

O capital social é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5,00 € cada, e encontra-se integralmente realizado pelo Município do Porto.

7.7. – Financiamentos Obtidos

Ponto não aplicável ao período em plano 2025 – 2029.

8 – Outros Assuntos

A dependência financeira do Município do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos. Estas situações estão previstas no Contrato de Gestão de Empreendimentos, celebrado entre a GO Porto e o Município do Porto, o qual, regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros, não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa, na medida em que, existe uma total recuperação dos mesmos.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese das responsabilidades eventuais, relativas aos contenciosos existentes:

M

lt
eM

Gestão e Obras do Porto

Demonstrações Financeiras

Previsionais

47

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PERÍODO	VALOR	SITUAÇÃO
Tribunal Judicial					
Processo n.º 1140/04.28EPRT (1768)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PEB».	733 284,36 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou a GO Porto a pagar uma indemnização que vier a ser apurada em sede de execução da sentença. A GO Porto recorreu da sentença para o Tribunal Central do Administrativo do Norte que absolheu a GO Porto de 339.912,33€ e relegou 161.292,63€ para liquidação em execução de sentença. O Autor recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo, no que respecta aos 339.912,33€, alegando que a sua condenação deveria ter sido relegada para liquidação em execução de sentença. O Supremo Tribunal Administrativo julgou o recurso procedente e condenou a GO Porto no pagamento da quantia que vier a ser liquidada em execução de sentença, com o limite de 339.912,33€. Na sequência do mesmo o Autor intentou um incidente de liquidação, que corre por apenso ao processo principal. A GO Porto impugnou o valor peçoninado nesta sede, aguardando-se pela realização de Perícia a fim de apurar o valor efectivo a liquidar. As autarquias apresentaram Réplica, à oposição defendida pela GO Porto. Foi nomeado o Perito em representação da GO Porto. Tendo sido apresentado o resultado da Perícia, a GO Porto reclamou do Relatório Pericial uma vez que o mesmo, quantificou em 331.446,63 € os custos indirectos não amortizados, sendo esta valor referente a encargos com mão-de-obra. Os peritos apresentaram relatório pericial sendo que foi formulado pela GO Porto um pedido de esclarecimentos ao mesmo. Aguarda-se os ulteriores termos.
Processo n.º 752/05.18EPRT (1782)	Jaime Ribeiro & Filhos SA	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução da empreitada «Requalificação da Frente da Ribeira».	4 224 082,00 €	Foi proferida sentença: a GO Porto foi absolvida de parte do pedido, em montante correspondente a € 3.935.283 a foi condenada a pagar € 289.599,95. A GO Porto intentou recurso judicial para o Tribunal Central do Administrativo do Norte, onde se encontra pendente. A GO Porto apresentou contralequeiro (83.02.2028). O Recurso de Revista foi admitido, subindo ao STJ, tendo por fundamento eventual erro de julgamento e não a referida nulidade. A GO Porto contralequeiro (04.03.2020). O STJ, por Acórdão do STJ datado de 09.07.2020, decidiu não admitir a Revista, por desnecessidade da mesma. Desta forma, mantém-se a decisão do TCAN, a qual tendo revogado a decisão condenatória, no valor de 289.599,95€, remeteu o pagamento para liquidação em montante a apurar em sede de execução de sentença.
Processo n.º 1541/07.18EPRT (1856)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da Execução da Empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	15 080,00 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.18EPRT; 1079/08.28EPRT; 1079/08.28EPRT; 1081/08.48EPRT e 1085/08.78EPRT, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 que não se realizou. Aguarda-se desenvolvimento do processo (sentença).
Processo n.º 1079/08.28EPRT (1887)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	336 092,27 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.18EPRT; 1079/08.28EPRT; 1079/08.28EPRT; 1081/08.48EPRT e 1085/08.78EPRT, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1081/08.48EPRT (1888)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	158 430,97 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.18EPRT; 1079/08.28EPRT; 1079/08.28EPRT; 1081/08.48EPRT e 1085/08.78EPRT, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1076/08.88EPRT (1889)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	68 947,76 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.18EPRT; 1076/08.88EPRT; 1079/08.28EPRT; 1081/08.48EPRT e 1085/08.78EPRT, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1085/08.78EPRT (1892)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	47 783,60 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.18EPRT; 1076/08.88EPRT; 1079/08.28EPRT; 1081/08.48EPRT e 1085/08.78EPRT, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também designados). Foram marcadas novas datas de continuação de julgamento para Setembro de 2013. Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 2836/10.58EPRT	Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A GO Porto em sede de execução da empreitada de construção do Centro Educativo das Antas responsabilizou o empreiteiro pelo custo de trabalhos de supressão de aros e omissões do caderno de encargos não tempestivamente identificadas no montante de € 277.946,41. O empreiteiro impugnou judicialmente aquela decisão da GO Porto.	277 946,41 €	A GO Porto contestou a acção. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto proferiu decisão 27/2/2023 a GO Porto foi notificada do acórdão proferido no processo n.º 2836/10.58EPRT que corre termos no Tribunal Central Administrativo Norte, Unidade Orgânica 1, que, negando provimento ao recurso interposto pela Costeira Empreiteiros, S.A., mantém a decisão proferida em 1.ª instância que absolve a GO Porto. O mesmo acórdão foi, a 19 de abril de 2023, interposto pela Costeira Empreiteiros, S.A., recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. Em 16 de 2024 foi a GO Porto notificada de admissão do recurso e da subida ao STA. Entretanto foi a GO Porto notificada da decisão preliminar de admissão do recurso interposto pela Costeira Empreiteiros, no entanto, foi arguida a nulidade desta decisão. Por notificação de 28 de junho de 2024 foi indeferida a arguição da nulidade.

47
lt.
CA

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Tribunal Judicial					
Processo n.º 1946/16.9TBPT (2109)	Ré: Caixa Geral de Depósitos, S.A.		A GO Porto no âmbito das empreitadas de construção dos "Pavilhões Desportivos da Escola EB 2.3 Breje Lisboa e do Pavilhão Desportivo da Escola EB 2.3 do Vão" intentou uma acção de condenação contra a Ré, pedido a sua condenação a entregar à Empresa a importância de €160.382,02, por conta das parcelas vencidas por ela prestadas, bem como pagar-lhe os juros moratórios vencidos à taxa de 12,6%, no montante de € 25.350,03, e vencidos, à mesma taxa até integral pagamento.	223 723,92 €	A Ré contestou. Foi proferida sentença que declarou o Tribunal Civil incompetente em razão da matéria. Em consequência após o termo do período de suspensão (decorrente da pandemia covid-19) foi requerido o envio do processo para o TAF do Porto, com aproveitamento dos atos. Foi proferido despacho de admissão da requisição. Foi remetido o processo para o TAF do Porto, que se declarou incompetente em razão da matéria, tendo oficialmente determinado o envio do processo para o Tribunal dos Conflitos. Após notificação do Tribunal dos Conflitos a GO Porto apresentou a respectiva pronúncia. Por sentença notificada a 10 de novembro de 2022 o Tribunal de conflitos julgou competente o Juízo Central Civil do Porto Juz.3. Neste momento aguardamos que seja proferida sentença uma vez que o Tribunal entendeu dispensar a realização da audiência de discussão e julgamento por entender que já dispõe de todos os elementos necessários para apreciar, imediatamente, o mérito da causa. Em 16/6/2023 foi a mandataria da GO Porto notificada da sentença a qual julgou improcedente a acção e julgou procedente a calculidade das garantias. A GO Porto interpsu recurso da decisão tendo as alegações sido apresentadas no dia 2 de outubro de 2023. Foram igualmente, já apresentadas as alegações da Caixa Geral de Depósitos e processo remetido ao Tribunal da Relação do Porto para decisão. O Tribunal da Relação do Porto manteve a sentença recorrida pelo que em 12 de junho foi interposto recurso excecional para o STJ.
Processo n.º 1477/17.3BEPT	OCCAM - PortoSushi, Actividades Hoteleiras, Lda. (GOSHO)	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora no âmbito empreitada de "Requalificação da Avenida da Boavista (Troço Nascente) e Áreas Adjacentes" pede uma indemnização por lucros cessantes, no valor de 391.672,34€, acrescido de juros legais, contados desde a data de criação.	391 672,34 €	Foi em 24/3/2023 a GO Porto notificada da decisão proferida em 1.ª instância a qual condena a GO Porto, a pagar à Autora danos patrimoniais de quebra na sua faturação motivados por obras na Avenida da Boavista no período compreendido entre 15-07-2014 e 30-01-2015, a liquidar posteriormente. Desta decisão foi interposto o competente recurso. Foram, entretanto, apresentadas as contra-alegações de recurso com amolação do objeto do recurso ao qual a GO Porto respondeu.
Processo n.º 2071/09.5BEPT (1945)	Jaime Quintás Ribeiro, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob forma de processo ordinário contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Ligação ao Vieduto da Prebda – Troço Sul».	825 150,49 €	Foi proferida sentença que condenou a GO Porto no pagamento de 47.093,86€, acrescido de juros, atendendo-a do demais peticionado. O processo judicial está findo. Decorre processo extrajudicial para recuperação dos créditos da GO Porto, tendo em conta a sentença e as garantias existentes (retenções e garantias bancárias).
Processo n.º 1218/12.0 TAFE	Ré: Jaime Quintás Ribeiro, S.A.	Processo de insolvência	No âmbito do processo de insolvência da Ré, foi reconhecido à GO Porto como crédito comum, um crédito no valor de 392.708,40 €	392 708,40 €	Já foi proferida sentença de produção de créditos estando este apenas resolvido. Quanto à liquidação do património da massa a mesma está ainda em curso, estando a administração judicial a promover diligência de venda dos móveis e móveis quóntos pertencentes à insolvente, a que ainda não terminou e, posteriormente, pelo respectivo rateio entre os credores.
Processos n.ºs 48/05.3BEPT (17796)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	As Autoras deduziu contra a empresa um incidente de liquidação relativo aos danos emergentes derivados de suspensão, ocorridos entre Outubro de 2002 a 13 de Março de 2013, no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	267 718,14 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. A GO Porto foi absolvida da instância relativamente aos pedidos da Requerente Jaime Ribeiro & Filhos, SA. Foi proferida sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal absolvendo a GO Porto da instância. Foram notificados no dia 20.02.2019, de novo incidente de liquidação interposto contra a GO Porto. No dia 07.03.2019 foi apresentada a respectiva oposição ao incidente, solicitando uma nova perícia. Foi apresentada relação penal, a qual é favorável à GO Porto. As autoras, em consequência, vieram reclamar do mesmo. Realizada a audiência de julgamento, aguarda-se pela sentença.
Processo n.º 3181/19.6BEPT	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Acção Administrativa, requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	7.318,22 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, tendo o Tribunal proferido sentença pela qual absolviu a GO Porto do Pedido. Em 29.12.2022 foi apresentado recurso de apelação por parte da Autora, nos termos do qual Em 28.12.2022 foi apresentado recurso de apelação por parte da Autora, nos termos do qual meguina, em toda a sua extensão, a sentença proferida pelo Tribunal. A Gestão e Obras do Porto apresentou as suas contra-alegações a 26.01.2023.
Processo n.º 105/20.1BEPT	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Acção Administrativa, no âmbito da empreitada de "Beneficência da Rua de D. João de Mascarenhas e da Rua do Pintor Amad Seixas", requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	121.837,97 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, não tendo, até ao momento conhecido quaisquer desenvolvimento processuais. Em 02.12.2022 a Ré requereu a junção aos autos da sentença proferida no processo n.º 3181/19.6BEPT, considerando a sua ligação à relação controvertida nos presentes autos. Por despacho de 06.10.2023, o Tribunal determinou a suspensão dos autos até proferência de decisão transitada em julgado no processo n.º 3181/19.6BEPT
Processo n.º 2437/20.0BEPT	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Acção Administrativa, requerendo o pagamento de trabalhos alegadamente executados, mas não reconhecidos pela GO Porto (trabalhos a mural) assim como, o pagamento de Revisão de Preços, não aceite pela GO Porto.	167.238,86 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. Em 10.11.2022, as Partes foram notificadas do despacho proferido pelo Tribunal em 09.11.2022, nos termos do qual foram notificados para se pronunciarem sobre a incompetência matéria do Juízo Comum do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto para julgar e litigar, não tendo qualquer das Partes oferecido pronúncia. Em sanção-sentença de 19.04.2023, o Tribunal declarou-se incompetente, tendo determinado a remessa ao Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.
Processo n.º 378/22.5 BEPT	Rita Araújo Ramalho	Acção Administrativa	1.º Concurso de Atribuição de Espaços no Mercado do Bolhão: a autora contesta a decisão tomada pela Juri do Concurso, na 3.ª Fase do Concurso, de admissão da candidata Ana Maria da Fonseca Batista Azevedo da Carvalho a quem, em sede de Haste Pública, lhe foi adjudicada uma Banca de Pão e Bolos. Pedicionou a nulidade e/ou invalidade dos atos da adjudicação da referida Banca.	30.080,01 €	No dia 22 de dezembro de 2023 foi a GO Porto, na pessoa dos seus mandatários, notificada da sentença proferida na presente acção que julgou totalmente improcedente a acção administrativa intentada, sendo por isso favorável à GO Porto. Foi interposto recurso, tendo a GO Porto apresentado já as contra-alegações.

Demonstrações Financeiras

Previsionais

49

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	FUNDOS	VALOR	SITUAÇÃO
Tribunal Judicial					
Processo n.º 1664/23.28EPRT UO2	Famadinhet - Engenharia e Construção Lda	Ação Administrativa	A Autora intentou ação administrativa pedindo em suma que deve ser: a) a GO Porto condenada a pagar à Autora a quantia de capital em dívida de € 24.816,26 a título de trabalhos a mais executados na empreitada denominada de centro de Recolha Oficial de Anexas - Canil; b) a GO Porto condenada a pagar à Autora a quantia de € 5.528,59, bem como, dos juros vencidos até efetivo e integral pagamento da dívida mencionada; c) a GO Porto condenada a pagar à Autora o montante de € 15.678,59, valor legalmente faturada e retido em faturação, acrescido dos respectivos juros de mora vencidos e vencidos, à taxa legal aplicável, até efetivo e integral pagamento; d) a GO Porto condenada em custas e Procuradoria condigna;	46.223,44 €	A GO Porto apresentou a competente contestação no passado de 2 de outubro de 2023, aguardando assim os ulteriores termos do processo.
Processo n.º 1635/23.9 BEPRT UO2	VOGAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais	Ação administrativa urgente de contencioso pré-contratual	A Autora impugna judicialmente, por um lado, o ato de exclusão da sua proposta e, por outro lado, o ato de adjudicação aprovado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto, Versador do Pelouro do Ambiente e Transição Climática e do Pelouro da Inovação e Transição Digital, a 29.06.2023 e notificado em 24.07.2023, no concurso público com publicidade internacional n.º CPU/25/2022/DHC em que são entidades adjudicatárias, em agrupamento, o Município e as empresas do universo municipal, para aquisição de serviços de comunicações, partilhando, em síntese, a anulação por ilegalidade dos identificados atos, bem como quanto ao mais processado por invalidade consequente a, concomitante, a condenação dos Réus a adjudicar o concurso em favor da proposta apresentada pela Autora.		A GO Porto, apresentou a competente contestação, em conjunto com o município e demais empresas do universo municipal (Réus). Acresce que, em data posterior à apresentação da contestação, foi deduzido incidente de levantamento do efeito suspensivo automático do ato impugnado, tendo o mesmo merecido decisão favorável que determinou o seu levantamento, notificado por decisão de 3 de outubro de 2023. Por sentença notificada a 19 de março de 2024 foi a GO Porto e demais entidades notificadas da decisão proferida que procede à anulação da decisão de adjudicação, no âmbito do processo 1635/23.9BEPRT, e, consequentemente, condena o Município e demais Entidades Demandadas a aprovar novo relatório final que admita a proposta da Vodafone e que a gradue em primeiro lugar, adjudicando-lhe o contrato Escã com o prazo de 15 dias seguidos para apresentação de eventual recurso. Caso se veja a decidir pela apresentação de recurso, o mesmo terá efeitos suspensivos.
Processo n.º 1221/23.38EPRT UO	Sinop - António Moreira dos Santos, S.A.	Ação administrativa de anulação de ato administrativo	A Autora intenta ação administrativa para anulação do despacho proferido pela Vice-Presidente do Conselho de Administração no qual se determina a aplicação de uma sanção contratual por incumprimento do prazo global da empreitada "Requalificação do Remate Poente do Parque da Cidade" no montante de € 9.784,52.	€ 9.784,52	No dia 17 de novembro de 2023 foi apresentada a competente contestação. Aguarda-se os ulteriores termos processuais.
Processo n.º 734/24.48EPRT UO 2	M. dos Santos & Companhia S.A.	Ação administrativa	Trata-se de uma ação intentada no âmbito da empreitada "Remodelação do Barro do Regado" cujo contrato foi celebrado em Agrupamento de EA com as A&EDP, onde em suma a Autora requer que as Réis sejam condenadas a pagar o montante de € 60.487,75 sendo que € 35.830,79 são da responsabilidade das A&EDP e € 24.656,96 da responsabilidade da GO Porto, acrescido dos juros vencidos e vencidos até integral pagamento.	€ 60.487,75	Foi apresentada contestação.
Processo n.º 998/24.38EPRT UO 1	Sofia Alexandra Oliveira Santa da Silva e Outro	Ação administrativa	Trata-se de uma ação intentada contra a GO Porto, Município do Porto e Companhia de Seguros Fidelidade, no âmbito da empreitada que decorreu na Rua Pedro Hispano. Funda-se o pedido de pagamento de danos patrimoniais no montante de 9.703,00 softidos, alegadamente, na sequência de um sinistro ocorrido durante a execução da empreitada.	€ 9.703,00	A ação foi contestada, encontra-se a aguardar os ulteriores termos.
Processo n.º 1151/24.18EPRT UO 1	Oliveira Lovers, Lda	Providência Cautelar	A providência tem como pedido a suspensão do ato administrativo que anulou o despacho de 26/3/2024 e suspensão do procedimento administrativo pendente em nome da Requerente de licenciamento de obras que pretende realizar nas lagoas 36/37		

M
H
CA

PRIM. LIT.	AUTOR	TIPO DE AÇÃO	PIEJO	VALOR	SITUAÇÃO
Tribunal Judicial					
Processo n.º 12501/24.0.TB PRT M. 6	Oliveira Lovers, Lda	Notificação Judicial Avela	Notificação para a GO Porto informar qual o número da conta bancária para a Requerente efetuar o depósito das rendas em dívida.	—	Respondido por carta datada de 15 de julho de 2024
Processo n.º 1320/24.08EPRT UO 2	GM Faria, Unipessoal Lda	Ação administrativa	O empreiteiro tentou ação pedindo a anulação da deliberação do Conselho de Administração da GO Porto, por via da qual foi deliberado aplicar ao empreiteiro uma sanção, pelos atrasos verificados, na execução dos trabalhos de empreitada no montante de 2.189,77.	€ 2.189,77	Em 3 de setembro de 2024 foi apresentada a competente contestação. Aguardam-se os ulteriores termos do processo.
Processo n.º 1779524.9TBPT Juz 6 Central Civil do Porto	Oliveira Lovers, Lda	Ação processo comum	Ação administrativa cujos pedidos visam: a) na declaração de nulidade ou anulabilidade do ato de resolução do contrato; b) na abstenção da prática de qualquer ato por parte da GO Porto que possa limitar, afetar ou pôr em causa os direitos da Autora e ainda c) a condenação da Ré numa indemnização de € 30.000,00 mais desde outubro de 2022 até à data da abertura do localo acrescida de uma indemnização por danos não patrimoniais de € 50.000,00.	€ 30.000,01	Em 10 de julho de 2024 foi apresentada a contestação. Aguarda-se os ulteriores termos processuais. Este processo tem origem no Processo n.º 1201/24.18EPRT UO 1 que consta dos autos.
Processo n.º 1405/24.7YLPAT - Balção do Arrendatário e do Senhorio	Oliveira Lovers, Lda	Ação de despejo	Atenta a resolução do contrato de arrendamento das lojas 36/37 do Mercado do Bolhão e uma vez que o localo não foi entregue, foi intentado ação especial de despejo para efetivação da entrega do localo.	€ 62.707,74	Aguarda-se os ulteriores termos processuais.
Processo: 13261/24.0TBPT - Juízo Central Civil do Porto - Juz 6 - Provisência Cautelar	Oliveira Lovers, Lda	Provisência Cautelar	A providência tem como pedido a suspensão do ato administrativo praticado pelo Conselho de Administração da GO Porto que procedeu à resolução do contrato de arrendamento das Lojas 36/37 do Mercado do Bolhão.	—	Esta providência tem origem no Processo n.º 523/24.08EPRT UO que consta dos processos findos.
Processo n.º 1655/24.08EPRT UO 1	Oliveira Lovers, Lda	Ação administrativa	Ação administrativa cujos pedidos visam: a) na declaração de nulidade ou anulabilidade dos atos administrativos de que foi notificada em (16/9/2024) constituído por decisão de anulação do despacho de 26/3/2024 a suspensão do procedimento administrativo pendente em nome da A. de licenciamento das obras que esta está a fazer no localo dos autos; b) na abstenção da prática de qualquer ato por parte da GO Porto que possa limitar, afetar ou pôr em causa os direitos da Autora e ainda c) a condenação da Ré numa indemnização por danos não patrimoniais de € 75.000,00.	€ 30.001	A GO Porto apresentou em 30 de setembro de 2024 a competente contestação. Aguardam-se os ulteriores termos do processo.
Processo: 1991/24.18EPRT UO 2	GM Faria, Unipessoal Lda	Ação administrativa	O empreiteiro tentou ação pedindo a anulação das deliberações do Conselho de Administração da GO Porto, por via da qual foi deliberado aplicar ao empreiteiro uma sanção, pelos atrasos verificados, na execução dos trabalhos de empreitada no montante de € 28.101,91 e da aplicação de multa no valor de € 14.501,41, imputada a título de ressarcimento no âmbito do incumprimento contratual.	€ 42.603,32	Foi apresentada a competente contestação, aguardam-se os ulteriores termos.
Processo: 2006124.08EPRT UO 1	Condomínio do prédio sito na Rua Alvaro Castellón e Travessa Monte S. João	Ação administrativa	O Condomínio intenta a presente ação contra a GO Porto, o Município e a EMAP, e o pedido consiste em o tribunal ordenar: 1) as Réas a absterem-se da colocação dos ecopontos no trecho da via que contende com o prédio do Condomínio Autor, e/ou condene as Réas a aterarem o projeto de requalificação da Travessa Monte de São João no sentido da não colocação dos ecopontos nesse trecho; ou 2) caso, entretanto e no decurso desta ação OS ecopontos subterrâneos sejam efetivamente colocados no local marcado, desde já se requeira a V. Exa que, subsidiariamente, ordene a reposição da Travessa à situação anterior, sem os referidos ecopontos.	€ 30.800,01	Encontra-se a decorrer o prazo para apresentação da contestação.
Execução Sumária (Of. Juiz) 13191/24.0TBPT - Ato de Execução do Plano - Juz 2	Massa Insolvente Inovadigi - Imprensa Digital, Lda	Execução	A execução funda-se numa rjunção à qual foi anexa fórmula executória, por falta de oposição e que tem por base uma fatura que, atagadamente, não terá sido paga.	148,24 €	Foi apresentado no dia 24 de setembro de 2024 a oposição.

Demonstrações Financeiras

Previsionais

51

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PRELITO	VALOR	SITUAÇÃO
Tribunal arbitral					
Processo n. CNA 24-A/2021 Pecção inicial março de 2022	Lúcio: & ACA - Bilhão ACE	Acção em Processo Arbitral	No âmbito da empreitada de "Restauração e da Modernização do Mercado do Bolhão" o empreiteiro (ACE) intentou uma acção pelo qual requere a condenação da GO Porto (i) no reconhecimento à provocação do prazo de execução da empreitada e, consequentemente, do direito a sobrecustos e perdas e danos suportados (pela substituição, prazo não absorvido, encargos de estrutura, custos pela maior permanência em obra - negociação de subcontratos e agravamento dos recursos); (ii) no direito ao reconhecimento dos trabalhos complementares executados e não reconhecidos pelo ACE.	6.505.616,33 €	O Tribunal Arbitral Ad Hoc constituído por acordo entre a GO Porto e o empreiteiro. Foi apresentada Petição Inicial pelo Empreiteiro, tendo a GO Porto através dos seus mandatários apresentado a respectiva Contestação em maio de 2022, tendo sido requerida a improcedência de todos os pedidos formulados pela autora. Em junho de 2022, a Autora respondeu à Contestação da GO Porto. Posteriormente em julho de 2022, esta apresentou a sua resposta, sendo que em setembro (após férias judiciais) a GO Porto respondeu às "exceções" invocadas pelo ACE. O processo segue os seus trâmites, com a fixação dos elementos de prova. Ambas as partes apresentaram requerimentos probatórios tendo o ACE requerido a realização de uma peritagem. Neste momento corre prazo para apresentação dos depoimentos por escrito das testemunhas e dos depoimentos de parte. De igual modo, está em curso o prazo para designação dos peritos que não realizou a peritagem. (Nota: o ACE em requerimento autónomo - setembro de 2022 -, veio desistir do pedido de sobrecustos decorrentes do agravamento das condições de mercado e do consequente aumento dos custos de aquisição de recursos. A 24.11.2022 o Tribunal Arbitral profereu despacho em que indicou os factos dados como assentes e ficou os temas da prova; A 19.05.2023, o Tribunal Arbitral notificou as Partes da versão consolidada dos quesitos a submeter à pericia; A 23.06.2023, o Demandante apresentou um articulado superveniente, a coberto do qual apresentou a conta final da empreitada; A 29.09.2023, as Partes foram notificadas do Relatório Pericial, tendo ambas apresentado os seus pedidos de esclarecimentos a 16.10.2023; As Partes foram notificadas dos esclarecimentos prestados pelos Srs. Peritos a 24.11.2023; A 14.12.2023, realizou-se uma audiência entre o Tribunal e as Partes, com vista ao agendamento da audiência de julgamento e preparação de demais diligências processuais. Foi a GO Porto notificada da sentença arbitral que condena a GO Porto a) a pagar um valor que corresponde a aproximadamente 50% daquele montante: 2.636.067,43 (dois milhões seiscentos e trinta e seis mil e sessenta e sete euros e quarenta e três céntimos); b) Condenou, ainda, a GO Porto a pagar 52% do valor das custas do processo (sendo 40% da responsabilidade da Autora), circunstância com a qual não se concordam dado não corresponder ao decréscimo efetivamente verificado face ao valor inicial peticionado, pelo que rá ainda ser objeto de reclamação; c) Para além do referido aos valores da condenação, de acordo com a sentença, acrescem juros moratórios calculados à taxa de 4% e contabilizados desde a data da entrada da Petição Inicial. Encontra-se a decorrer o prazo para interposição de recurso.

Em conclusão, é convicção da GO Porto que, salvo um ou outro caso pontual, não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.

M
H
CA

9 – Conclusão

Para o período de plano 2025 – 2029, estima-se a obtenção de um resultado líquido médio anual positivo, no valor de € 6.825,74.

Ressalva-se que as obras com prazos de término imperativo poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a Autarquia do Porto não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos.

Apresenta-se no quadro seguinte, alguns indicadores económico-financeiros para o período em plano:

INDICADORES	2025	2026	2027	2028	2029
FINANCEIROS					
Liquidez geral	4,41	5,14	5,81	6,11	5,59
Autonomia Financeira	17,39%	17,12%	17,09%	16,94%	16,99%
Autofinanciamento	119 272	116 164	169 414	142 875	139 385

Previsionais

B – Orçamento de Exploração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	NUTAN	2025	2026	2027	2028	2029
RENDIMENTOS E GASTOS						
VENDEDAS	BA3	15 000,00	20 000,00	30 000,00	35 000,00	35 000,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	BA3	41 604 788,44	78 056 875,85	69 692 990,31	69 159 156,77	39 656 265,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	BA3	4 825 000,00	4 627 000,00	4 722 000,00	4 735 000,00	4 790 000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	BA4.1	11 811,02	-15 748,05	-23 622,05	-27 559,06	-27 559,06
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	BA4.2	-43 271 388,23	-79 543 525,21	-71 249 186,51	-70 769 946,25	-41 530 540,46
GASTOS COM O PESSOAL	BA4.3	3 076 771,93	-3 098 668,81	3 088 527,28	-3 099 685,12	-3 109 226,83
IMPARIIDADES DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERSÕES)		-5 350,28	-5 350,28	-5 350,28	-5 350,28	-5 350,28
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	BA7.4	-43 446,90	-27 069,70	-27 069,70	-15 037,60	-1 000,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	BA3	89 476,02	109 422,87	124 480,29	138 098,81	138 698,81
OUTROS GASTOS E PERDAS	BA4.5	-5 570,00	-5 570,00	-5 570,00	-5 570,00	-5 570,00
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO		119 930,09	117 364,69	170 344,99	144 207,22	140 717,34
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	BA2BAA4	-112 366,41	-109 358,62	-162 559,06	-136 093,32	-132 603,44
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)		7 563,69	8 006,07	7 785,92	8 113,90	8 113,90
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	IDA4.5	15 130,00	15 130,00	15 130,00	15 130,00	15 130,00
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	BA5	-50,00	-50,00	-50,00	-50,00	-50,00
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		22 643,69	23 086,07	22 865,92	23 193,90	23 193,90
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	BA6	15 738,52	-16 280,44	16 010,76	16 412,53	16 412,53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		6 905,17	6 805,63	6 855,17	6 781,37	6 781,37

M.
U.
CAI

C – Orçamento de Tesouraria

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CASH		NOTAS	ANOS S. GUINTE			
		2025	2026	2027	2028	2029
FLUXOS DE CASH DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS						
RECEBIMENTOS						
Clientes	I-08-A-3	43 328 555,11	81 244 477,35	72 896 411,69	72 249 441,94	41 550 200,01
Subsídio à Exploração	I-08-A-3	4 825 000,00	4 627 000,00	4 722 000,00	4 735 000,00	4 790 000,00
PAGAMENTOS						
Fornecedores	I-08-A-4.2	45 168 096,39	82 470 595,98	73 918 058,03	73 404 205,65	43 068 659,48
Pessoal (Grupos IRS, CGA e SS)	I-A-4.3	3 086 683,62	3 124 550,89	3 115 151,51	3 127 114,45	3 137 379,43
CASH GERADA PELAS OPERAÇÕES		-93 224,68	276 330,48	385 202,15	453 321,84	134 161,10
OUTROS RECEBIMENTOS						
Estado (IVA)	I-A-3B-A-4.2	424 102,55	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	I-A-6	765,09	752,79	0,00	0,00	0,00
Outros recebimentos (Estado, Banca e Outros)		189 693,62	134 439,11	152 959,76	169 710,53	170 448,53
OUTROS PAGAMENTOS						
Estado (IVA)	I-A-3	20 000,00	197 286,19	383 989,92	371 527,92	60 819,79
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	I-A-6	18 085,87	16 757,17	17 618,28	17 358,78	17 745,39
Outros pagamentos (Estado, Banca e Outros)		4 979,20	4 979,20	6 096,23	5 311,72	5 969,69
Rubricas Extraordinárias						
FLUXOS DE CASH DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		398 272,31	202 499,86	220 457,88	238 633,96	238 074,76
FLUXOS DE CASH DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO						
RECEBIMENTOS						
Juros e Rendimentos Similares	I-08-A-5	15 120,00	15 120,00	15 120,00	15 120,00	15 120,00
PAGAMENTOS						
Activos Fixos Tangíveis	I-A-2	64 000,00	20 950,00	125 500,00	187 050,00	113 200,00
Activos Intangíveis	I-A-2	138 621,00	52 275,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00
Investimentos Financeiros	I-A-2	11 954,62	11 791,18	11 791,44	11 791,70	11 587,78
Juros e Gastos Similares		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
FLUXOS DE CASH DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		-109 505,62	-68 946,18	-134 521,44	-116 871,70	-121 917,78
FLUXOS DE CASH DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
PAGAMENTOS						
Financiamentos Obtidos	I-A-7.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FLUXOS DE CASH DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO DE CASH E SEUS EQUIVALENTES		198 766,70	132 553,68	85 936,44	122 562,26	116 156,98
CASH E SEUS EQUIVALENTES 31 DE JANEIRO		1 305 502,62	1 507 269,12	1 639 822,00	1 725 768,84	1 848 321,10
MÍNIMO DE CASH		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
CASH E SEUS EQUIVALENTES 31 DE DEZEMBRO		1 507 269,12	1 639 822,80	1 725 758,84	1 848 321,10	1 964 478,08

M
H
CA

Previsionais

D – Balanço Previsional

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	2025	2026	2027	2028	2029
ATIVO						
ATIVO NÃO CORRENTE						
ATIVOS FIDUCIÁRIOS	B-A-2/B-A-4.4	155 541,38	103 857,08	125 546,20	135 362,56	150 306,76
ATIVOS INTANGÍVEIS	B-A-2/B-A-4.4	70 180,82	40 006,51	103 458,33	55 048,65	10 001,01
INVESTIMENTOS EM CURSO	B-A-2/B-A-4.4	102 700,00	135 200,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	B-A-2/B-A-4.4/B-A-7.1	5 043 127,70	5 054 497,08	5 065 866,71	5 077 236,62	5 088 322,60
		5 371 549,90	5 333 560,66	5 294 871,24	5 267 647,82	5 248 630,37
ATIVO CORRENTE						
INVENTÁRIOS	B-A-4.1	54 896,46	53 798,15	44 825,82	31 916,49	19 007,15
CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES	I-D/B-A-3	75 200,00	82 220,00	89 942,00	98 436,20	107 779,82
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	B-A-4.3/B-A-6/B-A-7.2	106 564,70	162 909,23	165 126,48	181 772,42	105 292,85
OUTRAS CONTAS A RECEBER	B-A-7.4	501 262,53	501 321,27	501 410,40	501 535,65	501 705,46
DIFERIMENTOS	B-A-7.3	39 923,75	41 781,20	44 599,57	48 560,22	53 930,05
CAIXA E DEPÓSITOS	B-A-7.1	1 589 269,12	1 640 822,80	1 726 758,84	1 849 321,10	1 957 458,08
		2 285 116,56	2 482 852,65	2 572 663,11	2 711 542,08	2 746 173,41
TOTAL DO ATIVO		7 656 666,46	7 816 413,31	7 867 534,35	7 979 189,90	7 994 803,77
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO						
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
PATRIMÓNIO/CAPITAL	B-A-7.5	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00
RESERVAS	B-A-7.3	824 295,01	831 200,17	838 005,80	844 860,97	851 642,34
		1 324 295,01	1 331 200,17	1 338 005,80	1 344 860,97	1 351 642,34
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	B-5	6 905,17	6 885,63	6 855,17	6 781,37	6 781,37
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1 331 200,17	1 338 085,80	1 344 860,97	1 351 642,34	1 358 423,71
PASSIVO						
PASSIVO NÃO CORRENTE						
OUTRAS CONTAS A PAGAR	B-A-7.4	5 807 813,88	5 994 993,33	6 079 718,69	6 183 414,65	6 144 990,65
		5 807 813,88	5 994 993,33	6 079 718,69	6 183 414,65	6 144 990,65
PASSIVO CORRENTE						
FORNECEDORES	I-D/B-A-4.2	50 000,00	50 000,00	10 000,00	10 000,00	50 000,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	B-A-4.3/B-A-6/B-A-7.1	55 016,96	15 163,42	15 678,24	15 422,04	21 982,76
OUTRAS CONTAS A PAGAR	B-A-7.4	412 635,46	418 250,76	417 276,45	418 710,87	419 406,65
		517 652,41	483 414,18	442 954,69	444 132,91	491 389,41
TOTAL DO PASSIVO		6 325 466,29	6 478 407,51	6 522 673,38	6 627 547,56	6 636 380,06
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		7 656 666,46	7 816 413,31	7 867 534,35	7 979 189,90	7 994 803,77

IV

Equilíbrio Económico- Financeiro

M
H
CA

Equilíbrio Económico- Financeiro

57

Equilíbrio Económico- Financeiro

No âmbito da atividade operacional de Gestão e Exploração, os encargos diretos incorridos no período de plano 2025 - 2029, serão financiados através das receitas próprias geradas pela exploração do Mercado do Bôlhão e pelo subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto.

Os encargos com os gastos de obra (subcontratos) serão financiados através das receitas obtidas via o

contrato de Gestão de Empreendimentos, firmado com o Município do Porto.

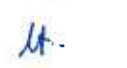
Por outro lado, os encargos de estrutura da Empresa – gastos operacionais indiretos – serão financiados pelo Município do Porto sob a forma de subsídio à exploração, atribuído pela Autarquia.

Para o período em plano 2025 - 2029, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte:



↑ Legenda Infraestruturas Elétricas do Estádio da Praia da Foz de Sousa

GASTOS	2025	2026	2027	2028	2029
Gastos Operacionais					
Contrato de Obra					
Fornecimentos e Serviços Externos Obra CGE	39 974 688,47	76 283 080,07	67 839 043,41	67 347 911,34	37 685 873,60
Fornecimentos e Serviços Externos Obra outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Gastos contrato de Obra	40 216 688,47	76 525 080,07	68 081 043,41	67 489 911,34	37 927 873,60
Contrato de Exploração					
Costos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	11 811,02	15 748,03	13 612,86	27 559,86	27 559,86
Gastos com o Pessoal	348 689,52	348 689,52	348 689,52	348 689,52	348 689,52
Fornecimentos e Serviços Externos dos Equipamentos Explorados	2 144 363,22	2 212 512,59	2 349 288,19	2 432 981,63	2 554 090,86
Fornecimentos e Serviços Externos da Estrutura DGE	7 626,42	17 341,41	17 409,35	17 700,31	17 700,31
Imparidades de Inventários	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28
Gastos de Depreciação e de Amortizações	0,00	0,00	45 062,16	45 062,16	45 075,68
Outros Gastos	4 830,00	4 830,00	4 830,00	4 830,00	4 830,00
Gastos contrato exploração	2 522 970,46	2 604 471,82	2 794 251,54	2 882 172,95	3 003 295,70
Estrutura					
Gastos com o Pessoal	2 727 782,41	2 749 979,29	2 739 637,76	2 750 995,60	2 760 537,31
Fornecimentos e Serviços Externos	902 714,12	288 591,14	801 445,36	829 252,97	836 875,69
Imparidades de Dívidas a Receber	43 446,90	27 069,70	27 069,70	15 037,60	1 000,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	112 366,41	109 358,62	117 496,90	91 031,16	87 527,76
Outros Gastos	740,00	740,00	740,00	740,00	740,00
Juros e Gastos similares suportados	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
Gastos da estrutura	3 787 099,84	3 675 788,75	3 686 409,73	3 687 107,33	3 686 730,76
Imposto Sobre Rendimento do Período	15 758,52	15 280,44	16 010,76	16 412,53	16 412,53
Total	46 542 489,38	82 821 621,09	74 577 745,41	74 075 604,15	44 628 312,59

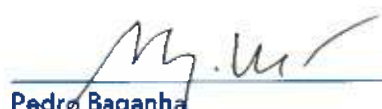

Equilíbrio Económico- Financeiro

59

PROVEITOS	2024	2026	2027	2028	2029
Prestação Serviços contrato de mandato - CGE	39 974 680,47	76 283 080,07	67 839 043,41	67 247 911,34	37 685 873,60
Prestação Serviços contrato outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Vendas contrato de exploração	15 000,00	20 000,00	30 000,00	35 000,00	38 000,00
Prestação Serviços contrato de exploração	1 388 107,97	1 531 793,77	1 611 946,90	1 669 245,38	1 728 391,55
Reversão de Imparidades de Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídio à Estrutura	4 826 000,00	4 627 000,00	4 722 000,00	4 735 000,00	4 790 000,00
contrato de mandato	3 787 059,84	3 675 788,75	3 686 439,73	3 687 107,33	3 680 756,76
contrato de exploração	1 037 900,16	951 211,25	1 035 560,27	1 047 892,67	1 109 243,24
Outros Rendimentos e Ganhos	1 616,87	700,00	700,00	700,00	700,00
Outros Rendimentos e Ganhos contrato de exploração	87 899,15	109 722,87	123 780,29	137 398,81	157 996,81
Juros e Ganhos Similares	15 130,00	15 130,00	15 130,00	15 130,00	15 130,00
Total	46 549 394,46	82 828 426,72	74 584 600,60	74 082 385,82	44 638 093,96
Resultado Líquido do Período	6 905,17	6 805,63	6 855,17	6 781,37	6 781,37

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Porto, 31 de outubro de 2024



Pedro Baganha
Presidente do Conselho
de Administração



Cátia Meirinhos
Vice-Presidente do Conselho
de Administração



Manuel Aranha
Vogal do Conselho
de Administração

ANEXO I

Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2025 – 2029

ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2025 – 2029

Resumo por Rubricas Orçamentais:

Designação das Rubricas		2025	2026	2027	2028	2029
1	CULTURA E PATRIMÓNIO					
1.2	Equipamentos e Programas Municipais	6 909 000	15 153 000	15 426 000	14 338 000	8 000 000
	Sub-total	6 909 000	15 153 000	15 426 000	14 338 000	8 000 000
2	ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO					
2.1	Consolidação de Estratégia Económica da Cidade	2 339 000	5 101 000	600 000	0	0
2.2	Educação	2 331 000	2 941 000	1 004 000	1 005 000	1 000 000
	Sub-total	4 670 000	8 042 000	1 604 000	1 005 000	1 000 000
3	AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA					
3.1	Ambiente	1 536 000	4 941 000	3 890 000	6 430 000	6 500 000
3.3	Qualidade de Vida Urbana	8 913 000	15 390 000	8 756 000	5 355 000	2 000 000
	Sub-total	10 449 000	20 330 000	12 646 000	11 885 000	8 500 000
4	URBANISMO E HABITAÇÃO					
4.1	Regeneração Urbana	18 017 000	30 010 000	38 515 000	39 878 000	18 803 000
4.2	Qualificação do Ambiente Urbano e Espaço Público	1 000	1 000	5 000	5 000	5 000
	Sub-total	18 018 000	30 011 000	38 520 000	39 878 000	18 808 000
6	MOBILIDADE					
6.1	Transporte Público	1 000	5 000	5 000	5 000	5 000
6.2	Modos Suaves	422 000	3 523 000	1 100 000	1 300 000	1 600 000
	Sub-total	423 000	3 528 000	1 105 000	1 805 000	1 605 000
7	GOVERNÂNCIA DA CÂMARA					
7.1	Funcionamento dos Serviços	681 000	1 742 000	940 000	390 000	1 040 000
7.1	Outros	325 000	450 000	350 000	350 000	350 000
	Sub-total	1 006 000	2 192 000	1 290 000	1 240 000	1 390 000
TOTAL		41 475 000	79 226 000	70 581 000	70 866 000	39 303 000

NOTA: O ano de 2025 apresenta valores conforme proposta de 2.º aditamento do CGE 2023-2025

ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2025 – 2029

63

GO Porto IGP 2025 - 2029 Empreendimentos		11 375 000 €	77 726 000 €	70 581 000 €	70 066 000 €	39 303 000 €
Rubrica e Orçamento	Empreendimento	2025	2026	2027	2028	2029
Equipamentos e Programas Municipais	Balletteatro Escola de Artes Reabilitação	500 000 €	1 904 000 €			
	BMAG Beneficiação		1 000 €	1 450 000 €	1 000 000 €	
	BPMP - Requalificação	5 397 000 €	9 500 000 €	9 500 000 €	3 303 000 €	
	BPMP Palméis Azulejos Remoção, recuperação e remontagem			16 000 €		
	Casa Tait Reabilitação Fachada e Cobertura	55 000 €				
	Galeria Municipal - Beneficiação			300 000 €	640 000 €	
	Museu CACE - Reabilitação	100 000 €	2 170 000 €	1 570 000 €		
	Palacete dos Viscondes de Balsemão Reabilitação	124 000 €	1 078 000 €	2 090 000 €	1 395 000 €	
	Palácio São João Novo Reabilitação	50 000 €	500 000 €	500 000 €	8 000 000 €	8 000 000 €
	Teatro Municipal Campo Alegre Reabilitação Exterior	533 000 €				
	Teatro Municipal Campo Alegre Remodelação Interior	150 000 €				
	Subtotal >	6 909 000 €	15 153 000 €	15 426 000 €	14 338 000 €	8 000 000 €
Consolidação da Estratégia Económica da Cidade	Antigo Matadouro Industrial do Porto - Reconversão	1 470 000 €	5 100 000 €	600 000 €		
	Feiródromo de Campanhã - Recinto de Feiras	854 000 €				
	Palácio do Bolhão - Requalificação	15 000 €	1 000 €			
	Subtotal >	2 339 000 €	5 101 000 €	600 000 €		
Educação	EB Agre do Arnial - Requalificação	389 000 €				
	EB Augusto Gil	1 000 €	10 000 €			
	EB Carlos Alberto Requalificação	10 000 €	10 000 €			
	EB da Ponte Requalificação	600 000 €	930 000 €			
	EB Eugénio de Andrade Requalificação	100 000 €	140 000 €	1 000 €	1 000 €	
	EB Francisco Torrinha Requalificação	100 000 €	230 000 €	1 000 €	1 000 €	
	EB Nicolau Nasoni Requalificação	64 000 €	100 000 €	1 000 €	1 000 €	
	ES António Nobre	1 000 €	10 000 €			
	Esc. Sec. Alexandre Herculano - Arranjos Exteriores	700 000 €	1 500 000 €			
	Escola Secundária Infante D. Henrique reabilitação	365 000 €	1 000 €	1 000 €		
	Instalações DME - Escola do Sol	1 000 €	10 000 €			
	Intervenções generalizadas PEO			1 000 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €
	Subtotal >	2 331 000 €	2 941 000 €	1 004 000 €	1 003 000 €	1 000 000 €
Ambiente	Casa Tait Requalificação Jardim	80 000 €	50 000 €	450 000 €	500 000 €	
	Cemitério de Agramonte Edifício Administrativo Remodelação	20 000 €	370 000 €			
	Cemitério de Agramonte jazigo Municipal Beneficiação				50 000 €	300 000 €
	Cemitério de Agramonte Núcleo Museológico Beneficiação				50 000 €	100 000 €
	Crematório Prado do Raposo - Ampliação	53 000 €	820 000 €	230 000 €		
	Jardim Emílio David Reforço Drenagem	48 000 €				
	Jardim Senhora do Porto	725 000 €				
	Jardins do Palácio de Cristal - Avenida das Tilias					1 700 000 €
	Palácio de Cristal Centro de Educação Ambiental Beneficiação	200 000 €	300 000 €			
	Parque da Cidade Casa das Máquinas e Lago II	1 000 €	600 000 €			
	Parque Urbano da Enlha	1 000 €	20 000 €	300 000 €	3 000 000 €	3 350 000 €
	Parque Urbano da Lapa - Construção	1 000 €	1 000 €			
	Parque Urbano Quinta do Rio			250 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €
	Parques Infantis	200 000 €	200 000 €			
	Passeio Alegre Instalações Sanitárias Reabilitação	6 000 €	230 000 €			
	Quinta de Salgueiros Biolab	200 000 €	2 000 000 €	2 200 000 €		
	Quinta de Salgueiros Biolab - Centro Interpretativo					50 000 €
	Quinta de Salgueiros Biolab - Fase II			100 000 €	1 850 000 €	
	Subtotal >	1 536 000 €	4 941 000 €	3 880 000 €	6 450 000 €	6 500 000 €
	Campo da FADEUP	175 000 €				
	Campo Municipal de Campanhã Construção	2 000 000 €	1 863 000 €			
	Campo Municipal de Paranhos Construção		1 000 €	1 000 €	1 250 000 €	750 000 €
	Campo Viseu Substituição de Piso	1 000 €	230 000 €			
	CS Carvalhido construção	390 000 €	1 950 000 €	1 100 000 €		
	CS COP e Serpa Pinto reabilitação	100 000 €				
	CS Garcia de Orta construção	390 000 €	2 140 000 €	1 100 000 €		
	CS Unidade Aldoar reabilitação	830 000 €	880 000 €			
	CS Unidade Azevedo Campanhã construção	870 000 €				

M
Jh
ca

**ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar
para o Município do Porto por Empreendimento
em 2025 – 2029**

64

GO Porto IGP 2025 - 2029 Empreendimentos		11 475 000 €	17 226 000 €	10 581 000 €	10 066 000 €	19 303 000 €
Rubrica Orçamental	Empreendimento	2025	2026	2027	2028	2029
Qualidade de Vida Urbana	CS Unidade Cerco I reabilitação	250 000 €	1 555 000 €			
	CS Unidade Fox do Douro I reabilitação	422 000 €				
	CS Unidade Porto d'Ouro I reabilitação	370 000 €	1 550 000 €	165 000 €		
	CS Unidade Santos Pousada e Porto Centro I construção	561 000 €	1 950 000 €	915 000 €		
	CS Unidade Vale Formoso I reabilitação	572 000 €				
	Espaço de Apoio aos Desportos de Mar	191 000 €				
	Parque Desportivo da Ervilha I Construção	250 000 €	2 750 000 €	3 485 000 €	1 605 000 €	
	Parque Desportivo de Ramalde – Fase II	1 480 000 €				
	Parque Desportivo de Ramalde I Reparações	50 000 €	450 000 €			
	Parque Desportivo Oriental I Construção	10 000 €	20 000 €	490 000 €	1 000 000 €	
	Pavilhão Multiusos I Construção	1 000 €	20 000 €	1 500 000 €	1 500 000 €	500 000 €
	Piscina da Constituição I Beneficiação					750 000 €
	Subtotal >	8 913 000 €	15 359 000 €	8 756 000 €	5 355 000 €	2 000 000 €
Regeneração Urbana	Arruamentos na Lapa I Requalificação	1 000 €	1 000 €	400 000 €	400 000 €	
	Avenida Fernão Magalhães I Ligação à Praça Afonso Pinto de Magalhães	1 000 €				
	Avenida Nun Álvares UOPG1	1 000 €	1 000 000 €	2 400 000 €	6 000 000 €	
	Beneficiação da rua de S. Dinis			500 000 €	1 500 000 €	
	Beneficiação Ruas Guedes Azevedo e Bonjardim	680 000 €			1 070 000 €	
	Disjuntores Ruas Diversas I Colocação	20 000 €				
	Envolvente ao Edifício R. S. Dinis - Requalificação	1 000 €	1 000 €			
	Estabilização Talude Bairro Capela	877 000 €				
	GEP I Arranjo do Largo do Lavadouro na R. do Freixo		75 000 €			
	GEP I Pavimentação da Rua de Santos Pousada	160 000 €				
	GEP I Redimensionamento de Caldeiras - 02	100 000 €	350 000 €			
	GEP I Requalificação da Avenida de Camilo	150 000 €	720 000 €			
	GEP I Requalificação envolvente a creche na R. Tâmega	1 000 €				
	GEP I Rua da Argentina e Travessa da Fonte Arcada	70 000 €	100 000 €			
	GEP I Sobrelevação de cruzamentos 01	1 000 €				
	Intervenções em diversos arruamentos AQ - Total	209 000 €	3 346 000 €	5 484 000 €	10 782 000 €	6 818 000 €
	Largo da Fontinha, Rua da Fontinha e Travessa da Fontinha I Requalificação	1 000 €	20 000 €	842 000 €	1 300 000 €	330 000 €
	Largo da Mompilher - Requalificação			20 000 €	680 000 €	
	Loteamento do Monte da Bela	1 000 €	1 000 €	1 000 €	2 000 000 €	5 000 000 €
	Loteamento do Monte Pedral - Construção	1 000 000 €	2 400 000 €	1 500 000 €		
	Mercado S. Sebastião I Demolição	320 000 €				
	Miradouro Vitória		1 000 €	200 000 €		
	Nó de Paranhos I Acessibilidades	1 000 €	20 000 €	2 410 000 €		
	Nova via Lordelo (Diogo Botelho - Bartolomeu Velho)			10 000 €	350 000 €	660 000 €
	Obras de Arte – Fase 1	160 000 €	1 100 000 €			
	Obras de Arte – Fase 3	100 000 €	1 040 000 €			
	Obras de Arte – Fase 5	50 000 €				
	Obras de Arte - Muros Rua da Granja I Reabilitação	60 000 €				
	Obras de Arte - Muros Rua de Miragaia I Reabilitação	34 000 €				
	Passeio junto Tanatório	1 000 €				
	Praça da Corujeira - Requalificação	200 000 €	3 300 000 €	3 000 000 €		
	Praça da República I Jardim e Envolvente	955 000 €	200 000 €			
	Praça Pedro Nunes, Ruas de Ricardo Severo, Largo da Paz e outros I Requalificação	200 000 €	1 690 000 €	800 000 €		
	Programa Rua Direita - Soma	9 773 000 €	10 016 000 €	4 856 000 €		
	R. Arg. Lobão Vital - Prolongamento	1 000 €	30 000 €	530 000 €	1 054 000 €	
	R. D. Pedro V – Construção de Passagem Superior			40 000 €	1 695 000 €	1 695 000 €
	R. da Alegria I Beneficiação	1 000 €	10 000 €			
	R. da Conceição I Beneficiação	1 000 €	10 000 €			
	R. do Almada I Beneficiação	1 000 €	10 000 €			
	R. José Falcão I Beneficiação	1 000 €	10 000 €			
	R. Ramalde Meio - Requalificação	140 000 €				
	Reabilitação urbana de Azevedo- Campanhã - Fase 2	150 000 €	1 470 000 €	822 000 €		
	Requalificação Espaço Público Lordelo	200 000 €	1 300 000 €	4 000 000 €	4 100 000 €	4 000 000 €
	Requalificação Ruas Galeria Paris e Pícaris	30 000 €	520 000 €			
	Residências Universitárias - Monte Pedral I Construção	1 000 €	1 000 €	1 000 €		

M

ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2025 – 2029

65

GO Porto IGP 2025 - 2029 Empreendimentos		31.375.000 €	29.226.000 €	20.551.000 €	20.066.000 €	19.301.000 €
Rubrica Orçamental	Empreendimento	2025	2026	2027	2028	2029
Regeneração Urbana	Rua Alves Redol Repavimentamento	1.000 €	20.000 €	630.000 €		
	Rua Avel de Cima Beneficiação	60.000 €	100.000 €			
	Rua Azevedo de Campanhã Fase 3		1.000 €	500.000 €	400.000 €	
	Rua Bartolomeu Velho - Beneficiação	725.000 €				
	Rua da Bandeirinha Requalificação		1.000 €	720.000 €		
	Rua da Boavista - Beneficiação				1.060.000 €	
	Rua da Madeira	1.000 €	20.000 €	750.000 €		
	Rua das Andresses - Loteamento Municipal	1.000 €	20.000 €	968.000 €	690.000 €	
	Rua de Afonso de Paiva (lado poente)	1.000 €				
	Rua de D. João IV - Beneficiação	1.000 €				
	Rua de Pereiro, Rua D. Estevão da Gama e Travessa de Baixo de Pereiro R	1.000 €	20.000 €	560.000 €	815.000 €	
	Rua da Salazar e Rua da Preciosa Requalificação	1.000 €	20.000 €	1.778.000 €		
	Rua do Santo Ildefonso Requalificação		1.000 €	1.000 €		
	Rua do Alcaide de Faria Beneficiação	1.000 €				
	Rua do Cativo e Rua da Porta do Sol Requalificação	1.000 €				
	Rua do Monte Pedral Beneficiação	1.000 €	200.000 €	300.000 €		
	Rua Elnhas - Prolongamento	1.000 €	20.000 €	320.000 €	924.000 €	
	Rua Guerra Junqueiro e Rua Monsenhor Fonseca Soares Beneficiação	1.000 €	1.000 €			
	Rua John Whitehead Prolongamento	486.000 €				
	Rua José Fontes Rocha Requalificação	275.000 €				
	Rua Justino Teixeira e Rua Monte Estação - Beneficiação - fase 2	200.000 €	800.000 €			
	Rua Régulo Magalhães e zonas envolventes Requalificação				550.000 €	
	Rua Sá Noronha (até Rua Oliveiras)		1.000 €			
	Rua Sarmento Baies Requalificação	1.000 €	20.000 €	922.000 €	200.000 €	
	Talude Av. Fernão de Magalhães (entre 322 e 390) Estabilização	33.000 €				
	Talude da Rua Alcacer Ceguer Consolidação	33.000 €				
	Talude da Rua da Presa de Contumil Estabilização		1.000 €			
	Talude da Rua de S. Bartolomeu Velho Estabilização	1.000 €				
	Talude da Rua S. Roque da Lameira (Lado Norte) Estabilização	1.000 €				
	Talude da Rua S. Roque da Lameira (Lado Sul) Estabilização	1.000 €				
	Travessa das Almas - Requalificação	345.000 €				
	Via Corniche Construção		1.000 €	2.000.000 €	4.050.000 €	300.000 €
	Via de Ligação a Av. Fontes Pereira Melo	1.000 €	1.000 €	750.000 €	250.000 €	
	Via de Ligação da Rua do Dr. Júlio de Matos à Rua Henrique de Sousa Reis	1.000 €	20.000 €	500.000 €		
	Viaduto 25 de Abril e ramos de acesso - Pavimentação AQ	1.000 €				
	Viaduto Av. 25 de Abril Reabilitação Instalação Elétrica	180.000 €				
Subtotal >		18.017.000 €	30.010.000 €	38.515.000 €	39.870.000 €	18.803.000 €
Qualificação do Ambiente e do Espaço Público	Intervenções generalizadas Ambiente e Espaço Público	1.000 €	1.000 €	5.000 €	5.000 €	5.000 €
Subtotal >		1.000 €	1.000 €	5.000 €	5.000 €	5.000 €
Transporte Público	Intervenções generalizadas Transporte Público	1.000 €	5.000 €	5.000 €	5.000 €	5.000 €
Subtotal >		1.000 €	5.000 €	5.000 €	5.000 €	5.000 €
Modos Suaves	Articulação de redes intraurbanas de ciclovias - Ligação PORTO-S. MAMEDE	1.000 €	1.000 €			
	Asprela Campanhã Ciclovia Ligação	168.000 €	590.000 €			
	Ecopista do Ramal Almandega - Construção	50.000 €	450.000 €			
	Intervenções generalizadas Modos Suaves	1.000 €	200.000 €	300.000 €	300.000 €	300.000 €
	Palácio de Cristal Ligações Mecanizadas Percursos Pedonais	200.000 €	2.260.000 €			
	Passeio ciclável entre o Teatro do Campo Alegre e o CDUP	1.000 €	1.000 €			
	Percursos Pedonais - Ligações Mecanizadas	1.000 €	20.000 €	300.000 €	1.000.000 €	800.000 €
	Viaduto de ligação entre Jardim Botânico e o CDUP		1.000 €	500.000 €	500.000 €	500.000 €
Subtotal >		422.000 €	3.523.000 €	1.100.000 €	1.800.000 €	1.600.000 €
	Ágora Cultura e Desporto Edifício Sede	105.000 €				
	BSB Centro de Treino	50.000 €	1.000 €			
	Campo Sintético do Viso Edifício de Apoio - Balneários	1.000 €	400.000 €			

M
L
CT

**ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar
para o Município do Porto por Empreendimento
em 2025 – 2029**

66

GO Porto IGP 2025 - 2029 Empreendimentos		11.475.000 €	19.226.000 €	10.581.000 €	10.066.000 €	19.101.000 €
Rubrica Orçament	Empreendimento	2025	2026	2027	2028	2029
Funcionamento dos Serviços	Casa Escola do BSB - Remodelação	110.000 €				
	CROA Unidade Comportamentalismo Animal					100.000 €
	Edifício S. Diniz	45.000 €	90.000 €	90.000 €	90.000 €	90.000 €
	Hanger no BSB - Requalificação	50.000 €	1.000 €			
	Intervenções generalizadas PFP		500.000 €	500.000 €	500.000 €	500.000 €
	Mercado do Boão	210.000 €	300.000 €	350.000 €	300.000 €	350.000 €
	Parque da Cidade Edifício Administrativo Remodelação	10.000 €	450.000 €			
	Quinta do Mitra Remodelação	100.000 €				
	Subtotal >	681.000 €	1.742.000 €	940.000 €	890.000 €	1.040.000 €
Outros	Comunicação Obra Geral	100.000 €	150.000 €	150.000 €	150.000 €	150.000 €
	Consultoria Jurídica	175.000 €	100.000 €	100.000 €	100.000 €	100.000 €
	Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	50.000 €	200.000 €	100.000 €	100.000 €	100.000 €
	Subtotal >	325.000 €	450.000 €	350.000 €	350.000 €	350.000 €

M

lt

CM

Gestão e Obras do Porto

ANEXO II

Parecer do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único

**ANEXO II – Parecer do Revisor
Oficial de Contas/Fiscal Único**





Gestão e Obras do Porto

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2025-2029

Introdução

Nos termos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedi ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da Gestão e Obras do Porto, E.M. (a Entidade ou Go Porto), relativos ao período de 2025 a 2029, datado de 31 de outubro de 2024, que compreendem os planos anuais e plurianuais de atividades, de investimento e financeiros, as demonstrações orçamentais previsionais, as notas explicativas ao orçamento, orçamento de exploração, orçamento de tesouraria e os balanços previsionais para o mencionado período, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos nos pontos II e III dos IGP.

As demonstrações financeiras previsionais apresentam, para o ano de 2025, um total do ativo de 7 656 666 euros, um património líquido de 1 331 200 e um resultado líquido de 6 905 euros. O orçamento da receita e da despesa, para o ano de 2025, é de 48 703 237 euros e 48 504 470 euros, respetivamente.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.

Responsabilidades do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional

A minha responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

O meu trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Parecer

Baseado na minha avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em minha opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Devo, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamo a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2024, projetado de acordo com a proposta do 2.º aditamento ao Contrato de Gestão de Empreendimentos 2023 – 2025, que procede a uma revisão, em baixa, do valor da obra a executar em 2024 e 2025, e da proposta do 1.º aditamento ao Contrato-Programa 2024–2026. A sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2024. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas estimados e incluídos no património líquido poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os

7

fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados.

2. Os Instrumentos de Gestão Previsional relativos ao período de 2025 a 2029 foram elaborados tendo por base a proposta do 1º aditamento ao Contrato-Programa 2024–2026, que prevê um valor global de subsídio para o período de 13 417 243 euros, e a proposta do 2º aditamento ao Contrato de Gestão de Empreendimentos para o triénio 2023 – 2025, com revisão em baixa do valor de obra previsto para 2024 e 2025. Para os anos de 2026 a 2029, o valor do subsídio considerado foi determinado em sede dos próprios IGP.
3. A Go Porto está subordinada, na sua prestação de serviços, ao grupo Câmara Municipal do Porto, procurando alargar a sua atividade a outras entidades, pelo que quaisquer atrasos significativos na geração de encomendas ou nos fluxos financeiros poderão afetar decisivamente as condições de exploração e o equilíbrio patrimonial e financeiro da Entidade.

Porto, 31 de outubro de 2024



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338

Registo na CMVM com o n.º 20160948



Instrumentos de Gestão Previsional

2025 – 2029

Handwritten signature and initials in blue ink, including a checkmark and the letters 'M' and 'K'.

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto,
E.M., S.A.

Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 9.º andar
4350-158 Porto

Instrumentos de Gestão Previsional
2025 – 2029

Aprovado em Conselho de Administração em 4 de novembro
de 2024



Índice

I. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR E MISSÃO DA PORTO VIVO, SRU.....	9
1. Objetivo	11
2. Âmbito da atividade da Porto Vivo, SRU.....	11
3. Metodologia de construção dos Indicadores de Gestão Previsional 2025-2029.....	13
4. Análise da Empresa e do seu Mercado	13
5. Missão e Visão da Empresa.....	19
6. Gestão de Pessoas	20
6.1 Plano de Gestão de Pessoas para o Período 2025-2029.....	20
6.2 Formação e Desenvolvimento de Competências.....	23
II. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2025.....	25
1. Objetivo	27
2. Objetivos Estratégicos.....	29
[E1] ORU – Operações de Reabilitação Urbana.....	29
[E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão	30
[E3] ORU – Arrendamento Acessível	31
3. Indicadores de atividade.....	33
[E1] ORU – Operações de Reabilitação Urbana.....	33
[E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão	35
[E3] Arrendamento Acessível.....	36
III. ORÇAMENTO PARA 2025	37
1. Sumário	39
2. Orçamento de 2024	40
3. Orçamento de 2025	41
4. Orçamento de Receitas	42
4.1. Contrato-Programa	42
4.2. Contrato de Mandato – Imóveis Sob Gestão	42
4.3. Contrato de Mandato – Porto com Sentido	43

✓
M
K

4.4.	Vendas.....	43
4.5.	Comparticipações Comunitárias.....	43
4.6.	Rendas (Propriedade SRU).....	43
4.7.	Rendas (Gestão SRU).....	44
4.8.	Outras Receitas.....	44
5.	Orçamento de Despesas.....	45
5.1	Pessoal.....	45
5.2	Aquisição de Bens e Serviços.....	46
5.3	Amortização de Financiamentos Obtidos.....	47
5.4	Juros de Financiamentos Obtidos.....	47
5.5	Outros Encargos Financeiros.....	47
6.	Impostos e Taxas.....	48
7.	Outras Despesas.....	48
8.	Investimentos em Reabilitação Urbana.....	49
9.	Outros Investimentos.....	50
IV.	PLANO PLURIANUAL 2025-2029.....	51
	Orçamento Plurianual 2025 – 2029.....	53
1.	Demonstrações Orçamentais Previsionais.....	53
1.1.	Receitas.....	53
1.2.	Despesas.....	54
1.3.	Plano Plurianual de Investimento.....	56
2.	Demonstrações Financeiras Previsionais.....	57
2.1.	Balanço.....	57
2.2.	Demonstração de Resultados.....	59
3.	Compromissos Plurianuais.....	60
V.	PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	65
VII.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO.....	71
VI.	ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS.....	79

✓
11
K



Índice de Figuras

Figura 1: Pontos Fortes	16
Figura 2: Pontos Aperfeiçoamento e Ameaças.....	17
Figura 3: Oportunidades	18
Figura 4: Missão e Visão da Empresa.....	19
Figura 5: Organograma	20
Figura 6: Objetivo Estratégico das Operações de Reabilitação Urbana	29
Figura 7: Objetivos Estratégicos da Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão	31
Figura 8: Objetivos Estratégicos do Arrendamento Acessível	32
Figura 9: Indicadores de atividade das Operações de Reabilitação Urbana.....	34
Figura 10: Indicadores de atividade da Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão	35
Figura 11: Indicadores de atividade do Arrendamento Acessível.....	36



Índice de Tabelas

Tabela 1: Ações públicas mais marcantes no domínio da habitação	15
Tabela 2: Distribuição 2025- 2029 por Área de Especialidade, Vínculo e Categoria	22
Tabela 3: Tesouraria para 2025.....	41
Tabela 4: Despesas com Pessoal.....	45
Tabela 5: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	46
Tabela 6: Despesas com Outros Encargos Financeiros	48
Tabela 7: Despesas com Impostos e Taxas	48
Tabela 8: Outras Despesas	49
Tabela 9: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana.....	49
Tabela 10: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas.....	54
Tabela 11: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas.....	55
Tabela 12: Balanço Previsional 2025– 2029	58
Tabela 13: Demonstração de Resultados Previsional 2025 – 2029	59
Tabela 14: Compromissos Plurianuais	63



Lista de Abreviaturas

BEI - Banco Europeu de Investimento

CMP - Câmara Municipal do Porto

ELH - Estratégia Local de Habitação

IHRU - Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, IP

INE - Instituto Nacional de Estatística

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ORU - Operação de Reabilitação Urbana

PERU - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana



I. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR E MISSÃO DA

1. Objetivo

Os Instrumentos de Gestão Previsional definem e caracterizam as opções estratégicas da Porto Vivo, SRU, em observância aos desígnios e missão estabelecidos pelo Município do Porto.

O presente documento, relativo ao período de 2025-2029, prevê dar continuidade à estratégia definida nos instrumentos previsionais, definido para o período 2020-2024, complementando-a e reforçando a intervenção em determinados eixos, pela premência de responder com urgência às necessidades habitacionais da cidade e atualiza as prioridades existentes, nomeadamente por força da execução da grande oportunidade que é o 1.º Direito, financiado pelos fundos do PRR.

2. Âmbito da atividade da Porto Vivo, SRU.

Conforme exposto no n.º 1 do artigo 3.º dos Estatutos da Sociedade, a Porto Vivo, SRU, tem como objeto social a promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto, através da:

- "a) coordenação e gestão da reabilitação nas unidades de intervenção com documentos estratégicos aprovados;
- b) coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação das operações de reabilitação urbana aprovadas na cidade do Porto, em que a Porto Vivo, SRU, seja designada entidade gestora, nos termos do disposto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, na sua versão atualmente em vigor;
- c) reabilitação dos edifícios do parque habitacional da cidade, identificados na estratégia municipal de habitação do Porto, com exclusão dos edifícios destinados a habitação de interesse social, designadamente através da construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e gestão dos edifícios destinados a habitação a custos acessíveis ou das habitações localizadas nas denominadas "Ilhas da cidade."

Em observância ao artigo 50.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, a Porto Vivo, SRU celebrou, em 6 de janeiro de 2020, com o Município do Porto um Contrato Programa, através do qual foram definidas a missão e a atividade a desenvolver e o correspondente subsídio à exploração, que teve depois os seguintes aditamentos, com impacto na atividade até ao final de 2024:

- (1) Em 20 de maio de 2020, o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU assinaram o 1.º Aditamento ao Contrato Programa no sentido de encarregar a Sociedade da gestão e execução operacional do "Programa Porto com Sentido";
- (2) Em 26 de março de 2021, o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU assinaram o 2.º Aditamento ao Contrato Programa, no sentido de contratuizar a transferência para a Sociedade da

✓
M
K

competência de gestão dos imóveis a afetar pelo Município do Porto ao regime do arrendamento acessível, bem como a atualização do subsídio à exploração a receber pela Porto Vivo, SRU em 2021 e 2022 no âmbito das responsabilidades assumidas com a gestão das ORU- Operações de Reabilitação Urbana de Campanhã-Estação e da Corujeira;

- (3) Em 2 de agosto de 2022, o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU, assinaram o 3.º Aditamento ao Contrato Programa, com o propósito de contratualizar o desenvolvimento pela Sociedade de um conjunto de atividades, a seguir descritas, e de a dotar dos respetivos meios financeiros:
- a. Disponibilização de um serviço de atendimento e apoio técnico especializado a terceiros (proprietários de ilhas) para instrução e apresentação de candidaturas ao programa “1.º Direito”, ou a outros programas de financiamento, e, bem assim, fazer o acompanhamento da execução das mesmas, com o objetivo de reabilitar este edificado, propriedade de terceiros;
 - b. Gerir o programa “1.º Direito” no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto;
 - c. Assegurar os levantamentos espaciais e sociais inerentes à promoção das soluções habitacionais de acordo com a Estratégia Local de Habitação.
- (4) Em 9 de dezembro de 2022, o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU, assinaram o 4.º Aditamento ao Contrato Programa, no qual ficou estabelecido o valor da comparticipação financeira para os anos de 2023 e de 2024, a disponibilizar à Sociedade para prossecução das atividades por esta contratualmente assumidas.
- (5) Este contrato teve o 5.º Aditamento em dezembro de 2023, redefinindo-se as verbas a atribuir para 2024, considerando o aumento de atribuições da Sociedade na gestão e manutenção dos imóveis sob a sua gestão, e a promoção de candidaturas ao 1º direito/PRR para o financiamento de obras de reabilitação, bem como o crescimento da atividade relativa ao Programa Porto com Sentido.

O Município do Porto e a Porto Vivo, SRU, celebraram, no dia 2 de agosto de 2022, um Contrato de Mandato, através do qual o Município do Porto encarregou a Sociedade da conservação e reabilitação dos imóveis propriedade da autarquia, com vista à sua introdução no mercado de arrendamento acessível e para a instrução, apresentação, acompanhamento, execução e prática de todos os atos necessários no âmbito das candidaturas ao PRR - Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, bem como a todos os demais programas e avisos que venham a ser publicados e que tenham por objeto o financiamento ou a atribuição de apoios à reabilitação urbana.

- (1) Este contrato teve o primeiro aditamento a 9 de dezembro de 2022, para definição do montante a pagar pelo Município do Porto, como contrapartidas destes serviços para os anos de 2023 a junho de 2026,
- (2) Posteriormente, em dezembro de 2023, foi efetuado o 2.º aditamento ao Contrato Mandato, incorporando-se as verbas relativas à transferência da incumbência de pagamento das rendas aos senhores do Porto com Sentido do Município do Porto para a Porto Vivo, SRU.

Na data de aprovação do presente documento relativo aos IGP 2025-2029, está em curso a submissão para aprovação pelos órgãos competentes do Município do Porto um novo Contrato Programa para o período 2025-2029 e a 3ª alteração ao Contrato de Mandato, que incorporam as previsões de atividade que aqui se apresentam.

3. Metodologia de construção dos Indicadores de Gestão Previsional 2025-2029

A reflexão sobre os Instrumentos de Gestão Previsional 2025-2029 partiu do diagnóstico da envolvente externa, tendo sido identificadas as necessidades no domínio da habitação que exigem intervenção da Empresa.

Num segundo momento, analisaram-se as competências internas existentes e identificaram-se as necessidades de investimento em meios técnicos, formação e recrutamento.

Definiu-se, de seguida, o plano de ação que é proposto neste documento, com a identificação das atividades a desenvolver no período 2025-2029.

Concluiu-se o documento com o apuramento das necessidades de financiamento, pela aferição da rentabilidade estimada e criação dos indicadores de eficácia de desempenho.

4. Análise da Empresa e do seu Mercado

4.1 – Envolvente externa à atividade da Empresa

De acordo com dados da OCDE, relativos ao ano de 2020, 43% das casas em Portugal são propriedade dos residentes, subindo esse número para 58% se considerarmos o universo mais alargado da União Europeia. Neste mesmo indicador, não há país com mais proprietários do que a Roménia, local em que esse valor se cifra em 95%. Nos antípodas encontra-se a Suíça, local em que apenas 4% dos cidadãos é dono da sua própria casa. Os países nórdicos, frequentemente considerados exemplares na aplicação de políticas públicas de habitação, apresentam valores comparativamente baixos, sobretudo se o contraponto for Portugal, verificando-se que na Noruega existem 22% de proprietários, sendo o valor de 15% tanto na Dinamarca como na Suécia.

No que ao mercado de arrendamento normal, digamos assim para melhor distinção face ao conceito acessível, há 13% de pessoas em Portugal a recorrer a este mecanismo, que tem sua menor utilização na Roménia, com 2%, e a maior utilização a pertencer à Suíça com a percentagem a cifrar-se em 55%.

Quanto ao mercado de arrendamento acessível, que poderá ser considerado ainda embrionário em Portugal, o Reino Unido é quem se destaca nesta solução habitacional, com 20% dos cidadãos a usufruir desta prerrogativa, seguindo-se França com 18% tal como Irlanda, e Finlândia com 17%.

Parece, pois, poder inferir-se que haverá uma correlação, ou relação causal, entre o nível de desenvolvimento de um País e o peso do arrendamento na habitação.

Em Portugal, o conceito de arrendamento acessível significa, por definição legal, que o valor deve ser, pelo menos, 20% inferior às rendas práticas no mercado dito normal.

Ora, nos últimos anos, muitos fatores levaram a um aumento progressivo e acentuado do custo da habitação, quer para compra quer para arrendamento, que levaram à atual crise habitacional.

As principais razões da atual crise habitacional, caracterizada por uma falta de oferta e pelo desajustamento do seu custo face ao nível médio de rendimentos da população, decorrem dos seguintes fatores:

- O forte abrandamento do ritmo de crescimento do parque habitacional, com um máximo de 175 mil novos fogos em 2002 e um mínimo de 7 mil em 2015, tendo recuperado para 20 mil em 2022 (fonte: INE).
- O aumento dos preços da habitação a um ritmo superior aos rendimentos das famílias.
- A falta de confiança no mercado de arrendamento nacional, sendo que a escassez de oferta reduziu a disponibilidade neste segmento do arrendamento, propiciando um crescimento muito acentuado dos preços. Os preços de arrendamento atingiram em outubro de 2023, no Porto, o seu máximo histórico, ascendendo a 14,7 €/m², valor que representa um acréscimo anual de 34,9%, face ao seu período homólogo.

De acordo com os censos de 2021, o número de fogos vagos em Portugal ascende a 732.215, pelo que, se fosse possível colocar no mercado cerca de 10% deste montante, o impacto sobre a redução dos preços seria muito significativo. Na Área Metropolitana do Porto, o Porto terá 20.270 fogos vagos, enquanto Vila Nova de Gaia apresenta cerca de 13 mil, Matosinhos 5 mil e Maia cerca de 700.

Numa visão retrospectiva e ligeiramente prospetiva, o quadro seguinte procura ilustrar as ações públicas mais marcantes no domínio da habitação:

Tabela 1: Ações públicas mais marcantes no domínio da habitação

2017	Nova geração de políticas de habitação
2019	Lei de Bases da Habitação
2021	PRR e majoração do apoio financeiro do 1º Direito
2023	Programa Nacional de Habitação
	Pacote mais Habitação

No quadro do desenvolvimento da Nova Geração de Políticas de Habitação aprovado pelo Governo, foi criado o Programa de Arrendamento Acessível, através do Decreto-Lei 68/2019, de 22 de maio, destinado a incentivar a oferta de alojamentos para arrendamento habitacional a preços reduzidos, a disponibilizar de acordo com uma taxa de esforço comportável para os agregados habitacionais.

A opção pela qualificação da habitação tem passado, no município do Porto, por uma forte aposta na reabilitação urbana e pela promoção do arrendamento acessível.

Desde 2020, o Município do Porto tem vindo a tomar medidas que visam proporcionar às famílias, alternativas habitacionais para arrendamento acessível (nomeadamente, através do lançamento no mercado de frações habitacionais da Porto Vivo, SRU, no Centro Histórico do Porto), dando, assim, um sinal ao mercado de que o arrendamento é um mecanismo fundamental para a sustentabilidade de uma fatia considerável da classe média da cidade.

Estas apostas têm permitido, por um lado, modernizar a cidade mantendo a sua traça original, e, por outro, oferecer habitação qualificada, sem que esta se circunscreva a grandes conjuntos de edificado situados naqueles que outrora foram os limites da cidade.

O arrendamento acessível e reabilitação urbana, de mãos dadas com a preocupação ambiental, são a receita do Município para um futuro melhor ao nível da habitação.

A magnitude dos desafios enfrentados pelos trabalhadores da Porto Vivo, SRU, exigiu que a cultura organizacional fosse adaptada para que a resposta seja cada vez mais célere e eficaz. Para este facto contribuíram várias decisões de gestão, encabeçadas pela mudança de instalações no final de 2022, mas cujos efeitos se começaram a fazer sentir, sobretudo, em 2023. A morfologia das instalações privilegiou a criação de equipas de trabalho na verdadeira aceção da palavra. A reorganização passou – também – pela revisitação do organograma e pela valorização, quer de competências quer profissional, num exercício que permitiu colocar a empresa num patamar em que são dadas respostas aos anseios dos cidadãos.



4.2 – Análise SWOT

Pontos Fortes

Competências e Interdisciplinada de do Capital Humano	A Porto Vivo, SRU dispõe de capital humano com competências específicas no processo de regeneração urbana, no seu planeamento e monitorização e ainda na gestão do seu património imobiliário. Estas competências advêm da sua longa experiência nestas áreas, como também do conhecimento e das valências dos seus quadros, que poderão potenciar a interdisciplinaridade necessária para uma resposta às várias vertentes dos problemas que envolvem a habitação pouco digna e inacessível.
Entidade gestora das ORU da Cidade do Porto (Centro Histórico, Campanhã-Estação e Corujeira)	Estas áreas, do ponto de vista estratégico, assumem preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental, nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.
Experiência acumulada na regeneração urbana	A Porto Vivo, SRU, dispõe de uma vasta experiência que poderá, com as devidas adaptações, vir a ser utilizada na formulação de modelos de desenvolvimento e na implementação dos projetos estruturantes e dos eixos programáticos dos PERU das ORU, em que a Porto Vivo, SRU é, ou venha a ser, designada como entidade gestora.
Compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável	Estas áreas, do ponto de vista estratégico, assumem preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental, nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.
Articulação estreita com os serviços do Município	As competências da Porto Vivo, SRU, são exercidas com os serviços do Município, assegurando a prossecução dos interesses comuns e o alcance dos objetivos estratégicos definidos.

Figura 1: Pontos Fortes

Pontos de Aperfeiçoamento e Ameaças

Projetos de longo prazo expostos à conjuntura económica	A natureza dos projetos implica ciclos longos de produção e de exploração, também sujeitos a alterações das políticas municipais. A incumbência estatutária da Porto Vivo, SRU, no âmbito do arrendamento acessível aumenta a exposição da empresa à variação de ciclo económico. Contudo, este é um risco necessário para que a empresa possa prosseguir a sua missão.
Escassez de recursos económicos	Para dar resposta às novas atribuições da empresa a organização necessita de um aumento de receita que permita realizar as intervenções necessárias no parque habitacional que se encontra sob a sua gestão.
Concorrência por parte de outros territórios na atração de investimento	A cidade do Porto concorre com outros municípios com diferentes escalas territoriais, o que faz com que a atratividade de outros concelhos se revista de múltiplos fatores. A competitividade assenta na qualidade e centralidade que produz um efeito de atração gerado pelos impactos positivos da "ideia de habitar" na cidade. Contudo, esta dinâmica não é desapercebida por parte de outros territórios que farão esforços para a contrariar.
Instabilidade do quadro legislativo	A atividade da Porto Vivo, SRU, depende da estabilidade legislativa, nos vários domínios da respetiva área de intervenção. Possíveis alterações, designadamente, em matéria de políticas de habitação e de incentivos fiscais e dos apoios ao investimento podem retrair regeneração urbana do território, como se verificou com o recente programa público do Governo central denominado por "Mais Habitação".
Dotação de competências e recursos humanos	A alteração do seu objeto social, por um lado, e do enquadramento legal, por outro, motivaram a necessidade, iniciada em anos anteriores, de uma reorganização interna para incrementar a execução operacional da missão da empresa, bem como o cumprimento do dever de planeamento das atividades e de reporte no contexto de uma empresa municipal. Esta reorganização interna envolveu a reafecção de recursos humanos internos, que se encontravam na atividade de gestão urbanística, a novas funções, com a exigência de competências equivalentes. As atuais necessidades centram-se na quantidade de colaboradores necessários, fruto de um significativo aumento da atividade, sendo que é previsível que possa acentuar-se a necessidade de contratação de mais elementos.

Figura 2: Pontos de Aperfeiçoamento e Ameaças

Oportunidades

Designação da Porto Vivo, SRU, entidade gestora das ORU da Cidade do Porto	Estas áreas, do ponto de vista estratégico, assumem uma preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.
Aposta do Município do Porto na continuidade das políticas de arrendamento a custos acessíveis	Incentivando o mercado privado de arrendamento através do Programa Municipal Porto com Sentido, seja pela afetação, a este segmento para a classe média, de património próprio, constitui uma orientação clara da estratégia do Município de promoção de novas formas de (re)habitar a cidade. A competência estatutária da Porto Vivo, SRU, permite encarar este desafio como uma oportunidade de contribuir, a par das outras empresas municipais, para o aumento da oferta de habitação, vetor essencial para o aumento do bem-estar da população residente.
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	A Porto Vivo, SRU, pretende utilizar estes apoios financeiros para alavancar o objetivo estabelecido na ELH para criar melhores condições de vida nos núcleos degradados (ilhas) para os diversos agregados familiares, até 2026. A regeneração da Ilha da Lomba e a implementação de um espaço físico que pretende ser um gabinete de apoio à melhoria das condições da habitabilidade do edificado elegível para o efeito, são a demonstração, efetiva e no terreno, de duas vertentes programáticas definidas nos objetivos estratégicos da cidade.
Experiência acumulada na regeneração urbana	Os PERU das ARU de Campanhã-Estação e da Corujeira são uma oportunidade de transformação em larga escala do território da zona oriental da cidade, potenciando a sua integração plena na cidade, a qual passará a ter uma unidade e coerência estendida a todo o território municipal, minimizando barreiras que são sentidas nestas áreas, atualmente mais carenciadas e deprimidas.
Compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável	Estas áreas, do ponto de vista estratégico, assumem preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental, nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.
Transformação do território em larga escala (ARU de Campanhã-Estação e da Corujeira)	As competências da Porto Vivo, SRU, são exercidas com os serviços do Município, assegurando a prossecução dos interesses comuns e o alcance dos objetivos estratégicos definidos.

Figura 3: Oportunidades

5. Missão e Visão da Empresa

Missão	Promover a reabilitação urbana da cidade, de forma sustentável e inclusiva, garantindo a preservação do património e a execução dos programas habitacionais de arrendamento acessível definidos pelo Município do Porto.
Visão	Transformar o Porto numa cidade de referência na reabilitação urbana, garantindo aos seus cidadãos acesso a habitação digna e adequada aos seus rendimentos.

Figura 4: Missão e Visão da Empresa

6. Gestão de Pessoas

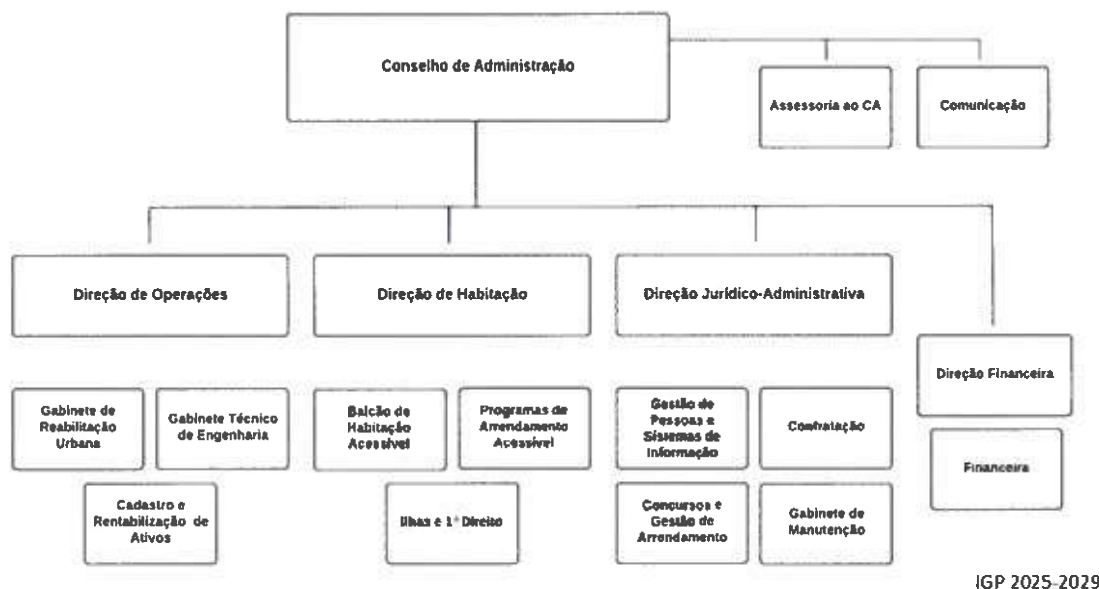


Figura 5: Organograma

6.1 Plano de Gestão de Pessoas para o Período 2025-2029

À data de redação do presente relatório, a Porto Vivo, SRU, é constituída por um Conselho de Administração composto por três (3) elementos, conforme previsto nos estatutos da empresa, sendo a Vice-presidente o membro executivo desta Administração, e 41 efetivos à data. Para o plano de 2025-2029, o número previsto de 46 trabalhadores, a partir do primeiro ano do plano, resulta da previsão da integração como efetivo, ou das seguintes admissões:

- Um (1) Técnico superior para a área da Contratação. Esta integração como efetivo decorre do aumento significativo dos processos de Contratação Pública para a Aquisição de Bens e Serviços e de Empreitadas de Obras Públicas, consequência do aumento do parque habitacional da Porto Vivo, SRU, bem como, de outras responsabilidades que estão sob a gestão da Sociedade. Estima-se um custo anual de 27.648€.
- Um (1) Técnico superior para a área da Manutenção. Esta integração como efetivo decorre das inúmeras solicitações dirigidas à área de Manutenção, resultantes do aumento do parque habitacional sob gestão da Porto Vivo, SRU (cerca de 850 habitações), que coloca necessidades acrescidas à empresa, designadamente, ao nível da conservação e reabilitação dos edifícios municipais, o que, no decorrer de 2024 culminou na criação de uma nova unidade orgânica, o Gabinete de Manutenção, com uma coordenação autónoma. Acresce que, no período de 2025-2029, é intenção da Porto Vivo,



SRU, apostar fortemente na manutenção preventiva, o que reforça a necessidade deste recurso. Estima-se um custo anual de 27.648€.

- Um (1) Técnico superior para a área da Assessoria Jurídica. Esta admissão, resulta do alargamento da atividade que se vem sentindo na empresa, quer relativamente ao número de contratos de arrendamento e subarrendamento celebrados, quer relativamente à atividade de suporte jurídico que esta matéria implica. Esta atividade, trouxe exigências acrescidas em matéria de resposta cabal às solicitações dos novos inquilinos, designadamente em termos das alterações contratuais, mas também em relação aos pedidos de manutenção. Para dar uma resposta célere e eficaz, é necessário contratualizar uma prestação de serviços para as seguintes funções: (i) Assessoria jurídica à Direção Jurídico-administrativa; (ii) Elaboração de contratos vários de acordo com a área da empresa em que se enquadram, de forma a garantir a conformidade jurídica dos processos; (iii) Elaboração estudos, recomendações, notas e pareceres jurídicos sobre problemas de gestão corrente; (iv) Apoio na análise e resposta a questões e necessidades colocadas internamente pelos diferentes setores da empresa, nomeadamente, Conselho de Administração e/ou Direções/Coordenações, no sentido de garantir respostas fundamentadas do ponto de vista jurídico-legal a todas as situações que o exijam; (v) Apoio no processo de organização e atualização da documentação jurídica de suporte ao trabalho desenvolvido na empresa, no sentido de garantir a acessibilidade à informação relevante ao desempenho da atividade. Estima-se um custo anual de 31.342€.
- Um (1) Técnico superior para a área Financeira. O alargamento da atividade geral da Porto Vivo, SRU, e o consequente aumento de contratos de arrendamento e subarrendamento implica um acréscimo significativo da atividade financeira. Com o objetivo de manter o rigor e eficiência desta unidade prevê-se a respetiva contratação para apoiar as funções inerentes ao registo e tratamento contabilístico de documentos, entre outros. Estima-se um custo anual de 27.648€.
- Um (1) Assistente Técnico para a área dos Concursos e Gestão do Arrendamento. Esta previsão decorre do aumento do parque habitacional, propriedade e sob gestão da Porto Vivo, SRU, e consequente disponibilização, via concurso, destas habitações no mercado de arrendamento acessível e programa 1º Direito. Para tal é necessário reforço para a organização de toda a informação, em plataforma dedicada e consequente apreciação das candidaturas, promoção da abertura dos concursos e providencia das respostas às diferentes vicissitudes que esta relação gera: aditamentos, manutenção do locado, regularização de dívidas, denúncia, entre outras. Estima-se um custo anual de 20.197€.



A evolução dos efetivos para o plano 2025-2029 é a indicada no quadro que se segue:

Tabela 2: Distribuição 2025- 2029 por Área de Especialidade, Vínculo e Categoria

Área de Especialidade	2025	2026	2027	2028	2029
Assessoria ao CA	2	2	2	2	2
Comunicação	1	1	1	1	1
Direção de Operações	12	12	12	12	12
Direção de Habitação	12	12	12	12	12
Direção Jurídico-Administrativa	13	13	13	13	13
Direção Financeira	6	6	6	6	6
Vínculo	2025	2026	2027	2028	2029
Contrato Sem Termo	34	37	37	37	37
Contrato a Termo	3	0	0	0	0
Comissão de Serviço Externa	1	1	1	1	1
Acordo Cedência	8	8	8	8	8
Cargos e Categorias	2025	2026	2027	2028	2029
Direção	4	4	4	4	4
Coordenação	12	12	12	12	12
Técnico Superior	24	24	24	24	24
Assistente Técnico	5	5	5	5	5
Assistente Operacional	1	1	1	1	1
Total	46	46	46	46	46



A área de Gestão de Pessoas e Sistemas de Informação, continua a merecer uma forte aposta por parte da presente Administração, tendo como objetivo dinamizar um conjunto de estratégias de gestão de pessoas, assumindo a promoção e desenvolvimento de capital humano:

- Atrair e reter talentos qualificados;
- Promover o desenvolvimento contínuo das competências dos trabalhadores;
- Incentivar o envolvimento e o alinhamento dos trabalhadores com a cultura organizacional, promovendo o bom desempenho e o aumento da produtividade;
- Fomentar o bem-estar e a satisfação dos trabalhadores no ambiente de trabalho.

6.2 Formação e Desenvolvimento de Competências

No plano de 2025-2029, será dada continuidade ao investimento na área da formação contínua dos trabalhadores, mantendo-se o incentivo ao reforço e desenvolvimento de novas competências, procurando identificar e colmatar as lacunas e fragilidades, assim como inovar em determinadas áreas técnicas. Este investimento fortalece não só o conhecimento organizacional, como o conhecimento pessoal e profissional dos trabalhadores da Porto Vivo, SRU, contribuindo para um melhor posicionamento da empresa e para a prestação de um serviço de excelência, considerando o superior interesse da satisfação do público-alvo.

A Porto Vivo, SRU, tem, ainda, vindo a envidar esforços no sentido de blindar a sua atividade empresarial com um corpo normativo e regulamentar de excelência. Um conjunto sistemático de regras estabelecidas pelo empregador, com a participação e consulta prévia dos trabalhadores, num universo de efeitos regulatórios que abrange questões de ordem técnica, disciplinar, organizacional e de cumprimento de todas as obrigações legais decorrentes da legislação nacional e europeia atualmente em vigor.

Este pacote regulamentar visa estabelecer elevados padrões de conduta a serem cumpridos, rigorosamente, por todos os intervenientes da atividade empresarial, independentemente do tipo de vínculo laboral que os une juridicamente à empresa ou da posição hierárquica que ocupam.

Desse modo, a Porto Vivo, SRU, promove o desenvolvimento salutar das relações laborais dos seus trabalhadores, e cumpre a sua obrigação de informar os trabalhadores acerca de aspetos relevantes na vida da empresa.

O que se pretende, mais concretamente, é proporcionar um ambiente de trabalho favorável, livre de discriminação ou de qualquer forma de assédio; é lutar ativamente contra comportamentos indesejáveis por parte quer de superiores hierárquicos, quer de qualquer trabalhador subordinado, que afetem a dignidade da mulher e do homem no trabalho; é promover um combate contínuo e preventivo ao crime de corrupção, através da previsão de regras de conduta e punição dos comportamentos que devem ser

qualificados como corrupção; é evitar que, em caso algum, um trabalhador aja, no âmbito das suas funções, em conflito com os seus interesses pessoais; é promover uma política ativa e eficaz de igualdade de género; é garantir que a privacidade e o respeito pelos dados pessoais são assegurados de acordo com o mais estrito rigor e incomplacência.

Como qualquer outra compilação ou sistematização, estes regulamentos e códigos são, na sua essência, importantes ferramentas de trabalho que se vão aperfeiçoando e ajustando à evolução natural da Porto Vivo, SRU.

É com base nestes pressupostos que vigorarão (novos e revistos), de 2025 em diante, os seguintes normativos regulamentares:

- Regulamento Interno;
- Plano de Prevenção de Risco de Gestão, incluindo riscos de corrupção e infrações conexas;
- Código de Ética e Conduta;
- Código de Prevenção do Assédio;
- Plano para a Igualdade de Género;
- Regulamento de Gestão e Utilização das Viaturas;
- Regulamento de Gestão e Utilização dos Equipamentos Informáticos e Comunicações;
- Regulamento do Trabalho Híbrido (se aplicável);
- Regulamento Interno de Proteção de Dados;
- Regulamento do Canal de Denúncias.



II. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2025



1. Objetivo

Em 2024, a Porto Vivo, SRU, tornou mais abrangente a sua acuidade programática, ou seja, continuou a direcionar a sua atividade para poder impactar mais a cidade, aqui considerando o termo numa aceção lata. Para este efeito, é de relevar a aposta feita no conhecimento das dinâmicas de cidade, desde a sociodemográfica ao enquadramento legal da atividade da sociedade, passando pela auscultação da população, pelo tratamento de informação, muito por via da consolidação e implementação da marca que (já é) o Balcão da Habitação Acessível.

Se, num primeiro momento, a Porto Vivo foi vista, sobretudo, como uma Sociedade de Reabilitação Urbana, que circunscrevia a quase totalidade da sua atuação ao Centro Histórico, num segundo – em que agora nos encontramos –, essa fronteira de perceção foi completamente esbatida. Considerando a perceção como o entendimento que o município e demais *stakeholders* têm do trabalho desenvolvido, importa referir também que a melhoria reputacional traz uma responsabilidade, que se reveste sob a forma de maior expectativa.

Assim, importa cumprir o objeto da Sociedade, vertido nos Estatutos, mas igualmente dar resposta aos anseios dos cidadãos. A realidade é dinâmica e a da habitação é disso exemplo, com a temática a assumir relevo e preponderância, não só no nosso país como, pelo menos, em toda a União Europeia.

Para responder a esta crise no acesso à habitação, o Município do Porto aprovou, no âmbito da respetiva ELH, um instrumento preferencial de política, dirigida à designada classe média, que é o Programa de Arrendamento Acessível. De referir, a este propósito, que, desde 2020, a Porto Vivo, SRU, gere o Programa Porto com Sentido, programa criado com o propósito de captar habitação para posterior disponibilização no mercado de arrendamento acessível. Além disso, a Porto Vivo, SRU, como adiante se mostrará, tem vindo a desenvolver um abrangente programa de reabilitação de imóveis municipais e de sua propriedade, para afetar a esse mercado.

O crescimento da atividade da Porto Vivo, SRU que decorreu do alargamento da sua missão com a última alteração estatutária, tem exigido uma contínua adaptação da sua estrutura e um reforço dos seus meios técnicos e humanos.

Para melhor poder enquadrar a sua missão – “Promover a reabilitação urbana da cidade, de forma sustentável e inclusiva, garantindo a preservação do património e a execução dos programas habitacionais de arrendamento acessível definidos pelo Município do Porto” - a empresa procedeu, para esta nova fase de 2025-2029, à sua organização em quatro Eixos de atividade:

[E1] Operações de Reabilitação Urbana (ORU);

[E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão;

[E3] Promoção da Habitação para arrendamento a rendas acessíveis

[E4] Eficiência na gestão de pessoas e de recursos

Os acordos de financiamento, entre CMP e IHRU, e entre Porto Vivo, permitiram, respetivamente, a prossecução da criação de 185 soluções habitacionais, e a aprovação e concretização de 45 candidaturas, que se repercutem em contratos de comparticipação que se cifram no valor de 24.650.260,45€ para aquisição e reabilitação de imóveis para colocar no mercado de arrendamento acessível.

Atualmente, por via de recursos próprios e também devido à excecional circunstância do 1.º Direito, a executar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, vive-se um período vibrante na cidade, marcado por muitas obras em curso, de reabilitação e requalificação de edificado, e pela dinamização de concursos de arrendamento acessível.

As intervenções de reabilitação procuram ilustrar apenas alguma da intervenção atualmente em curso, naquilo que se pode configurar como uma visão caleidoscópica das camadas de atuação da empresa responsável pela “promoção pela reabilitação urbana na cidade do Porto”.

Parecendo querer contrariar a máxima de que não é possível chegar a tudo, a todo lado, ao mesmo tempo, a Porto Vivo, SRU, conta ainda com uma importante camada de atuação, que se desenvolve através da relação de confiança que tem vindo a ser construída com privados, imprescindível força viva da sociedade em aspetos tão fulcrais como é o da habitação. O Programa Porto com Sentido, já atrás referido, foi criado em 2020 pela autarquia, provendo a captação de habitações de privados para as subarrendar a valores comportáveis. Com este programa, por um lado, é oferecida aos privados a possibilidade de rentabilizarem os seus ativos de forma estável e segura durante cinco anos. Aos subarrendatários é disponibilizada uma opção habitacional qualificada, com um custo inferior ao que é praticado no mercado. O arrendamento acessível, por via da dinamização realizada pela Porto Vivo, SRU, permitiu atribuir casa a perto de 250 agregados.

2. Objetivos Estratégicos

Cada um dos quatro Eixos de atividade resulta da prévia assunção pela Porto Vivo, SRU de um conjunto de Objetivos Estratégicos prosseguidos pela sua Missão e Visão para a cidade.

[E1] ORU – Operações de Reabilitação Urbana

Esta atividade consiste em coordenar, gerir e monitorizar as Operações de Reabilitação Urbana em que a Porto Vivo, SRU é a entidade gestora, tendo dois grandes objetivos estratégicos, que se subdividem depois em objetivos específicos:



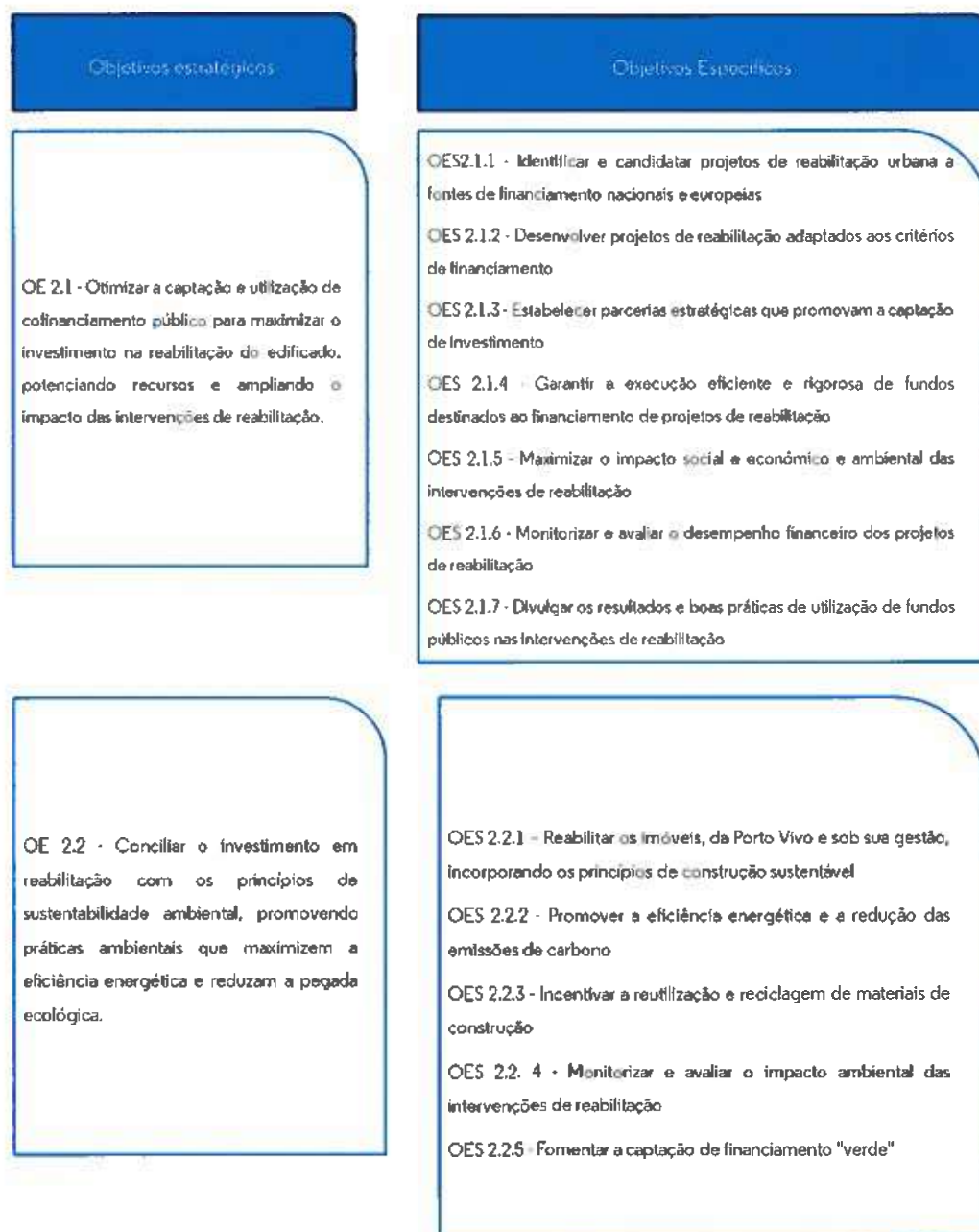
Figura 6: Objetivo Estratégico das Operações de Reabilitação Urbana

Instrumentos de Gestão Previsional 2025 – 2029



[E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão

A atividade deste Eixo foca-se na execução do plano de investimento em reabilitação do edificado que está em curso e em garantir a manutenção do parque habitacional existente.



OE 2.3 - Potenciar a reabilitação das Ilhas da Cidade, dotando-as de condições habitacionais dignas, assegurando a qualidade de vida dos seus habitantes e a plena integração no tecido urbano.

OES 2.3.1 - Reabilitar as infraestruturas e melhorar as condições de habitabilidade das ilhas

OES 2.3.2 - Preservar e valorizar o património histórico e cultural das ilhas

OES 2.3.3 - Mobilizar financiamento específico para a reabilitação das ilhas

OES 2.3.4 - Promover a inclusão social e a proteção dos atuais residentes

OES 2.3.5 - Criar soluções habitacionais acessíveis

OES 2.3.6 - Incentivar práticas de sustentabilidade e eficiência energética

OES 2.3.7 - Monitorizar e avaliar o impacto da reabilitação

OE 2.4 - Planear e assegurar a manutenção dos imóveis próprios e na sua gestão

OES 2.4.1 - Adequada gestão dos pedidos dos inquilinos

Figura 7: Objetivos Estratégicos da Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão

[E3] ORU – Arrendamento Acessível

Este Eixo executa a atividade de promoção do Arrendamento acessível.

Objetivos estratégicos

OE 3.1 - Promover o acesso a habitação adequada para agregados com rendimentos médios que não conseguem aceder ao mercado de arrendamento livre

Objetivos Específicos

OES 3.1.1 - Incentivar a construção de novas habitações para arrendamento acessível

OES 3.1.2 - Monitorizar e avaliar o impacto dos programas de arrendamento acessível

OES 3.1.3 - Promover a comunicação e a informação sobre os programas de arrendamento acessível

OES 3.1.4 - Analisar as candidaturas apresentadas ao programa de arrendamento acessível

OES 3.1.5 - Analisar as candidaturas apresentadas ao programa de arrendamento acessível

OES 3.1.6 - Celebrar e gerir contratos de arrendamento, dando respostas às diferentes vicissitudes que esta relação gera: aditamentos, manutenção do locado, regularização de dívidas, denúncia, entre outras

OES 3.1.7 - Promover a uniformização e a simplificação das condições de acesso aos diferentes programas de apoio ao arrendamento acessível

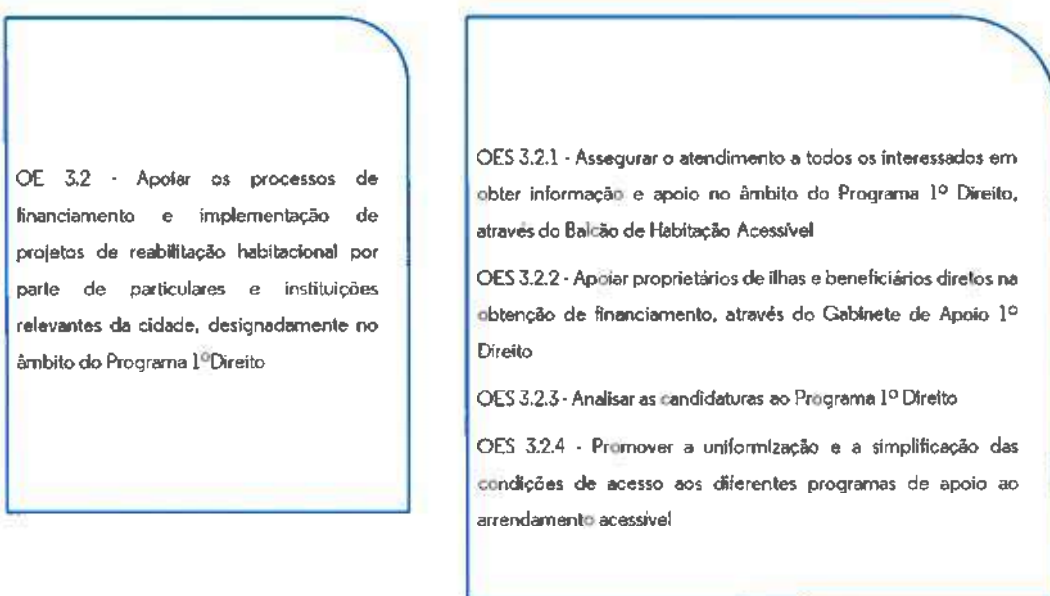


Figura 8: Objetivos Estratégicos do Arrendamento Acessível

3. Indicadores de atividade

Apresentam-se, seguidamente, as métricas utilizadas para medir a eficácia das atividades identificadas, que suportam a monitorização do desempenho operacional e permitem identificar susceptíveis de melhorias.

Para o efeito, foram definidas previamente as ações a desenvolver e depois o indicador usado para a sua medição, quantificado como metas para 2025.

[E1] ORU – Operações de Reabilitação Urbana

Objetivos Estratégicos Específicos	Ações a desenvolver 2025/2029	Indicadores de Realização
OE1.1 - Assumir um papel preponderante na dinamização da revitalização urbana das ORU da zona oriental da cidade	- Monitorização de indicadores que possibilitem a compreensão do estado de processos de reabilitação em curso, públicos e privados, servindo de suporte a decisões estratégicas de gestão para estas áreas geográficas da cidade (1); - Proceder à identificação de todos os prédios e as intervenções que se encontram por realizar nas ARU da zona oriental da cidade (2); - Monitorização e análise dos pedidos de uso do direitos de preferência pelo Município e Porto Vivo, SRU (3); - Estabelecimento de parcerias estratégicas para otimizar os recursos aplicados na reabilitação (4).	(1) Realização de relatórios trimestrais de acompanhamento de situação (2) Realização de relatório anual (3) Realização de relatório trimestral (4) Concretização de ações de cooperação e parcerias (2 por trimestre)

Objetivos Estratégicos Específicos	Ações a desenvolver 2025/20029	Indicadores de Realização
OE1.2 - Continuar a monitorização da reabilitação urbana na ORU do Centro Histórico do Porto e criar a Unidade de Intervenção de Santa Clara	- Monitorização de indicadores que possibilitem a compreensão do estado atual de processos de reabilitação em curso servindo de suporte a decisões estratégicas de gestão para estas áreas geográficas da cidade (1); - Monitorização e análise dos pedidos de direitos de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas (1); - Centralizar e monitorizar o estado de desenvolvimento dos projetos estruturantes e das ações (1); - Proceder ao levantamento das situações, identificando todos os prédios e as intervenções que se encontram por realizar na ARU/CHP (1); - Comunicação e divulgação pública das ações constantes do programa estratégico e evolução da respetiva execução (2); - Processo de expropriação e início de empreitada de reabilitação de edifício na Av. Vimar Pereira (3); - Aprovação e implementação da Unidade de Intervenção de Santa Clara (4); - Adaptação do modelo do "Plano de Gestão e de Sustentabilidade" ao sistema de monitorização (5) - Celebração de contrato de reabilitação urbana para uma residência de estudantes (6)	- (1) Realização de relatórios trimestrais de acompanhamento - (2) Realização de relatório anual - (3) Execução no primeiro semestre de 2025 - (4) Aprovação pelo executivo municipal no primeiro semestre de 2025 - (5) Apresentação do documento final "Plano de Gestão e Sustentabilidade" no primeiro semestre de 2025 - (6) No decurso dos 3 primeiros trimestres de 2025

Figura 9: Indicadores de atividade das Operações de Reabilitação Urbana

[E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão

Objetivos Estratégicos Específicos	Ações a desenvolver 2025/2029	Indicadores de Realização
OE2.1 - Otimizar a captação e utilização de cofinanciamento público para maximizar o investimento na reabilitação do edificado, potenciando recursos e ampliando o impacto das intervenções de reabilitação.	- Maximização do reembolso dos investimentos por fundos já contratados do 1º Direito (1); - Captação de fontes alternativas de financiamento público e parceria privada (2); - Desenvolvimento de produtos inovadores no domínio do fomento da reabilitação do edificado (3).	- (1) Taxas mínimas de execução de pedidos de desembolso de 80% e de recebimento de 70%. - (2) Apresentação de evidências de candidaturas (1 por semestre). - (3) 1 proposta anual apresentada ao Conselho de Administração.
OE2.2 - Conciliar o investimento em reabilitação com os princípios de sustentabilidade ambiental, promovendo práticas ecológicas que maximizem a eficiência energética e reduzam a pegada ecológica.	- Reabilitação dos imóveis da Porto Vivo e do Município do Porto sob gestão da Sociedade (1); - Implementação de normas nacionais e europeias neste ao processo de construção e reabilitação (2); - Execução de obras de manutenção e de conservação nos prédios propriedade da Porto Vivo, SRU e dos sob a sua gestão (3)	- (1) Total de 33, visando a colocação no mercado de arrendamento acessível de 227 novos fogos. - (2) Apresentação de evidências para 50% das obras em curso. - (3) Níveis de resposta a solicitações e tempos de resposta superiores a 90% dos pedidos.
OE2.3 - Potenciar a reabilitação das Ilhas da Cidade, dotando-as de condições habitacionais dignas, assegurando a qualidade de vida dos seus habitantes e a plena integração no tecido urbano	- Reabilitação de ilhas adquiridas pela Porto Vivo, SRU (1); - Assegurar os alojamentos temporários necessários a concretização de obras quer em imóveis da Porto Vivo, quer de imóveis sob a sua gestão (2). - Apoio a outros proprietários na obtenção de financiamentos público/incentivos para esta missão (3)	- (1) Concretização de 60% da empreitada da Ilha da Lomba - (2) Níveis de resposta a solicitações e tempos de resposta (superior a 75%) - (3) Parâmetros de avaliação do tempo de resposta e nível de satisfação (superior a 90% das solicitações).

Figura 10: Indicadores de atividade da Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão

[E3] Arrendamento Acessível

Objetivos Estratégicos Específicos	Ações a desenvolver 2025/2029	Indicadores de Realização
OE3.1 - Promover o acesso a habitação adequada para agregados com rendimentos médios que não consigam aceder ao mercado de arrendamento livre	- Promover junto de potenciais parceiros privados o programa Porto com Sentido (1); - Promover junto de potenciais parceiros privados o programa na vertente Build to Rent (2); - Assegurar um nível de arrendamento em contínuo dos fogos disponíveis para arrendamento (3).	- (1) Obter um crescimento no ano de 10%; - (2) Angariar mais uma parceria por trimestre; - (3) Superior a 95%.
OE3.2 - Apoiar os processos de financiamento e implementação de projetos de reabilitação habitacional por parte de particulares e instituições relevantes da cidade, designadamente, no âmbito do Programa 1º Direito	- Colaborar na instrução de candidaturas nomeadamente ao nível da solução urbanística, obtenção de documentos, contratação de prestadores e relações com arrendatários (1); - Assegurar o acompanhamento da execução física e financeiro das candidaturas contratualizadas (1); - Assegurar o atendimento assistido aos candidatos para submissão de candidaturas para obtenção de habitações (2); - Apoiar a área de concursos na obtenção de documentação adicional, pós-sorteio, junto dos sorteados (2); - Assegurar a conclusão do processo de atribuição de habitações ao abrigo do 1º Direito junto do IHRU (2). - Atendimento no balcão da Habitação Acessível (2).	- (1) Níveis mínimos de resposta a 95% dos pedidos; - (2) Níveis de resposta não inferiores aos de 2024;

Figura 11: Indicadores de atividade do Arrendamento Acessível



III. ORÇAMENTO PARA 2025

1. Sumário

O presente capítulo visa traduzir o planeamento da Sociedade para o exercício de 2025 ao nível das receitas a obter e das despesas a suportar¹. Assim, nesse período, a Porto Vivo, SRU, espera obter resultados positivos, quer ao nível orçamental, quer ao nível económico, conforme documentos previsionais apresentados, tendo em consideração, principalmente, a obtenção das seguintes receitas e rendimentos:

1. A transferência do Município do Porto no valor de 2,72M€, no Contrato-Programa a celebrar e cuja proposta se apresentará ao Executivo Municipal;
2. A alienação de imóveis adquiridos em exercícios anteriores e destinados à criação de uma Residência de Estudantes no Morro da Sé, pelo valor estimado de 3,00M€, nos termos do procedimento a lançar no presente ano;
3. A comparticipação prevista do valor de 8,85M€ no âmbito das candidaturas apresentadas e a apresentar pela Sociedade ao Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, enquadradas no Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU a 12 de abril de 2022, e cujos projetos financiados estão refletidos no Plano Plurianual de Investimento (em anexo).

¹ É anexo ao presente instrumento, o detalhe, por rubrica económica, das despesas e receitas a suportar em 2025.

2. Orçamento de 2024

As previsões para o ano de 2025 têm em consideração as atuais perspectivas para o exercício de 2024, estando, assim, refletida a alteração orçamental modificativa a efetuar, justificada, principalmente, pelos seguintes fatores:

1. A revisão do cronograma físico dos diferentes projetos de reabilitação urbana, com impacto ao nível do cronograma financeiro, e cuja alteração se traduz nas rubricas de Investimentos (07) e na rubrica de Impostos e Taxas (02), com principal destaque para o adiamento para 2025 e exercícios seguintes dos processos de:
 - a. Reabilitação do edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira;
 - b. Reabilitação do edifício sito na Rua Antero de Quental;
 - c. Aquisição e Reabilitação das Ilhas de Souto de Contumil e da Bouça;
 - d. Aquisição e Reabilitação de Imóveis na Unidade de Intervenção de Santa Clara.
2. O adiamento da perspectiva de venda dos imóveis referidos no ponto anterior para o exercício de 2025;
3. A consideração de um reembolso total por parte do IHRU das despesas suportadas e elegíveis ao Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no âmbito dos Contratos de Participação celebrados;
4. O adiamento da despesa e receita associada ao processo de expropriação do Quarteirão das Cardosas para o ano de 2025;
5. A manutenção dos valores associados ao Contrato de Mandato celebrado com o Município do Porto, porquanto a menor execução não tem qualquer impacto ao nível do resultado líquido ou orçamental estimado, na medida em que se encontra refletido, igualmente, do lado dos gastos/despesas e dos rendimentos/receitas;
6. A consideração de que todas as restantes despesas e receitas atualmente inscritas no orçamento da Sociedade se concretizarão e que no, final do exercício, não subsistirão despesas por pagar ou receitas por cobrar.

3. Orçamento de 2025

Conforme é perceptível na Tabela 3, a atual previsão do orçamento para 2025 traduz um excedente de tesouraria de cerca de 0,61M€, apresentando quatro grandes fontes de financiamento, designadamente, as verbas a receber no âmbito do Contrato-Programa a celebrar e do Contrato de Mandato celebrado com o Município do Porto (nos termos do 3.º Aditamento a aprovar), a contrapartida prevista associada à alienação de imóveis, bem como as participações previstas enquadradas no Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

De relevar, no entanto, o aumento das rendas a cobrar no âmbito de imóveis cuja propriedade é da Sociedade, tendo em consideração o arrendamento de imóveis cuja aquisição foi efetuada no ano de 2024, bem como a finalização de operações de reabilitação iniciadas em anos anteriores.

Tabela 3: Tesouraria para 2025

Rubrica	Fonte de Financiamento				Total
	Crédito-Programa [A]	Crédito-Mandato [B]	Subsídios ao Investimento [C]	Recitas Próprias [D]	
Contrato-Programa	2 715 247				2 715 247
Prestação de Serviços		11 881 859			11 881 859
Verbas de Imóveis				3 000 000	3 000 000
Comparticipações Comunitárias (PARR)			8 847 423		8 847 423
Rendas (Propriedade SRU)				936 820	936 820
Rendas (Gestão SRU)				1 697 212	1 697 212
Outras Recitas				1 067 471	1 067 471
A. Total de Recitas	2 715 247	11 881 859	8 847 423	6 701 503	30 146 032
Despesas					
Despesas Correntes					
Pessoal	1 570 319			435 616	2 005 935
Aquisição de Bens e Serviços	1 091 188	11 881 859		2 240 126	15 213 173
Amortização de Financiamentos Obtidos				343 750	343 750
Juros de Financiamentos Obtidos				198 471	198 471
Outros Encargos Financeiros	1 936			11 229	13 165
Impostos e Taxas	48 438		395 294	853 724	1 297 446
Outras Despesas	3 366			233 254	236 620
Despesa de Capital					
Investimentos em Reabilitação Urbana			8 432 139	1 693 427	10 145 566
Quarteirão Carlos Alberto				351 788	351 788
Unidade de Intervenção de Santa Clara			322 178	439 141	761 316
Unidade de Intervenção da Lomba			2 827 488	125 674	2 953 162
Unidades Patrimoniais (Aumento de Capital)			2 579 281	462 415	3 041 696
Unidades Patrimoniais (Imóveis Adquiridos F. serviços Artísticos)			1 303 959	222 111	1 526 070
Ilhas das Antas (Reabilitação)			384 558	39 798	424 356
Aquisição e Reabilitação de Ilhas (Souto de Contumil e Bouça)			1 034 678	52 500	1 087 178
Outros Investimentos				83 942	83 942
B. Total de Despesas	2 715 247	11 881 859	8 817 423	6 093 530	29 538 068
C. Tesouraria (A - B)				607 953	607 953



4. Orçamento de Receitas

A Sociedade estima obter um total de receitas de cerca de 30,15M€, distribuídas por diferentes naturezas e fontes de financiamento, conforme evidenciado nos pontos seguintes.

4.1. Contrato-Programa

No âmbito da proposta de celebração do novo Contrato Programa para o período 2025-2029, a Sociedade prevê receber no ano de 2025 o valor de 2,72M€ associado a subsídios à exploração pelo exercício das seguintes atividades:

- i. Gestão das Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, de Campanhã – Estação, Corujeira e Azevedo, designadamente, através de afetação de recursos humanos internos, que assegurem os meios técnicos necessários para que a Sociedade possa conduzir essa missão;
- ii. Execução e gestão operacional do programa de dinamização do mercado de arrendamento acessível lançado pelo Município do Porto no ano de 2020, denominado “Porto com Sentido”;
- iii. Disponibilização de um serviço de atendimento e apoio técnico especializado a terceiros (proprietários de ilhas) para instrução e apresentação de candidaturas ao programa “1.º Direito”, ou a outros programas de financiamento, bem como acompanhamento da execução das mesmas, com o objetivo de reabilitar este edificado, propriedade de terceiros;
- iv. Gestão do programa “1.º Direito” no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto;
- v. Realização dos levantamentos espaciais e sociais inerentes à promoção das soluções habitacionais de acordo com a Estratégia Local de Habitação;
- vi. Gestão, manutenção, conservação e reabilitação dos imóveis cuja transferência foi delegada na Sociedade, correspondendo à diferença entre o valor das receitas previstas a obter com o arrendamento dos mesmos (receita próprias) e custos de estrutura a suportar.

4.2. Contrato de Mandato – Imóveis Sob Gestão

Nos termos do estipulado no Contrato de Mandato celebrado com o Município do Porto a 2 de agosto de 2022, através do qual é delegada na Sociedade a competência de reabilitação dos imóveis cuja gestão foi transferida no âmbito da celebração do 2.º Aditamento ao Contrato-Programa 2020-2024, e a reafirmar no Contrato-Programa a celebrar para o período 2025-2029, a Sociedade estima receber, do Município do Porto, e ao longo de 2025, o valor de 10,09M€, sendo este total correspondente às despesas previstas a suportar com o respetivo processo.



4.3. Contrato de Mandato – Porto com Sentido

Tendo em consideração a transferência da competência para a Porto Vivo, SRU, da gestão dos contratos de arrendamento celebrados com os proprietários dos imóveis integrados no Programa Porto com Sentido, a Sociedade prevê receber do Município do Porto o valor de 1,80M€, para fazer face ao pagamento das respetivas rendas, e cuja atualização dos valores a transferir será preconizada através da celebração de um novo aditamento ao Contrato de Mandato.

4.4. Vendas

No exercício de 2025 a Sociedade prevê alienar os imóveis adquiridos em períodos anteriores e destinados à criação de uma Residência de Estudantes no Morro da Sé, pelo valor estimado de 3,00M€, permitindo, deste modo, fazer face ao investimento previsto e a pagar através de receitas próprias.

4.5. Comparticipações Comunitárias

Enquadrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente, no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação que reforça o financiamento no âmbito do Programa 1.º Direito, a Porto Vivo, SRU estima receber no ano de 2025 o valor de 8,85M€ associado à comparticipação do investimento a realizar nos diferentes processos de reabilitação e detalhados no ponto 8 Investimentos em Reabilitação Urbana do orçamento das despesas.

4.6. Rendas (Propriedade SRU)

Para o total das rendas a obter com os imóveis da Sociedade, no valor estimado de 0,94M€, contribuem duas atividades distintas, (i) a promoção do arrendamento de habitações a preços acessíveis, bem como (ii) a rentabilização do investimento realizado com as frações comerciais ou edifícios afetos a serviços. Deste modo, para aquele total foram assumidos os seguintes pressupostos:

- i. As frações habitacionais da propriedade da Porto Vivo, SRU, e em processo de arrendamento, serão responsáveis pela obtenção de receitas no total de 0,56M€, prevendo-se, para tal, uma taxa de ocupação das mesmas de 100%. De relevar que para este total contribuem as rendas a obter com os imóveis cujo processo de reabilitação termina no ano de 2025 ou no final de 2024, estando as mesmas dependentes do mês de término do mesmo;
- ii. As frações comerciais da Sociedade permitirão a obtenção de uma renda anual estimada de 0,34M€, tendo em consideração uma taxa de ocupação de 100% das mesmas;
- iii. Pelo arrendamento do edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira, antiga sede da Sociedade, estima-se a obtenção de uma renda de 0,035M€.



4.7. Rendas (Gestão SRU)

Enquadradas contabilisticamente como uma prestação de serviços, tendo em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística, a Sociedade estima obter receitas inerentes à promoção do arrendamento acessível e enquadradas no Contrato-Programa celebrado com o Município do Porto, no valor total de 1,70M€, tendo em consideração as seguintes atividades:

- i. A transferência da gestão para a Porto Vivo, SRU de duzentos e setenta e sete fogos pertencentes ao Município do Porto representará a obtenção de receitas estimadas no total de 0,35M€, estando incluído neste valor as rendas a obter com as frações reabilitadas resultantes dos processos de reabilitação dos imóveis enquadrados no âmbito do Contrato de Mandato;
- ii. Associado ao desenvolvimento do programa Porto com Sentido, estima-se que a Sociedade obtenha uma receita de 1,35M€ inerente às rendas resultantes dos contratos de subarrendamento celebrados e a celebrar, valor que se encontra igualmente traduzido na despesa, para efeito de transferência dos respetivos montantes para o Município do Porto, conforme a estipular no Contrato Programa.

4.8. Outras Receitas

Nesta rubrica, no total de 1,07M€, está previsto, essencialmente:

- i. O reembolso por parte do Parceiro Privado das despesas a suportar com a expropriação do direito de servidão da passagem do Quarteirão das Cardosas, despesa esta transferida do orçamento de 2024 e no valor de 0,24M€;
- ii. O IVA a deduzir no âmbito da execução do Contrato de Mandato, previsto em 0,57M€, associado à realização de empreitadas, porquanto o mesmo não será refaturado ao Município do Porto, tendo, no entanto, de ser considerado como despesa, aquando da assunção do respetivo compromisso;
- iii. O reembolso de despesas suportadas no âmbito do processo de reabilitação das Ilhas da Lomba associadas à quota parte dos três Beneficiários Diretos, tendo em consideração os acordos de reestruturação de propriedade celebrado com os mesmos e a respetiva quota-parte no empreendimento, nomeadamente, 6,77%, a que corresponde a um total previsto de encargos afetos a estes de 0,22M€;
- iv. A imputação de despesas a suportar com quotas de condomínio aos arrendatários, tendo em consideração o acordado nos respetivos contratos de arrendamento e no total previsto de 0,04M€.

5. Orçamento de Despesas

O orçamento atual de despesas correntes é decomposto pelas rubricas relacionadas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento corrente da Sociedade, com as despesas associadas ao empréstimo e linha de financiamento em vigor (amortização de capital, juros e comissões bancárias), bem como com os impostos a suportar.

Ao nível das despesas de capital, será evidenciada a rubrica de investimento a realizar afeto ao processo de reabilitação urbana, com a execução de treze projetos, alguns com processo já iniciado em anos anteriores, bem como a realização de investimentos em *software*, *hardware* e outros equipamentos.

5.1 Pessoal

Durante o exercício de 2025 a Sociedade estima suportar encargos com o pessoal (de acordo com o mapa de pessoal apresentado anteriormente) em cerca de 2,01M€, assumindo-se, principalmente, para o cálculo deste total, os seguintes pressupostos:

- i. A contratação de três técnicos a integrar a Direção Jurídico-Administrativa e a Direção Financeira, conforme quadro de pessoal apresentado anteriormente;
- ii. A atualização das remunerações em 2% ou 52€ (conforme o maior valor), correspondente à proposta divulgada para a elaboração do Orçamento do Estado para o ano de 2025.

Tabela 4: Despesas com Pessoal

Rubrica	Fonte de Financiamento				Total
	Contrato Programa	Contrato Municipal	Subsídios ao Investimento	Recitas Próprias	
	[A]	[B]	[C]	[D]	
Remunerações (Órgãos Sociais e Quadro de Pessoal)	1 001 464	-	-	277 545	1 279 009
Remunerações (Tarefas e Avenças)	32 433	-	-	6 927	39 360
Subsídio de Refeição	51 739	-	-	14 531	66 270
Subsídio de Férias / Natal	160 662	-	-	45 120	205 782
Abonos (Ajudas de Custos e Outros)	10 099	-	-	2 949	13 048
Encargos Contributivos	284 448	-	-	79 888	364 336
Seguros	29 474	-	-	8 656	38 130
Total de Despesas	1 570 319	-	-	435 616	2 005 935

Conforme se pode verificar na tabela, as despesas a suportar com o pessoal serão financiadas em cerca de 78% através do subsídio à exploração a pagar pelo Município do Porto no âmbito do Contrato-Programa a celebrar, tendo em consideração a afetação do pessoal ao desenvolvimento das atividades enquanto entidade gestora das ORU do Centro Histórico, da Corujeira e Campanhã – Estação e de Azevedo, do Programa Porto com Sentido, da gestão e reabilitação dos imóveis cuja transferência foi delegada na Sociedade, bem como do projeto das ilhas da cidade, inclusive, no que respeita à criação do Gabinete de Atendimento Integrado.

5.2 Aquisição de Bens e Serviços

Com a aquisição de bens e serviços estima-se que, no exercício de 2025, a Sociedade suporte um encargo total de 15,21M€, contribuindo para o mesmo, e principalmente, o valor de 10,09M€ associado à execução do Contrato de Mandato, nos termos do acordado a 2 de agosto de 2022 (e terceiro aditamento a propor), no que respeita, designadamente, ao processo de reabilitação de imóveis cuja gestão foi transferida para a Sociedade².

Ainda associado à execução do Contrato de Mandato, contribui, igualmente, para o total desta rubrica o montante de 1,80M€ inerente às rendas a pagar aos proprietários dos imóveis integrados no Programa Porto com Sentido e que terá de ser transferido pelo Município do Porto, nos termos da competência delegada.

Tabela 5: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Rubrica	Fonte de Financiamento				Total
	Contrato Programa	Contrato Mandato	Subsídios ao Investimento	Recursos Próprios	
	(A)	(B)	(C)	(D)	
Aquisição de bens	53 041	-	-	37 061	90 102
Encargos com Instalações	15 383	-	-	90 762	106 145
Limpeza e Higiene	15 392	-	-	10 586	25 978
Conservação de bens	210 877	9 497 717	-	326 584	10 035 178
Rendas	55 095	1 823 622	-	1 379 872	3 258 589
Aluguer de Material Informático	41 033	-	-	33 581	74 614
Comunicações	36 389	-	-	30 075	66 464
Transportes	28 196	-	-	23 074	51 270
Representação dos Serviços	2 750	-	-	2 250	5 000
Seguros	1 961	-	-	55 899	57 860
Deslocações e Estadas	19 614	-	-	5 986	25 600
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	386 973	47 896	-	40 197	475 066
Formação	19 247	-	-	15 753	35 000
Seminários e Publicidade	59 170	-	-	56 588	115 758
Assistência Técnica	43 343	-	-	8 499	51 842
Outros Serviços Especializados	88 046	512 624	-	115 722	716 392
Outros Serviços	14 678	-	-	7 637	22 315
Total de Despesas	1 091 188	11 861 859	-	2 240 176	15 213 173

Encontram-se ainda valorizadas no total dos serviços a suportar, as rendas a receber dos sub-arrendatários daquele Programa e que serão transferidas para o Município do Porto, conforme procedimento atualmente em vigor, estimadas, atualmente, em 1,35M€.

O valor remanescente, 1,98M€, inclui, maioritariamente, o total de despesas a suportar com a

² Esta previsão tem em consideração o cronograma físico e financeiro atual do processo de reabilitação de cada imóvel, podendo existir diferenças na realização das despesas no ano de 2025, na medida em que tal depende do grau de execução a verificar no final do exercício de 2024.

prosecução da missão inerente ao programa Porto com Sentido, à gestão das ORU's do Centro Histórico, da Corujeira e Campanhã-Estação e de Azevedo, bem como da competência delegada no âmbito do projeto das ilhas da cidade (Gabinete de Atendimento Integrado), traduzindo-se na respetiva afetação de encargos diretos e indiretos, e financiadas através do subsídio à exploração a receber. De relevar que a maior parte dos encargos desta natureza associados à gestão dos imóveis que foram transferidos para a Sociedade são suportados através das rendas previstas a cobrar que, de acordo com o estipulado no Contrato Programa ainda em vigor, bem como no a propor, serão consideradas como receitas próprias.

5.3 Amortização de Financiamentos Obtidos

Cumprindo o estipulado na cláusula terceira do Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito celebrado entre o IHRU, a Porto Vivo, SRU, e o Município do Porto, ora designado como Desembolso IHRU/BEI, a Sociedade procederá, no ano de 2025, à amortização deste financiamento no valor total de 0,34M€, correspondendo este à amortização contratualizada.

5.4 Juros de Financiamentos Obtidos

Dado o nível de financiamento associado ao Desembolso IHRU/BEI previsto para o final de 2024, no valor de 5,50M€, a amortização contratualizada a verificar no primeiro trimestre de 2025, bem como a taxa de juro estimada (Euribor a 3 meses³), prevê-se que no próximo exercício a Sociedade suporte um encargo total associado a juros de 0,20M€.

5.5 Outros Encargos Financeiros

Tendo em consideração a existência de uma linha de crédito sob a forma de Saldo a Descoberto autorizado junto do Millennium BCP, no valor de 1M€, bem como a previsão de manutenção deste limite, estima-se que a Porto Vivo, SRU suporte um encargo financeiro no valor orçamentado de 5.000€, correspondente à estimativa da comissão de gestão a pagar anualmente⁴.

A este total acrescem ainda outros encargos, associados, essencialmente, à movimentação de verbas, com principal destaque para os inerentes à utilização do sistema de débito direto e de referências multibanco na cobrança de rendas, inclusive as associadas à execução do programa Porto com Sentido.

³ Dada a evolução atual da taxa de juro, assume-se, que esta atingirá em 2025 o valor médio de 3%.

⁴ De relevar que a manutenção desta linha está justificada com a possível necessidade de recurso à mesma, no caso de o IHRU não proceder ao reembolso em tempo útil das despesas elegíveis ao PRR ou até se verificar a alienação dos imóveis evidenciados no ponto referente às receitas.

Tabela 6: Despesas com Outros Encargos Financeiros

Rubrica	Fonte de Financiamento				Total
	Contrato Programa	Contrato Mandato	Subsídios ao Investimento	Recursos Próprios	
	(A)	(B)	(C)	(D)	
Comissões Bancárias (Financiamento)	-	-	-	5 000	5 000
Comissões Bancárias (TPA, SDD, RM)	1 936	-	-	6 029	7 965
Outros Juros	-	-	-	200	200
Total das Despesas	1 936	-	-	11 229	13 165

6. Impostos e Taxas

Para o total de 1,30M€ orçamentado como despesas a suportar com Impostos e Taxas contribui, especialmente, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a entregar ao Estado (a liquidar no decurso de obras de reabilitação, tendo em consideração a inversão do sujeito passivo aplicável), o Imposto Municipal sobre Imóveis e respetivo adicional, bem como o Imposto sobre o Rendimento estimado para o ano de 2024 e que será liquidado em 2025, conforme sintetizado na Tabela 7.

Tabela 7: Despesas com Impostos e Taxas

Rubrica	Fonte de Financiamento				Total
	Contrato Programa	Contrato Mandato	Subsídios ao Investimento	Recursos Próprios	
	(A)	(B)	(C)	(D)	
IVA Apurado a entregar ao Estado	3 600	-	-	597 056	600 656
IVA Apurado a entregar ao Estado - Investimento RU	-	-	395 284	85 543	480 827
Retenções na Fonte efetuadas por Terceiros	-	-	-	93 691	93 691
IMI, AIMI e IRC	38 820	-	-	68 246	107 066
Imposto de Selo	3 188	-	-	6 879	10 067
Taxas de justiça e Outras Taxas	2 830	-	-	2 309	5 139
Total das Despesas	14 438	-	395 284	753 724	1 297 446

7. Outras Despesas

O valor orçamentado nesta rubrica, 0,24M€, traduz, principalmente, o montante de 0,23M€ previsto como necessário para efetivar o pagamento de indemnizações pela expropriação do direito de servidão da passagem no Quarteirão das Cardosas, tendo em consideração a avaliação efetuada pelo perito nomeado pela Porto Vivo, SRU.

Tabela 8: Outras Despesas

Rubrica	Fonte de Financiamento				Total
	Contrato Programa	Contrato Mandato	Subsídios ao Investimento	Receitas Próprias	
	(15)	(19)	(10)	(11)	
Quota - Urban Land Institute e AdePorto	3 366	-	-	2 754	6 120
Custas de Parte	-	-	-	5 000	5 000
Expropriação Q. Cardosas	-	-	-	225 500	225 500
Total das Despesas	3 366	-	-	233 254	236 620

8. Investimentos em Reabilitação Urbana

No decurso do planeamento do processo de reabilitação urbana, e conforme resumido na Tabela 9, a Sociedade estima, no ano de 2025, suportar despesas no valor total de 9,06M€ associadas a onze processos de reabilitação de imóveis, todos estes já iniciados em períodos anteriores. De realçar ainda a estimativa de 1,09M€ correspondente ao investimento inerente à aquisição das Ilhas de Souto de Contumil e da Bouça, candidatas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Assim, e conforme contratos de financiamento já celebrados com o IHRU, a Porto Vivo, SRU prevê proceder ao processo de reabilitação de dois imóveis na Unidade de Intervenção de Santa Clara (dos quais um já é propriedade da Sociedade), executar o processo de reabilitação previsto para a Unidade de Intervenção da Lomba, reabilitar oito imóveis que entraram para o património da Sociedade por conta da operação de aumento de capital efetuada pelo Município do Porto em 2021, bem como executar o processo de reabilitação de quatro imóveis adquiridos ao longo de 2023 e 2024, incluindo a Ilha das Antas.

Tabela 9: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana

Rubrica	Fonte de Financiamento				Total
	Contrato Programa	Contrato Mandato	Subsídios ao Investimento	Receitas Próprias	
	(15)	(19)	(10)	(11)	
Parcela 6 - Quarteirão Carlos Alberto	-	-	-	351 788	351 788
Unidade de Intervenção de Santa Clara	-	-	322 175	439 141	761 316
Unidade de Intervenção da Lomba	-	-	2 827 468	125 674	2 953 162
Edifício sito Rua 9 de Abril	-	-	247 213	174 111	421 324
Edifício sito na Rua Matias de Albuquerque	-	-	533 218	-	533 218
Edifício sito na Rua do Heróismo, 185	-	-	582 546	158 855	741 401
Edifício sito na Rua Antero de Quental	-	-	1 188 205	-	1 188 205
Palmares - Operação I Morro da Sé	-	-	523 526	48 000	571 526
Edifícios sito na R. Senhora da Lapa (Contrato de Concessão Construção)	-	-	-	46 900	46 900
Ouzas Unidades Patrimoniais	-	-	808 530	256 660	1 065 190
Ilha das Antas	-	-	384 558	39 798	424 356
Ilha Souto de Contumil	-	-	715 260	42 000	757 260
Ilha de Bouça	-	-	519 418	10 500	529 918
Total das Despesas	-	-	8 452 139	1 693 477	10 145 566

Através da utilização exclusiva de capitais próprios a Porto Vivo, SRU, prevê concluir o processo de reabilitação da parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto.

De relevar que, para a composição do ativo da Sociedade, contribui, ainda, o valor do IVA a suportar com as empreitadas, tendo em consideração o regime de afetação real aplicável à Sociedade, no total estimado de 0,48M€ (incluído na rubrica de despesas referente a Impostos e Taxas), conforme sub-rubrica identificada e exposto no Plano Plurianual de Investimento.

9. Outros Investimentos

Prevê-se que sejam suportados encargos com a aquisição de *software* informático referente ao sistema de gestão de contratos de arrendamento e de atendimento ao público no total de 49.200€, estimando-se, adicionalmente, um encargo de 29.742€ associado à aquisição de *hardware* informático e de mobiliário.

Acresce, ainda, o total de 5.000€ associado à realização de obras de melhoria em edifícios atualmente arrendados e que aumentarão a respetiva vida útil, montante este (acrescido de IVA) que estará refletido no ativo da Sociedade.



IV. PLANO PLURIANUAL 2025-2029

Orçamento Plurianual 2025 – 2029

O presente capítulo pretende expor a perspetiva para o período de 2025 – 2029⁵, quer ao nível do saldo orçamental, quer ao que respeita à situação patrimonial e aos resultados a apurar. Dado o horizonte temporal em causa, bem como o nível de projetos planeados importa realçar a limitação das previsões agora apresentadas, no que respeita, principalmente, ao investimento a realizar entre 2025-2029, na medida em que vários fatores podem condicionar a respetiva execução, entre as quais, a aprovação e execução das respetivas candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

1. Demonstrações Orçamentais Previsionais

1.1. Receitas

A previsão das receitas apresentadas na Tabela 10 tem por base os seguintes pressupostos:

- O valor de 2,72M€ referente ao Contrato-Programa a celebrar com o Município do Porto, no âmbito da Gestão das ORU do Centro Histórico, da Corujeira, Campanhã – Estação e Azevedo, do programa Porto com Sentido, da criação do Gabinete 1.º Direito no âmbito da Estratégia Local da Habitação, bem como da gestão, conservação e reabilitação de imóveis que foram transferidas para a Sociedade, a receber entre 2026 e 2029;
- A utilização do coeficiente de atualização de rendas de 1,0216 para o período de 2026 a 2029;
- A consideração como receita (e também como despesa) dos valores estimados a movimentar com o Município do Porto, no âmbito da gestão de rendas com o projeto Porto com Sentido, quer no que refere ao pagamento aos proprietários, quer no que respeita ao recebimento por parte dos subarrendatários;
- A prestação de serviços, até 2026, ao Município do Porto, no âmbito da execução do Contrato de Mandato, no que respeita ao processo de reabilitação dos imóveis cuja gestão foi transferida para a Sociedade (valores igualmente incluídos como despesa);
- A consideração como receita (bem como despesa) do valor do IVA associado à realização das empreitadas integradas na execução do contrato supra-evidenciado;
- A comparticipação a receber no âmbito do Programa 1.º Direito de acordo com o total estipulado no contrato de financiamento celebrado, estimando-se que despesas adicionais ao valor contratualizado são pagas através de receitas próprias;
- A consideração como receita, no exercício de 2026, do valor de venda dos imóveis sitos na Rua da Maternidade e no Campo dos Mártires da Pátria, no âmbito do Contrato de Conceção Construção

⁵ Tendo em consideração a adoção do SNC-AP pela Porto Vivo, SRU, o horizonte temporal apresentado neste documento é o que consta neste normativo legal.

celebrado no presente ano, na medida em que, não obstante a alienação ser por contrapartida pela reabilitação de outros imóveis, este processo também está considerado como despesa;

- A consideração de não necessidade de recurso a financiamento bancário (sem impacto no total dos juros a suportar);
- A consideração da inexistência de receitas por liquidar referentes ao ano de 2024.

Tabela 10: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano Orçamental Plurianual			
		2024	2025	Soma	2026	2027	2028	2029
	Receita corrente		18 298 309	18 298 309	20 271 470	8 975 102	8 679 216	8 282 994
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos directos							
R1.2	Impostos indirectos		569 864	569 864,00	628 578	0	0	0
R2	social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade		936 920	936 920	1 172 363	1 420 236	1 512 223	1 732 787
R5	Transferências Correntes		2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247
R5.1	Administrações Públicas		2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247
R5.1.1	Administração Central - Estado							
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades							0
R5.1.3	Segurança Social							
R5.1.4	Administração Regional							
R5.1.5	Administração Local		2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247
R5.2	Exterior - UE							
R5.3	Outras							
R6	Venda de bens e serviços		13 579 271	13 579 271	15 649 408	4 801 115	4 412 090	3 794 117
R7	Outras receitas correntes		497 007	497 007	106 874	38 506	39 657	40 843
	Receita capital		11 847 723	11 847 723	5 629 982	2 541 312	1 290 099	300
R8	Venda de bens de investimento		3 000 100	3 000 100	2 193 930	100	100	100
R9	Transferências de Capital							
R9.1	Administrações Públicas							
R9.1.1	Administração Central - Estado		8 847 423	8 847 423	3 435 852	2 541 012	1 289 799	0
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.3	Segurança Social							
R9.1.4	Administração Regional							
R9.1.5	Administração Local							
R9.2	Exterior - UE							
R9.3	Outras							
R10	Outras receitas de capital		100	100	100	100	100	100
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos		100	100	100	100	100	100
	Receita efetiva [1]		30 146 032	30 146 032	25 901 452	11 516 414	9 969 315	8 283 294
	Receita não efetiva [2]		0	0	0	0	0	0
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
	Soma [3] = [1] + [2]		30 146 032	30 146 032	25 901 452	11 516 414	9 969 315	8 283 294

1.2. Despesas

Para previsão das despesas apresentadas na Tabela 11, contribuíram, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A atualização anual da massa salarial entre 2026 e 2029 em 3% e a manutenção do quadro de pessoal previsto para 2025;
- A aplicação desse índice, ao longo de todo o período, ao nível das aquisições de bens e serviços face ao orçamentado para 2025, com exceção das despesas a suportar enquadradas no âmbito do Contrato

Mandato e das rendas a pagar aos proprietários e a entregar ao Município do Porto no âmbito do Programa Porto com Sentido;

- A não consideração de encargos com Segurança Social associada à contratação de trabalhadores independentes;
- A consideração de uma taxa Euribor a 3 meses de 3% para todo o período, associada ao Desembolso IHRU/BEI;
- A amortização anual de 0,34M€ deste desembolso, sem consideração de amortizações extraordinárias;
- Os encargos suportados com a execução do Contrato-Mandato e com o pagamento e recebimento de rendas, conforme evidenciado no ponto das receitas;
- A consideração da inexistência de despesas por pagar referentes ao ano de 2024.

Tabela 11: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas

Rubrica	Designação	Orçamento 2024			Plano Orçamental Plurianual			
		2024	2025	Soma	2026	2027	2028	2029
D1	Despesa corrente		18 964 810	18 964 810	20 521 053	8 587 783	7 973 031	7 471 175
	Despesas com o pessoal		2 005 935	2 005 935	2 066 113	2 128 096	2 191 939	2 257 698
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes		1 590 421	1 590 421	1 638 134	1 687 278	1 737 896	1 790 033
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais		13 048	13 048	13 439	13 843	14 258	14 686
D1.3	Segurança social		402 466	402 466	414 540	426 976	439 785	452 979
D2	Aquisição de bens e serviços		15 213 173	15 213 173	17 048 615	5 620 574	5 275 993	4 614 135
D3	Juros e outros encargos		211 636	211 636	198 619	185 601	169 510	158 409
D4	Transferências correntes		6 120	6 120	6 304	6 493	6 687	6 888
D4.1	Administrações Públicas							
D4.1.1	Administração Central - Estado							
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.3	Segurança Social							
D4.1.4	Administração Regional							
D4.1.5	Administração Local							
D4.2	Instituições sem fins lucrativos							
D4.3	Famílias		6 120	6 120	6 304	6 493	6 687	6 888
D4.4	Outras							
D5	Subsídios							
D6	Outras despesas correntes		1 627 946	1 627 946	1 203 402	447 018	328 901	434 045
	Despesa capital		10 229 508	10 229 508	5 487 057	2 976 308	1 357 532	5 000
D7	Investimento		10 229 508	10 229 508	5 487 057	2 976 308	1 357 532	5 000
D8	Transferências de capital		0	0	0	0	0	0
D8.1	Administrações Públicas		0	0	0	0	0	0
D8.1.1	Administração Central - Estado							
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D8.1.3	Segurança Social							
D8.1.4	Administração Regional							
D8.1.5	Administração Local							
D8.2	Instituições sem fins lucrativos							
D8.3	Famílias							
D8.4	Outras							
D9	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]	0	29 194 318	29 194 318	26 008 110	11 564 091	9 330 563	7 476 175
	Despesa não efetiva [5]	0	343 750	343 750	343 750	343 750	343 750	343 750
D10	Despesa com ativos financeiros							
D11	Despesa com passivos financeiros		343 750	343 750	343 750	343 750	343 750	343 750
	Despesa total [6] - [4] + [5]	0	29 538 068	29 538 068	26 351 860	11 907 841	9 674 313	7 819 925
	Saldo total [3] - [6]	0	607 964	607 964	450 408	391 426	295 003	463 370
	Saldo global [1] - [4]	0	951 714	951 714	-106 658	-47 676	638 753	807 120
	Despesa primária	0	28 982 682	28 982 682	25 809 491	11 378 490	9 161 053	7 317 766
	Saldo corrente	0	-666 501	666 501	249 583	387 320	706 186	811 820
	Saldo de capital	0	1 618 215	1 618 215	142 925	-434 996	-67 433	-4 700
	Saldo primário	0	1 163 350	1 163 350	91 961	137 925	808 263	965 529



1.3. Plano Plurianual de Investimento

No plano plurianual de investimento (em Anexo) estão refletidos os processos de reabilitação planeados para o período 2025-2029, e evidenciados seguidamente, destacando-se aqueles que serão financiados através do Programa 1.º Direito, tendo em consideração o Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU.

- Reabilitação da Parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto: tendo já sido celebrado o contrato de empreitada de reabilitação, prevê-se que ao longo dos exercícios de 2024 e 2025 a mesma tenha a respetiva execução, estando esta parcela disponível para entrar no processo de arrendamento ainda no ano de 2026;
- Reabilitação na Unidade de Intervenção de Santa Clara: Uma vez que a Sociedade já possui uma parcela nesta Unidade de Intervenção, está prevista, para 2025, a aquisição de uma parcela confinante com vista à reabilitação conjunta, bem como o início da respetiva empreitada;
- Reabilitação do Edifício da Zona da Lomba: Tendo em consideração que se trata da intervenção em seis ilhas desta zona, nomeadamente, Lourenço 5, Travessa da Lomba 41, Lourenço 43, Vera Cruz 46 A, Vera Cruz 36-42 e Vera Cruz 26, estima-se que o processo de reabilitação se prolongue até ao período de 2026, com a execução da respetiva empreitada, sendo o ano de 2025 crucial para a mesma;
- Reabilitação das Unidades Patrimoniais: no âmbito da operação da entrada de capital realizada pelo Município do Porto em 2021, a Sociedade estima proceder à reabilitação dos respetivos prédios, executando ou iniciando a respetiva empreitada de reabilitação no ano de 2025:
 - Edifício sito na Rua do Heroísmo, 185;
 - Edifícios sítos na Rua da Lapa, Rua da Glória e na Rua do Heroísmo;
 - Edifício sito na Rua Antero de Quental;
 - Edifícios sítos na Rua Senhora da Lapa, 32, 38, 42, 44, 46, 50, 52, 56, 60;Bem como no ano de 2026:
 - Edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira (antiga sede da Porto Vivo, SRU).
- Reabilitação de Imóveis adquiridos em 2023 e 2024: tendo em consideração a aquisição de imóveis em exercícios anteriores financiada pelo PRR, prevê-se que, no ano de 2025, se dê continuidade ao processo de reabilitação, designadamente:
 - Edifício sito na Rua 9 de Abril;
 - Edifício sito na Rua Matias de Albuquerque;
 - Edifícios sito na Rua dos Pelames;
 - Ilha das Antas.
- Aquisição e Início do processo de Reabilitação de duas ilhas, Ilha da Bouça e Ilha de Souto Contumil.



2. Demonstrações Financeiras Previsionais

2.1. Balanço

Para a elaboração do Balanço previsional para o período de 2025 – 2029 foram assumidos, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A contabilização dos encargos registados com o processo de reabilitação dos projetos apresentados no ponto referente ao Plano Plurianual de Investimento na rubrica de “Propriedades de Investimento”, designadamente, em “Investimentos em curso”, tendo em consideração que os mesmos se destinam a arrendamento;
- A depreciação anual dos mesmos aquando da entrada no mercado de arrendamento a uma taxa de 2% sobre 75% o valor do edifício (vida útil de 50 anos);
- A alienação, no ano de 2026, pelo valor mínimo de 2,12M€ dos imóveis sitos na Rua da Maternidade e Rua Mártires da Pátria, nos termos do Contrato de Reabilitação Urbana a celebrado associado à reabilitação dos imóveis sitos na Rua Senhora da Lapa 32 a 60 e a respetiva exclusão da rubrica de “Inventários”
- A constituição de 5% de reserva sobre o valor do resultado líquido positivo obtido no ano anterior;
- O registo em Outras Variações do Capital Próprio do valor das participações recebidas no âmbito do PRR, com diminuição à taxa de 2% do ano (dada a consideração como rendimento do mesmo montante), bem como dos Impostos Diferidos inerentes ao não reconhecimento como rendimento no ano das mesmas;
- A amortização do Desembolso IHRU/BEI no valor anual 0,34M€ a partir do ano de 2025, de acordo com o contratualizado e tendo em consideração as amortizações adicionais efetuadas em períodos anteriores;
- O registo em Outras Contas a Pagar do Passivo Não Corrente do valor do imposto devido em exercícios futuros pelas participações recebidas no âmbito do PRR e não reconhecidas como rendimento (a contabilizar na rubrica de Outros Rendimentos).

Tabela 12: Balanço Previsional 2025- 2029

Rubricas	Datas				
	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028	31/12/2029
Ativo					
Ativo não Corrente					
Ativos fixos tangíveis	61 738	53 568	45 399	37 230	29 061
Propriedades de investimento	39 937 742	45 195 734	47 649 707	48 341 712	47 551 982
Ativos intangíveis	114 067	146 867	130 467	114 067	97 667
Ativos por Impostos Diferidos	201 341	103 312	103 312	103 312	103 312
Outros ativos financeiros	3 586	3 586	3 586	3 586	3 586
	40 318 474	45 503 067	47 932 471	48 599 907	47 785 608
Ativo Corrente					
Inventários	1 320 016	-	-	-	-
Clientes, Contribuintes e Utentes	62 500	62 500	62 500	62 500	62 500
Estado e Outros Entes Públicos	145 611	137 864	139 762	141 701	143 602
Outras contas a receber	370 000	370 000	370 000	370 000	370 000
Diferimentos	202 750	130 210	190 577	392 722	526 145
Caixa e depósitos bancários	2 111 925	1 661 517	1 270 091	1 565 094	2 028 463
	4 212 802	2 362 091	2 032 930	2 532 017	3 130 790
Total do Ativo	44 531 276	47 865 158	49 965 401	51 131 924	50 916 398
Património Líquido e Passivo					
Património Líquido					
Património/Capital	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609
Reservas	265 187	293 046	323 267	340 199	364 692
Resultados Transitados	2 337 871	2 867 185	3 441 397	3 763 096	4 228 468
Outras Variações no Capital Próprio	19 866 297	22 295 007	23 941 389	24 591 371	24 202 918
Resultado Líquido do Período	557 171	604 433	338 628	489 864	1 735 659
Total do Património Líquido	31 409 135	34 442 280	36 427 290	37 567 139	38 914 346
Passivo					
Passivo não Corrente					
Financiamentos obtidos	4 812 500	4 468 750	4 125 000	3 781 250	3 437 500
Diferimentos	1 410 000	1 410 000	1 410 000	1 410 000	-
Outras contas a pagar	6 041 813	6 748 266	7 229 732	7 417 681	7 308 571
	12 264 313	12 627 016	12 764 732	12 608 931	10 746 071
Passivo Corrente					
Adiantamentos de Clientes	75 000	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	69 420	74 817	44 464	218 833	510 612
Financiamentos obtidos	343 750	343 750	343 750	343 750	343 750
Outras Contas a Pagar	314 658	322 295	330 165	338 271	346 619
Diferimentos	55 000	55 000	55 000	55 000	55 000
	857 828	795 862	773 379	955 854	1 256 981
Total do Passivo	13 122 141	13 422 878	13 538 111	13 564 785	12 002 052
Total do Património Líquido e do Passivo	44 531 276	47 865 158	49 965 401	51 131 924	50 916 398



2.2. Demonstração de Resultados

Para a elaboração da Demonstração de Resultados previsional para o período de 2025 – 2029 foram assumidos, principalmente, e além dos critérios evidenciados nos pontos das receitas, despesas e Balanço plurianuais, os seguintes pressupostos:

- O reconhecimento como rendimento das participações financeiras recebidas no âmbito do PRR de 1/50 por ano a partir do período em que as frações resultantes dos processos de reabilitação entram no mercado de arrendamento;
- O não reconhecimento de qualquer imparidade ou reversão de imparidades registadas em anos anteriores;
- Cálculo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas tendo em consideração o seguinte:
 - o Tributação autónoma no valor estimado de 5.200€;
 - o Consideração para cálculo da matéria coletável de apenas 35% do resultado antes do imposto, tendo em consideração a dedução de prejuízos apurados em anos anteriores;
 - o Aplicação de uma taxa de 21% à matéria coletável;
 - o Aplicação de uma taxa de 1,5% ao resultado antes de imposto, associado à derrama;
 - o Consideração de impostos diferidos, dados os prejuízos ainda não deduzidos.

Tabela 13: Demonstração de Resultados Previsional 2025 – 2029

Rendimentos e Gastos	Períodos				
	2025	2026	2027	2028	2029
Vendas	3 000 000	2 118 830	-	-	1 410 000
Prestações de serviços e concessões	14 137 290	16 444 611	5 807 663	5 478 774	5 001 504
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247
Variação nos inventários da produção	1 983 429	-1 320 016	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-14 713 020	-16 885 174	-5 722 774	-5 175 259	-4 510 379
Gastos com o pessoal	-1 948 125	-2 007 123	-2 067 090	-2 130 460	-2 194 948
Outros rendimentos e ganhos	540 580	672 655	819 303	900 008	1 025 566
Outros gastos e perdas	-432 977	-206 977	-211 612	-216 387	-221 305
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 315 566	1 532 053	1 339 937	1 571 903	3 225 685
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-386 354	-554 975	-718 851	-771 765	-829 170
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	929 212	977 078	621 086	800 138	2 396 515
Juros e rendimentos similares obtidos	100	100	100	100	100
Juros e gastos similares suportados	-203 671	-190 554	-177 536	-161 443	-150 344
Resultado antes de impostos	725 641	786 624	443 650	638 793	2 246 271
Imposto sobre o rendimento do período	-168 470	-182 191	-105 022	-148 929	-510 612
Resultado líquido do período	557 171	604 433	338 628	489 864	1 735 659

✓
M
K

3. Compromissos Plurianuais

- 3.1. A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A., (Porto Vivo, SRU) é uma empresa local de natureza municipal, integralmente detida pelo Município do Porto, que se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação;
- 3.2. A Assembleia Municipal do Porto, sob proposta da Câmara Municipal, por deliberação de 8 de julho de 2019, designou a Porto Vivo, SRU, como entidade gestora das Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto e de Campanhã – Estação, por deliberação de 14 de outubro de 2019, como entidade gestora da Operação de Reabilitação Urbana de Corujeira e por deliberação de 15 de abril de 2024, como entidade gestora da Operação de Reabilitação Urbana de Azevedo;
- 3.3. Para dar execução ao documento estratégico do Quarteirão de Carlos Alberto, foi deliberada a reabilitação da parcela 6 do referido quarteirão, implicando, desta forma, a aquisição de serviços e a contratação da empreitada de obra pública, cuja contratualização e integral execução já tinha sido autorizada, procedendo-se à sua recalendarização;
- 3.4. Após um levantamento exaustivo dos imóveis municipais foram identificados aqueles que, pela sua natureza, proximidade e escala potenciavam o desenvolvimento de projetos de arrendamento a custos acessíveis;
- 3.5. A integração no capital social da empresa desses imóveis permitiu desenvolver estudos que promovessem a dinamização das necessárias operações de reabilitação urbana através de modelos de financiamento otimizados;
- 3.6. Neste sentido, foram identificados aqueles que necessitam de ser reabilitados e reúnem as condições para serem afetos ao regime de arrendamento a custos controlados, sendo elegíveis para apresentação de candidaturas ao abrigo do PRR;
- 3.7. Os imóveis que integraram o capital da Porto Vivo, SRU, em setembro de 2021, e que foram objeto de candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência são os seguintes:
 - Travessa Senhora da Lapa n.º 16, 18 e 22;
 - Rua Senhora da Lapa n.º 84;
 - Rua Senhora da Lapa n.º 96;
 - Rua Senhora da Lapa n.º 100;
 - Rua da Glória n.º 71 e 77;
 - Rua do Heroísmo n.º 70 e 72;
 - Rua do Heroísmo n.º 183 a 193;
 - Rua Antero de Quental, n.º 225.
- 3.8. Para estes Imóveis, a aquisição de serviços e a contratação da empreitada de obra pública e integral execução já tinha sido autorizada, procedendo-se agora à sua recalendarização.



- 3.9. Já os estudos, aquisições de serviços e empreitadas a desenvolver na Rua Mouzinho da Silveira, n.º 208 a 214, por forma a destinar este prédio a arrendamento acessível, serão suportados por recursos próprios da empresa, procedendo-se igualmente à recalendarização dos trabalhos;
- 3.10. Tendo em vista a aquisição de serviços, a contratação das respetivas empreitadas e as despesas com arrendamento temporário, foi programado o investimento, de acordo com o documento em anexo;
- 3.11. Prevê-se também e neste âmbito, a aquisição de um imóvel sito na Avenida Vímara Peres n.º 25 e 27 (Unidade de Intervenção de Santa Clara), tendo em vista a sua reabilitação para ser afeta ao regime de arrendamento a custos controlados, encontrando-se devidamente programado o investimento a realizar, no que respeita a aquisição de serviços e empreitadas, procedendo-se à recalendarização dos trabalhos;
- 3.12. No que respeita aos imóveis adquiridos ao abrigo do PRR tendo em vista a sua reabilitação, constam os seguintes projetos, cuja aquisição de serviços e a contratação da empreitada de obra pública e integral execução já tinha sido autorizada, procedendo-se à sua recalendarização:
- Rua Central de Francos, n.º 757 a 761;
 - Rua Nove de Abril, n.º 628 a 632;
 - Rua Matias de Albuquerque, n.º 263;
 - Ilha das Antas, n.º 224.
- 3.13. O imóvel sito na Rua do Souto n.º 2 e 4 e Rua dos Pelames, n.º 3 e 5 adquiridos ao abrigo do PRR será emparcelado com o imóvel sito na Rua dos Pelames, n.º 9 e 11 e Rua do Souto, n.º 10 e 12 propriedade da Porto Vivo, SRU, tendo em vista a sua reabilitação. Os projetos, Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra, Sondagens Arqueológicas e Ramais de energia e de água foram devidamente autorizados, tornando-se agora necessária a autorização dos compromissos plurianuais referentes à Empreitada.
- 3.14. No que concerne aos imóveis que se pretendem adquirir ao abrigo do PRR tendo em vista a sua reabilitação, constam os seguintes projetos, para os quais se deverá acautelar a aprovação dos compromissos plurianuais relativos a projetos, empreitada, serviços de fiscalização e coordenação e segurança de obra e realojamentos:
- Ilha de Souto de Contumil;
 - Ilha da Bouça.
- 3.15. A 2 de agosto de 2022 foi celebrado o Contrato de Mandato Administrativo entre a Câmara Municipal do Porto e a Porto Vivo, SRU, a 9 de dezembro de 2022 foi celebrado o seu primeiro aditamento e a 13 de dezembro de 2023 foi celebrado o segundo aditamento;
- 3.16. Este contrato e respetivo aditamento teve como objetivo dotar a Porto Vivo, SRU dos meios financeiros necessários para a externalização da atividade de reabilitação e conservação

dos edifícios identificados nos respetivos anexos, destinados a habitação a custos acessíveis, com a possibilidade de recorrer a programas como o PRR;

- 3.17. A publicação do Aviso RE-CO2-01/2021 abriu a possibilidade de candidaturas a financiamento para a reabilitação urbana de imóveis destinados à habitação acessível;
- 3.18. A Porto Vivo, SRU apresentou, ao abrigo do referido Aviso, candidaturas para parte dos imóveis discriminados no Anexo III ao Contrato de Mandato Administrativo, designadamente, dos que careciam de reabilitação, e que se adequam aos limites para o regime de arrendamento a aplicar aos mesmos, definido no Programa do 1.º Direito;
- 3.19. No sentido de executar a posição que a Porto Vivo, SRU assumiu no Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU, I.P., no âmbito do 1.º Direito-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, para promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não têm capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, a Porto Vivo, SRU terá de efetuar contratações de serviços com carácter plurianual;
- 3.20. Acresce que, tendo em consideração o trabalho até então desenvolvido, a Porto Vivo, SRU adquiriu por via do direito privado e prevê adquirir por recurso a expropriação e reabilitar habitações pertencentes a seis ilhas entre a Rua Vera Cruz e a Rua do Lourenço, cujos procedimentos de contratação associados à sua execução se iniciaram em 2022, e se encontram programados quanto a projetos de arquitetura e especialidades, aquisição de serviços, empreitadas e despesas com arrendamento temporário;
- 3.21. Finalmente, para suportar a sua atividade corrente, a Porto Vivo, SRU, tem necessidade de efetuar a aquisição de bens e serviços, indispensáveis ao seu funcionamento, com efeitos económicos e financeiros em mais do que um ano económico, cuja estimativa de valores vai indicada também na tabela seguinte;
- 3.22. Todos os vínculos contratuais supramencionados têm uma natureza plurianual, e, por isso, implicam compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, ou em ano distinto que não seja o da abertura do respetivo procedimento;
- 3.23. Todos estes compromissos a assumir pela Porto Vivo, SRU foram devidamente enquadrados e suportados nos Instrumentos de Gestão Previsional da empresa, com projeção plurianual (2025/2029), instrumentos esses que, por sua vez, estão, também eles, harmonizados e constituem, aliás, uma decorrência do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal do Porto;

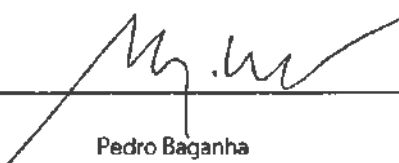
Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais pelas entidades da administração local, categoria na qual se integram as empresas locais.

Instrumentos de Gestão Previsional 2024 - 2028



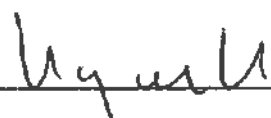
O presente documento, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 4 de novembro de 2024.

O Conselho de Administração



Pedro Baganha

Presidente do Conselho de Administração



Raquel Maia

Vice-Presidente do Conselho de Administração



Ricardo Valente

Vogal do Conselho de Administração



V. PARECER DO FISCAL ÚNICO

Parecer do Fiscal Único
relativo aos Instrumentos de Gestão Previsional 2025-2029 da
Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.

Introdução

Conforme previsto na alínea j) do nº 6 do artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea j) do artigo 20º dos Estatutos da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A (adiante designada por Porto Vivo SRU), procedemos, na qualidade de Fiscal Único desta Sociedade, à apreciação dos Instrumentos de Gestão Previsional 2025-2029, que compreendem o Plano de Atividades, as Demonstrações Orçamentais Previsionais, o Plano Plurianual de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

Âmbito

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva e nas demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional.
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.



Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas adotado em Portugal.

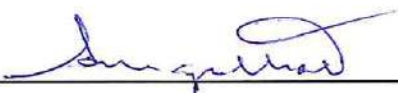
Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação tem por base previsões para o período findo em 31 de dezembro de 2024, cuja execução poderá ter impacto ao nível da receita e despesa estimada, na situação patrimonial e nos resultados das operações projetados para 2025.
2. Conforme descrito no orçamento em análise, o financiamento das atividades previstas para o período 2025-2029, designadamente no que respeita aos investimentos em reabilitação urbana, dependerá, essencialmente, da concretização das transferências a receber no âmbito das candidaturas já submetidas e ainda a submeter ao Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, estimadas em cerca de 8,8 milhões de euros.
3. Será de referir que a atividade prevista ficará igualmente condicionada pela arrecadação de receitas no âmbito do Contrato Programa e do Contrato de Mandato a vigorar com o Município do Porto, assim como da venda de imóveis, num total estimado de receitas de 17,6 milhões de euros, que não se encontram asseguradas.

Porto, 05 de novembro de 2024



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães - ROC nº 179



VI. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

Plano Plurianual de Investimento

Exercício: 2025

Lançamentos: <TODOS>

Fase Execução:

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto / Ação	Classif. Orçamental (Orig., Fonte, C/Exec.,)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento					Datas		Fase de Exec.	Pagamentos						Total Previsto	
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim		Realizado em Períodos Anteriores	Estimativa de Realização do Período t-1	Períodos Seguintes					
															Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3		Ano t+4
11	RECURSOS	EMPR	Realização do Edifício da Rua de Fátima							25/10/2022	31/12/2025		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Realização do edifício sito na Rua de Fátima			100,00							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Empreitada	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			IVA 0%										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			IVA 0%										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ARTES	OS	Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Outros Serviços										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	A									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Acquisição e Realização do Edifício da Rua Quinta da Graça										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	RECURSOS	EMPR	Realização do Edifício da Rua de Fátima							01/10/2023	31/12/2025		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Empreitada	E			10,17						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			IVA 0%										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			IVA 0%										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ARTES	OS	Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Outros Serviços										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	A									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Acquisição e Realização do Edifício da Rua Quinta da Graça										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	RECURSOS	EMPR	Realização do Edifício da Rua de Fátima							25/10/2022	31/12/2025		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Empreitada	E			41,17						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			IVA 0%										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			IVA 0%										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ARTES	OS	Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Outros Serviços										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	A									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Acquisição e Realização do Edifício da Rua Quinta da Graça										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	RECURSOS	EMPR	Realização do Edifício da Rua de Fátima							17/10/2023	31/12/2025		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Empreitada	E			58,83						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			IVA 0%										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			IVA 0%										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ARTES	OS	Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	E									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Outros Serviços										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Construção	A									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Acquisição e Realização do Edifício da Rua Quinta da Graça										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Plano Plurianual de Investimento

Exercício: 2025

Unificação: <TODOS>

Fase Execução:

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto / Ação	Classif. Orçamental (Org., Fonte, CLEcon.)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento					Fase de Exec.	Pagamentos						Total Previsto	
					RG	RP	UE	EMPR	ND		Início	Fim	Estimativa de Realização do Período t-1	Períodos Seguintes				
														Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3		Ano t+4
4.	CAL 6	EMP	Realização do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970.268,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto		100,00					07/10/2020	31/12/2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970.268,00	
			IVA pago	E								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.460,00	
			Construção	E								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	308.000,00	
			Outros Serviços	O								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.788,00	
			Construção	O								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.855.866,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.995.594,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.059,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.191,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.275,00	
5.	LIMAS_LIMIBA	AQ	Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.199,00	
			IVA pago	E								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.698,00	
			Construção	E								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.466.848,00	
			Outros Serviços	O								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	332.701,00	
			Construção	O								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	984,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.961,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	246.200,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.300,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.846.882,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.575.514,00	
6.	MOLINDIMO	EMP	Realização do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.441,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto		100,00					07/10/2020	31/12/2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.890.871,00	
			IVA pago	E								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.771,00	
			Construção	E								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.491,00	
			Outros Serviços	O								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	793.093,00	
			Construção	O								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.771,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.491,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	793.093,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.771,00	
			Realização do período 6 do Quilómetro Carlos Alberto									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.491,00	

Plano Plurianual de Investimento

Exercícios: 2025

Lançamento: <0000>

Fase Execução:

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto / Ação	Classif. Orçamental (Org., Fonte, Cl.Econ.)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Exec.	Pagamentos						Total Previsto		
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início		Fim	Realizado em Períodos Anteriores	Estimativa de Realização do Período t-1	Períodos Seguintes				Outros	
															Ano t	Ano t+1	Ano t+2			Ano t+3
1	SNU_LAPA	01133104030402 01133204030402 01133304030402 01133404030402 01133504030402 01133604030402 01133704030402 01133804030402 01133904030402 01134004030402	Realização das obras de reabilitação do edifício sito na Rua de Santa Clara, 22 e 24	A A A A A A A A A A	160,00					01/01/2023	31/12/2026	0,00	46.700,00	1.817.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.034.140,00
2	UP_J42N	01144104030402 01144204030402 01144304030402 01144404030402 01144504030402 01144604030402 01144704030402 01144804030402 01144904030402 01145004030402	Realização do edifício sito na Rua de Santa Clara, 155	E E E E E E E E E E	21,03	73,57				20/10/2022	31/12/2026	0,00	783.321,00	198.774,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	982.095,00
3	UP_L42N	01144104030402 01144204030402 01144304030402 01144404030402 01144504030402 01144604030402 01144704030402 01144804030402 01144904030402 01145004030402	Realização do edifício sito na Rua de Santa Clara, 155	E E E E E E E E E E	20,32	75,68				20/10/2022	31/12/2026	0,00	3.124.077,00	37.764,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.161.841,00
4	SANTA CLARA	01144104030402 01144204030402 01144304030402 01144404030402 01144504030402 01144604030402 01144704030402 01144804030402 01144904030402 01145004030402	Realização do edifício sito na Rua de Santa Clara, 155	A A A A A A A A A A	57,58	42,42				19/10/2022	31/12/2026	0,00	785.076,00	261.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.561,00
5	SANTA CLARA	01144104030402 01144204030402 01144304030402 01144404030402 01144504030402 01144604030402 01144704030402 01144804030402 01144904030402 01145004030402	Realização do edifício sito na Rua de Santa Clara, 155	A A A A A A A A A A	57,58	42,42				19/10/2022	31/12/2026	0,00	785.076,00	261.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.561,00
6	SANTA CLARA	01144104030402 01144204030402 01144304030402 01144404030402 01144504030402 01144604030402 01144704030402 01144804030402 01144904030402 01145004030402	Realização do edifício sito na Rua de Santa Clara, 155	A A A A A A A A A A	57,58	42,42				19/10/2022	31/12/2026	0,00	785.076,00	261.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.561,00
7	SANTA CLARA	01144104030402 01144204030402 01144304030402 01144404030402 01144504030402 01144604030402 01144704030402 01144804030402 01144904030402 01145004030402	Realização do edifício sito na Rua de Santa Clara, 155	A A A A A A A A A A	57,58	42,42				19/10/2022	31/12/2026	0,00	785.076,00	261.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.561,00
8	SANTA CLARA	01144104030402 01144204030402 01144304030402 01144404030402 01144504030402 01144604030402 01144704030402 01144804030402 01144904030402 01145004030402	Realização do edifício sito na Rua de Santa Clara, 155	A A A A A A A A A A	57,58	42,42				19/10/2022	31/12/2026	0,00	785.076,00	261.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.561,00
9	SANTA CLARA	01144104030402 01144204030402 01144304030402 01144404030402 01144504030402 01144604030402 01144704030402 01144804030402 01144904030402 01145004030402	Realização do edifício sito na Rua de Santa Clara, 155	A A A A A A A A A A	57,58	42,42				19/10/2022	31/12/2026	0,00	785.076,00	261.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.561,00
10	SANTA CLARA	01144104030402 01144204030402 01144304030402 01144404030402 01144504030402 01144604030402 01144704030402 01144804030402 01144904030402 01145004030402	Realização do edifício sito na Rua de Santa Clara, 155	A A A A A A A A A A	57,58	42,42				19/10/2022	31/12/2026	0,00	785.076,00	261.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.561,00

O Contabilista Público.

O Órgão de Gestão.

Plano Plurianual de Investimento

Exercício: 2025

Laçamento: <TODOS>

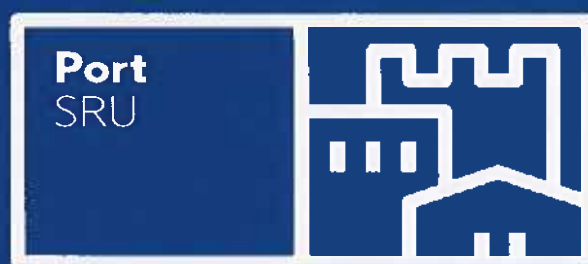
Fase Execução:

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto / Ação	Classif. Orçamental (Org., Fonte, ClEcon.)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento					Datas		Fase de Exec.	Pagamentos					Total Previsto	
					RG	RP	UE	EMPR	MD	Início	Fim		Realizado em Períodos Anteriores	Estimativa de Realização do Período t-1	Períodos Seguintes				
															Ano t	Ano t+1	Ano t+2		Ano t+3

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____



VII. ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS

Orçamento - Receita

Exercício: 2025

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Receitas de Capital					
01	442	10	Transferências de capital		8,847,423.00
01	442	1003	Administração central		8,847,423.00
01	442	100301	Estado		8,847,423.00
01	442	10030199	Outras	8,847,423.00	8,847,423.00
Total das Receitas de Capital					8,847,423.00
				Total F. Fin. 442	8,847,423.00
Receitas Correntes					
01	513	02	Impostos indirectos		569,864.00
01	513	0201	Sobre o consumo		569,864.00
01	513	020102	Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	569,864.00	569,864.00
01	513	05	Rendimentos de propriedade		936,820.00
01	513	0503	Juros - Administrações Públicas		100.00
01	513	050301	Administração Central - Estado	100.00	100.00
01	513	0510	Rendas		936,820.00
01	513	051003	Habitacões	558,219.00	558,219.00
01	513	051004	Edifícios	34,576.00	34,576.00
01	513	051099	Outros	344,025.00	344,025.00
01	513	07	Venda de bens e serviços correntes		13,579,271.00
01	513	0702	Serviços		11,882,059.00
01	513	070202	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		11,882,059.00
01	513	07020201	Contrato Mandato	10,085,237.00	10,085,237.00
01	513	07020202	Porto com Sentido	1,796,622.00	1,796,622.00
01	513	07020203	Outros Serviços	200.00	200.00
01	513	0703	Rendas		1,697,212.00
01	513	070301	Habitacões		1,697,212.00
01	513	07030101	Rendas - Porto com Sentido	1,347,467.00	1,347,467.00
01	513	07030102	Rendas- GPV	349,745.00	349,745.00
01	513	08	Outras receitas correntes		497,007.00
01	513	0801	Outras		497,007.00
01	513	080101	Prémios, taxas por garantia de risco e diferenças de ...	100.00	100.00
01	513	080199	Outras		496,907.00
01	513	08019999	Diversas	496,907.00	496,907.00
Total das Receitas Correntes					15,583,062.00
Receitas de Capital					
01	513	09	Venda de bens de investimento		3,000,100.00
01	513	0902	Habitacões		3,000,000.00
01	513	090210	Famílias	3,000,000.00	3,000,000.00
01	513	0904	Outros bens de investimento		100.00
01	513	090410	Famílias		100.00
01	513	09041003	Outros	100.00	100.00
01	513	13	Outras receitas de capital		100.00
01	513	1301	Outras		100.00
01	513	130101	Indemnizações	100.00	100.00
01	513	15	Reposições não abatidas nos pagamentos		100.00
01	513	1501	Reposições não abatidas nos pagamentos		100.00
01	513	150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	100.00	100.00
Total das Receitas de Capital					3,000,300.00
				Total F. Fin. 513	18,583,362.00
Receitas Correntes					
01	540	06	Transferências correntes		2,715,247.00
01	540	0605	Administração local		2,715,247.00
01	540	060501	Continente		2,715,247.00

Orçamento - Receita

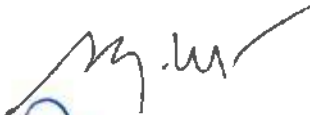
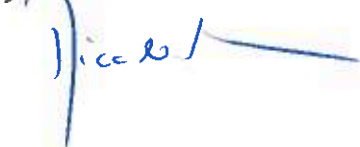
Exercício:		2025				Valores em EUR	
Lançamento:		000 - Actual					
Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total		
Receitas Correntes							
01	540	06050101	Municípios	2,715,247.00	2,715,247.00		
Total das Receitas Correntes					2,715,247.00		
Total F. Fin. 540					2,715,247.00		
Total Orgânica 01					30,146,032.00		
Total Orçamento					30,146,032.00		

O Responsável

Em _____ de _____ de _____

O Conselho de Administração

Em 4 de 11 de 2024


Orçamento - Despesa

Exercício: 2025

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	442	06	Outras despesas correntes		395,284.00
01	442	0602	Diversas		395,284.00
01	442	060203	Outros		395,284.00
01	442	06020302	IVA pago	395,284.00	395,284.00
Total das Despesas Correntes					395,284.00
Despesas de Capital					
01	442	07	Aquisição de bens de capital		8,452,139.00
01	442	0701	Investimentos		8,452,139.00
01	442	070102	Habitacões		8,452,139.00
01	442	07010201	Construção	7,354,080.00	7,354,080.00
01	442	07010202	Aquisição	1,098,059.00	1,098,059.00
Total das Despesas de Capital					8,452,139.00
Total F. Fin. 442					8,847,423.00
Despesas Correntes					
01	513	01	Despesas com o pessoal		435,616.00
01	513	0101	Remunerações certas e permanentes		344,123.00
01	513	010102	Órgãos sociais	10,335.00	10,335.00
01	513	010103	Pessoal dos quadros - Regime de função pública		67,517.00
01	513	01010301	Pessoal em funções	67,517.00	67,517.00
01	513	010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual		187,017.00
01	513	01010401	Pessoal em funções	187,017.00	187,017.00
01	513	010106	Pessoal contratado a termo		7,004.00
01	513	01010604	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trab...	7,004.00	7,004.00
01	513	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	6,927.00	6,927.00
01	513	010111	Representação	5,672.00	5,672.00
01	513	010113	Subsídio de refeição	14,531.00	14,531.00
01	513	010114	Subsídios de férias e de Natal	45,120.00	45,120.00
01	513	0102	Abonos variáveis ou eventuais		2,949.00
01	513	010202	Horas extraordinárias	438.00	438.00
01	513	010204	Ajudas de custo	1,755.00	1,755.00
01	513	010206	Abono para falhas	712.00	712.00
01	513	010212	Indemnizações por cessação de funções	22.00	22.00
01	513	010213	Outros suplementos e prémios		22.00
01	513	01021301	Prémios de desempenho	22.00	22.00
01	513	0103	Segurança social		88,544.00
01	513	010301	Encargos com a saúde	3,504.00	3,504.00
01	513	010306	Contribuições para a segurança social		76,384.00
01	513	01030601	Assistência na doença dos funcionários públicos (AD...	22.00	22.00
01	513	01030602	Segurança social do pessoal em RCTFP		76,362.00
01	513	0103060201	Caixa Geral de Aposentações	22,602.00	22,602.00
01	513	0103060202	Segurança social - Regime geral	53,760.00	53,760.00
01	513	010309	Seguros		8,656.00
01	513	01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissi...	3,345.00	3,345.00
01	513	01030902	Seguros de saúde	5,311.00	5,311.00
01	513	02	Aquisição de bens e serviços		14,121,985.00
01	513	0201	Aquisição de bens		37,061.00
01	513	020102	Combustíveis e lubrificantes		6,922.00
01	513	02010201	Gasolina	5,560.00	5,560.00
01	513	02010299	Outros	1,362.00	1,362.00
01	513	020104	Limpeza e higiene	470.00	470.00
01	513	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	1,606.00	1,606.00
01	513	020107	Vestuário e artigos pessoais	2,723.00	2,723.00
01	513	020108	Material de escritório	2,388.00	2,388.00
01	513	020110	Produtos vendidos nas farmácias	376.00	376.00

Orçamento - Despesa

Exercício:		2025			
Lançamento:		000 - Actual		Valores em EUR	
Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	513	020115	Prémios, condecorações e ofertas	45.00	45.00
01	513	020117	Ferramentas e utensílios	66.00	66.00
01	513	020118	Livros e documentação técnica	1,043.00	1,043.00
01	513	020119	Artigos honoríficos e de decoração	45.00	45.00
01	513	020121	Outros bens	21,377.00	21,377.00
01	513	0202	Aquisição de serviços		14,084,924.00
01	513	020201	Encargos das instalações	90,762.00	90,762.00
01	513	020202	Limpeza e higiene	10,586.00	10,586.00
01	513	020203	Conservação de bens	9,824,301.00	9,824,301.00
01	513	020204	Locação de edifícios	3,203,494.00	3,203,494.00
01	513	020205	Locação de material de informática	33,581.00	33,581.00
01	513	020209	Comunicações	30,075.00	30,075.00
01	513	020210	Transporte	23,074.00	23,074.00
01	513	020211	Representação dos serviços	2,250.00	2,250.00
01	513	020212	Seguros	55,899.00	55,899.00
01	513	020213	Deslocações e estada	5,986.00	5,986.00
01	513	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultoria	88,093.00	88,093.00
01	513	020215	Formação	15,753.00	15,753.00
01	513	020216	Seminários, exposições e similares	19,567.00	19,567.00
01	513	020217	Publicidade	37,021.00	37,021.00
01	513	020219	Assistência técnica	8,499.00	8,499.00
01	513	020220	Outros trabalhos especializados	628,346.00	628,346.00
01	513	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	1,352.00	1,352.00
01	513	020222	Serviços de saúde	1,907.00	1,907.00
01	513	020225	Outros serviços	4,378.00	4,378.00
01	513	03	Juros e outros encargos		209,700.00
01	513	0301	Juros da dívida pública		198,471.00
01	513	030108	Administração Pública Local - Continente	198,471.00	198,471.00
01	513	0302	Outros encargos correntes da dívida pública		5,000.00
01	513	030201	Despesas diversas	5,000.00	5,000.00
01	513	0305	Outros juros		200.00
01	513	030502	Outros		200.00
01	513	03050202	Juros da Mora	200.00	200.00
01	513	0306	Outros encargos financeiros		6,029.00
01	513	030601	Outros encargos financeiros	6,029.00	6,029.00
01	513	04	Transferências correntes		2,754.00
01	513	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras		2,754.00
01	513	040102	Privadas	2,754.00	2,754.00
01	513	06	Outras despesas correntes		1,083,965.00
01	513	0602	Diversas		1,083,965.00
01	513	060201	Impostos e taxas		170,534.00
01	513	06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia		170,534.00
01	513	0602010199	Outras	170,534.00	170,534.00
01	513	060203	Outras		913,431.00
01	513	06020302	IVA pago	682,599.00	682,599.00
01	513	06020304	Serviços bancários	332.00	332.00
01	513	06020305	Outras	230,500.00	230,500.00
Total das Despesas Correntes					15,854,020.00
Despesas de Capital					
01	513	07	Aquisição de bens de capital		1,777,369.00
01	513	0701	Investimentos		1,777,369.00
01	513	070102	Habitlações		1,698,427.00
01	513	07010201	Construção	1,523,236.00	1,523,236.00
01	513	07010202	Aquisição	170,191.00	170,191.00
01	513	07010203	Reparação e beneficiação	5,000.00	5,000.00
01	513	070107	Equipamento de informática	24,207.00	24,207.00
01	513	070108	Software informático	49,200.00	49,200.00

Orçamento - Despesa

Exercício:		2025			
Lançamento:		000 - Actual		Valores em EUR	
Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas de Capital					
01	513	070110	Equipamento básico		5,535.00
01	513	07011002	Outro	5,535.00	5,535.00
01	513	10	Passivos financeiros		343,750.00
01	513	1006	Empréstimos a médio e longo prazos		343,750.00
01	513	100608	Administração pública local - Continente	343,750.00	343,750.00
Total das Despesas de Capital:					2,121,819.00
Total F. Fin. 513					17,975,839.00
Despesas Correntes					
01	540	01	Despesas com o pessoal		1,570,319.00
01	540	0101	Remunerações certas e permanentes		1,246,298.00
01	540	010102	Órgãos sociais	50,038.00	50,038.00
01	540	010103	Pessoal dos quadros — Regime de função pública		240,404.00
01	540	01010301	Pessoal em funções	240,404.00	240,404.00
01	540	010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato Individual...		665,889.00
01	540	01010401	Pessoal em funções	665,889.00	665,889.00
01	540	010106	Pessoal contratado a termo		24,939.00
01	540	01010604	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trab...	24,939.00	24,939.00
01	540	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	32,433.00	32,433.00
01	540	010111	Representação	20,194.00	20,194.00
01	540	010113	Subsídio de refeição	51,739.00	51,739.00
01	540	010114	Subsídios de férias e de Natal	160,662.00	160,662.00
01	540	0102	Abonos variáveis ou eventuais		10,099.00
01	540	010202	Horas extraordinárias	1,562.00	1,562.00
01	540	010204	Ajudas de custo	6,245.00	6,245.00
01	540	010205	Abono para falhas	2,136.00	2,136.00
01	540	010212	Indemnizações por cessação de funções	78.00	78.00
01	540	010213	Outros suplementos e prémios		78.00
01	540	01021301	Prémios de desempenho	78.00	78.00
01	540	0103	Segurança social		313,922.00
01	540	010301	Encargos com a saúde	12,476.00	12,476.00
01	540	010305	Contribuições para a segurança social		271,972.00
01	540	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos (AD...	78.00	78.00
01	540	01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP		271,894.00
01	540	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	80,477.00	80,477.00
01	540	0103050202	Segurança social - Regime geral	191,417.00	191,417.00
01	540	010309	Seguros		29,474.00
01	540	01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissi...	10,565.00	10,565.00
01	540	01030902	Seguros de saúde	18,909.00	18,909.00
01	540	02	Aquisição de bens e serviços		1,091,188.00
01	540	0201	Aquisição de bens		53,041.00
01	540	020102	Combustíveis e lubrificantes		8,460.00
01	540	02010201	Gasolina	6,796.00	6,796.00
01	540	02010299	Outros	1,664.00	1,664.00
01	540	020104	Limpeza e higiene	576.00	576.00
01	540	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	1,961.00	1,961.00
01	540	020107	Vestuário e artigos pessoais	1,533.00	1,533.00
01	540	020108	Materiais de escritório	3,040.00	3,040.00
01	540	020110	Produtos vendidos nas farmácias	458.00	458.00
01	540	020115	Prémios, condecorações e ofertas	55.00	55.00
01	540	020117	Ferramentas e utensílios	34.00	34.00
01	540	020118	Livros e documentação técnica	1,275.00	1,275.00
01	540	020119	Artigos honoríficos e de decoração	55.00	55.00
01	540	020121	Outros bens	35,594.00	35,594.00
01	540	0202	Aquisição de serviços		1,038,147.00
01	540	020201	Encargos das instalações	15,383.00	15,383.00
01	540	020202	Limpeza e higiene	15,392.00	15,392.00

Orçamento - Despesa

Exercício:		2025			
Lançamento:		000 - Actual		Valores em EUR	
Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	540	020203	Conservação de bens	210,877.00	210,877.00
01	540	020204	Locação de edifícios	55,095.00	55,095.00
01	540	020205	Locação de material de informática	41,033.00	41,033.00
01	540	020209	Comunicações	36,389.00	36,389.00
01	540	020210	Transportes	28,196.00	28,196.00
01	540	020211	Representação dos serviços	2,750.00	2,750.00
01	540	020212	Seguros	1,961.00	1,961.00
01	540	020213	Deslocações e estadas	19,614.00	19,614.00
01	540	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	386,973.00	386,973.00
01	540	020215	Formação	19,247.00	19,247.00
01	540	020216	Seminários, exposições e similares	28,911.00	28,911.00
01	540	020217	Publicidade	30,259.00	30,259.00
01	540	020219	Assistência técnica	43,343.00	43,343.00
01	540	020220	Outros trabalhos especializados	88,046.00	88,046.00
01	540	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	1,648.00	1,648.00
01	540	020222	Serviços de saúde	2,330.00	2,330.00
01	540	020225	Outros serviços	10,700.00	10,700.00
01	540	03	Juros e outros encargos		1,936.00
01	540	0306	Outros encargos financeiros		1,936.00
01	540	030601	Outros encargos financeiros	1,936.00	1,936.00
01	540	04	Transferências correntes		3,366.00
01	540	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras		3,366.00
01	540	040102	Privadas	3,366.00	3,366.00
01	540	06	Outras despesas correntes		48,697.00
01	540	0602	Diversas		48,697.00
01	540	060201	Impostos e taxas		44,909.00
01	540	06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia		44,909.00
01	540	0602010199	Outras	44,909.00	44,909.00
01	540	060203	Outras		3,788.00
01	540	06020302	IVA pago	3,600.00	3,600.00
01	540	06020304	Serviços bancários	188.00	188.00
Total das Despesas Correntes					2,715,506.00
Total F. Fin. 540					2,715,506.00
Total Orgânica 01					29,538,068.00
Total Orçamento					29,538,068.00

O Responsável

Em ____ de ____ de ____

O Conselho de Administração

Em 4 de 11 de 2024

